



Psicologia e Políticas Públicas:

Seminários Gestão 2013-2016



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**

PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Seminários Gestão
2013-2016

Conselho Regional de Psicologia
6ª Região



CRP SP | XIV Plenário (2013-2016)

DIRETORIA

Presidente | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidente | Adriana Eiko Matsumoto
Secretário | José Agnaldo Gomes
Tesoureiro | Guilherme Luz Fenerich

CONSELHEIROS

Alacir Villa Valle Cruces	Ilana Mountian	Marília Capponi
Aristeu Bertelli da Silva	Janaina Leslão Garcia	Mirnamar Pinto da Fonseca
Bruno Simões Gonçalves	Joari Aparecido Soares de Carvalho	Pagliuso
Camila Teodoro Godinho	Livia Gonsalves Toledo	Moacyr Miniussi Bertolino Neto
Dario Henrique Teófilo Schezzi	Luis Fernando de Oliveira Saraiva	Regiane Aparecida Piva
Gabriela Gramkow	Luiz Eduardo Valiengo Berni	Sandra Elena Spósito
Graça Maria de Carvalho Camara	Maria das Graças Mazarin de Araujo	Sergio Augusto Garcia Junior
Gustavo de Lima Bernardes Sales	Maria Erminia Ciliberti	Silvio Yasui

ORGANIZAÇÃO DO CADERNO

Maria da Graça Marchina Gonçalves e Odette Godoy Pinheiro

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Fabiele Fortaleza

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Clelia Ribeiro Lino

Centro de Referencias Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP

Conselheira Responsável | Maria Erminia Ciliberti

Técnico Responsável | Edson Ferreira Dias

Estagiários | Fabinie Perazza | Jonathan Mendo

PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Seminários Gestão
2013-2016

São Paulo / 2016 / 1ª edição

C755c Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região
Psicologia e Políticas Públicas: Seminários Gestão 2013-2016.
Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2016.
385 p.; 198x215cm.

Revisão Ortográfica
Fabiele Fortaleza

Projeto Gráfico e editoração
Clelia Ribeiro Lino

ISBN: 978-85-60405-42-8

1. Psicologia – Políticas públicas. 2. Psicologia Jurídica. 3. Formação
profissional. 4. Mobilidade Urbana. 5. Democratização da mídia.
6. Segurança pública. 7. Participação social. 8. Subjetividade.
9. Seminários I. Título

CDD 150

Apresentação

Quando da realização do I Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, há quinze anos na cidade de Salvador/BA, Marcus Vinicius de Oliveira e Silva, à frente de sua organização pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), anunciava que a promoção daquele encontro derivava da percepção do caráter estratégico das políticas públicas para o futuro de nossa profissão: “Nos anos 60, dizia-se que ou Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil. Pode-se parafrasear esse ditado e dizer que ou os psicólogos assumem as políticas públicas ou não terão perspectiva de futuro como profissão no Brasil.”¹

O Seminário, como deliberação de um Congresso Nacional da Psicologia, resultava da necessidade de repensar a presença das/os psicólogas/os no processo social, diante da situação de concentração de riqueza no país que, somada ao crescimento da profissão, exigia que a categoria deixasse de ter seu trabalho restrito às elites para ampliar sua presença na sociedade. Assim, voltar-se para o campo das políticas públicas representava uma forma de intensificar a presença da Psicologia nos espaços sociais. Mas não somente. O compromisso social da profissão, que reposicionou a Psicologia colocando-a na luta pela conquista dos direitos sociais e direitos humanos no processo de redemocratização da sociedade brasileira, apontava para uma possibilidade crescente de contribuição da profissão para as políticas públicas que vinham responder a esses

direitos. Contudo, se a Psicologia apresentava nesse momento um importante protagonismo na sociedade brasileira na luta pela conquista de direitos, ela ao mesmo tempo carecia de referências teóricas e técnicas para o domínio dos contextos de atuação e para a construção de intervenções que pudessem traduzir, na prática profissional, um fazer afinado no campo das políticas públicas com as posições que tinham como horizonte a justiça social.

Marcus Vinicius ressaltava, naquele momento, que era preciso ampliar a capacidade analítica das/os psicólogas/os para lidar com a dimensão política do espaço em que atuavam quando faziam parte do aparelho do Estado, a fim de que pudessem se posicionar estrategicamente. Mas ressaltava também que essa capacidade se encontrava em pleno desenvolvimento, do que a realização daquele Seminário e os debates nele realizados eram uma evidência².

Desde então, os Conselhos de Psicologia levaram adiante um projeto de compromisso com a qualificação das referências técnicas para a atuação da Psicologia no campo das políticas públicas, projeto esse que teve sua maior expressão com o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, o CREPOP. Por meio do CREPOP, o CFP disponibilizou, entre 2007 e 2013, quatorze documentos de referências para atuação das/os psicólogas/os nos mais diversos campos das políticas públicas, além de dois documentos com orientações para gestores relativas às contribuições da Psicologia para o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social.

Essas produções sempre foram alimentadas pela ampla discussão acerca dos desafios colocados a cada momento na relação com o Estado, relação essa na qual a Psicologia se apresentou a partir de diferentes posições: pela inserção das/os trabalhadoras/es psicólogas/os nos

² Idem ao 1.

¹ Silva, Marcus Vinicius de Oliveira. Apresentação. In: Conselho Federal de Psicologia. I Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Políticas públicas como um desafio para os psicólogos. Salvador, BA: CFP, 2001.

serviços, pelas suas crescentes contribuições como gestoras/es, pela sua participação social nos órgãos e mecanismos de controle social das políticas públicas, pelo seu protagonismo ao lado dos movimentos sociais e usuários dos serviços na luta e reivindicação por políticas que respondessem de forma plena às necessidades da população brasileira. Ou seja, nossa presença na relação como Estado foi se ampliando, se qualificando e se complexificando. E para esse processo foram essenciais elementos relativos às transformações de nossa sociedade, à constituição da nossa jovem e frágil democracia e ainda ao acúmulo que a Psicologia foi produzindo em sua participação nessa história, processo no qual os Seminários de Psicologia e Políticas Públicas representaram marcos essenciais.

A atual gestão do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) esteve comprometida com a continuidade e o aprofundamento dessa trajetória. Reconhecemos que o debate sobre Psicologia e políticas públicas possibilitou uma ampliação da presença da profissão na sociedade, assim como uma ampliação no compromisso da Psicologia com suas urgências, o que exigiu uma importante transformação e reconstrução no campo da ciência e da profissão. No estado de São Paulo, a continuidade desse percurso carrega especificidades que tornam a pauta urgente. Ao lado da desigualdade social própria de um dos estados que concentra o maior poder econômico do país, algumas características exigem da Psicologia comprometida com o campo das políticas públicas muitas reflexões. Dentre elas, podemos citar: a precariedade das políticas sociais públicas que se intensifica em nosso estado, as permanentes situações de violação de direitos operadas pelas instituições e mecanismos do próprio Estado, além da ampliação de formas específicas de gestão que precarizam a condição dos trabalhadores

e comprometem o caráter público das políticas sociais.

Diante desse contexto, os três ciclos dos Seminários de Psicologia e Políticas Públicas realizados pelo CRP SP ao longo dessa gestão trataram de questões extremamente cruciais para as/os psicólogas/os que se encontram implicadas/os como campo das políticas públicas em São Paulo. Num primeiro momento, os processos relativos ao sistema de justiça que se impõem à prática profissional nos mais diversos cenários de atuação. Essa problemática, sem dúvida, nos instiga a pensar a qualificação e formação profissional para o campo das políticas públicas e, ao mesmo tempo, as questões do mundo do trabalho e seus impactos nos contextos em que atuamos e em nossa própria inserção profissional. A partir desse cenário geral, temas como a falta de água, a mobilidade urbana e a necessidade de Reforma Urbana, a democratização da mídia e a questão da segurança pública foram debatidos por sua transversalidade na realidade do estado de São Paulo nesse momento. Afinal, o que a Psicologia tem a ver com isso? O que temos a dizer sobre esses processos que tão diretamente impactam a população que atendemos? Quais seus desdobramentos do ponto de vista da subjetividade? E como a Psicologia contribui para o enfrentamento dessas questões?

O debate de temas tão prementes nessa conjuntura estadual se fez atravessado pelo momento vivido pelo país e não poderia deixar de dialogar com o cenário constituído nesse período na cena pública. Ao assumirmos o projeto de inserção e qualificação da Psicologia no campo das políticas públicas, não podemos deixar de nos implicar com processos como os que se evidenciaram no Brasil de forma mais contundente entre 2015 e 2016. A Psicologia tem algo a dizer sobre a democracia, a Psicologia tem contribui-

ções acerca das formas de participação social instauradas e do modo como elas foram produzidas. Mais que isso, a Psicologia conquistou, na sua relação com o Estado, uma maturidade que lhe permite se posicionar no debate acerca do modelo de Estado que queremos e dos caminhos para fazer avançar a democracia em nosso país.

As reflexões aqui registradas representam uma fotografia desse momento: momento vivido no país, especialmente no estado de São Paulo, em relação às políticas sociais de garantia de direitos; momento vivido pela Psicologia, como um dos atores desse processo. Fotografia de uma realidade em permanente movimento.

Movimento que se produz no diálogo com outros profissionais e com a população brasileira. Com essa publicação marcamos antes de tudo um posicionamento firmado pela profissão em seus espaços democráticos de participação: sua relação com o campo das políticas públicas seguirá a provocar movimentos, pois, na disputa das forças das quais resulta a história de nosso país, a Psicologia atua ao lado daquelas que apontam para a direção da igualdade e da democracia. Esperamos que as reflexões realizadas nesse período contribuam, a partir da Psicologia, para que a história se movimente nessa direção. E esperamos que venham novas contribuições e reflexões, capazes de responder aos desafios dos tempos vindouros.

Elisa Zaneratto Rosa
Conselheira Presidente
XIV Plenário do CRP SP (2013-2016)

Sumário

1. Psicologia e sistema de justiça: Participação e compromisso social	13
2. Formar para ação: Os desafios para Psicologia em Políticas Públicas	51
3. A Trabalhadora Psicóloga: conquistar direitos para promover mudanças	89
4. Falta de água, impactos na subjetividade humana e as responsabilidades das Políticas Públicas	125
5. Desafios da Psicologia diante da mobilidade urbana	157
6. Dialogando sobre reforma Urbana: contribuições da Psicologia	193
7. Psicologia e democratização da Mídia: impactos na construção das subjetividades	231
8. Segurança pública e Psicologia: Polícia para quem precisa?	285
9. Participação Social	327

**1. PSICOLOGIA E SISTEMA DE JUSTIÇA:
Participação e Compromisso Social**

Guilherme Luz Fenerich

Conselheiro do CRP SP e coordenador da mesa.

Antes de dar início ao debate de hoje, **A psicologia e o sistema de justiça**, eu gostaria de dizer algumas palavras sobre a importância desse seminário e dizer da satisfação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo de poder organizar e proporcionar esse encontro à categoria e à sociedade. A sociedade brasileira avançou nas últimas três décadas em relação à conquista dos direitos sociais, orientados para construção da justiça social e pela busca da ampliação de efetivos mecanismos de participação popular. Foram garantidos marcos legais e constitucionais que se concretizaram na elaboração e implantação de políticas públicas de garantia de direitos. E a psicologia participou e ainda participa ativamente, a partir dos elementos e processos de dimensão subjetiva envolvidos nessa construção permanente das políticas públicas, se transformando e intervindo diretamente na transformação das relações e dos contextos vividos e experimentados na nossa sociedade, direcionada, como não poderia deixar de ser, ao combate às diferentes violações de direitos e à luta pela garantia da justiça social.

Testemunhamos no presente momento, grandes desafios à manutenção e ampliação das políticas conquistadas e as que ainda queremos conquistar, pois

mecanismos de gestão comprometem o caráter público dessas políticas, seja por meio de diretrizes contrárias aos marcos democraticamente constituídos, seja por meio de violação de direitos operada diretamente pela ação do Estado. O que presenciamos hoje nos dá cada vez mais a certeza de que precisamos nos manter lutando pela construção de políticas públicas que almejamos.

Por todas essas razões, dentre muitas outras, o CRP São Paulo convida todos e todas aqui presentes para um grande encontro de debate e construção de referências para o enfrentamento dos desafios fundamentais postos nesses campos. É preciso contribuir para o empoderamento dos usuários de nossos serviços na luta pelo avanço dessas políticas. É preciso reconhecer a situação de nossa inserção como trabalhadoras e trabalhadores, identificando e apontando as condições necessárias para intervenções que permitam responder às urgências da população. É preciso avançar na qualificação da formação para atuação nesses campos. É preciso ainda identificar as urgências inscritas pelas contradições dos processos de desenvolvimento econômico e social e seus impactos na vida da população. São desafios que apontam a necessidade de muitos campos em diálogo, sobre os quais convidamos a todos e todas para dividir conosco esse seminário.

Gostaria agora de iniciar a mesa intitulada *Psicologia e Sistema de Justiça - Participação e Compromisso Social*. A partir dos avanços democráticos e da efetivação dos direitos sociais arduamente previstos em nossa Constituição Cidadã, o sistema de justiça também se aprimorou para acompanhar e juntar esforços na luta pela garantia desses direitos. É a nossa Carta Magna que inscreve o Ministério Público como uma das instituições que devem investir de forma permanente na defesa dos direitos difusos e coletivos, ou seja, aqueles que al-

cançam as diferentes coletividades e a sociedade como um todo, para além dos direitos individuais. É também no decorrer dos últimos anos que a Defensoria Pública vem se ampliando e se afirmando como instituição que deve atuar não só na defesa individual das pessoas pertencentes às parcelas mais desfavorecidas de nossa população, mas justamente por trabalhar diretamente com aqueles que mais sofrem as diferentes violências, entre elas as perpetradas pelo próprio Estado, tem o dever de atuar também no fortalecimento de garantias e direitos voltado à superação da desigualdade e da injustiça social.

Na esteira desses avanços, a psicologia se faz cada vez mais presente nas diferentes interfaces com a justiça. Além disso, em sua atuação nas diferentes áreas e campos se depara com situações, demandas e necessidades em que é preciso dialogar com os operadores do Direito para proteção de vulnerabilidades e para que sejam superadas as violações a esses direitos. É a partir desse cenário que convidamos a categoria, além dos diferentes profissionais das categorias parceiras e dos usuários aqui presentes, para debater a inserção e a interlocução necessária da psicologia no sistema de justiça na luta pela efetivação de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

Marília Marra de Almeida

Psicóloga e mestre pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, atuou como psicóloga no Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo de 2010 a 2013. Atualmente compõe a Assessoria Técnica Psicossocial da Defensoria Pública Geral, coordenando o trabalho dos CAMs de todo o estado de São Paulo.

Primeiramente eu gostaria de agradecer ao CRP por essa oportunidade de trazer alguns elementos do trabalho do psicólogo e da psicóloga na Defensoria, e contar para vocês o que é a Defensoria, para que serve. Muitos dos presentes conhecem a Defensoria, mas eu acho que vale a pena retomar o que afinal de contas é essa instituição.

A nossa Constituição Cidadã foi o marco legal que instituiu a Defensoria Pública como uma instituição essencial à justiça. O que isso significa? Acho que todo mundo sabe o que é o Tribunal de Justiça, porque tem o juiz e o juiz está lá para julgar as questões que chegam até ele. Mas como as pessoas chegam até a Justiça? Como levam seus problemas? Elas precisam ser representadas. E quem representa as pessoas são os advogados. Mas, para que esse acesso seja universal, para que as pessoas que não podem pagar um advogado possam acessar a Justiça, existe a Defensoria Pública, porque ela vai ter essa missão de prestar assistência jurídica integral e gratuita a quem necessitar no âmbito judicial e extrajudicial.

Primeiro, a assistência jurídica integral é um mar-

co que diferencia a Defensoria da atuação de um advogado, pois quem pode pagar um advogado vai ter o acesso à justiça por meio desse advogado. Mas a Defensoria pretende ampliar esse acesso não só instaurando processos, mas trabalhando também com educação em direitos, trabalhando no âmbito extrajudicial, e tentar entender a complexidade dos problemas que chegam para a justiça a partir de uma visão integral. E por isso falamos que essa assistência jurídica é integral. Tem um pesquisador do Maranhão que defendeu o mestrado agora, e entende a Defensoria como uma política pública de assistência jurídica.

Muitas vezes as pessoas acham que a Defensoria faz parte do judiciário. Mas a Defensoria é um órgão autônomo, o que é muito importante, porque ela pode inclusive ingressar com processos contra o Estado. Portanto ela tem essa função de assistência jurídica à população que dela necessitar. É diferente do SUS, por exemplo, que é universal, todo mundo pode acessar. A Defensoria Pública atende a população que tem uma renda familiar de até três salários mínimos. Mas esse corte de renda é um crivo bastante genérico que pode ser ampliado. Por exemplo, pessoas em situação de vulnerabilidade podem ser atendidas independentemente da renda, que é o caso de uma mulher em situação de violência, por exemplo, porque por mais que ela tenha uma renda, ela pode estar sem o acesso a essa renda.

Para entendermos o significado da Defensoria eu gosto de lembrar o filósofo Walter Benjamin, que fala que a história é a história dos vencedores. Se existe uma guerra, o relato dessa guerra vai ser o relato daqueles que venceram a guerra. Então, ele fala que a história oficial é a história dos vencedores. Se pensarmos em um processo judicial como a história de um conflito, e pensarmos em quem poderia contar essa história e que elementos

são trazidos dessa história, antes da Defensoria só quem podia ter dinheiro podia contar essa história. Fazendo uma pequena metáfora e pensando a Defensoria como Walter Benjamin, podemos dizer que a Defensoria possibilita que a história dos vencidos seja contada porque quem dificilmente poderia falar, para a Justiça poder trazer a sua visão daquele conflito ou se defender em uma situação em que está sendo acusado de um crime.

E assim, pelas histórias que chegam à defensoria serem marcadas por situações de opressão, vulnerabilidade, as mais diversas violências, é interessante a previsão do trabalho interdisciplinar, porque, por conhecer essa complexidade das demandas, somando o saber da psicologia, do serviço social, da sociologia e de outros saberes, podemos ter uma dimensão da complexidade desses problemas para propor intervenções mais criativas, que não fiquem só no âmbito do Direito. Não que o Direito não seja criativo, mas para ampliar o leque de atuação.

No estado de São Paulo, apesar da previsão da Defensoria como um direito de todos, foi apenas no ano de 2006 que a Defensoria de fato passou a existir no estado, e foi por conta da luta de movimentos. Tivemos o movimento pela Defensoria Pública, inclusive o CRP fez parte desse movimento, acho que talvez até tenha influenciado essa ideia de ter um trabalho interdisciplinar, mas apenas em 2006 passou a existir a Defensoria aqui no estado, e nesse ano de 2006 foi aprovada a lei 988, que é a legislação que regulamenta a Defensoria no estado. E nela é previsto no artigo quinto o atendimento interdisciplinar, e prevê também no artigo 48 o Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) que é o setor aonde atuam os psicólogos e assistentes sociais da Defensoria.

Apesar de em 2006 já haver essa legislação prevendo o trabalho interdisciplinar, foi só em 2010 que a

gente passou de fato a contar com esses profissionais. Em 2010 tivemos o primeiro concurso público, e que somou à instituição um total de 47 profissionais, 30 psicólogos e 17 assistentes sociais, isso para o estado todo, para atuar nas diferentes unidades da Defensoria no estado. E agora em 2014 tivemos um aumento significativo, e contamos hoje com 112 profissionais, 58 psicólogos e 54 assistentes sociais. Na realidade atual da Defensoria no estado existem 65 CAMS, que são esses Centros de Atendimento Multidisciplinar, sendo 26 no interior, 17 na capital, 10 na região metropolitana e 7 em núcleos especializados. Esses núcleos são uma parte da Defensoria que não é de atendimento direto à população. Os núcleos são outros setores da instituição que se debruçam sobre temáticas específicas. Por exemplo, tem o núcleo da infância e juventude, o núcleo da defesa da mulher, e nesses núcleos também tem a atuação do psicólogo, do assistente social.

Bem, a ideia hoje era trazer um pouquinho dessa atuação da psicologia na Defensoria, para pensarmos sobre a ideia do compromisso social e da participação da profissão no sistema de justiça. E uma coisa muito importante que eu gostaria de chamar atenção, é que não dá para falar da atuação só da psicóloga e do psicólogo na Defensoria porque a nossa atuação é interdisciplinar. Entramos junto com os assistentes sociais e as assistentes sociais, e foi junto que construímos esse trabalho do CAM. E além dos CAMS em todo o estado, temos a Assessoria Técnica Psicossocial, que é esse órgão do qual eu faço parte hoje, que além de assessorar o defensor público geral nas matérias relacionadas à psicologia, ao serviço social, também gere, cuida desses CAMS em todo o estado, e aí tem a oportunidade de conhecer as diversas realidades e as diversas formas de atuação que foram sendo construídas na Defensoria.

Quando chegamos, em 2010, foi bastante interes-

sante, pois chegaram 47 psicólogos e assistentes sociais numa instituição essencialmente jurídica. O que a gente faria? Mas foi interessante a recepção. Ficamos três semanas num curso entendendo o que era a Defensoria, o que a instituição fazia, e ao fim dessas três semanas construímos as nossas atribuições, que constam da deliberação 87. Destaquei dois princípios importantes que ajudam a entender o que de fato os psicólogos fazem lá. O primeiro princípio da nossa deliberação é a humanização do atendimento, e esse princípio foi muito uma expectativa dos defensores com a entrada de psicólogos e assistentes sociais. Num primeiro momento pode soar até estranho, porque você pode pensar que o outro atendimento é desumanizado. Não, mas quando se fala em humanização, se tem a percepção da necessidade de uma escuta especializada, uma escuta que vá além daquilo que a pessoa traz e possa problematizar a complexidade dessas situações que chegam. E um outro princípio que eu acho importante para entender a nossa atuação, é a não substitutividade da rede, que demarca uma atuação própria do psicólogo e do assistente social na Defensoria. Não é porque tem um psicólogo na Defensoria que vamos atender as pessoas como se fosse um CAPS ou como se fosse uma Unidade Básica de Saúde, mas vamos ter outras atribuições.

Para explicar quais são os eixos de atuação, eu quis ilustrar com as principais demandas que tem chegado desde que entramos. De 2013 a 2015 os CAMS atenderam 23.735 casos, sendo que 33% dessas demandas se referiam à solução extrajudicial de conflitos, que são pessoas que chegam e, ao invés de se instaurar um processo, tenta-se estabelecer um diálogo entre as pessoas para que sejam buscadas outras soluções para aquele conflito que não um processo judicial. Em segundo lugar uso problemático de drogas, muitos casos principalmente familiares que

pensam que o uso de drogas é um problema que vai ser resolvido com a internação e acabam procurando a defensoria por esse motivo. Então procuramos desconstruir essa ideia e explicar para a família como é a política de saúde mental, enfim, trabalhar com essas famílias a desconstrução desta ideia de que a internação resolveria esse problema. Em terceiro lugar, casos de conflitos familiares os mais diversos, e 10% de casos de pessoas procurando acesso às políticas de habitação, saúde, educação, assistência, e depois uma demanda expressiva, apesar de ser 4%, são 1406 casos de pessoas com transtornos mentais graves que chegam à Defensoria com demandas do tipo, a minha vida está passando na TV, eu tenho um chip instalado em mim, estou sendo perseguida, e acham que a Defensoria pode resolver essa situação. Temos esse trabalho de escuta, acolhimento e redirecionamento dessas pessoas para os locais onde elas podem ter acesso ao que elas buscam. Outra demanda expressiva também são as situações de violência, sendo que metade são situações de violência contra a mulher, são elas que procuram a Defensoria. As principais demandas são busca por outras políticas, busca por trabalho, capacitação, orientação social, busca de orientação sobre benefícios, pessoas em situação de rua, casos envolvendo curatela, que é quando algum familiar pretende interditar alguém da família. Diante dessas demandas que foram chegando, hoje organizamos o nosso trabalho em cinco eixos principais de atuação: o atendimento psicológico e/ou social, a produção técnica, o mapeamento e articulação com a rede, a educação em direitos e a composição extrajudicial de conflitos.

Chamamos de atendimento psicológico ou social todos os momentos de escuta que oferecemos para a população, mas uma escuta que vai resgatar as dimensões psíquicas e as dimensões sociais envolvidas na problemá-

tica que a pessoa traz. Esse atendimento pode acontecer no âmbito extrajudicial, ou seja, quando a pessoa chega na Defensoria, a triagem é feita por defensores ou estagiários de direito, ou seja, os profissionais do Direito são quem recebe a população, e nessa recepção pode acontecer de não entenderem o que a pessoa está buscando, a própria pessoa pode ter procurado a Defensoria mas sem saber de fato, juridicamente, o que ela necessita, e aí entramos com essa escuta técnica qualificada para ajudar muitas vezes na compreensão dessa demanda ou mesmo para tentar uma solução extrajudicial quando existe um conflito e podemos chamar a outra parte para tentar resolver o problema.

Essa escuta também pode acontecer no meio de um processo, quando a pessoa já tem configurada uma demanda jurídica, mas paralelamente está passando por algum sofrimento psíquico, alguma situação de vulnerabilidade social em que podemos intervir também, como uma demanda associada. Essa escuta é um testemunho dessas histórias, essas histórias que foram apagadas pelo discurso da dominação, e que exige uma escuta qualificada que clama por uma justiça que não será feita apenas nos tribunais, cujo trauma não será curado por uma decisão favorável apenas. A escuta dessas histórias é fazer justiça a elas, então o fato de você poder escutar as pessoas que chegam com seus problemas já é um primeiro passo de justiça, pois as pessoas precisam de alguém que escute para essas histórias terem uma materialidade. E é uma escuta ativa que atravessa o que foi calado pelo senso comum dominante, que possa ligar esses farrapos dessas narrativas descontínuas, uma história que encontre continuidade na escuta de alguém para fazer algum sentido. Então entendemos que esse espaço de atendimento é também um espaço de elaboração desse sofrimento que chega para a justiça.

Um segundo eixo é a produção técnica que pode

se dar quando a pessoa chega para iniciar um processo na Defensoria, essa escuta que a gente oferece pode se transformar num relatório, por exemplo, que vai qualificar a defesa que o defensor vai fazer naquele processo. Por exemplo, uma família que teve os seus filhos acolhidos numa instituição e até 2010 nem existia processo, existia um procedimento verificatório no qual o juiz ia verificar qual era a situação, se foi uma situação de negligência, se a família tem condições ou não de cuidar daquela criança. Em 2010 o Conselho Nacional de Justiça recomendou que fosse aberto, instaurado um processo de acolhimento institucional. Nesse caso a família vai poder ter direito ao contraditório, ela vai poder se defender dentro daquele processo. E no caso, a escuta qualificada do psicólogo, do assistente social, vai poder trazer a história dessa família, para que ela tenha uma defesa de fato, para que ela possa também falar nesse processo, ela vai poder contar o lado dela também.

Existe uma diferença entre a perícia e assistência técnica. O juiz já tem uma equipe técnica, o setor técnico dos psicólogos e assistentes sociais que fazem as perícias. O perito trabalha para o juiz e ele tem esse compromisso de um olhar de sobrevoos, tentando abarcar toda a situação. Ouvir as duas partes e fazer um parecer que vá subsidiar a defesa do juiz. Na Defensoria vamos olhar só para uma das partes. Entendemos que é uma posição parcial que pode contribuir com o estudo feito pelo perito, mas vamos trazer as questões daquela subjetividade que se apresentou a nós. E pode ser uma opinião diversa do que o perito apresentou para o juiz, e entendemos que essa diversidade de olhares enriquece a decisão do juiz, porque não é o psicólogo ou o assistente social que vai decidir o que é melhor para aquela família. Então entendemos que quanto mais olhares técnicos sobre aquela situação estiverem no processo, mais enriquecida a base para o julgamento do juiz.

Um eixo importante é de mapeamento e articulação com a rede, porque a gente entende que o CAM pode ter o papel de promoção do diálogo entre os diversos serviços, pois às vezes os serviços não conversam. Uma família em situação de vulnerabilidade tem dificuldade de acessar a Saúde ou a própria Assistência Social, aí a Assistência acha que a Saúde está fazendo um trabalho com a família, a Saúde acha que é a Assistência que está fazendo, e a Defensoria pode ajudar nesse diálogo entre os serviços e pensar junto, constituindo redes, porque às vezes os vários serviços atuam de forma fragmentada e é importante que a gente possa articular esses serviços e pensar juntos em planos para atuar nos casos.

Temos construído a articulação e mapeamento da rede de serviços para promover o acesso da população aos direitos, que é uma das demandas que aparece, ou seja, a pessoa quer ter acesso a um benefício mas não sabe que é no CRAS que ela tem que ir. Damos desde orientações muito básicas até orientações mais complexas. Por exemplo, os casos em que a família procura internação e temos que explicar a forma como esse processo se dá, que a internação não é o tratamento, ela pode ser uma parte necessária ou pode não ser, mas explicar como é o atendimento no CAPS, de certa forma trabalhar com aquela família que ela também faz parte daquele problema e que ela também vai ter que participar desse tratamento.

Também, identificar os percursos dos usuários no acesso ou no não- acesso aos serviços da rede para embasar a defesa. Por exemplo, aquele caso que eu já citei, da mãe que teve seu filho acolhido numa instituição por suposta negligência. É simples dizer que aquela mãe é culpada e ela não teve condições de cuidar da criança. Mas, se formos acompanhar todo o percurso que ela já fez e todas as negligências que ela já sofreu do Estado,

pois ela buscou moradia e não tinha política de habitação, ela buscou assistência, não conseguiu acesso por algum motivo, ela buscou uma creche, não conseguiu vaga, então se a gente trazer essa dimensão do percurso que a pessoa fez e trazer isso para o processo, isso ajuda a tirar o foco do indivíduo como culpado pelas situações que estão ali, e vamos entender então que não é uma negligência da mãe, mas uma negligência do Estado com essa família. Por conta disso a criança vai para o abrigo, a mãe vai ser destituída do seu poder familiar?

E um terceiro ponto desse eixo é que nos tornamos um observatório de políticas públicas, porque podemos ver quais são os locais em que chegam mais demandas por habitação, mais demandas por saúde, e vamos observando como cada território está organizado e quais as políticas mais frágeis em cada um desses territórios.

Um quarto eixo é educação em direitos, como as pessoas vão conhecer os seus direitos, como vão exigir seus direitos. Então, os psicólogos e assistentes sociais têm a missão de promover esse tipo de orientação, seja para a população em geral, seja para os profissionais da rede, que às vezes a própria rede, algumas políticas, alguns serviços não sabem para que serve a Defensoria, como acessar, então a gente pode, caso vocês trabalhem em serviços e queiram chamar a Defensoria para contar um pouco o que é, qual é o trabalho, a gente faz esse trabalho; e diretamente com a população também, de falar sobre os direitos fundamentais, enfim. E também a gente faz um trabalho de educação em direitos e formação para o público interno, para os profissionais do Direito, no que se refere às temáticas com as quais as nossas áreas têm mais afinidade. Por exemplo, em relação à violência de gênero, questões da saúde mental que chegam muito para os defensores; trabalhamos também

com o público interno essas temáticas, com o objetivo de alcançar aquela ideia da orientação jurídica integral que tenta ter uma visão mais complexa dos fenômenos.

E o último eixo é esse da composição extrajudicial de conflitos, que é um terço de toda a nossa atuação, em que buscamos trabalhar com essa capacidade decisória das pessoas, com autonomia. Se o acesso à Justiça, a ampliação desse acesso a partir da Defensoria é algo muito bom, ele tem um efeito colateral que é a judicialização da vida. Então todos os meus problemas agora eu vou levar para a Justiça e é o juiz que vai resolver com quem o meu filho vai ficar. Então, esse é um trabalho muito importante, o de sentar com as pessoas e pensar quem é a melhor pessoa para decidir sobre com quem o filho vai ficar. É o juiz ou será que é a mãe e o pai conversando, pensando, tentando entender afinal de contas o que está por trás daquele conflito? Então vamos trabalhar para empoderar as pessoas, trazer para as pessoas a possibilidade de autonomia, viabilizar esse diálogo, intercambiar essas visões, porque às vezes os dois querem a mesma coisa, eles só não conseguem estabelecer um diálogo e reconhecer as visões de mundo que estão em jogo no conflito.

O diferencial dessa composição do direito, da psicologia e do serviço social, é que vamos olhar para as relações e as representações que estão ali em jogo, e a partir dessas relações encontrar saídas as mais diversas possíveis. Porque a lei tem saídas bastante rígidas, às vezes. Porque a visita ao genitor que não está com a guarda tem que ser de 15 em 15 dias? Às vezes as pessoas conversando encontram soluções muito mais criativas e que atendem muito melhor ao cotidiano e aos interesses delas. Então pensamos que por meio desse diálogo pode-se encontrar saídas criativas que atendam melhor e que levem a acordos que sejam de fato cumpridos, porque uma decisão

judicial pode acabar com o processo, mas ela não acaba com o conflito. Se não trabalhamos o conflito isso pode dar origem a diversos outros processos também. Então estamos trabalhando com esse potencial emancipatório das pessoas que procuram a justiça para que elas tomem as decisões no que se refere aos seus próprios problemas.

Para resumir e finalizar, lembro-me de um autor francês, Jacques Donzelot, que afirma que a função da psicologia e do serviço social na França é de polícia das famílias, é uma disciplina que culpabiliza as pessoas pelos problemas. E Foucault em seu livro *Os Anormais*¹ traz diversos relatos na área criminal dizendo como a psicologia individualizava o problema do crime criando a figura do anormal e do monstro criminoso, e como a psicologia se prestou a esse papel de individualizar os problemas e trazer as pessoas como quase culpadas pelos problemas sociais. Então tentamos contar uma história que faça um contraponto ao que historicamente a psicologia se prestou.

Atendemos casos das famílias que têm os seus filhos retirados de casa por uma suposta situação de negligência, e é muito importante a gente olhar para a negligência que essas famílias sofrem do Estado, e para toda a complexidade do caso. Não dá para reduzirmos a um problema individual, a um transtorno de personalidade, sem perceber o que impede a família de exercer esse papel de cuidar da criança, sem olhar para todo o contexto em que ela já sofreu de violência e negligência também. Então partindo dessa ideia de participação e compromisso social, acho que o papel da psicologia na Defensoria é essa defesa integral que está além do papel. Então, não vamos acolher essa família e só fazer um laudo contando tudo que ela sofreu de negligência, e por isso não pode ser uma

¹ Curso proferido pelo autor no College de France de janeiro a março de 1975 e posteriormente

família que cuide da criança. Não, vamos de fato tentar intervir junto com aquela família. Se ela não tem acesso à moradia, como a gente consegue chamar a política pública para dar uma resposta para ela? Se ela não tem escola, qual é o caminho que ela tem para conseguir essa escola? Se ela tem dificuldade de se mobilizar, a gente vai tentar através de atendimentos mobilizar os recursos subjetivos que ela tem para proporcionar mudanças nesse cuidado, mobilizar os recursos externos, comunitários, enfim, tentando uma defesa de fato da família, não só uma defesa no papel. Por isso falamos que é uma defesa para além do papel. E nisso está o compromisso social que é uma postura de intervenção junto a essas pessoas que nos procuram.

Com essa ideia pretendemos aproximar o sistema de justiça do ideal de justiça, porque as pessoas buscam a Defensoria buscando justiça, mas o que elas encontram é o sistema complexo cheio de leis, que ela nem entende mais e acaba não sabendo o que aconteceu com aquele pedido inicial. O mundo jurídico é bastante complexo, as leis são complexas, então tentamos o que for possível para não entrar no sistema de justiça, mas quando entramos, procuramos traduzir para as pessoas o que acontece, garantir seus direitos de formas criativas que possam de fato modificar as relações e os conflitos entre as pessoas.

Daniel Serra Azul Guimarães

Promotor de justiça da cidade de São Paulo, coordenador dos cursos realizados pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Escola Superior do Ministério Público; é mestre e doutorando em direito.

Gostaria inicialmente de agradecer o convite feito pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, o faço na pessoa do Guilherme Luz Fenerich, que além de conselheiro do Conselho Regional de Psicologia é um dos bravos membros do NAT², órgão encarregado de prestar apoio técnico aos promotores, Ministério Público do Estado de São Paulo. Quero desde já deixar expressada aqui a minha admiração pelo trabalho de vocês, admiração pelo papel que vocês desempenham no aperfeiçoamento institucional do Ministério Público. Cumprimento também os membros integrantes da Defensoria Pública da área jurídica e das demais áreas que são imprescindíveis para a realização da justiça.

Vou fazer uma breve, brevíssima mesmo, exposição sobre o Ministério Público. A maior parte de vocês já conhece bem o Ministério Público, alguns talvez não conheçam tão bem, e sobre a relação entre o Ministério Público e as políticas públicas. No final me ponho à disposição para solucionar dúvidas, e realizarmos um debate, sempre é uma experiência mais enriquecedora do que a mera exposição.

2 Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Bom, o que é o Ministério, quem é o Ministério Público? O Ministério Público atua em diversas áreas. Temos uma tendência a ter uma visão distorcida do que é a instituição pela influência do cinema norte americano. O Ministério Público no Brasil tem um perfil muito diferente do Ministério Público em outros países do mundo em que, em geral, o Ministério Público atua só na área criminal e com o papel de ser o representante do Estado fazendo acusação. Ministério Público no Brasil tem um perfil bem diferente do que acontece na maior parte do mundo e que precisa ser bem compreendido. Hoje o Ministério Público atua basicamente em três eixos que são a esfera criminal, a esfera da tutela coletiva, e o terceiro eixo de atuação que se refere aos interesses individuais indisponíveis. No segundo eixo estão incluídas, por exemplo, as atividades de indução e controle de políticas públicas de saúde, questões relativas ao controle, à fiscalização dos atos da administração pública no que diz respeito à probidade administrativa, à preservação do patrimônio público, as questões relativas à infância e juventude, aos idosos, consideradas coletivamente. No terceiro eixo está uma atuação que aparece menos, é menos vista, mas é uma atuação que acontece no dia a dia, por exemplo, na área da saúde, em que se procura realizar a justiça nos casos que envolvem interesses individuais, e casos em que a lei entende que existe interesse de toda a sociedade naquele processo e por isso o Ministério Público está presente.

O Ministério Público tem origem muito remota e no Brasil remonta ao período do império. Mas, ao longo da história, o Ministério Público foi sofrendo transformações. Daquele órgão que tinha o papel de representar os interesses da coroa, do Estado, do império, com o desenvolvimento histórico, hoje nós chegamos ao Ministério Público da Constituição de 88 como repre-

sentante do povo, é aquele que vocaliza a vontade geral nas mais variadas áreas de atuação, ou pelo menos que deve fazer isso. O mundo do Direito a gente fala que é o mundo do dever ser, o mundo das normas. No mundo das normas, no mundo do dever ser, o papel do Ministério Público é vocalizar a vontade geral, vocalizar as demandas populares nesses três eixos de atuação.

No processo histórico mais recente no Brasil, o Ministério Público se vê hoje diante de uma contradição que precisa ser superada e o Ministério Público no Brasil inteiro tem se empenhado para superar. Ele é um modelo de instituição feito para o papel que o Ministério Público tinha antigamente, com, agora, uma imposição constitucional de uma atuação que exige um modelo mais adequado para a concretização dos direitos humanos, dos direitos fundamentais. Este é o grande dilema do Ministério Público hoje. O Ministério Público precisa se reinventar, precisa se refundar.

Nós temos a Constituição em vigor há quase três décadas, o Ministério Público passou a ter um papel muito importante, mais do que já tinha, passou a ter garantias equiparadas às garantias da magistratura, e recebeu essa incumbência muito grande, conforme o artigo 127 da Constituição, de defender a ordem jurídica, defender o regime democrático, defender os interesses sociais individuais indisponíveis.

O que significa defender os interesses sociais, o que significa defender a ordem jurídica? Quando a gente fala que cabe ao Ministério Público defender a ordem jurídica, isso não significa o que significava há alguns séculos atrás, simplesmente ser o fiscal da lei, aquele que está no processo para ver se a lei está sendo aplicada corretamente, até porque, pelo estágio atual de desenvolvimento da ciência do Direito, já se tem a compreensão

de que não existe uma coisa objetivamente identificável como conteúdo da lei. Conteúdo da lei é encontrado, eu até prefiro dizer construído, em cada processo, em cada situação concreta. O Direito tem muito mais relação com as disputas do dia a dia que acontecem na sociedade, do que com algo que se vá buscar no texto da lei.

Então, o que é defender a ordem jurídica hoje? Defender a ordem jurídica hoje é defender o projeto constitucional de construção do Estado Democrático de Direito. Nós temos uma Constituição. A Constituição é um programa, o país como uma entidade tem um rumo que é obrigado a seguir. Esse rumo está lá na Constituição, é um projeto a ser realizado, é um projeto a ser executado, aliás me parece que a leitura diária da Constituição é necessária não só para os profissionais do Direito, é necessária para todos, pelo menos a leitura dos cinco primeiros artigos da Constituição que declaram o que é a República Federativa do Brasil, que dizem quais são seus fundamentos, quais são seus objetivos fundamentais, e depois enumeram os direitos e garantias fundamentais. Não estão todos lá no artigo quinto mas a maior parte está. Então, é muito importante essa leitura.

Aliás, eu vou pedir licença para fazer uma observação um pouco crítica em relação aos operadores do Direito. Se essa leitura fosse feita por nós, operadores do Direito no dia a dia, a gente já teria um sistema de justiça funcionando muito melhor, porque em muitos casos concretos, infelizmente, a gente vê contratos, convênios, leis, regulamentos se sobrepondo a fundamentos da república, se sobrepondo a objetivos fundamentais da república, que é uma inversão absolutamente inadmissível, mas que a gente encontra com uma frequência muito grande nos processos no dia a dia.

Então, o que é defender, o que cabe ao Ministério

Público? Quando a Constituição fala que cabe ao Ministério Público defender a ordem jurídica, defender o regime democrático, será que defender o regime democrático é só defender o processo eleitoral formalmente, para que tenhamos formalmente uma democracia, ou será que é defender a construção de uma democracia material? Será que defender a ordem jurídica é simplesmente defender a aplicação da lei? O fulano tirou uma coisa que é do outro, praticou furto, tem que ir para a cadeia. O sicrano está no escadão vendendo 10 papalotes de cocaína, tem que ir para a cadeia porque é traficante. Será que é isso que é defender a ordem jurídica? Ou será que defender a ordem jurídica é defender a construção progressiva daquele país que está projetado na Constituição de 88?

Ela diz, em primeiro lugar, que o Brasil é uma República, que ela é uma Federação, que ela é um Estado Democrático de Direito. O Estado Democrático de Direito é um estágio avançado em relação ao Estado Social. Existem aí alguns que têm uma tendência a ver um Estado liberal na Constituição de 88. Não tem como. A nossa é uma Constituição do Estado Democrático de Direito, que é um passo adiante em relação ao avanço que já foi a concepção do Estado de Bem Estar Social. E em seguida a Constituição enuncia que são fundamentos da República, por exemplo, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a cidadania. Nenhuma lei no Brasil, nenhum contrato, nenhum convênio, nenhuma portaria pode ser interpretado deixando isso de lado. É fundamento. Se é fundamento da República, qualquer ato da República, qualquer ato do exercício do poder tem que ser interpretado de acordo com aqueles valores que foram eleitos como fundamentos da República: dignidade da pessoa humana, pluralismo político, valor social do trabalho e da livre iniciativa, e a cidadania.

Em seguida a Constituição diz que são objetivos fundamentais da República, vejam bem, e o emprego da expressão fundamentais é muito importante, porque não tem como a gente falar em defender a ordem jurídica sem ter como pressuposto a defesa desse projeto que está na Constituição de 88. E está lá, entre os objetivos fundamentais, por exemplo, erradicar a pobreza. Então qualquer agente público, qualquer promotor de justiça, juiz, defensor público, procurador de estado, vereador, deputado, governador, senador, policial, qualquer agente público que pratique qualquer ato que não esteja de acordo com o objetivo fundamental da República, de erradicar a pobreza e a marginalização, está praticando um ato que é ilegal, um ato que é contrário ao direito, está praticando um ato que é juridicamente inválido.

Estão lá também, entre os objetivos fundamentais da República, a redução das desigualdades regionais, a redução das desigualdades sociais e assim por diante. É um projeto que no mínimo juízes e promotores deveriam ler todos os dias para não se esquecer para o que estão trabalhando, quais são os seus deveres, acima de tudo os promotores, que têm a obrigação de defender a ordem jurídica. Defender a ordem jurídica é defender o projeto constitucional do Estado Democrático de Direito. É o projeto constitucional que tem como ideal uma sociedade que não coincide com a sociedade atual. É por isso que está lá o projeto no mundo do dever ser, no mundo das normas. A Constituição manda que toda a institucionalidade brasileira pratique atos voltados a construir certo estado de coisas que não é o que existe hoje, é esse que é o papel de qualquer agente público no Brasil, e esse que é o papel do Ministério Público, esse que é o papel do procurador da República, do promotor de justiça, do procurador do trabalho, esse é o pa-

pel do Ministério Público que tem o dever de defender os interesses da sociedade e defender a ordem jurídica.

Defender os interesses da sociedade não são os interesses que ele acha que são os interesses da sociedade. Para defender os interesses da sociedade, o promotor precisa primeiro ouvir a sociedade. O Ministério Público, seus membros, aqueles que atuam, ocupam cargos no Ministério Público, aqueles que, como eu, ocupam cargos de promotores de justiça, procuradores da República, procuradores do trabalho, têm que ter em mente, obviamente, que não são donos daquele cargo, não são donos daquelas funções que eles exercem. Eles têm ali o papel de vocalizar os interesses da sociedade, a vontade geral, e não é o que ele acha que é. É aquilo que ele vai encontrar conversando com a sociedade, conversando com a comunidade acadêmica, e aqui a gente entra num ponto importante, que é fundamental para compreender essa contradição que o Ministério Público vive hoje.

O Ministério Público antigo, o Ministério Público pré 88, exercia um papel de agente processual, era um agente que intervinha no processo para fazer determinadas coisas. No processo criminal, no processo penal, era aquele que intervinha para fazer a acusação, fazer acusação quando entendesse que era o caso, não fazer acusação quando entendesse que era o caso de não fazer acusação; e, no processo civil, atuar em algumas causas que a lei considera que são importantes pela qualidade da parte, por exemplo, processo em que houvesse interesse de menores, ou pela natureza da causa. Em mandados de segurança sempre o Ministério Público tem que atuar, então o promotor era o agente processual.

Com o desenvolvimento histórico e a partir daquele marco que é a enunciação desse projeto de nação, que é a Constituição de 88, o Ministério Público começa a en-

trar em outro ciclo. E o promotor de justiça deixa de ser um agente processual e passa a ser um agente político, ele passa a ser um agente que tem o papel de intervir diretamente na realidade social para fomentar políticas públicas, para induzir políticas públicas, para controlar a legalidade de políticas públicas e para promover a mediação dos conflitos coletivos. Então não é mais aquele agente que atua perante o poder judiciário. Faz isso também, claro, mas não é mais só isso. E aí a gente já começa a ter problemas um pouco mais sérios para enfrentar, como por exemplo, o problema da formação do promotor de justiça.

Mais do que nunca, existe a necessidade de que essa formação se distancie da formação de um juiz, por exemplo, que basicamente conhece leis, e se aproxime da formação de um diplomata, que tem que ter um conhecimento mais abrangente, tem que ter capacidade de fazer avaliação crítica daquela realidade em que ele vai intervir, tem que ter percepção, uma percepção adequada, não extraída do senso comum, uma percepção adequada das consequências dos seus atos. E, de certa maneira, como tem se dito atualmente, que o promotor que antigamente era um agente processual, era um agente reativo, atuava quando era provocado, recebia o processo e dava um parecer, ele passou a ter que ser um agente proativo. Ele precisa sair do gabinete, identificar as demandas sociais, identificar o que é necessário dentro das suas atribuições para realizar aquele projeto constitucional do Estado Democrático de Direito, e se articular, obviamente, com a sociedade, com a comunidade científica, com as demais instituições, com a Defensoria, com todas as organizações e movimentos da sociedade que tenham finalidades comuns.

Além disso, aquele agente processual, aquele promotor de antigamente, era intuitivo, ele atuava de acordo com a própria intuição, o que ele achava que fosse

conveniente naquele processo para definir a guarda de uma criança, por exemplo, ele colocava no papel. Hoje a gente tem uma tendência de desenvolvimento da instituição no sentido de ter um apoio técnico qualificado, estamos começando a caminhar, e é uma caminhada longa. Mas hoje é muito clara a necessidade de que o promotor seja reflexivo, de que ele parta do pressuposto de que só conhecer leis não adianta, não resolve.

É um passo importante, mas existem diversos outros. Existe a necessidade de se fazer uma avaliação crítica, uma avaliação interdisciplinar da realidade social e, repito isso porque é muito importante; de articulação com a sociedade, porque aqueles que ocupam os cargos no Ministério Público não são os que definem o que é a vontade geral, pois quem define o que é a vontade geral é o povo. Então existe essa necessidade de um caráter reflexivo da atuação.

E, por fim, como eu disse, aquela atuação que tem sido chamada por quem estuda o Ministério Público, de uma atuação com perfil demandista. Resolver os problemas por meio do processo judicial tem dado lugar para uma atuação resolutiva, uma atuação que põe fim aos conflitos, que põe fim aos problemas, que põe fim às omissões do Estado, por meio da indução de políticas públicas, por meio da interferência nas disputas que existem para realização do Estado Democrático de Direito, do Estado de bem estar social, para afirmação dos direitos sociais, para afirmação dos direitos humanos.

Basicamente, esse é o grande dilema existente hoje no Ministério Público, e não só no Ministério Público, mas em todo o sistema de justiça, porque a gente tem já há quase três décadas uma Constituição que projeta certo estado de coisas que não coincide com o estado de coisas existente hoje e esse projeto, esses fundamentos, objetivos fundamentais não podem ser es-

quecidos no dia a dia. O Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Polícia, as Procuradorias não podem ser perder na burocracia do dia a dia, esquecendo que têm um papel importante de construção da democracia real, da igualdade material, que é isso que a Constituição impõe, é isso que a Constituição manda.

Então, a contradição a que eu me referia é a existência de funções, de deveres constitucionais, deveres institucionais muito arrojados para uma estrutura e também para um perfil cultural muito tímido no tocante ao cumprimento desses deveres. Então essa é uma tentativa de uma auto percepção do Ministério Público hoje e que eu queria compartilhar, para que a gente pudesse discutir dentro da perspectiva das políticas públicas de saúde mental.

Infelizmente, no dia a dia, não sou das pessoas mais otimistas, eu queria ser mais, mas não sou das pessoas mais otimistas em relação ao Sistema de Justiça, mas ao mesmo tempo um panorama que não é tão favorável à realização daquele projeto da Constituição funciona também muitas vezes como um estímulo para a gente fazer o nosso trabalho com mais entusiasmo e tentar mobilizar cada vez mais gente para levantar essa bandeira da realização do Estado Democrático de Direito projetado pela Constituição de 88.

DEBATE

Pessoa não identificada: Para provocar, segundo ela mesma afirma, a pessoa fala de uma violência ideológica, não reconhecida, praticada por profissionais psicólogos quando atuam como peritos para o juiz. Por meio de laudos acabam perpetuando a violência. Cita a autora Maria Helena Patto que fala do caso daqueles dois meninos de Ribeirão Pires, que morreram devido ao laudo da psicóloga que falou que eles manipulavam a realidade para ter vantagem própria, e foram levados de volta para a família. Cita também Sidney Shine que apresenta uma estatística em que em mais de 80%, em algumas regiões 96%, dos casos, o juiz dá a sentença de acordo com o laudo. Não é papel do psicólogo dar sentença, até porque, além do Código de Ética da psicologia, tem as resoluções que delimitam seu trabalho. Conclui dizendo que a violência do psicólogo está aí e isso nasce na academia, nasce na formação. Termina dizendo “não vamos perpetuar a violência, vamos combatê-la e começar dentro de casa”.

Cláudia: Sou psicóloga da equipe técnica do Juízo das Varas Especiais do Fórum do Braz. Queria dizer para o doutor Daniel que eu tenho bastante tempo na área e gostaria de ser apresentada a este Ministério Público que o senhor explicou esta noite aqui. Enfim, sou psicóloga, não sou advogada, mas de tanto lidar com isso a gente acaba sabendo um pouco os termos, enfim, o que eu sei que está acontecendo bastante, a história do agravo de instrumento para adolescentes que foram desinternados

por ordem judicial. O Ministério Público recorre, e não raras vezes o adolescente, porque aí, claro, o problema é também do judiciário que julga procedente, e não raro o adolescente está em casa, está cumprindo uma medida em meio aberto, enfim, tocando a vida dele, e tem sido às vezes obrigado a voltar, condução coercitiva, porque o promotor entendeu que não foi atendido no pedido de ser avaliado pela equipe técnica antes de o juiz decidir se ele ia ser desinternado ou não. Quer dizer, é um prejuízo para aquela família, para aquele adolescente, para todo mundo.

Camila: Sou psicóloga e atuo no Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto. Então, primeiro eu queria colocar aqui que eu falo contra a criminalização da pobreza e também contra redução da maioridade penal, e então a questão que eu queria colocar para vocês é que a gente vê que existe essa tentativa de interdisciplinaridade, só que como isso se efetiva de fato, porque na verdade os meninos que chegam para cumprir LA (Liberdade Assistida) ou PSC (Prestação de Serviços Comunitários) já passaram por cima do ECA diversas vezes. Quando vai avaliar uma medida no intuito de pedir o encerramento, na verdade não temos autonomia nenhuma. Então, o que é julgado ali é se o menino está ou não na escola, se ele está ou não trabalhando, não importa em que trabalho. É escolarização compulsória, não importa em que escola. Não importa para onde a gente está encaminhando esse menino, parece que tudo acaba sendo uma coisa muito higienista. Então a minha questão é como a gente consegue, como profissional que está trabalhando diretamente com esses adolescentes, com essas famílias, **como a gente consegue fazer valer o nosso trabalho de fato, porque se quando chega para uma audiência ou para o encerramento a única coisa que vale de fato são pensamen-**

tos que muitas vezes a gente vê que são um pouco arbitrários, moralistas e jogam toda essa culpa para o adolescente, para as famílias pobres. Que meios a gente tem de ir contra isso? Essa é a minha questão.

Ermínia: Sou psicóloga da área da saúde pública há muito tempo, mas aqui assumi a tarefa que vocês delegaram ao CRP 06 de montar uma comissão de política pública no estado de São Paulo. Então estou falando deste lugar e aí vou contar para vocês que a gente espera que esse debate vire um material de orientação aos psicólogos, que pretendemos lançar no dia do psicólogo. E aí a pergunta para a mesa é muito direta. O que vocês acham que seria **fundamental constar neste material para nos ajudar a pensar, ou seja, a gente está aqui com com a equipe técnica do Conselho, a Irene, o Daniel que vão nos ajudar nessa tarefa, então a gente queria que vocês falassem um pouquinho sobre isso.**

Cleide: Sou da cidade de Ferraz de Vasconcelos, e eu trabalho no SUAS, na gestão. A minha pergunta é como nós psicólogos podemos garantir o nosso direito na questão do sigilo quando a gente faz algum tipo de atendimento. Lá em Ferraz aconteceu uma situação bem vexatória, que foi uma questão de **busca e apreensão de um prontuário** que estava dentro do CREAS, e o prontuário a pessoa que estava lá levou por conta que falou que ia prender a psicóloga, foi um rebuliço. Então, como a gente pode fazer isso. Então, a partir desse espaço que a gente está enquanto técnica, enquanto coordenadora de serviço, **como a gente pode garantir que realmente esse sigilo vai ser obedecido?**

Daniel S.A. Guimarães: Bom, as perguntas fo-

ram extremamente interessantes. É uma pena a gente não ter mais tempo para que esse debate seja mais longo. Sobre o Ministério Público do mundo real e o Ministério Público da Constituição: quando falamos em Direito, estamos falando de normas. As normas do direito têm basicamente dois tipos. Tem aquelas que se prestam à preservação de uma determinada situação, por exemplo, as normas que protegem a posse, que estabelecem os direitos de reintegração de posse ou então que vedam condutas que violem o outro, prática de violência, são normas destinadas a preservar um determinado estado de coisas. Eu tenho direito de que ninguém venha aqui agora e me agrida. Isso é garantido por normas que criminalizam a lesão corporal, homicídio, a tortura. Então, existem normas que são destinadas a preservar um determinado estado de coisas. Com essas, o sistema de justiça tradicionalmente até que sabe lidar relativamente bem.

Agora, existe um número muito grande de normas que tem o papel de transformar um determinado estado de coisas. E dá para perceber nessa minha brevíssima menção ao que é o projeto constitucional de construção do Estado Democrático de Direito, que essas normas que se destinam à transformação de uma realidade são, no sistema do direito brasileiro, muito mais importantes. Elas dizem respeito a fundamentos da República, elas dizem respeito a objetivos fundamentais. O Ministério Público, como qualquer outra instituição, se encontra em permanente desenvolvimento histórico, e eu fiz questão de acentuar a dimensão da contradição que o Ministério Público vive hoje. Um Ministério Público que tem uma estrutura e uma cultura que se prestava a um determinado papel, que ficou no passado, e uma imposição por parte da Constituição que o Ministério Público seja outra coisa.

Agora, eu não sou tão pessimista assim em relação

ao Ministério Público. Existe muito trabalho de elevadíssima importância sendo realizado pelo Ministério Público no país todo. Então não dá para a gente também generalizar. Agora, é claro que existe, em todos os setores, públicos e privados, e vai haver sempre, a disputa entre a parte mais conservadora e a parte que está mais atenta ao que a Constituição impõe, ao que a Constituição manda. O Ministério Público que eu descrevi é o Ministério Público da Constituição, é o Ministério Público do mundo do dever ser, é o Ministério Público que deve ser. Então eu estou falando do que o Ministério Público deve fazer, não do que o Ministério Público faz, até porque eu não tenho dados científicos, eu não sou pesquisador, não sou sociólogo, eu não tenho condições de fazer uma avaliação técnica, uma avaliação com fundamento científico, sobre o que o Ministério Público faz hoje. É claro que eu me interesso por estudos sobre isso, mas não me sinto qualificado para fazer uma avaliação sobre o que o Ministério Público é hoje.

O que eu sei, que eu deixei claro, é que no todo não é o que a Constituição manda que seja. Não dá para a gente entrar em pormenores, exemplificar áreas de atuação, casos, isso não dá. Mas no todo, no conjunto da obra, não é. A gente está falando em adolescentes em conflito com a lei, a gente podia falar em alguns promotores em conflito com a Constituição. Existe. Os direitos, e aí é uma questão também de filiação filosófica pessoal minha, eu vejo os direitos como algo de construção histórica, não algo que está lá no papel da lei, que o juiz que é alguém iluminado sabe interpretar melhor do que ninguém o que está lá. Não, não é isso, os direitos são de construção permanente. E o Ministério Público, que é uma garantia de todos nós, o Ministério Público que é aquela instituição que tem o dever, tem a obrigação de ser o vocalizador dos interesses da sociedade, também é de construção histórica. E se en-

contra, fiz questão de enfatizar isso, no momento de uma contradição muito acentuada, em que um modelo ultrapassado persiste e uma instituição nova vai nascendo, com todas as dificuldades que essa contradição acarreta.

Sobre a questão das medidas em meio aberto, infelizmente, eu completo no mês que vem 13 anos de Ministério Público, nesses 13 anos eu atuei em diversas áreas, atuei muito pelo interior, rodei bastante o estado, e atuei principalmente nas áreas da probidade administrativa e do urbanismo. Mas atuei também na área da família, na área da infância e juventude, e pude verificar que infelizmente a realidade é exatamente a que foi relatada aqui por vocês. Em alguns casos, o que existe é o acolhimento dos pareceres do setor técnico de maneira totalmente acrítica. E com fundamentações desse tipo, é o que eu disse, por que eu disse, e ponto. Por quê? Porque para o juiz, eu não estou fazendo crítica nenhuma a nenhum juiz específico, mas muitas vezes com aquela pilha enorme de processos, aquele monte de coisas para resolver, acaba sendo uma saída mais fácil. Eu não estou dizendo que isso se justifica, eu não estou dizendo que é correto, mas infelizmente é o que acontece muitas vezes na prática. Juízes, promotores, defensores, enfim, muitas vezes aquele que é operador do Direito, que não tem conhecimento específico na área da psicologia, da assistência social, acaba seguindo aquele relatório de maneira absolutamente acrítica, sem interesse, por exemplo, de buscar saber. Olha, aqui foram formulados quesitos que criticam esse laudo. Vamos buscar entender melhor isso aqui? Infelizmente, isso muitas vezes não acontece. E muitas vezes acontece o contrário também, muitas vezes se seguem motivos utilitaristas, motivos buscados no senso comum, os motivos mais inadequados desprezando-se o trabalho dos núcleos de apoio interdisciplinar. As duas coisas acontecem.

Na verdade a sensação que eu tenho, agora estou dando um testemunho pessoal mesmo, a sensação que eu tenho nesses 13 anos de Ministério Público é que muitas vezes os profissionais do meio jurídico têm essa fama de ter certa soberba, de achar que são os donos da verdade, e muitas vezes isso acontece mesmo na prática, muitas vezes simplesmente a participação daqueles que contribuem para iluminar o nosso caminho, daqueles que contribuem para que a nossa atuação seja uma atuação reflexiva, seja uma atuação conseqüente, acaba sendo desprezada. O que fazer? O que fazer, infelizmente, é a articulação quando é possível, porque aí vai depender da composição subjetiva de cada instituição, de cada organização, de cada movimento naquele lugar.

Mas é quando é possível a articulação com o Ministério Público, com a Defensoria, com os movimentos sociais, com as organizações da sociedade, enfim, com órgãos públicos que tenham competências, finalidades que sejam afins, e muitas vezes a gente vai ficar na mão mesmo. Não são só vocês. Todos nós muitas vezes acabamos nadando contra a corrente, muitas vezes ficamos realmente sem o que fazer. E no Ministério Público muitas vezes nos deparamos com situações assim. Um trabalho enorme é feito com a devida articulação com a sociedade, com os movimentos e com todo mundo que é necessário para que o Ministério Público cumpra realmente seu papel, e muitas vezes esbarra se num conservadorismo do poder judiciário, simplesmente põe fim à questão ali e como muito bem observado pela Marília, põe fim à questão no processo, mas o problema social continua existindo. Infelizmente, isso acontece muito e isso acontece com todos nós e temos que saber lidar.

Infelizmente me parece que a cultura hegemônica é voltada à preservação desse estado de coisas que

não é o estado de coisas que a Constituição quer, e para quem nada contra isso, para quem rema contra essa corrente, é imprescindível saber lidar com a frustração. Muitas vezes ela vai acontecer, e é necessário usarmos nossa criatividade, procurar caminhos, não ser derrotista, mas também é necessário, às vezes, a gente saber que não vai ter caminho. Infelizmente, nessa batalha a gente, na minha avaliação pessoal, perde mais do que ganha. Nem por isso, a gente deve deixar de lutar. Então, me parece que o que dá para fazer é isso, é procurar uma articulação que seja estratégica, que seja eficiente para aquela situação concreta, e procurar os caminhos que sejam viáveis, e quando não houver caminho saber lidar com a frustração e pensar na próxima batalha.

Com relação ao sigilo dos dados do psicólogo nos laudos, eu vou pedir desculpa a vocês. Vou ser franco, eu não atuo na área da infância, juventude e da família há um bom tempo, pelo menos uns 4, 5 anos, não sei se houve alguma alteração, mas, pelo que eu me lembro, os dados não eram sigilosos. Então, eu desconheço. Eu conheço um mecanismo de preservação de dados de testemunhas, de vítimas. Dos profissionais do setor técnico, eu desconheço. Então, vou pedir licença para não responder. Era isso que eu tinha para contribuir com as perguntas que foram feitas e continuo à disposição. Precisamos realmente discutir mais e buscar essa interação que é tão difícil quando falamos em sistema de justiça.

Marília M. Almeida: Bem, gostaria de agradecer os comentários, as perguntas. Aproveito para emendar falando da questão do sigilo. É bastante preocupante quando as disputas de poder interferem na nossa atuação. Se a profissão tem um Código de Ética, tem resoluções do Conselho dando certas diretrizes e aí vem o outro po-

der e diz que não, que pode ter acesso a isso, é bastante complicado. Acho que é uma discussão interessantíssima. Existe, por exemplo, caso de juiz que impõe uma decisão que invalida resolução de Conselho. Que regime jurídico é esse em que a gente vive? Se existe um Conselho, existe resolução, como um juiz invalida aquela resolução? Enquanto essa discussão não amadurece, acho que uma dica para os profissionais com relação ao sigilo é manter um registro com os procedimentos que foram realizados relativos ao caso, um registro geral que possa ser disponibilizado para qualquer profissional que pedir, e ter o registro sigiloso à parte. Porque se vier alguém com a obrigação de fazer uma busca e apreensão do seu relatório, você vai apresentar o relatório que pode ser apresentado, que possa ser comunicado a outros setores, e é obrigação do profissional conseguir colocar no papel esse relatório. Acho que isso é importante, ter um documento de registro que possa ser disponibilizado, e ter um lado B sigiloso. Acho que essa pode ser uma dica útil, e é o que a gente tem feito nos nossos sistemas de registro, se limitar ao que pode ser compartilhado. Se você quer ter um registro mais detalhado tenha o seu registro pessoal.

Sobre a questão das famílias, eu acho que é problemático termos um modelo de família. Temos que pensar que a família hoje é múltipla. Existem famílias formadas por uma mãe, por um pai, por duas mães, por dois pais, por diversos pais e mães com diversos filhos, isso é uma realidade com que temos que lidar. Isso não é um problema. O profissional de psicologia precisa trabalhar com o sofrimento das pessoas nas situações em que elas estão, sem o modelo prévio de um ideal a ser alcançado, porque a riqueza do fenômeno social está aí e a gente precisa lidar com isso. Não é um problema a família ser formada fora do modelo padrão que se espera, e o trabalho do

psicólogo é lidar com os sofrimentos que ali estão e lidar com o acesso de direitos a essas famílias, independente da estrutura, independente do modelo. Temos que superar essa visão de uma família ideal. São pessoas que viveram um processo de exclusão social, que não tiveram acesso a direitos, e que hoje sofrem com negligências e precisamos fortalecer essas famílias. Não é julgando-as como erradas que vamos fazer um bom trabalho, pelo contrário, temos que reconhecer o sofrimento envolvido naquela situação para pensar nossa intervenção e isso é um compromisso ético da profissão, de não promover julgamentos das pessoas, mas sim encontrar os meios, as ferramentas que temos para intervir nos casos.

2.FORMAR PARA A AÇÃO
Os desafios para a Psicologia
em Políticas Públicas

Bruno Ferrari Emerik

Psicólogo, doutorando em saúde coletiva pela UNICAMP, professor de psicologia da Universidade São Francisco, supervisor da residência multiprofissional em saúde mental da UNICAMP, membro do núcleo de formação do CRP/SP- Coordenador da mesa.

Em primeiro lugar queria cumprimentar a comissão organizadora pela realização desse seminário com importantes discussões acerca da nossa profissão, e que não se restringe apenas à psicologia, mas como a psicologia faz interface com outras áreas, outros saberes, e sobretudo com os sujeitos com os quais ela se encontra e se propõe a ofertar cuidado, possibilidades de diferentes encontros. Penso que o tema da mesa de hoje é um tema bastante caro, com certeza para nós da mesa, mas também para todo mundo que está em processo de formação ou já formado. Eu entendo a formação como um processo, ou seja, algo interminável, que tem as dimensões teóricas, a dimensão do estágio em campo, de pós-graduação, mas também a dimensão da formação em ato no próprio campo, seja nas políticas públicas da saúde, da assistência, em várias outras. Então, acho que é um tema que abre diferentes vertentes e leques para discutirmos. Estava lembrando um texto de J.L Bondia educador espanhol, que é bastante interessante e bonito, chamado **Sobre a experiência e o saber da experiência**, no qual ele

faz uma crítica à sociedade da informação e ao excesso de informações e racionalizações que muitas vezes nós vivemos, e fala da importância de adquirir um saber a partir de um encontro e a gente tem que ter certa passividade para que as coisas nos toquem e nos atravessem, e não simplesmente passem pela gente sem fazer nada. Ele entende que a partir disso é possível pensar a experiência enquanto algo que dá sentido ao que a gente é e ao que nos acontece. Se a gente fala da experiência nesse sentido de construir novos significados para as relações, é fundamental pensar que nós temos que ter diferentes experiências no encontro com os usuários, com os colegas de trabalho, com a academia, com os saberes populares, com os movimentos sociais, porque tudo isso forma o corpo que a gente entende que tem que ser amplo dentro da psicologia.

Maria da Graça Marchina Gonçalves

Psicóloga, doutora em psicologia social pela PUC/SP, e é atualmente professora assistente doutora na PUC/SP; pesquisadora nos temas políticas públicas e desigualdade social. Foi conselheira do CRP/06, na gestão 2001-2004; presidente do CRP/06 na gestão 2004-2007; e conselheira do CFP na gestão 2007-2010, quando foi também coordenadora do CREPOP.

Queria começar agradecendo o convite para estar aqui, pois esse é um tema que nos é caro e é importante discutirmos. Então, é com um grande prazer que estou aqui participando com vocês desse seminário. Trouxe alguns apontamentos sobre a história da psicologia para entendermos por que certas marcas são tão fortes ainda. Muitas questões nos parecem resolvidas no sentido de pensar outra concepção de saúde mental, uma outra concepção de cuidado em saúde mental, outras concepções de cuidado ao adolescente, às crianças em situações diversas e complicadas que a gente vive, enfim, tantas questões em que avançamos. Ao mesmo tempo no debate, na proposição de novas práticas, especialmente no campo das políticas públicas ainda nos deparamos com muitas dificuldades, que muitas vezes começam na formação e se reproduzem na prática cotidiana. Portanto é importante entendermos como essas concepções se formam, se mantêm, se reproduzem. A minha fala sobre esses aspectos da história da psicologia tem um pouco a ver com isso.

E o recorte que fiz, claro que eu não vou falar da história da psicologia de uma forma geral, é para pensar a história da psicologia no Brasil, em relação a um campo social onde se desenvolvem políticas públicas. Fiz esse recorte para pensarmos como isso impacta ainda a atuação em psicologia, e a formação que ainda precisa ser muito repensada e revista para conseguirmos chegar ao tipo de profissional que achamos importante. Quando começa essa discussão? A discussão da psicologia e das políticas públicas é relativamente recente para nós. Não é recente o tempo em que a psicologia esteve no campo social, relacionada de alguma maneira com políticas públicas, mas é relativamente recente tomarmos esse campo e essa temática como foco, para uma reflexão sobre políticas públicas em geral. No final dos anos 90, início dos anos 2000 essas questões começam a aparecer como importantes em um processo que vimos tentando implantar no Brasil de políticas públicas que garantam os direitos sociais preconizados na Constituição de 1988. Estou falando do final da década de 1990. Já haviam se passado 10 anos, mas estávamos vivendo uma série de dificuldades para pôr em prática aquilo que haviam sido conquistas dos movimentos sociais, de garantir direitos sociais, e garantir que o Estado se responsabilizasse pela implantação de políticas para atender esses direitos. Estávamos no Brasil com uma série de questões, com as políticas pouco desenvolvidas em algumas áreas. O SUS, que era a área mais forte e desenvolvida, vivia, e vive até hoje ainda, a necessidade da reformulação da saúde; mas já existia a contrarreforma, como alguns analisavam, quer dizer, todo um movimento contrário aos princípios do SUS. O SUAS não existia, ele é de 2005; era uma coisa prevista na Constituição, mas que não havia sido colocada ainda como um sistema, como uma forma de atuação organizada. Enfim, a própria

área da criança e do adolescente, onde já se tinha aprovado o ECA, mas que estava lá lutando pela implementação de políticas que realmente garantissem um sistema integral de garantias de direitos da criança e do adolescente.

Então, é um retrato de uma década em que, ao mesmo tempo em que a sociedade tinha tido conquistas na direção dos direitos sociais e na luta por políticas que garantissem os direitos sociais, vivíamos todas as crises econômicas e sociais, toda a lógica do neoliberalismo, toda uma concepção de enfrentamento da crise do capitalismo que apostava na direção contrária ao que precisaríamos para termos políticas públicas sociais se desenvolvendo.

Rapidamente pincelando, com o fim da ditadura, era necessário democratizar o Estado, rever as estruturas estatais que vinham de um período de autoritarismo. Na verdade, o Estado brasileiro sempre foi autoritário, mas vínhamos de um período recente de 25 anos de ditadura onde esse autoritarismo ficou mais forte, e aí na década de 90 uma crise, uma lógica contra o fortalecimento do Estado, porque entra toda a discussão do neoliberalismo e do Estado Mínimo. Fazia-se a crítica a um Estado ineficiente e corrupto que precisaria ser reduzido; desenvolvia-se a lógica da privatização, do deslocamento para o mercado de serviços necessários para atender às demandas das pessoas. Então, tudo isso que acontece na década de 90 e mostra um movimento que é bem peculiar no Brasil, de uma certa contramão do que se esperava. Enquanto está se desmontando o Estado do Bem-estar Social, o Brasil está querendo chegar em alguma coisa parecida com ele, nós que sempre tivemos o *Estado do mal-estar social*, como alguns gostam de dizer, apontando a falta de políticas que atendam o bem-estar social.

A psicologia tem uma relação com esse cenário, e começa a colocar em questão, assim como outros

trabalhadores da área social, a sua possibilidade de atuação. Quer dizer, ser um trabalhador da área social levanta essas questões, como desenvolver um espaço de atuação, como avançar nas conquistas dos direitos e da construção de sistemas de proteção social. Enfim, é uma luta mais geral dos trabalhadores dessa área, da população, dos movimentos sociais, e da psicologia. Uma psicologia que vinha de uma série de tentativas de uma parcela da categoria que participou dos movimentos de defesa da criança e do adolescente, que trabalhou pelo ECA, que trabalhou pelo SUS, ou seja, uma parcela da categoria afinada com esse tipo de demanda e necessidade, e que também enfrentava essas questões.

Mas, essa não é toda psicologia. Como foi o desenvolvimento da nossa profissão na relação com esse campo? Até para a gente entender por que certas concepções são tão fortes e tão difíceis de superar. A nossa profissão começa na relação com o campo do atendimento dos direitos, o campo social, com o que eu chamo de uma presença ausente ou uma ausência presente. O que é isso? Temos um período em que a psicologia nem era profissão regulamentada ainda, mas já era utilizada por outros profissionais como um saber neutro e universal, que fala do homem em qualquer contexto e qualquer lugar, até por que era assim que a psicologia pensava o seu conhecimento. Pensava-se: Estou tratando do indivíduo, do ser humano, da subjetividade, isso que é tão intrínseco aos indivíduos, tão próprio de cada um, que não importa muito onde as pessoas estão, o que está acontecendo com elas, porque estou falando daquilo que é mais íntimo de cada um, mais individual.

Então, essa psicologia que produzia um tipo de saber como esse, com uma compreensão do indivíduo descolado do seu contexto, um indivíduo no sentido mais radical, ela servia e estava realmente a serviço de outras

profissões, como os médicos, os educadores, o pessoal da justiça. Isso falando no campo mais público, mas sabemos que no setor privado também é essa lógica. O administrador usava de alguma forma aquilo que a psicologia fazia, que era descrever, classificar, tentar certa previsão de um desenvolvimento normal das pessoas, e tentar identificar ou prever possíveis desvios que poderiam acontecer nesse desenvolvimento normal. Isso foi discutido e criticado por muita gente, argumentando que a psicologia, com o tipo de conhecimento que produziu, ofereceu à sociedade e a esses outros profissionais um saber que se supunha técnico, neutro, universal, e que colocou os profissionais da psicologia, a serviço de outros profissionais, com uma participação secundária. Então, essa foi a forma predominante, ou bastante presente, de participação da psicologia no campo social.

Com a regulamentação da profissão em 1962, no contexto político que é o da Ditadura Militar (o golpe é em 64) temos um início de profissão muito marcado por uma ideia de que a ascensão para as classes médias se daria pela abertura do próprio negócio. Diante das características do desenvolvimento econômico que foi imposto pela ditadura, os espaços de ascensão social estavam reduzidos, porque ocorre a entrada do capital internacional, a entrada das multinacionais, o fim dos pequenos negócios. Claro que eu estou simplificando a análise, mas aí sobra para as classes médias a possibilidade de ascensão social via ensino universitário, aquele que permitia ser profissional liberal. Abrir um escritório de advocacia, um escritório de arquitetura, um consultório médico, ou um consultório de psicologia, passa a ser uma alternativa. Então, há uma entrada forte da profissão de psicólogo em um período em que aumenta o número de cursos superiores, e temos a formação de muitos pro-

fissionais com essa visão de abrir o seu próprio negócio.

Ao mesmo tempo o campo social de políticas públicas está muito pouco desenvolvido na direção de um trabalho que requer psicólogos, trabalhadores da área social de uma forma geral. Não há políticas sociais no período da ditadura, por exemplo, para as questões urbanas que começam a aparecer com o desenvolvimento das cidades, com a migração para as cidades, com problemas tais como falta de creches, problemas de moradia, saneamento, mobilidade. As políticas na educação são tecnocráticas, são aquelas que buscam resultados, e não tem espaço para um trabalho social. Não é à toa que não encontramos trabalho para psicólogo nesses espaços. O campo social está reduzido, e o próprio negócio é a alternativa.

Estou enfatizando um pouco algumas características para entendermos que o modelo do consultório particular, que trouxe tantas marcas para a nossa profissão, tem um início muito forte dadas as características da psicologia, que se associaram ao contexto histórico e político. Características da psicologia no sentido do conhecimento psicológico servir em qualquer situação, dado que estamos falando do indivíduo, uma psicologia que predominantemente naturaliza, descontextualiza, não atenta para as questões sociais. Uma psicologia que vai se desenvolver no consultório, espaço isolado, de pouco debate público, até porque estamos no período da ditadura, não tem debate público nenhum, as pessoas ficam isoladas, cada um fazendo o seu trabalho. Então, esse isolamento, essa visão, vai propiciar um crescimento da categoria e da profissão com essa marca, individualizada, fechada, com pouco espaço para o debate, e alimentada pelo conhecimento da psicologia que tinha a ver com isso. Isso é o que eu chamo de ausência presente, quer dizer, o psicólogo estava no campo social, mas acabava estando com esse

tipo de visão, oferecendo laudos, avaliação psicológica, para outros profissionais, previsão de comportamento em determinados lugares, formas de se ajustar às instituições, conhecimentos que poderiam servir a outro tipo de intervenção, de responsabilidade de outros profissionais.

Entretanto, nessa mesma época aparece, de uma forma minoritária, mas que tem consequências importantes, o que eu chamei de presença ausente, que se refere a uma parcela da categoria que começa a querer um outro lugar para a profissão, e que vai procurar se agregar aos movimentos sociais, que no Brasil se juntam durante a ditadura lutando pela democratização da sociedade. Quando em 88 temos uma Constituição que luta por direitos sociais, ela é resultado desse processo de luta pela democratização e pelos direitos sociais ao mesmo tempo. Isso faz com que tenhamos a inclusão dos direitos sociais pela primeira vez na Constituição. E uma parcela de psicólogos participa disso, os psicólogos ligados aos movimentos de saúde, aos movimentos que começaram em meados da década de 80, da luta antimanicomial, aos movimentos ligados à criança e adolescente. Temos uma série de possibilidades que têm sua origem, na verdade, na psicologia comunitária no Brasil. A psicologia comunitária vai para esse campo, não pela política pública, institucionalmente, porque as políticas públicas não haviam se desenvolvido, mas procurando trabalhar junto aos movimentos. A psicologia comunitária começa por aí, ela se agrega aos movimentos sociais e procura desenvolver um trabalho direto com a população, dizendo, “nós queremos uma psicologia que chegue à população de uma forma mais ampla, que atenda às necessidades da maioria da população, que fale de problemas sociais relevantes, que lute pela democratização”. Tem também esse outro tipo de participação.

Então, no final da década de 90, há um encontro

dessas duas tendências da psicologia, e ficamos com a pergunta, e agora? E agora que temos a possibilidade de ter o desenvolvimento de políticas sociais, agora que houve um grande crescimento dos cursos, e do número de profissionais, os negócios não vão indo muito bem nesta época de crise, e o consultório começa a ficar limitado. Onde vão trabalhar tantos psicólogos? Como a psicologia pode avançar nessa luta por ampliação dos espaços de atuação? Isso é importante, porque é uma categoria que cresceu e se considera importante, tem que ser reconhecida, então precisa de local de atuação que seja legítimo. Ter uma demanda corporativa como essa é uma coisa legítima. Mas, como fazer isso sem ser corporativista, ficar defendendo os interesses pelos interesses e ficar inventando coisas para a psicologia fazer só para garantir trabalho? E é aí que começou a ser discutido, pelo viés de um projeto ético-político para a profissão, o campo das políticas públicas.

E passamos a discutir como rever e reposicionar a psicologia para superar os limites vindos dessa história. Sabemos fazer coisas no campo social, mas não fazemos institucionalmente porque, quando isso começou, não tinha nem onde fazer, não tinha política social sendo desenvolvida. Sabemos fazer muita coisa no consultório, mas não conseguimos trazer isso para o campo social; ou, quando chegamos no SUS, não dá muito certo montar o consultório, como os psicólogos tentavam fazer o consultório dentro do SUS. A gente ouviu à exaustão esse tipo de reclamação de outros profissionais, que tinham uma compreensão mais clara do espaço de atuação, da chegada dos psicólogos tanto no SUS quanto no SUAS; do psicólogo que chega e quer montar o seu consultório. E por que isso acontecia? Acontecia porque o psicólogo estava super bem intencionado, mas foi formado enquanto categoria profissional que reproduzia esse modelo e não sabia fa-

zer outra coisa. E tínhamos um campo novo, o SUS estava se instalando, se ampliando, e depois se instalou o SUAS.

Todos esses espaços estão ainda definindo quais são as ações relevantes e adequadas para esse campo, e a psicologia tem que discutir isso. A discussão que estamos fazendo, desde o início dos anos 2000, é para pensar o que é ter atuação nas políticas públicas, como fazer uma ruptura com aquela psicologia que tem uma história que conseguimos entender por uma série de fatores da realidade social, da própria característica da psicologia que predominou, essas coisas articuladas, mas que precisa ser vista e superada.

Quais foram as implicações disso para a formação? Sabemos que tem aí uma política educacional que vai favorecer o crescimento dos cursos, até porque tem a ver com certa lógica de desenvolvimento, é preciso crescer o número de pessoas formadas no ensino superior, portanto tem que expandir o ensino superior. E por onde que ele expande? Pelo ensino superior privado. Temos um boom, um crescimento grande do ensino superior privado ainda na década de 70, e temos um novo grande crescimento na década de 90, porque era preciso aumentar os níveis em termos de exigências, até internacionais, para o Brasil ser considerado um país que está se desenvolvendo. E cresce o número de pessoas formadas.

Mas, o Estado não vai assumir isso. Então, o que se expande é o ensino superior privado. Isso marca também a formação. Por quê? Porque o ensino superior privado é aquele que vai lucrar; quer-se lucrar com o negócio que se abriu. Aliás, era o tempo de abrir negócios, a privatização é essa lógica, o mercado aberto para qualquer tipo de negócio, inclusive a educação, a saúde, etc. Então, vamos abrir cursos superiores. Evidentemente, com essa lógica sabemos que não se sustenta pesquisa, formação de qualidade, supervisão com

cuidado, práticas pedagógicas que tenham a participação das pessoas, tudo isso é caro e não é a mensalidade de aluno que consegue pagar. Então, esse modelo levou a maioria dos cursos a essa lógica de uma formação tecnicista, de reprodução do que já existia, de aplicação de um conhecimento já existente, sem muita reflexão sobre os contextos de atuação, sobre o que deveria ser reformulado.

Vivemos isso ainda na década de 90, quando a formação passa a ser um tema da psicologia. Temos vários eventos importantes na década de 90, temos a famosa Carta de Serra Negra, que foi o primeiro grande encontro promovido pelo Conselho Federal de Psicologia e os conselhos regionais para discutir a formação, onde se levantaram princípios da formação, atacando essas questões, a falta de pesquisa, a falta de uma formação crítica voltada para a realidade brasileira. Claro, você importa conhecimento, ensina uma forma de reproduzi-lo com pouca experiência de estágio, pouca experiência prática, nenhuma pesquisa, então a realidade brasileira não entra na formação. As concepções tradicionais são reproduzidas e não questionadas.

Isso passa a ser criticado pela própria categoria, que vai fazer uma série de movimentos na década de 90. Vejam como as coisas são paralelas, uma insatisfação com a profissão, “não dá, a gente precisa ocupar outros espaços”, uma insatisfação com a formação, “essa formação não serve, porque é tecnicista, privilegia um único modelo de atuação, porque ela está desvinculada das questões da realidade brasileira”. E aí que começam esses movimentos, temos a Carta de Serra Negra, depois o Fórum de Formação, e no final da década de 90 foi criada a ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, porque a formação é uma questão importante que deve ser cuidada diretamente. E aí começam a ser explicitados princípios para interferir na formação.

Em parte isso se consegue com as diretrizes curriculares.

Em 1996 tinha mudado a Lei de Diretrizes e Bases para Educação e todos os cursos superiores precisavam traçar novas diretrizes curriculares nacionais para substituir os currículos mínimos. E houve uma discussão que tentava fazer essa junção, qual psicologia a gente quer e com qual modelo de formação. A ideia, por exemplo, da diversidade da psicologia está presente nas diretrizes, quer dizer, a psicologia a ser ensinada na graduação tem que apresentar diversidade teórica, epistemológica, mas também a diversidade de práticas, de campos de atuação, de modelos de atuação profissional. Então, tentamos interferir, como grupos organizados nas entidades, na formulação das diretrizes.

Foi um período super difícil, super polêmico, porque de novo a gente tinha aqueles dois modelos se debatendo, o que deve ser a formação, e um outro modelo que atravessava, e que também tem a ver com a nossa história, que é o modelo da ciência versus o modelo da profissão. Havia uma cisão forte na psicologia entre a psicologia científica e a psicologia da profissão. E por aquela cisão que eu mencionei, os cursos superiores e universidades privadas, que não desenvolvem pesquisa, vão formar os profissionais que vão aprender o que tem que fazer para atuar profissionalmente. As universidades públicas, que têm condições de fazer pesquisas, vão formar os pesquisadores, mas não necessariamente pensando no que estão fazendo os profissionais. Então, temos uma cisão entre a psicologia como ciência e a psicologia como profissão. Não é à toa que depois foi organizado o primeiro Congresso Ciência e Profissão, que teve a quarta edição agora em 2014, porque era necessário discutir essa relação.

Nas diretrizes, em uma primeira versão, algumas escolas poderiam ter o perfil de pesquisador, e ou-

tras não. Tínhamos três perfis de formação: o psicólogo, o psicólogo bacharel que vai fazer pesquisa, e o psicólogo professor. E isso foi muito questionado por aqueles professores e psicólogos que pensavam que não se pode separar o pesquisador, do profissional, do que vai ensinar. Quando separamos estamos dizendo que alguns vão pesquisar e alguns vão aplicar o conhecimento. Não pode ser assim, formação tem que ter outra qualidade. Portanto, nas diretrizes, além da cisão entre aquelas duas vertentes mencionadas anteriormente, havia a cisão entre ciência e profissão. Por isso foi difícil ter diretrizes curriculares que avançassem minimamente no sentido de superar os problemas identificados na formação.

Como é que estamos hoje? Hoje temos de maneira clara, sem dúvidas, que a psicologia está no campo das políticas públicas sociais, que ela está nos campos tradicionais, na saúde, na assistência social, na criança e no adolescente, mas está também na defesa civil, na segurança pública, na mobilidade urbana, na moradia, enfim, em vários outros espaços de políticas públicas, e a tendência é crescer, se quisermos que cresça. Mas, ela ainda tem desafios que começam na formação, pois não superou completamente a separação entre os dois modelos e ainda temos debates em muitos espaços da formação entre o social e a clínica, que é uma coisa que parecia superada, mas reaparece por não ter sido bem resolvida. Hoje sabemos que a clínica é algo muito mais amplo que o consultório, fazemos clínica em muitos lugares e essa ideia de só quem está no consultório faz clínica é questionada. Já sabemos disso, mas temos dificuldade em pensar o que é essa clínica ampliada, e como a experiência da psicoterapia, que foi tão importante para o crescimento da psicologia no modelo do consultório particular, pode ser aproveitada em outros modelos de atuação.

São desafios que enfrentamos e que estão presentes na formação. Os cursos ainda estão presos a concepções tradicionais, que pensam o indivíduo fora do contexto, e têm dificuldade em relacioná-lo à realidade brasileira. Esses ainda são desafios para quem está no campo das políticas públicas e para quem está formando profissionais nesse campo. Os nossos desafios, são repensar as práticas, a formação articulada com a pesquisa, pensar a academia para que ela pesquise, forme, e dialogue e se articule com a prática profissional e os desafios desse trabalho cotidiano, como fazer a clínica ampliada, como fazer o atendimento psicossocial, o que é um trabalho socioeducativo, o que é um consultório de rua. Estamos inventando, mas precisamos aprofundar, respondermos e formarmos alunos com essas possibilidades, porque eles não têm o que aprender depois como profissionais, e tentam reproduzir modelos tradicionais que estão superados, dada a realidade de trabalho diferente que se apresenta e as coisas que mudaram.

Precisamos pensar novas práticas, inventar uma coisa que vamos chamar de tecnologia social para fazer valer o trabalho social no campo das políticas públicas. Embora a palavra tecnologia seja rejeitada, precisamos saber como a gente mostra o que é a prática, como a gente objetiva, torna público. Temos que lembrar que não estamos mais no consultório naquela relação tête-à-tête com o nosso cliente. Claro, as pessoas fazem coisas muito sérias e importantes, não estou desmerecendo, mas quero dizer que sair para o espaço institucional significa fazer outro tipo de prestação de serviço. Tem que saber dizer o que é o seu trabalho, por que ele é importante, por que temos que gastar dinheiro público com ele, e isso às vezes é difícil porque não fomos formados como profissionais nesse espaço, e temos que enfrentar esses desafios. E há outro desafio que resume os outros, no meu modo

de ver. A psicologia, muitas vezes se afastou e se afasta da discussão política, e o campo de políticas públicas é um campo onde a disputa política é cotidiana. Tudo o que se faz no campo das políticas públicas é objeto de disputas políticas. Nós ainda estamos lutando pela democracia, pela igualdade, pela justiça, pelo atendimento aos direitos sociais, e isso é um projeto de sociedade, mas não é o único, ou pelo menos a forma de alcançar isso não é uma só, de acordo com as concepções que existem na sociedade. Então, a disputa que existe na sociedade está presente no campo das políticas públicas. E o grande desafio é: como participar disso e como formar para isso? Acho que esse debate temos que levar para a universidade, para os cursos, a ideia de que trabalhar no campo das políticas públicas é trabalhar em um campo onde o debate e a disputa política é cotidiana e temos que estar preparados para isso. Para começar, conhecendo esse campo como um todo, e não se atendo apenas ao atendimento direto. Temos que atender, mas temos que compreender em que contexto estamos atendendo, dentro de qual política geral, o que está em jogo hoje quando os programas e as políticas vão se desenvolvendo, e como fazer uma discussão e se posicionar quanto a isso. A formação tem que garantir sim o ensino do manejo da relação, do atendimento de cada caso, mas também o manejo das relações mais amplas que se dão no campo geral das políticas públicas e que interferem no trabalho cotidiano. Esse é um desafio que, no meu modo de ver, resume todos os outros.

Disete Devera

Graduação, Licenciatura e Mestrado em Psicologia pela UNESP - Assis. Atualmente é psicóloga e psicanalista em Rio Claro e Piracicaba, e Professora da UNIMEP. Atua nos temas: saúde mental, saúde coletiva, atenção psicossocial, reforma psiquiátrica e políticas públicas.

O tema proposto é para mim muito caro, porque ele atravessa há muito tempo o meu exercício profissional. Logo depois de formada trabalhei em política pública, trabalhei muitos anos na Saúde, depois tive a oportunidade de ser gestora em saúde mental, e isso me trouxe de volta para a academia enquanto pesquisadora. É desse lugar que eu me autorizo a convidá-los para pensar um pouco sobre a cena que se coloca hoje. A Graça fez um caminho histórico, e eu me propus a fazer um corte hoje. Obviamente, está marcado e atravessado por todos esse cenário histórico. Nós estamos pegando a psicologia quase como um estudo de caso, mas acho que isso não é privilégio nosso. Isso é uma questão que atravessa a formação do serviço social, da enfermagem, de pedagogia, de todos esses saberes que também compartilham a realidade cotidiana das cenas institucionais. Mas, vou fazer um recorte na psicologia porque é dela que estamos falando.

O que compõe essa complexidade tem essas marcas todas que a Graça trouxe com muita clareza. E está posto o que nos permite hoje ter políticas públicas como SUS e

SUAS, que hoje como proposição estão colocadas, mas elas estão postas enquanto condição para a execução. E pensar no descompasso entre essas políticas públicas e a condição com que esses trabalhadores chegam para construir esse fazer.

No núcleo de formação no CRP fizemos um levantamento no início dos nossos trabalhos, e passam de 120 cursos de psicologia só no Estado de São Paulo. Isso é um número grande, é muita gente se formando. E aí a pergunta é, o que está sendo formado nesse cenário? Que cursos são esses? E vamos levar em consideração que mais de 90 por cento deles são de instituições privadas. E estou falando 90 porque estou incluindo no rol das públicas as confessionais, as pontifícias, as universidades católicas, as metodistas, que não têm uma condição das privadas propriamente ditas. Acho que é importante também fazer essa ponderação.

Nas grades curriculares são exceção os cursos que têm uma disciplina de 4 horas/aula que visa trabalhar em pelo menos um semestre as políticas públicas. Há professores de psicologia social que dão um jeito e montam sua proposta de trabalho incluindo políticas públicas, assim como professores na clínica, nas psicopatologias, nas psicoterapias de grupo. Eu dou aula dessas disciplinas na Metodista de Piracicaba, e construo o meu fazer cotidiano tendo esse atravessamento. Mas, não sei se fosse outro pesquisador, outro professor, se isso estaria garantido enquanto uma proposição marcada por um posicionamento diante da formação do psicólogo. Acho que essa é a questão central, a provocação.

Como fazemos para formar pessoas que estejam em condição de se apropriar da complexidade que é a ação cotidiana dentro de um CRAS, de um CREAS, de um CAPS, de um consultório de rua? Ontem em um seminário de atenção psicossocial e políticas pú-

blicas na Unimep, o Lancetti³ falava da importância da plasticidade subjetiva desse profissional. Mas isso é uma coisa que não dá para ter em aula. Dá para trabalhar no eixo da experiência, que é o que o Bruno falava sobre o autor Bondia, sobre a importância da experiência. Saindo do eixo da lamúria, temos que apresentar indicativos do que queremos, para onde queremos ir.

O que eu entendo por um profissional psicólogo nesse cenário sociopolítico em que estamos mergulhados? Porque a questão não é mais se eu estou no meu consultório privado ou estou no CAPS. O sujeito que demanda o meu cuidado está marcado e atravessado pela complexidade da cena contemporânea. Não estou dizendo que não temos que pensar e fazer reflexões sobre o público e o privado, mas isso está tão marcado e atravessado na vida subjetiva de todos nós, que qualquer trabalho é institucional, até aquele que você acredita ser individual. O sujeito vem carregado de marcas. Então, é por isso que estou querendo que pensemos no sentido propositivo. Não tenho clareza da resposta, já deixo avisado que não vai ter a resposta.

Eu queria aqui fazer uma observação. A conquista de um Estado democrático de direito proporcionou a construção das nossas políticas públicas. Isso é dado, mas vivemos um momento de uma ameaça muito severa ao Estado democrático de direito. No ano passado trabalhei com um grupo de mulheres negras na minha cidade, na periferia, e fiquei muito impactada em uma roda de conversa porque uma delas não teria a chance de ser avó, mulheres de 40 a 50 anos, como eu. Por quê? Porque tinham tido os seus filhos negros assassinados antes dos 21 anos. Então, o genocídio da juventude negra é uma coisa séria. Pode parecer que isso não tem a ver com formação que é o nosso assunto.

³ Antonio Lancetti, especialista em Saúde Mental, militante da Luta Antimanicomial, autor de vários livros.

Mas é esse cenário de ameaça que estamos vivendo hoje.

Eu acho delicioso poder falar isso nesta casa. Aliás, eu queria parabenizar pela escolha do lócus para esta atividade acontecer, porque temos que estar dentro da casa do legislativo, temos que ocupar esse espaço, porque se o lugar está vazio tem alguém que vai ocupar. Temos que estar atentos para ocupar esses espaços para fazer a defesa daquilo em que acreditamos em um espaço democrático. Estou falando isso por conta dos movimentos que estão estourando nesta semana, e dessa questão que me deixa muito preocupada, que é a maioria penal.

Retomando o tema da formação, os alunos desses 90 por cento de escolas privadas têm que ralar, trabalhar, suar para pagar a mensalidade. Então, se ele trabalha e estuda, a que horas ele vai fazer estágio? Em serviços que acontecem no horário comercial. Como você faz para equacionar isso? Não dá para negar a realidade, o cara tem que vender o almoço para comprar a janta, pelo menos. Não estou nem falando que dá para fazer as três refeições. Mas essas questões não podem ser negadas, tem que ser consideradas para conseguirmos caminhar na construção de respostas à pergunta que eu fazia.

Como a gente pode conceber, rever efetivamente, quem é esse psicólogo que queremos daqui para frente? Acho que é muito importante que a graduação em psicologia seja generalista. Isso é fundamental. Eu falo isso sempre para os meus alunos, não estou aqui nem formando psicólogo clínico, nem psicólogo social, embora eu tenha uma formação em psicanálise, também falo não estou aqui para formar psicanalista. Isso é um investimento para além da graduação. Eu gosto de falar para além da graduação porque falar pós-graduação já complica, porque tudo é pós-graduação hoje em dia. É um investimento profissional ético político, e cada um

vai escolher e construir o seu caminho. É muito importante que não esqueçamos esse princípio constitutivo da formação do psicólogo, que é uma formação generalista.

Mas, não esquecendo nunca disso, acho que devemos ficar sempre com uma pergunta, quase como um mantra: a serviço de que estamos aqui? A serviço de que se coloca a psicologia hoje no Brasil? Médico jura pela vida, que não vai deixar ninguém morrer. Nós juramos pela dignidade humana, isso é sério. Às vezes, quando estou em espaços públicos, fico olhando e vendo que tem gente em que você não vê vida, a pessoa é opaca, ela está tão no automático que não brilha. E aí sempre a pergunta, a serviço de que estamos aqui? Nós, como profissionais, como psicólogos, no exercício da nossa profissão, mas, também cada um de nós, tem que pensar o que quer da vida, com o que quer compartilhar, como quer construir esse cotidiano imediato. E como eu faço para fazer isso?

Vou contar uma história recente vivida no exercício da docência. O campo de estágio em que eu trabalho é o da saúde mental, no quinto ano da graduação, e eu me vi diante de um impasse quando os alunos queriam muito escolher o meu campo, mas, diziam: não dá, porque tem que estar na reunião de equipe, tem que estar no serviço, e eu não posso deixar o meu trabalho”. Eu estou fazendo uma caricatura da cena, mas entre essas e outras houve o esvaziamento. Pensando em como equacionar isso fui me debruçar sobre essas questões e fui fazendo um resgate de legislação, da Lei do Estágio, as definições da IV Conferência Nacional de Saúde Mental. E quando me vi diante desses documentos começou de alguma forma a se desenhar um esboço de resposta para a minha pergunta, de como podemos pensar a formação desses profissionais. Temos alguns recursos, só que nos esquecemos deles. Porque se consultarmos o texto da re-

solução, do relatório da última conferência, existem itens que falam em como promover a articulação das políticas nacionais, estaduais, e municipais de saúde mental com as instituições de ensino superior, ampliando os compromissos setoriais entre os gestores de educação e saúde.

Esse é um indicativo, mas como promover? Cabe a nós fazer proposições de como construir, alinhar essas articulações. Garantir que o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação promovam, junto às instituições de ensino superior, cursos de graduação na área de saúde e educação, e adequação dos currículos de forma a contemplar os princípios das diretrizes da reforma psiquiátrica, da política nacional de saúde mental, política nacional de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas, e a política de humanização. Resolução de conferência é política pública, é o nosso exercício.

De novo, eu sempre me convoco com uma posição proativa. Não dá para fazer tudo? Mas, o que dá para fazer? O que é possível construir? Como é possível? Para mim o que resta é articular a operacionalização dessas diretrizes que estão postas. Mas esse é um convite amplo, não é uma pessoa que faz isso.

Fiquei mergulhada nesse exercício em Piracicaba, quebrando a cabeça, pensando como fortalecer as redes, construir parcerias, fui buscar municípios, conversei com o coordenador de saúde mental, achando caminhos e construindo alternativas. Porque a questão não era nem mais o campo de estágio que estava, de alguma forma, ligado à instituição; mas, era dar sustentação para as vertentes dentro dos exercícios institucionais que queriam, de alguma forma, exercer uma clínica ampliada, antimanicomial, de uma prática efetiva de construção dessas diretrizes da nossa política.

Temos tido experiências muito felizes, pudemos

acompanhar toda a montagem, por exemplo, de um CAPS em Rio Claro, temos lá hoje um serviço absolutamente articulado com a rede, obviamente com dificuldades, com impasses, com problemas, mas vamos tocando. Então fui convidada a integrar o núcleo de formação no CRP, e isso me trouxe um gás ainda maior, pois o CRP também está pensando nisso. Quem mais pode somar nesse cenário, quem mais agregamos para pensar esse processo? Pensar essa construção? Por que ela é processual, não vai ter saída mágica, não vai ser uma ação que vai resolver, é uma sucessão de encontros felizes e de proposições que nos convocam para uma plasticidade subjetiva. Mas temos que ter uma plasticidade subjetiva de potência criativa para achar lugares para escapar, fazer rupturas e escapar. Isso é da ordem de um compromisso ético-político. Para a gente se haver com esse cenário, temos que nos haver com o que a gente quer na vida e para a vida.

DEBATE

Bruno: Antes de abrir o debate queria disparar algumas questões que foram suscitadas a partir das falas. Acho muito pertinente e interessante o caminho da retomada histórica, não no sentido apenas da história separada do resto, mas para podermos pensar de onde viemos e para onde queremos ir. E acho que a gente poder pensar a história da psicologia e a Constituição. Porque esse é o DNA da nossa profissão, a psicologia comunitária surge extremamente articulada nas entranhas da política. No momento do golpe, a psicologia trabalha a partir da circulação da palavra no lugar onde o silêncio impera, e a circulação da palavra é, inclusive, muito arriscada e perigosa. E sem fazer um copiar e colar daquele momento para hoje, pensamos o quanto que atualmente, ou na contemporaneidade, também somos convocados no nosso exercício clínico, seja no consultório, seja na escola, seja no RH, mas mais especificamente nas políticas públicas, que é o nosso tema de hoje, somos convocados para esse exercício.

Estou falando e lembrando uma frase do Brecht “tristes tempos os nossos em que a gente tem que lutar pelo óbvio, tem que defender o óbvio”. A gente fala de um movimento político de posicionamento em relação à redução da maioria penal, em relação à descriminalização das drogas, que a gente sabe onde estoura, na população pobre, negra, nos menores, enfim. Temos que o tempo todo brigar, e não podemos deixar de fazer isso, e discutir a medicalização do social. Enfim, queria trazer um pouco desse corpo social que é do macro

e precisa do posicionamento do Conselho, precisa do posicionamento dos professores nas universidades, precisa do posicionamento dos psicólogos recém-formados.

Mas, como isso se atualiza na clínica, como isso aparece no dia a dia? Porque é lá que vai a mãe pedir a internação compulsória para o menino de 14 anos que foi pego com droga. O posicionamento político vai trazer um direcionamento para a nossa construção clínica, sem negar a nossa técnica ou as teorias.

Eu estava lembrando também do conceito de práxis em saúde, que também é muito usado na saúde coletiva, em que a psicologia também se insere. Mas, poder pensar na perspectiva da psicologia também enquanto uma práxis em saúde, no sentido que considera a técnica, mas não simplesmente cumpre o protocolo e o reproduz. Ter uma análise de contexto, ter uma análise de construção coletiva, e de co-construção do sujeito. É muito diferente a negociarmos com o sujeito se ele tem que ficar no leito noite do CAPS, ou se o deixamos no hospital psiquiátrico.

Não estamos falando de protocolo, estamos falando de uma práxis, de uma negociação, de uma direção clínica que não é negada, claro, mas do direito do sujeito, da voz dele, da rede que ele tem, da família. Isso se encarna no cotidiano e são desafios constantes que temos.

E daí, pensando um pouco no que foi dito sobre o atravessamento institucional, porque estamos fazendo a discussão, ou a conversa, na perspectiva das políticas públicas, mas no contexto de um atravessamento do liberalismo, do neoliberalismo, muito grande. Seja atualmente cada vez mais onde questões do corpo social são encarnadas em um sujeito e ele é alvo de intervenção, que é uma lógica liberal, mas também na própria constituição legal das políticas públicas, como por exemplo o SUS, que abre espaço a partir da complementaridade para a entra-

da do setor privado. E continuamos a lutar contra isso.

E trabalhar nas políticas públicas é trazer a psicologia comunitária em diálogo com a psicologia institucional, porque elas não existem uma sem a outra. Poder pensar na construção no território, com o saber do sujeito, seja ele usuário da saúde mental, da assistência, enfim, o sujeito, na concepção psicanalítica da palavra, nesses atravessamentos que acontecem. E a Dize-te estava comentando o descompasso que existe entre a proposta e a necessidade plástica e ampla para atuação nas políticas públicas e o quanto que muitas vezes é ofertado. E o quanto que isso se inverte também.

A gente estava falando do público e do privado, mas o quanto que tem universidades públicas que por pressuposto teriam que formar para as políticas públicas e pouco oferecem disso na formação. Se você parar para pensar no objetivo primeiro da instituição pública e da privada, é um contrassenso. Então, como pensar isso? E aí você coloca a questão interessante, que me deixou curioso para conversar mais sobre isso, que é a possibilidade do aluno aprender outras formas de atuação que acontecem na teoria, que são fundamentais, mas que ele possa viver isso longitudinalmente no campo. O tanto que prejudica a pessoa estar só em uma atividade em um dia da semana, sem possibilidade de acompanhar a sequência do atendimento nos outros dias. Isso, em alguma medida, dificulta a construção de sentido para a proposta que é trazida. Acho que esse é um desafio tanto na universidade pública quanto na privada

Afonso: Por que não impor conceitos novos? Por que não impor e selecionar cada uma das pessoas, “o que você veio fazer aqui? O que você pretende?”. Por que a questão não é a psicologia, são as pesso-

as. Assim como foi dito ontem, “olha, nós que lidamos com sofrimento humano”. Eu não lido com o sofrimento humano, eu lido com a pessoa que traz o sofrimento, que é essa a questão que precisa ser vista. Por que não impor questões? Mas, que sejam respondidas.

Daniel: Sou estudante da psicologia. Acho que para todo mundo ficou clara a importância do papel do psicólogo na política pública. E também para mim como estudante fica clara a ausência da atuação do psicólogo dentro da política de um modo geral. E eu tenho uma dúvida prática do que está acontecendo, do que estamos fazendo nessa área, **quais são os projetos que estão sendo desenvolvidos, ou as ações mesmo, ou até quais são os projetos que devem ser iniciados.**

Bruno: uma pergunta que nos chegou pela internet é **existe alguma sugestão por parte dos palestrantes, de como supervisionar ou acompanhar o estagiário.**

Juliano: Eu sou psicólogo e trabalho na Caixa Econômica Federal. Eu queria parabenizar o (CRP) por organizar esse evento. Acho que é muito importante dar essa visibilidade para a prática dos psicólogos nas políticas públicas. Eu queria chamar a atenção para uma política pública com a qual eu trabalho especificamente na Caixa e que está relacionada à habitação e urbanismo. Que eu me lembre, a política pública que eu mais discuti foi a saúde pública, e a gente aqui na mesa ouviu outras. Eu queria, então, chamar a atenção para a prática dos psicólogos em habitação e urbanismo. Hoje a gente tem uma proporção muito grande das pessoas morando em cidades, quase 90 por cento, e diferentemente do que eu pensava antes de trabalhar com essas políticas públicas, habitação e urbanismo

é muito mais do que ter um teto e ter como se locomover.

Hoje a gente vê uma forte segregação espacial, o interesse do mercado imobiliário segregando pessoas de baixa renda a alguns lugares pré-determinados da cidade. A gente vê o que é chamado de gentrificação. E que faz com que as pessoas além de não terem condições de habitabilidade e não terem igualdade de condições de habitabilidade também não terem acesso à cidade. E, estudando um pouco essa área, que eu acho que me faltou na graduação e que sugiro ao CRP um maior olhar para isso.

A gente nunca teve nesse país uma política ampla de habitação e urbanismo. Começou agora com o Minha Casa Minha Vida, em 2009. O trabalho social em programas de habitação e urbanismo consiste em preparar a população para receber a moradia ou a melhoria urbana, por exemplo, ruas, água potável, esgotamento sanitário. Então, muitas vezes a obra modifica a vida das pessoas, então é preciso informá-las. E o que eu tenho visto na prática é que na Caixa a gente apoia as prefeituras a realizarem o programa Minha Casa Minha Vida, e o PAC que faz a urbanização são federais, mas quem executa é o município porque ele que conhece os bairros e a população. Então, a gente acompanha, apoia, e libera os recursos.

O que eu vejo é que não é um trabalho exclusivo de psicólogo. Psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, que já tem uma história nessa área bem forte, desde o BNH e antes, e também sociólogos e cientistas políticos que atuam nessa área. Mas, eu tenho sentido a falta de profissionais capacitados para executar esses programas, esse trabalho. Então, eu gostaria de direcionar para a professora Maria da Graça **se há já alguma experiência de tratar desse tema, urbanismo na graduação.**

M. Graça M. Gonçalves: Não vou exatamente

responder, mas continuar a conversa, porque acho que é isso que está acontecendo aqui, uma reflexão compartilhada, e é nesse sentido que vou falar algumas coisas que me ocorreram ouvindo as pessoas que se pronunciaram aqui. São várias coisas que a gente podia comentar, mas acho que algumas delas têm a ver com uma discussão que fizemos em alguns momentos e que precisamos fazer mais, que é a possibilidade que a psicologia tem de fazer uma intervenção cultural na sociedade.

Então, eu salientava que o nosso saber sobre como as pessoas percebem as coisas, sentem, produzem expectativas, formas de entender as coisas, formas de significar, de simbolizar, enfim há uma série de recursos do nosso conhecimento que nos permitem fazer um tipo de intervenção na sociedade que estou chamando de cultural, mas é no sentido de interferir e dar visibilidade àquilo que é difícil para as pessoas perceberem cotidianamente. Então, acho que é uma coisa que a gente pode fazer em muitos desses espaços, em relação a muitas dessas relações.

Quer dizer, como é que se altera a concepção do que as pessoas pensam? Claro, as pessoas se posicionam, e às vezes nem percebem que estão se posicionando, mas precisamos debater isso, evidenciar. A psicologia tem muitos instrumentos para trazer à luz o não dito, o dito indiretamente, o que está nas entrelinhas. E acho que esse papel de colocar todas as questões na mesa pode ser uma forma de interferir e debater as questões que nos afetam hoje na sociedade. Quer dizer, o que a gente pensa que é o futuro de um jovem? Por que a gente defende a não redução da maioria penal? Que responsabilidade a gente, como sociedade, tem? Isso traz junto uma ideia do que é a juventude, do que é o futuro, não é só aquele caso que aconteceu que eu quero que aconteça isso e aquilo. Por trás disso tem um pensamento sobre

o futuro, então temos que ajudar a evidenciar isso, e as nossas intervenções têm instrumentos para fazer isso. Vamos falar do futuro? O que você pensa do futuro? Como é que é um jovem? O que é um jovem para você? O que é um velho? Isso vai mostrando como estão atravessadas todas essas questões, por exemplo, quando nos posicionamos a favor ou contra a redução da maioria penal.

A mesma coisa, na questão da loucura, o que é normal para você? O que são as relações? Então, são intervenções culturais que a nossa prática quer promover nesse processo, quando fazemos as coisas aparecerem, evidenciam-se. E aí, claro, as posições das pessoas são diferentes. Mas, eu acho que estar no campo das políticas públicas, que é o nosso tema, não nos deixa muita condição de tomar posição explícita. Mas não tem jeito, tem que tomar uma posição, porque não temos como nos manter nesse papel de trazer o não-dito, que é a nossa capacidade de promover a escuta, melhorar as relações, não conseguimos fazer isso se também não explicitamos a nossa posição.

Acho que precisamos colocar que quando defendemos políticas públicas é uma posição de uma sociedade diferente, uma sociedade que vai explicitar a questão da desigualdade, que é uma questão estrutural. Uma pessoa da plateia falou muito da desigualdade social e o que ela provoca. Os psicólogos às vezes usam o social, a desigualdade social, a pobreza, como um fator que interfere naquela subjetividade intrínseca que gostamos muito de entender. Mas precisamos entender a própria desigualdade, como um fenômeno social que é produzido, reproduzido, por questões objetivas, mas também por uma maneira de pensar, por valores que se propagam, por questões que a gente na sociedade vai fortalecendo. Isso precisa ser entendido pela psicologia. A psicologia precisa falar disso, precisa falar da desigualdade, precisa

mostrar como a reprodução da desigualdade vai se dando nas relações, silenciosamente, para além da distribuição de renda, da questão do emprego, da distribuição da riqueza. Claro que é a base objetiva que produz, mas tem uma reprodução silenciosa que está no jeito como a gente considera que alguém é mais do que outro. Isso está arraigado na sociedade. Na sociedade a subalternidade é uma coisa naturalizada, a gente se relaciona com o outro como se ele fosse menos e tudo bem, é assim mesmo, e a gente nem se dá conta disso. Então, com os instrumentos da psicologia, podemos colocar isso em evidência.

Veja como a gente olha o outro como menos do que a gente. Tem gente que é mais gente e tem gente que é menos gente. Isso é naturalizado na nossa sociedade e temos que evidenciar. Então, a questão da desigualdade é uma questão que temos que discutir, que tem a ver com várias das questões que foram levantadas aqui.

Uma outra coisa que me ocorreu. Como vamos falar de habitação, de segurança, de mobilidade, quer dizer, outras políticas além daquelas que temos um pouco mais de conhecimento e prática acumulada, que são o SUS, o SUAS, os espaços que atendem as crianças e os adolescentes. Mas, tem outros muitos espaços. A defesa civil, que é uma experiência meio nova, mas que também fala de possibilidades de atuação. O que unifica e dá condição para a gente entrar em todos esses espaços com suas especificidades, que têm que ser conhecidas, evidentemente, mas, o que dá condição é a possibilidade de mostrar, de falar da dimensão subjetiva que está em todos esses espaços.

Quer dizer, a questão da moradia, a questão das relações, da habitação, tem dimensão subjetiva aí. As pessoas não vão morar em qualquer lugar de qualquer jeito, elas se apegam ao lugar, elas produzem identidade nessa relação, elas têm relações de sociabilidade que aconte-

cem diferentemente se a casa for de um jeito ou se for de outro. Então, isso, essa leitura quem faz é a psicologia, por isso que ela pode contribuir no espaço da habitação.

As pessoas que sofrem com os desastres ditos naturais, que de naturais têm muito pouco, têm uma série de questões na relação com o lugar, na forma de enfrentamento, que são questões da ordem da subjetividade, que perpassam as relações e as formas de enfrentamento. É disso que nós vamos falar quando nós tivermos as políticas públicas, de defesa civil, ou de habitação, ou de segurança, ou de qualquer outra. Então, acho que essa noção é importante.

E para ir terminando aqui também, alguém perguntou o que está sendo feito. Acho que ainda é pouco, mas na PUCSP temos disciplinas que discutem políticas públicas, sem nomear exatamente. Claro, a gente acaba muitas vezes tendo espaço de estágio mais no SUS, no SUAS, porque são espaços mais consolidados de atuação, mas a gente já abre a discussão para outras políticas. Então, é a tentativa exatamente de falar no campo das políticas públicas dos diferentes setores que têm que ser considerados. Mas, tem um campo que é mais geral, que tem a ver com essa ideia de sociedade que respeita os direitos sociais, que trabalha pela produção de sistemas de proteção social. E aí todas as políticas têm que ser pensadas, articuladas, temos que trabalhar na rede intersetorial, muitas outras coisas que precisam ser desenvolvidas. Eu acho que ainda é pouco, mas estamos começando a fazer essa discussão e já vemos alguns espaços.

A universidade demora muito para se mover, os cursos são lentos, a academia vai devagar, mas a realidade vai se impondo. Mas a gente percebe que hoje os alunos chegam perguntando, “eu quero saber se dá para eu trabalhar no CRAS, o que eu vou fazer lá”. Aí ele impõe a necessidade do curso responder o que

o psicólogo vai fazer no CRAS, o que vai fazer na habitação. Então, a realidade vai se impondo porque efetivamente há criação de novos espaços de trabalho.

E eu queria lembrar uma iniciativa do Conselho criando o Crepop, (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas), que pesquisa a atuação dos psicólogos nos vários setores de políticas públicas, que produz documentos, que produz informação, e que é um jeito de dar visibilidade ao que está sendo feito e de poder compartilhar aquilo que os psicólogos podem fazer. Então, acho que já se tem algumas iniciativas que estão tentando abordar políticas públicas como um tema importante para cuidarmos como categoria profissional.

Dizete Devera: Vou só pegar carona na história do Crepop para comentar. Principalmente nas disciplinas mais relacionadas ao cotidiano, de se apropriar do campo do fazer da profissão, tenho usado muito como bibliografia básica o material do Crepop, que é muito importante, rico, potente, e transformador. Acho que é muito importante a gente fazer um reconhecimento público do quanto aquilo é rico.²

Bom, eu queria juntar duas questões. Um pouco sobre o que o Alfonso colocou sobre impor o que você quer. Eu escuto o seu impor como uma convocação subjetiva, o que te sustenta no lugar em que você se coloca. E aí nesse sentido que eu acho que o que a gente faz é convidar, construir com o outro um campo de reflexão. E aí eu estou falando de juntar com a outra questão que é, como acompanhar o trabalho de supervisão, o trabalho com o aluno, o cotidiano da formação. Penso que a primeira coisa é desconstruir uma lógica vertical, e é como eu entendo o manejo da minha função docente.

2 O material pode ser consultado no site do CREPOP: crepop.pol.org.br

Eu tive uma supervisora no quinto ano da faculdade, faz tempo, que fez uma brincadeira na hora que eu fui chamá-la na cantina do campus, dizendo, M.....vamos lá para a supervisão, não é?”. Na época tinha um desenho animado que se chamava Thundercats, que pegava uma espada e gritava, “thunder, thunder, thundercats, me dê a visão além do alcance”. E ela fez essa brincadeira comigo, e eu perguntei o que tem a ver o Thundercats com a minha chamada?”, ela disse, eu tenho uma outra visão, eu não tenho uma supervisão”. Isso para mim foi muito marcante na construção do meu exercício docente.

Nós sempre trabalhamos em um exercício coletivo em que todos dizem como a escuta daquela situação clínica, ou de uma situação qualquer, qualquer experiência cotidiana no campo, repercutiu e fez eco em cada um, porque cada um tem uma riqueza e uma potência de compartilhar. Então, acho que você construir campos de reflexão e não impor, mas campos de construção de potência de reflexão para o outro ter uma condição de se reconhecer como potente, reconhecer-se com o que ele tem de recurso, a priori. Não é por que eu estou aqui aprendendo que sou uma tábua rasa, não se trata disso. Todos têm algo em que aquilo implica. E eu entendo que esse exercício de uma horizontalidade na construção da relação é um exercício que vai poder desconstruir o que a gente passou a vida inteira no ensino fundamental e médio aprendendo que era o lugar do professor, que ele sabia, que ele podia, do mesmo jeito que é a relação que a gente tem com o patrão, como se constroem as relações sociais, essas relações verticais. Acho que a verticalidade é uma das primeiras coisas que precisamos romper para poder construir alguma coisa. Eu pelo menos olho por esse lado.

E eu conheço muito pouco de política de urbanização, eu tenho que fazer essa mea-culpa, mas ao mes-

mo tempo tenho acompanhado alguns trabalhos de um pessoal de CRAS, de política social do SUAS. No Minha Casa Minha Vida são construídos condomínios, e essas pessoas nunca exercitaram a lógica da vida em condomínio. Então, eles fazem um trabalho com esses coletivos para pensar a ocupação dos espaços, que eu acho que são caminhos possíveis. Uma coisa que a gente insistia muito nesses últimos dias no seminário era que não é SUAS e SUS, não é política de habitação e urbanismo e SUAS, mas é a gente entender que o encontro e o entrelaçamento do exercício da construção em ato dessas ações políticas é que fortalecem as políticas públicas. Nós nos empobrecemos se nos dividirmos. Entender que a construção das redes não é a Rede de Atenção Psicossocial, não é a rede de CRAS e CREAS, é o cidadão que está nesse território, é entender a potência da construção dessa tessitura das instituições. Eu acho que isso dá conta.

E aí, pensando na colocação da colega sobre a questão da violência que nos marca, e a violência de todas as ordens, do genocídio de jovens negros até a uma criança que é submetida a um diagnóstico de hiperatividade e submetida à Ritalina. Então, isso diz de uma intolerância retroalimentada nessa cultura da verticalidade, de que o outro não sabe nada e eu é que sei, e se eu é que sei eu que coordeno isso, eu que dou o tom desse caminho, esse esvaziamento do outro, essa objetificação do outro, essa alienação do outro enquanto sujeito desejante, enquanto sujeito cidadão.

E essa é uma outra coisa de que falo, o sujeito de desejo está ali em uma relação absolutamente dialética com o sujeito de direitos. O sujeito de desejos e o sujeito de direito não são sujeitos alijados, porque eu só posso me posicionar enquanto reivindicador dos meus direitos se eu tenho uma apropriação da minha condição desejante e de um deslocamento de uma condição alienada

no meu lugar na polis. Isso é um exercício, diz de como eu penso o nosso exercício nesse lugar, mas que a gente tem uma cena de intolerância *punk* para encarar, tem. Essa cena nos é colocada cotidianamente. A hora que a gente estava chegando, atravessando a rua lentamente com esse cidadão de muletas aqui do meu lado, tinha uma pessoa na porta dormindo na calçada e todo mundo passando do lado daquela mulher na porta da Câmara dos Vereadores, a casa do povo. E aí, o que a gente faz com isso? Eu estou entrando aqui para discutir políticas públicas e tinha uma mulher na calçada dormindo.

**3.A TRABALHADORA PSICÓLOGA:
Conquistar direitos para
promover mudanças**

Sandra Helena Sposito

Psicóloga, coordena no CRT/São Paulo um núcleo, um coletivo de colaboradores, de conselheiros, que têm pensado essas questões do mundo do trabalho. Coordenadora da Mesa.

Antes de começar, eu queria só fazer uma pequena contextualização acerca do tema desta mesa, **A Trabalhadora Psicóloga, conquistar direitos para promover mudanças**. Esse título revela duas ideias que estão imbricadas quando pensamos no mundo do trabalho da psicologia. As questões que envolvem a conquista de direitos e a manutenção desses direitos no âmbito trabalhista e social e a questão de gênero. Temos um dado bastante objetivo de que 89% dos profissionais de psicologia são mulheres. Esse dado não pode ficar invisível. E é a partir dele que eu vou começar a discutir. Porque esse fato não é por acaso, não é gratuito, ele tem uma história. E essa história revela alguns aspectos que dizem respeito à construção histórica da divisão sexual entre homens e mulheres, e que também gerou a divisão sexual do trabalho, na sociedade capitalista pós-revolução industrial.

Homens e mulheres foram alocados em diferentes funções e tarefas a partir de uma similaridade com os seus supostos atributos de gênero e sexo, reproduzindo no âmbito do trabalho as relações hierárquicas e subalternas entre homens e mulheres que já vigoravam no âmbito da sociedade patriarcal. Então, o mundo do trabalho, no capitalis-

mo pós-revolução industrial, vai refletir a divisão sexual do patriarcado no modo como as ocupações de profissões vão sendo delineadas. Nesse sentido, obviamente, no trabalho, para as mulheres, vão estar delimitadas as funções de cuidado, com o viés educativo. Vão estar voltadas para intervenções no campo afetivo, cognitivo, psicomotor, que são os espaços históricos destinados às atividades femininas.

A psicologia se constitui numa profissão que trata dessas questões. Na divisão sexual do trabalho, as mulheres foram para esse campo e foram cuidar do que já cuidavam historicamente na divisão sexual da sociedade. Só que a consequência disso é que essa hierarquização, que já ocorria no âmbito da sociedade patriarcal, também ocorre no mundo do trabalho, fazendo com que a mulher também seja subalterna no mundo do trabalho, tenha uma condição do trabalho precarizada, menos remunerada, quando não invisível. O trabalho da mulher no lar, por exemplo, não é nem considerado trabalho, é considerado obrigação. E esse trabalho, vamos dizer assim, estrutura uma lógica da sociedade e se torna invisível. Então, o mundo do trabalho da mulher é também o mundo do lar. E isso é esquecido o tempo todo. Desse modo, não podemos falar das condições de trabalho da psicologia no Brasil sem fazer o atravessamento do gênero. Porque as nossas condições de trabalho, por sermos uma profissão predominantemente feminina, considerada uma profissão predominantemente de mulheres, são atravessadas por essas questões de precarização, de subalternidade e de menor remuneração. E é engraçado que mesmo os homens que ocupam esses espaços sofrem as consequências da feminização da psicologia, na medida em que essas condições são próprias do tipo de atividade que é realizada. Sendo considerada uma atividade feminina, vai sofrer

essas consequências no mundo do trabalho, sendo elas realizadas, ou não, por homens, em vários contextos.

E, aí, uma última questão que se soma a isso é pensar o mundo do trabalho conjunturalmente hoje, no momento em que há um mundo do trabalho extremamente precarizante, um mundo do trabalho que é pautado por um desemprego estrutural, pela informalidade de muitas relações de trabalho, pelo adoecimento cada vez maior desses trabalhadores, inclusive no âmbito psicológico. Os estudos que temos consultado, que são referência nas nossas discussões do mundo do trabalho, vão nos revelando essa interface da psicologia com essa situação de precarização. Por exemplo, nós temos o estudo feito pelo Conselho Federal na gestão anterior a esta, que diz respeito a quem é o psicólogo brasileiro. Esse estudo revelou uma coisa muito importante, que 40% desses profissionais estão atuando na área pública, seguidos por 35% no setor privado, 25% no terceiro setor. O terceiro setor, inclusive, hoje faz parte das políticas públicas, no processo de terceirização e de quarterização, que vai formando este quadro das condições de trabalho dos psicólogos nas políticas públicas. A psicologia está nesse espaço, se consolidando e se desenvolvendo enquanto profissão. Acho que o crescimento quantitativo de psicólogas e psicólogos no Brasil só é possível, historicamente, por causa dessa inserção. Mas como são essas políticas públicas? Elas são atravessadas por quais fatores? E isso vai incidir diretamente no nosso trabalho. Nós estamos observando, e aí está a grande problemática, um processo de precarização também das políticas públicas, no que tange à diminuição dos vínculos empregatícios mediante concursos, aumento dos processos de terceirização e enfraquecimento dos vínculos dos profissionais em seu espaço de trabalho, concomitante à flexibilização de aspectos das leis trabalhistas. Há uma vulnerabilidade

desse trabalhador, dessa trabalhadora, frente a essas condições. Uma dificuldade de articular os espaços sindicais que vão defender esse trabalhador e essa trabalhadora, porque, como você pode organizar diversos segmentos que são terceirizados, fragmentados, diluídos no campo do trabalho, para pensar uma luta conjunta dentro do campo das políticas públicas? São desafios extremamente complicados de se enfrentar. Eu nem vou discutir aqui a configuração sindical na sociedade capitalista hoje, e o enfraquecimento da força dos sindicatos em alguns espaços de luta. É nesse contexto que nós do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo temos olhado para o trabalhador e para a trabalhadora da psicologia, e tentado interlocução com as entidades sindicais, interlocução com outras parcerias que estão relacionadas ao mundo do trabalho, entender e intervir na promoção e na conquista de direitos e da manutenção desses direitos, para que a gente consiga mudar este mundo do trabalho, que ainda nos apresenta uma série de limitações e dificuldades para nossa prática.

Arthur Lobato Magalhães Filho

Psicólogo, desenvolve projetos de Saúde do Trabalhador em parceria com sindicatos. É coordenador do plantão de atendimento às vítimas de assédio moral.

A questão do gênero, pra mim, é tranquila, porque eu me considero igual a todas as psicólogas, porque todos nós somos explorados, todos nós somos força de trabalho, todos nós somos mão de obra barata, todos nós somos pessoas que lutamos pela dignidade da nossa profissão. Então, acho que estamos juntos nessa questão de gênero. Mas no mundo do trabalho, também, vemos que o autoritarismo, a exploração, a humilhação, o tratamento que o trabalhador recebe por parte de chefias é o mesmo, tanto para o homem quanto para a mulher. Portanto nós estamos em pé de igualdade.

Eu queria dizer também que fiquei muito emocionado com a apresentação do grupo de teatro¹, porque uma coisa que nós nunca podemos perder, é a nossa emoção, a nossa sensibilidade. Nós temos que ser duros, nós temos que ser distantes em certas situações, mas num ambiente desses aqui, de debate, de seminário, é hora da gente também se emocionar um pouco.

Quero fazer uma introdução e dividir um pouco com vocês como foi o início de minhas atividades. Na realidade, fiz vestibular pra psicologia em 76, há quase 40

anos. Mas, naquela época, a psicologia estava muito restrita. Então, eu fui desenvolvendo outras atividades e fui deixando o eu psicólogo meio adormecido. E, a partir da década de 90 e início do século 21, comecei a perceber que eu já estava virando um escravo do mercado de trabalho. Eu trabalhava em empresa, não tinha horário para sair, não tinha horário pra chegar, trabalhava sábado, domingo e feriado. E uma coisa que eu sempre questionei foi a questão dos direitos. E a gente vai vendo como dentro do trabalho, vão se naturalizando certos argumentos, como o que diz que se você não trabalhar ao excesso, se você não se dedicar ao trabalho, você não é um bom profissional. E, aí, a gente vai ficando com os cabelinhos mais brancos, vai ficando cansado, vai engolindo sapo até não poder mais, eu pensei “*Não, a gente tem que fazer alguma coisa*”. Afinal, que mundo de trabalho é esse em que a gente está vivendo? E eu estou falando isso antes do advento da internet.

Mas, que mundo do trabalho era esse em que a gente era sugado, era tirado todo o nosso caldo, igual a uma laranja, e jogado o bagaço fora? Como pessoas com 30, 40 anos, já estavam totalmente desestruturadas emocionalmente, psiquicamente? E a causa é a ideologia que perpassa o mercado de trabalho. Tínhamos muita dificuldade de literatura na época. Então, foi muito importante participar de seminários, de debates. Tenho que destacar, aqui, o trabalho pioneiro da professora Margarida Barreto, do professor Roberto Heloani, que lançaram na pauta do movimento sindical o assédio moral. E comecei a perceber que as pessoas começavam a chegar para mim e dizer, “*Olha, Arthur, eu sei que você é psicólogo, eu vou te contar uma coisa*”, Então, as pessoas começaram a ter outro olhar para mim, falando, “*Você tem que fazer alguma coisa. A gente não aguenta mais esse autoritarismo, essa pressão, essas questões todas*”.

¹ Referência ao grupo que se apresentou antes da abertura do Seminário.

E eu fui vendo que a psicologia tinha uma representação social, e quem não é psicólogo dá mais valor à nossa profissão do que, às vezes, nós mesmos. E a psicologia, hoje, está nas novelas, está nos livros, está nos filmes. E isso criou também um outro tipo de mercado. E eu pensei o seguinte, *“Ora, se eu sou explorado a vida inteira, se eu não acredito que empresa vai resolver o lado do trabalhador, qual o campo que eu vou ter que atuar?”*. Surgiu a saúde do trabalhador, após a VIII Conferência Nacional de Saúde que definiu o SUS, o CEREST.

Em 2005 propus ao sindicato dos jornalistas em Minas montar um grupo de estudos sobre assédio moral. Na época, o sindicato dos jornalistas já tinha trazido a doutora Margarida Barreto, a comissão de ética discutia a questão do assédio moral. E foram várias pessoas conversar comigo, em uma relação de confiança. Penso que o que o psicólogo mais tem para oferecer é a relação de confiança que ele vai ter com aquela pessoa, que aquela pessoa pode falar com ele e aquela fala não vai ser igual conversa de bar. Então, essa questão da credibilidade, da pessoa começar a contar o sofrimento que estava vivendo, fez com que eu pensasse que o sindicato teria que fazer alguma coisa.

Eu não sei se alguém já trabalhou para sindicato. Ô lugarzinho difícil! Porque nunca tem dinheiro para nada, e se uma pessoa vem para denunciar assédio moral, já querem pôr uma foto dela no jornal. Propus que a pessoa encontrasse no sindicato um espaço de acolhimento. Ela não irá para saber qual é o convênio que ela tem para que, através desse convênio, possa tentar curar o mal que ela vivencia. Ela vai falar do sofrimento para tentarmos transformar esse discurso em uma ação social em relação à organização do trabalho. Para isso, temos que convencer diretoria, temos que conseguir espaço, fazer militância, trabalhar de graça, pagar táxi. Bom, mas no início é assim. E, na época,

como eu tinha outra atividade, dava pra ir equilibrando.

E o nosso trabalho foi crescendo, porque quando montamos esse grupo de estudos, começaram a chegar relatos, relatos terríveis, como o do repórter que ganhou prêmio Esso de jornalismo, que era um dos maiores prêmios na época. Com a mudança da linha ideológica do jornal, o jornalismo investigativo que ele fazia foi retirado da política do jornal, e essa pessoa passou a fazer matérias banais. As matérias investigativas que ele fazia não eram publicadas. Ou seja, todo um processo de desmotivação desse profissional, até chegar ao ponto de falar *“Pois é, Arthur, eles conseguiram me desmotivar. Eu, atualmente, não tenho mais vontade nenhuma de trabalhar com jornalismo. E estou para procurar outra profissão”*. E como ele outras pessoas foram contando e eu pensei, *“Bom, aí tem uma questão prática, quem está causando esse sofrimento a essa pessoa?”*. Não é o trabalho. Não é uma pessoa no trabalho. É uma organização do trabalho perversa, que adocece o trabalhador, e quando essa pessoa chega no fundo do poço, vai procurar um psiquiatra, porque psicólogo não dá nem atestado, então vai procurar um psiquiatra, tomar remédio.

Procuramos, então, convencer o sindicato a trabalhar com o grande significante que é o trabalho. Esse significante é que está causando o adoecer, com os vários significados que são os sintomas. E nós começamos a fazer esse trabalho, indo a todas as redações, chamando um monte de gente. Em nossa primeira reunião foi uma pessoa. Chamamos o pessoal da SIPA também, e foi uma pessoa da SIPA, que sabíamos que era patronal. Mas nós apresentamos o trabalho assim mesmo. E por que eu estou dizendo isso? Porque todo início é difícil. As pessoas com quem eu tive essas conversas iniciais, sempre deixavam isso para mim.

Trouxe três palavras: autoritarismo, poder e vio-

lência. Mas não uma violência física, uma violência que deixa marcas, mas uma violência invisível. Aquela violência que vai destruindo a emoção, que vai destruindo a mente. E essas pessoas descambaram para o alcoolismo e para o uso de drogas, para suportar um trabalho insuportável. Sabemos que o cara começa a beber depois do expediente, depois começa a beber depois do expediente e à noite. Depois começa já tomando uma de manhã. E chega o momento em que ele é demitido. A não ser algumas empresas, que encaminham para uma reabilitação. Mas, enfim, eu pensei *“Vamos fazer um cerco. Eu quero trabalhar no mundo do trabalho porque eu sou um cara açoitado pelo chicote do feitor, eu sei do que essa pessoa está falando. Eu vivi isso também”*. Tudo o que você faz, não vale nada. Entram as pessoas mais novas, querendo derrubar os mais velhos. Os mais velhos não querem se entrosar com os mais novos. Antes, eu achava que o problema era o chefe de reportagem e o editor chefe mas percebi que vai mudando chefe de reportagem, vai mudando editor chefe e a coisa só piora. Isso porque tinha uma organização de trabalho, com os seus conceitos que são invisíveis, mas muito lógicos, que faziam com que o autoritarismo, o poder e a violência fossem realmente a grande forma de controlar e dominar o trabalhador.

Feita essa introdução, queria dar algum subsídio particularmente para os estudantes presentes. Hoje, talvez seja até mais fácil falar de saúde do trabalhador. Antes quando a gente falava em saúde do trabalhador ninguém entendia direito. Então, para quem for trabalhar, é militância, é lutar e, depois, conquistar direitos. O que o psicólogo pode fazer no mundo do trabalho? Quem vai pagar esse psicólogo? Ele vai cobrar da pessoa que já está em sofrimento? Já está no fundo do poço? E o sindicato, o que a gente vê? A gente vê uma crise do movimento sindical que

se afastou da categoria. Mas quando começamos a trabalhar a questão do assédio moral, o negócio bombou. Então, o diretor do sindicato tem que entender que trabalhando a prevenção, ele vai abrir um novo campo para o sindicato e para a própria sindicalização. As pessoas vão ver um sindicato atuante dentro do conceito de saúde do trabalhador.

Então, que mundo do trabalho é esse? Os dados do Ministério Público do Trabalho de 2012 registra 700 mil acidentes de trabalho ou doença ocupacional por ano no Brasil, e três mil trabalhadores mortos. Nós estamos em quarto lugar, atrás da China, Estados Unidos e Rússia. Quais são as causas? Maquinário velho, tecnologia ultrapassada, mobiliário inadequado, ritmo acelerado, assédio moral, cobrança exagerada e desrespeito a diversos direitos. Esses dados do Ministério do Trabalho são subnotificados, pois não incluem o trabalho informal e nem o serviço público. E se a gente for fazer, hoje, um resumo, sobre o que caracteriza o mundo do trabalho poderíamos dizer que é resolver rápido e com resultado.

O trabalho invade sua vida privada. É e-mail, é WhatsApp, é Facebook, é coisa que chega para você de madrugada, te inferniza. Vamos fazer uma equação do trabalho, trabalho = metas + produtividade. Você tem que produzir e em ritmo acelerado. Bom, claro, nós trabalhadores somos laranja. Tirou o caldo e joga fora. E, no final do dia, como está o trabalhador? Não estou falando do cara que está trabalhando dois, três anos. Vamos falar de um trabalhador de telemarketing cuja rotatividade é de seis meses. Final do dia, exaustão, sentimento de que não fez tudo. E em termos de subjetividade o que acontece? A pessoa pensa *“Eu não dou conta, eu sou incompetente”*, por quê? Porque não tem um espaço para falar, e alguém que diga *“Não, meu amigo. Você está sendo explorado. Você já está adoecendo. Você está*

com 22 anos, se continuar nesse ritmo, com 25 você será aposentado por incapacidade laborativa, por exaustão". E, então, vemos que, nas novas patologias, além do desgaste físico, temos um grande desgaste mental e emocional.

Voltando ao início, em 2005, eu apresentei um trabalho num congresso do sindicato de jornalistas, e uma jornalista, que era assessora do Sindicato de Servidor da Justiça de Minas, gostou e me chamou para fazer uma palestra nesse sindicato. Aí veio um buraco maior ainda, porque perguntamos como se adocece no serviço público. É uma caixa preta. Porque na iniciativa privada, dentro do mecanismo de controle social, bem ou mal, existe o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Previdência Social, o Ministério do Meio-ambiente, as câmaras técnicas, CEREST e os Sindicatos. Os sindicatos fazem parte dessa estrutura de controle social. Mas os servidores públicos só começaram a ter seus primeiros sindicatos depois de 1988. Então, a grande questão do neoliberalismo, agora, é em cima do serviço público.

Hoje, vocês podem chegar na internet e consultar a portaria 1823 de 23 de agosto de 2012 que institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. O que nós já estávamos fazendo? Fazendo um trabalho visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores, e redução da morbimortalidade decorrente dos processos de desenvolvimento e processo produtivo. Porque se, na iniciativa privada, o objetivo do assédio moral é desmotivar a pessoa, tratá-la como se fosse uma pessoa incompetente, incapaz, boicotá-la, não dar promoções, tratamento diferenciado, essa pessoa acaba sendo demitida ou pedindo para sair, no serviço público é diferente.

A pessoa, quando faz um concurso público, põe na cabeça que vai entrar num serviço público e só vai sair de lá aposentada. Então, adoecer no serviço pú-

blico é muito pior. Quando a pessoa chega ao auge do desgaste, a própria família, em vez de apoiar, argumenta "Não, você é concursado, você já está com 40 anos, você vai fazer o que da sua vida?". E se a gente for pensar, o serviço público é uma prestação de serviço. Se um cara fica durante 20 anos olhando arquivo, carimbando, anexando processo, como ele vai sair dali para o mercado produtivo? Ele tem que continuar ali mesmo.

Nesses anos todos, queríamos fazer uma análise da situação de saúde dos trabalhadores, através de pesquisas, através de enquetes, através de participação em seminários, colocando a questão do assédio moral, e também assédio sexual, na pauta de negociação. Falar assédio moral na negociação coletiva, o patronato ficava até tremendo. Nós queríamos com essas pesquisas que o sindicato interviesse nos processos referentes ao ambiente de trabalho. Ou seja, caberia a nós, psicólogos, além da questão do acolhimento, produzir documento científico, relatórios técnicos, mostrando o que é o assédio moral, mostrando o mal que isso faz para o trabalhador, mostrando o mal que isso faz para a organização do trabalho.

E como o patrão só entende quando entra o dinheiro, vou dar um exemplo para vocês. Teve um estudo de absenteísmo no Tribunal de Justiça de Minas Gerais que mostra que é altíssimo o nível de pessoas que deixam de trabalhar por diversos motivos, o que traz um prejuízo enorme ao erário público. E qual é a maior causa disso? Assédio moral. E o que nós queríamos também? Nós queríamos também a participação dos trabalhadores e suas organizações. Nós não queríamos chegar lá com a questão do sujeito suposto saber, "*Não, eu sei, mas vou te ensinar*". Então, é construir, é formar novos líderes sindicais. É atrair o trabalhador para o sindicato, para fazer uma reflexão sobre o seu trabalho, e que

os outros psicólogos também entrassem nessa luta.

Devemos incorporar a categoria trabalho como determinante do processo saúde-doença. Porque, até então, apesar das pessoas trabalharem 8, 10 horas, quando adoeciam, sofrimento mental, ou doença mental, o trabalho não era considerado pelo psiquiatra nem pelo psicólogo clínico. Não por culpa deles, mas porque não tiveram a formação. Porque essa pessoa teria que ser encaminhada para um médico do trabalho, para um psicólogo especializado em saúde do trabalhador, e teria que ser uma política pública de saúde.

A gente volta mais uma vez a esse debate. Já que nós não temos uma política pública de saúde, se eu quiser ir ao psicólogo, tenho que pedir ao médico de um convênio para ele fazer o favor de me liberar 12 sessões. Bom, e as pessoas que nem sabem que podem fazer isso pelo convênio? Então, nós entendemos que o sindicato tinha que assumir esse lugar. Isso é uma luta. Porque vai depender muito da diretoria, vai depender muito da demanda da categoria. No meu caso, acho que tive sorte. Vocês viram como é o processo? Uma reunião aqui, um seminário aqui, uma construção aqui, um convite aqui, uma palestra ali, outra ali, e esse sindicato tinha uma demanda. As pessoas já chegavam no sindicato falando, “*Eu estou sofrendo assédio moral*”. E quando falava que estava sofrendo assédio moral, o diretor, às vezes, não tinha paciência, jogava para o advogado, o advogado não sabia o que fazer. E essa pessoa que sofre assédio moral, quando ela já está no auge da crise, ela procura o sindicato, porque ouviu falar, “*Eu nunca pensei de vir no sindicato, mas o sindicato é minha última esperança*”. Ela só não quer ser encaminhada para o psicólogo, porque ela não é louca. Então temos que esclarecer que a psicologia também é para preservar a saúde mental, lançando esse outro olhar.

Então, voltamos mais uma vez para a questão do mundo do trabalho e seus componentes essenciais, para podermos entender o sofrimento daquela pessoa. No mundo do trabalho impera a competitividade, o individualismo, os laços sociais se rompem. O colega vira inimigo. Ninguém mais tem uma relação social, é tudo por e-mail. Questão de produtividade, metas. E, para esse novo mundo do trabalho, nós queremos uma nova organização do trabalho.

Outra questão, também, que é muito importante, é analisar os trabalhos já referendados sobre a questão da psicopatologia e saúde mental. A gente viu as questões da precarização, os impactos na saúde mental. A intensificação do trabalho pelo prolongamento de jornadas, o aumento da carga de trabalho vai gerar uma fadiga geral e mental. A pessoa é envolvida nesse mundo de trabalho e não percebe. Falta uma reflexão crítica. Falta a divulgação, alguém que mostre que o mundo do trabalho está assim e está adoecendo todo mundo. Só que, para empresa, é cômodo, “Acabou o caldo dessas laranjas, eu pego outra laranja nova”. E, também, o seguinte, a pressão hierárquica voltada a metas pode ser um tipo de assédio moral que vai gerar ansiedade, cansaço, medo de não dar conta, medo de perder o emprego. E também, agora, já temos acesso às novas patologias, o burnout que é o esgotamento total.

Mas, eu não estou aí pra fazer diagnóstico. Quero receber essa pessoa que sofreu o burnout e entender o mundo do trabalho em que ela viveu, que organização do trabalho que ela viveu e causou esse mal-estar, para que a gente possa, a partir do indivíduo, trabalhar no coletivo. Nós temos a questão do estresse, a própria Marie-France Hirigoyen² fala que ele está relacionado à sobre-

² Marie France Hirigoyen psiquiatra, psicanalista e psicoterapeuta, introduziu o conceito de assédio moral.

carga má condição de trabalho. Dejours³, quando lança a questão da psicodinâmica do trabalho, aborda a questão de satisfação e sofrimento gerado pelo trabalho. Dejours deixa claro, com a questão da psicodinâmica do trabalho, que o sofrimento começa quando o nível de insatisfação não pode ser diminuído. E o sofrimento mental resulta da organização do trabalho. Então, quando esses grandes teóricos e pesquisadores internacionais, chegam colocando a questão, a academia brasileira tem que aceitar.

Ainda outra questão: o absenteísmo. O cara está doente, com atestado no bolso, fala, *“Se o cara me amolar hoje, eu vou mostrar o atestado. Eu estou vindo trabalhar”*. Porque o ser humano, ele está tão condicionado ao trabalho que, tanto para o homem quanto para a mulher, adoecer é sinônimo de fraqueza. Então nós temos o adoecer do trabalhador, o estresse, o burnout e, agora, temos o assédio moral.

Qual é o problema do assédio moral? O assédio moral, é uma questão que envolve subjetividade, envolve violência, não tem como provar. Quem, nessa sala, não foi humilhado pelo menos uma vez? E qual é o sentimento de quem é humilhado? Fica revoltado, magoado, não quer dividir essa questão. A humilhação vai causando esse mal-estar. Agora, imagina o ambiente de trabalho, meta, produtividade, exigência, tecnologia, atendetelefone, olha o e-mail, WhatsApp, ainda sofre assédio moral. O assédio moral, para mim, é esse mal-estar excessivo que muitas empresas usam como método de gestão. E a violência moral não deixa marcas, a subjetividade de cada ser é única.

Finalizando, o assédio moral é aquela conduta abusiva, intencional. É a pessoa ser humilhada, injustiçada, e não ter como reagir. Ele vai gerando esse mal-estar,

³ Christophe Dejours, psiquiatra e psicanalista francês, especialista em psicodinâmica do trabalho.

que vai causando o sofrimento e o transtorno psíquico. E a pessoa não percebe que é envolvida por esse mal-estar, por esse adoecer. Assédio moral é um processo que adoece. No Tribunal de Justiça, até o tempo para a mulher ir ao banheiro era regulado. A mulher tinha que pedir licença à chefe para ir ao banheiro. Então, muitas falaram assim, *“Gente, eu me sinto como se eu fosse uma criança no pré-primário tendo que pedir à professora”*. Aí, algumas falaram, *“Ai, isso é bobagem, não liga”*. Mas, para outras pessoas, aquilo é um sofrimento, e ela não admite.

As consequências do assédio moral, numa pesquisa que a gente fez, são a queda de produtividade, o esgotamento. E a pessoa, quando mudava de setor, já chegava estigmatizada, porque o assédio moral é um processo cruel. A pessoa sai do setor, e a pessoa que pratica o assédio vai denegrir a imagem dessa pessoa. Por isso, o sindicato tem que combater essa organização do trabalho.

Nós fizemos também algumas ações, concurso de monografias sobre assédio moral, com premiação. Criamos um banco de dados. Criamos um plantão sindical dentro da ação do acolhimento, de que eu falei. *“Vamos fazer um trabalho assim. Eu faço uma formação dum diretor, dum advogado, e, quando a pessoa procurar falando que está com problema de assédio moral, ela vai ser convidada a participar de um plantão sindical”*. Não é atendimento clínico. Vamos saber do psicólogo, do advogado, do sindicalista, mas coordenado pelo psicólogo, que faria uma anamnese do trabalho e depois discutiria com a diretoria o caso, e apresentaria as soluções.

Então, esse trabalho nós estamos fazendo lá em Minas, há oito anos nesses dois sindicatos, SINJUR e SEJUSMIN. Fiz também para o sindicato da SITRAEN, que é Servidor Federal. E o sindicato tem outro problema. Quando você convence e diretoria, o que

demora três anos, entra a nova diretoria, e a primeira coisa que faz é cortar o seu trabalho, porque era da diretoria anterior. Não quer nem saber o que você faz.

Quanto à proposta do psicólogo no acolhimento, eu vou acolher a pessoa dizendo: Eu quero entender o seu sofrimento, eu quero que você entenda que o seu sofrimento está sendo causado pelo trabalho. O que você pode fazer? Quais são as estratégias defensivas? O que nos chega é tristeza, choro, a insônia, a taquicardia. Vai ao médico e o coração está ótimo. Agora, o que está ali por baixo é o que nós vamos desenterrando. É o que nós vamos tentando simbolizar junto com essa pessoa. Construir o texto dela, de forma que ela entenda pelo menos o que está acontecendo.

Porque, quem sofre assédio moral, o que ele fala? *“Eu não entendo que está acontecendo”*, porque ela quer pensar na cabeça do agressor com a cabeça dela. Eu falo, *“Não, o agressor, às vezes, é perverso, é psicopata. Você tem que tentar entender que você não pode agir com ele igual você quer agir comigo, uma pessoa normal”*. Fizemos, aí, grupo de estudo, cartilha, matéria, canal de denúncia, corregedoria. Fizemos experiência de comissão paritária. E outra coisa, também, que eu aprendi, empresa só aprende com termo de ajuste de conduta. Quando o assédio pega, o sindicato consegue, com um advogado bom, fazer uma intervenção na empresa, O Ministério Público do Trabalho pode ser um grande parceiro, como é em Minas. E estamos tentando fazer, também, as rodas de conversa. Trazer o trabalhador para o sindicato, para conversar sobre o trabalho, o que pode ser feito.

Mas, é ligar pra 200 pessoas para irem uma ou duas. Mas, isso não pode ser uma forma de desincentivar. Porque essas duas que estão indo lá estão representando outros. Então, convencer a diretoria do sindicato que esse é um projeto a médio e longo prazo é essencial.

E, por incrível que pareça, nós conseguimos em Minas, com a ação do sindicato, criar uma lei que combate o assédio moral no serviço público. É uma lei complementar e essa lei foi regulamentada. Hoje, dentro do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, juizes e diretores dos três sindicatos da categoria, se encontram numa paritária para debater, juntos, a questão do assédio moral. Inclusive esses juizes estão recebendo formação e cursos do próprio Tribunal de Justiça para saber o que é o assédio moral. O TRT do Rio Grande do Sul trouxe o Dejours e a Marie-France Hirigoyen, para tratar das jurisprudências. Então, agora, já tem um terreno. Mas é um terreno para gente pegar a enxada, escavar e tudo mais.

E são essas as questões: prevenção, mediação, ação sindical e o acolhimento. O acolhimento é nosso, aquele lugar, aquele espaço, aquele lugar que o psicólogo vai criar para esse portador de sofrimento mental. E somente a prevenção, o debate, igual ao que estamos fazendo, o esclarecimento, pode cortar esse mal pela raiz. Porque, enquanto houver assédio moral, tem o adoecer do trabalhador.

Andreia de Conto Garbin

Graduada em Psicologia e em Direito, mestrado em Saúde Pública, pela Universidade de São Paulo, doutoranda na Faculdade de Saúde Pública e tem experiência na área de Psicologia Social, com ênfase em saúde do trabalhador.

Vou falar sobre a minha experiência como psicóloga da área do trabalho. Venho atuando principalmente na saúde pública, e durante um bom tempo, nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, os CEREST que são órgãos da política nacional de saúde do trabalhador, e que têm a responsabilidade de fomentar uma discussão sobre o mundo do trabalho e sobre as condições de prevenção, principalmente, em relação ao adoecimento. Também o reconhecimento dos problemas, e acidentes e doenças que vão acometendo os trabalhadores e trabalhadoras no Brasil.

Acho importante e dizemos que falar do mundo do trabalho significa reconhecer que convivemos com diversos modelos de organização do trabalho. Modelos que têm como objetivo, finalidade, sempre o lucro, o atingimento de metas, metas mais ousadas, em termos de resultados, para as empresas. E essa lógica de organização do trabalho, principalmente baseado no modelo taylorista-fordista e no modelo toyotista⁴, duas escolas importantes, da administração e da organização do trabalho, nos trazem o reconhecimento de condições que

⁴ Toyotismo modelo de produção industrial que visa o princípio da acumulação flexível evitando o desperdício ao longo do processo.

afetam a saúde, que adoecem, que causam sofrimento, desgaste nos trabalhadores, e também mutilam, acidentam e levam à morte milhares de trabalhadores no Brasil.

Então, é uma realidade a falar de um mundo, de uma condição, bastante degradante, de exposição aos riscos do trabalho, a que nós estamos submetidos, numa lógica de produção, produção e resultados melhores, em termos de lucro para as empresas. Essa lógica do mundo privado, rapidamente vai sendo absorvida pelas instituições públicas e pelas diferentes instituições, de modo que, se hoje nós discutimos, conversamos sobre características dessas organizações de trabalho, nós podemos pensar que elas dizem respeito ao universo do trabalho, tanto na área pública quanto na área privada. Com as devidas peculiaridades, singularidades. Eu queria frisar bastante uma condição que o toyotismo trouxe pra organização do trabalho, que é a questão da flexibilização. E nós, hoje, vivemos e incorporamos essa lógica da flexibilização na nossa vida. E na empresa, no trabalho em geral, significa pensar que tudo pode ser flexibilizado. O processo produtivo, a jornada de trabalho, a remuneração. Mas, significa, também, a flexibilização de direitos, a discussão sempre em pauta da retirada de uma condição de proteção e de segurança para os trabalhadores.

Então, nessa lógica de um trabalho flexível, de relações flexíveis etc., nós podemos encontrar tudo aquilo que repercute negativamente na condição de saúde mental dos trabalhadores. Isso significa dizer que nós estamos permanentemente à disposição do nosso trabalho, com o uso das tecnologias. Nós atendemos o telefone, respondemos e-mails, mandamos mensagem, somos localizados. E, também, não temos mais uma limitação de fuso horário, nada disso. Nós precisamos dessa disponibilidade total do trabalhador para esse mundo com essas

características, em que há uma rapidez no processo de comunicação, e há uma demanda sempre atual e urgente no modo de responder, para esse mundo flexibilizado.

Essa condição de disponibilidade para o trabalho, que envolve, então, uma disponibilidade de jornada, uma disponibilidade de horários propriamente dita, também traz uma dimensão da disponibilidade emocional, daquilo que as empresas, os empregadores, esperam, que é a apropriação da dimensão subjetiva do trabalhador, para que o seu negócio, o seu empreendimento, a sua atividade tenha melhores resultados. Com isso, nós nos deparamos com um discurso organizacional de envolvimento, de participação dos trabalhadores, de um vestir a camisa, um engajamento em relação àquele negócio, em relação àquele trabalho.

Mas, os estudos mostram que esse discurso é um discurso que envolve o trabalhador, mas que, de fato, não há uma participação dos trabalhadores nas discussões sobre as condições de trabalho, dos processos de trabalho. Estou querendo dizer que nós temos um discurso organizacional bastante atrativo, bastante envolvente, com mecanismos, estratégias, uso das tecnologias, que vão nos levando a essa disponibilidade em relação ao trabalho. No entanto, na prática, nós nos deparamos com situações que não correspondem a uma valorização do trabalhador.

Os autores dão alguns exemplos, que acho interessantes. Uma colega em Santa Catarina escreve sobre a participação no trabalho, e diz no estudo dela, que a opinião sobre a cor da parede era considerada, uma participação do trabalhador. Não estamos falando desse tipo de participação. Estamos falando que a possibilidade de interferir, de alterar, de modificar condições de trabalho podem levar a esse sentimento de valorização e de pertencimento do trabalhador naquela situação de trabalho. Mas, de fato, o que nós encontramos, o que nós temos

vivenciado são essas medidas paliativas, são essas enganações, mas não, de fato, estratégias organizacionais que considerem a dimensão subjetiva do trabalho naquilo que, de fato, nos caracteriza, que é a nossa condição de variabilidade, de diversidade. O que se busca é esse envolvimento, essa disponibilidade do trabalhador, não para o atingimento de metas, mas sim de valorização, de respeito e de dignidade em relação aos trabalhadores.

Essas condições de precarização do trabalho nos afetam numa dimensão imediata, na nossa inserção, mas também na nossa vida na sociedade. E, por isso, temos que pensar, refletir, sobre quais as questões que nós estamos valorizando e defendendo, em termos de mudanças na sociedade, de modos de convivência, modos de existir. Porque nós tendemos a trazer essas experiências organizacionais para as nossas vidas, para a dinâmica das diferentes instituições, e isso faz com que a gente naturalize essa precarização, naturalize essas condições desumanas de trabalho. Nós convivemos com um discurso e aceitamos e até valorizamos aquela jornada estendida, em que a pessoa tem uma dedicação para o trabalho, vira a noite, atende todos os pedidos da empresa, responde independente do ambiente em que se encontra, do ambiente familiar, e responde para essas demandas que são demandas do trabalho. Essa nossa reflexão faz com que a gente pense quais as medidas, quais estratégias podemos adotar, discutir, para que a gente defenda condições de trabalho adequadas para todos os trabalhadores, e que isso se reflita em legislações, em políticas públicas de garantias de direitos à classe trabalhadora.

Toda vez que falamos em saúde do trabalhador, e lembramos dos acidentes, das doenças, isso, de imediato, nos provoca o incômodo, incômodo de pensar que alguém já adoeceu, que um acidente já aconte-

ceu, que uma família já teve o impacto de um acidente, da perda de uma pessoa, de um trabalhador. E, por isso, pensar nas medidas de prevenção, pensar na possibilidade de intervir nesse universo, na organização do trabalho e nesse universo adoecedor, é que precisa nos provocar também, no sentido de combater práticas discriminatórias, práticas de violência psicológica.

Eu costumo sempre dar um exemplo dos acidentes aéreos. Toda vez que nós temos acidentes aéreos, uma explicação muito rápida, é que o piloto não cumpria os requisitos necessários para voar, ou que foi um erro dele na manobra. Nós, muito rapidamente, buscamos uma explicação que é uma explicação culpabilizante, é uma explicação muito superficial para um problema, para um acidente, para a queda de um avião, que é um evento importante. Muitas coisas falharam, certamente. Mas nós buscamos a explicação centrada nesse trabalhador, nesse indivíduo, e restringimos, limitamos a nossa compreensão de todo um processo que aconteceu e que levou àquele acidente. No caso dos pilotos, toda vez que nós ouvimos que eles estavam com jornadas acumuladas, que já tinham feito várias e várias escalas, tudo isso é rapidamente minimizado, para dizer que eles não atendiam algum requisito, ou de horas de voo, ou outra condição.

O professor Idelberto de Almeida, que estuda acidentes de trabalho, estudou esses grandes acidentes aéreos e escreveu sobre isso. São textos interessantes, porque trazem essa dimensão de como todo um conjunto de situações leva ao efeito acidente, mas como nós aceitamos a explicação e utilizamos essa explicação para a condição do trabalhador. E, as diversas condições, o cansaço e tudo mais, explicando todo um fenômeno complexo que é o acidente. Então, no discurso com que nós nos deparamos sobre os acidentes e doenças,

nós, muito frequentemente, temos essa explicação que, de alguma maneira, naturaliza o evento, acidente-adoecimento, relacionado ao trabalho, não problematiza, não critica, não tece uma reflexão para as causas reais, para as condições reais de trabalho, e identifica no indivíduo, no trabalhador a condição do adoecimento.

Bom, todos nós aqui podemos imaginar o que significa isso, quando se trata de uma depressão, quando se trata de um quadro de sofrimento psíquico, e como essa explicação culpabilizante, essa desvalorização do sofrimento, do adoecimento do trabalhador aparece rapidamente, indicando condições negativas para o comportamento desse trabalhador. Então, nós nos deparamos bastante com esse universo de explicações, que não ajudam, que não problematizam a situação do adoecimento, a situação do sofrimento relacionado ao trabalho.

Se nós valorizarmos mais esse discurso do sofrimento, se nós tivermos mais escuta para essa dimensão que é a experiência de trabalho, a experiência concreta, cotidiana do trabalhador, veremos que muitos problemas poderiam ser evitados. O trabalhador tem um conhecimento, uma experiência que ajuda, que resolve problemas, que ele utiliza no seu dia a dia de trabalho, mas isso acaba sendo desvalorizado. Essa dimensão de valorizar o conhecimento do trabalhador, a experiência, de valorizar o sofrimento trazido, expressado, enfim, é que possibilita que nós adotemos medidas preventivas, que a gente possa modificar condições de trabalho e evitar novos adoecimentos, ou situações mais graves de adoecimento.

Dejours, foi um autor que estudou bastante, ou escutou bastante o sofrimento do trabalhador, e ele diz que não é necessário que eu tenha um trabalhador afastado, não é necessário que eu tenha um trabalhador adoecido, mas as queixas, as vivências dos trabalhadores, possibi-

litam que nós pensemos sobre a condição do trabalho, sobre as mudanças necessárias para a condição do trabalho. Então, hoje, temos atuado nas políticas de saúde do trabalhador, no sentido de chamar a atenção, provocar os profissionais de saúde, para essa escuta em relação à demanda do trabalhador, além da doença e do acidente.

Isso significa que temos feito um esforço grande de discutir com as Unidades Básicas de Saúde, com os agentes comunitários de saúde, a necessidade de valorizar esse relato, essa experiência que o usuário do serviço de saúde traz, e que coloca essa dimensão do sofrimento e do adoecimento no trabalho. Com isso, nós acreditamos que um trabalho preventivo pode ser mais efetivo, antes do agravamento, antes das consequências piores para a saúde do trabalhador, para aquela comunidade, para aquela família. E, com isso, a gente possa ter um trabalho de reconhecimento da dimensão do trabalho na vida das pessoas, quer dizer, valorizar essa dimensão do trabalho como uma experiência significativa, importante.

Essa categoria nos traz a compreensão de um modo de existir desses trabalhadores, de nós todos. Saber o que a pessoa faz e como ela faz, faz muita diferença. Mas nós estamos ainda convivendo com profissionais, psicólogos, não psicólogos, enfim, que minimizam essa dimensão do trabalho para a compreensão da subjetividade humana. Então, muitas pessoas perguntam sobre o que a pessoa faz, mas no sentido da ocupação para o preenchimento de um cabeçalho, de uma ficha. Nós estamos falando que ouvir essa vivência dos trabalhadores, reconhecer essa experiência cotidiana de trabalho, que nos dá uma dimensão da vivência subjetiva, do sofrimento, do adoecimento, e também da possibilidade de prazer, de satisfação no trabalho. Nós falamos muito das repercussões negativas, mas também podemos pensar no trabalho como uma di-

menção significativa para a vivência, para a experiência de todos nós. E, nesse sentido, outras condições de trabalho serão necessárias para que encontremos valorização, reconhecimento e sentido naquilo que realizamos.

E, para finalizar, queria dizer que os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, no estado de São Paulo, estão em todas as regiões do estado. Hoje, no país, nós temos mais de 200 centros de referência. E estou fazendo esse destaque em relação aos centros de referência porque acho que, nessas instituições, nós poderemos mais facilmente encontrar profissionais que lutam por melhores condições de trabalho e exercitam uma prática de atenção, prevenção e promoção à saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, podemos pensar estudos, pesquisas, intervenções que levem em consideração essa dimensão da saúde como um direito, da saúde do trabalhador como um direito, como uma possibilidade de intervenção, para a promoção de melhores condições de trabalho.

DEBATE

Miriam (via internet): O campo das políticas públicas, as secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social e Secretaria da Saúde foram as áreas sociais que mais se abriram para a categoria profissional. O mais tocante nessa ampliação é que, junto a esse espaço ampliado, principalmente a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, oferece também meios precários de atuação. A exemplo, o psicólogo atuante no CREAS e CRAS atua cerca de 40 horas semanais, e o assistente social trabalha 30 horas semanais. A psicóloga tem menor remuneração que o assistente social, isso num serviço que trabalha visando a garantia e direito social. Trabalho no CREAS voltado para atendimento psicossocial de média e alta complexidade, violação de direitos e violência. Onde está a violência aqui?

Não é contra uma categoria que tenta lutar por uma sociedade mais digna? São profissionais que não só querem trabalhar, mas que precisam e escolheram esse trabalho. São profissionais atuantes que estão contratados nos termos da CLT, mas que não são concursados, são terceirizados por instituições conveniadas com a prefeitura. Seria esta uma forma do Estado se isentar da responsabilidade em relação a esses trabalhadores? Evita um vínculo direto que possibilite um diálogo? Isso não é o uso do poder e violência mediante o silenciamento dessa problemática? Como pensar as condições de trabalho nesse contexto? Como o profissional pode pensar, com essas secretarias, modos de organização desse trabalho que não violem o direito do trabalha-

dor e contribuam para condições de trabalho decentes?

Vanessa: Sou estudante de psicologia do primeiro semestre, e sou professora de sociologia. Os professores do Estado de São Paulo estão em greve, e a minha pergunta tem relação com isso. Eu queria saber dos palestrantes se eles acreditam, ou se eles acham, que, no cenário neoliberal, possa existir assédio moral em forma de políticas públicas.

Elenice: Estou aqui como representante do Sindicato dos Psicólogos, e gostaria de falar um pouco sobre o que a Andreia colocou com relação à flexibilização. Eu também sofri o assédio moral. E uma das coisas que me fez aproximar do sindicato é para romper essas correntes. Temos um Senado e um Congresso extremamente conservadores que querem tirar os nossos direitos. Quando eu entrei para o sindicato, eu falei, “Bom, eu quero militar, eu quero mudar essas condições nossas”. E, aí, quando a gente pensa que a coisa vai seguir pra frente, a gente começa a brigar por coisas que a gente já conquistou. Então, essa é uma briga que a gente vai ter que fazer contra as terceirizações, que precarizam a mão de obra do trabalhador. O psicólogo, como a colega falou, tem maior inserção no terceiro setor, e o terceiro setor é o que mais precariza a mão de obra do psicólogo. Não só do psicólogo, mas de outros profissionais. Então, como lutar com relação a isso sem unir forças? Precisamos unir forças, a gente precisa sindicalizar, se não, a gente realmente fica refém de quem tem o poder da caneta.

E, com relação a UBS, a gente está na contra-mão. Por quê? Eu fiz uma proposta de trabalho na UBS da Vila Matilde para fazer esse trabalho preventivo, e fui como voluntária, porque eles não valorizam o trabalho. Por quê? Porque a gente está na contra-mão.

Porque o que eles querem é medicalizar, é entubar remédio na população. E quando você vai com uma proposta de trabalho preventivo, você é taxada de romântica. Infelizmente é essa a realidade. Então, eu digo a vocês, nós precisamos unir forças. Se a gente não unir forças, quem tem o poder da caneta vai nos tratorar.

Priscila: Tenho 27 anos, estou há três anos como efetiva, funcionária pública concursada no município de Taboão da Serra. Trabalho num CRAS e, desde janeiro, assumi a coordenação de um CRAS. E venho de uma história curta, de três anos, mas já de militância, de sofrer algumas transferências. Comecei a ficar doente num lugar que tinha mais mofo do que tudo, chovia mais dentro do que fora. E, aí, comecei a fazer reclamações: falta de papel higiênico, falta de água. No ano passado, participei de uma greve, em que não tivemos direito de negociar os dias parados. Perdemos e fomos descontados todos os dias. E a reivindicação, além de um salário digno, é o dissídio. Taboão da Serra, há 18 anos, não oferece dissídio para nenhum dos trabalhadores. Inclusive, algumas categorias hoje estão ganhando abaixo de um salário mínimo. Então, eu acho que são coisas muito gritantes, em várias categorias.

Lá, a gente trabalha 30 horas, como os assistentes sociais, mas uma das minhas brigas, é uma política de garantia de direitos. E nossos direitos, enquanto trabalhadores, são sempre violados. Pensam que o funcionário público prestou concurso, está lá, tranquilo, e que não tem cobrança, que não tem meta, já que você não vai ser mandado embora. Muito pelo contrário. Mas eu acho importante, da gente que trabalha na área, enquanto trabalhador, sempre brigar, sempre se colocar nesse sentido. E entendo a militância, entendo a vontade de fazer, mas devemos sair desse caráter de voluntário. Sair dessa histó-

ria da benfeitoria. E eu acho que isso vem até de encontro com as políticas da assistência. E a psicologia, como se inseriu nesse meio, fica com essa coisa, ou é elitista, aquela coisa do divã, das madames que não têm o que fazer e vão lá fazer análise, ou que a gente tem que fazer bondade e trabalhar de graça. São dois extremos absurdos.

Então, eu queria fazer essas colocações e também pensar aqui, com os colegas, como fica essa questão da remuneração do psicólogo. Porque acho que todo mundo é da área, se procura pra fazer uma terapia, é o olho da cara. E, aí, você é trabalhador, você sente essa necessidade, seu salário não paga. Quando a gente está na academia, não imagina as coisas que vamos enfrentar lá na ponta, quando vira trabalhador. A nossa formação não nos prepara pra isso. É uma formação que aliena da realidade. Alguns cursos começaram a mudar sua grade, no sentido de incluir políticas públicas, mas é muito incipiente ainda. São currículos muito fracos, nesse sentido. Acho que é muito importante a gente pensar também nessa questão da formação.

Marisa: Trabalho no terceiro setor, uma ONG, com idosos, e complementando a questão enviada pela colega, além da assistente social trabalhar as 30 horas, ela tem um limite de acolhidos para atender. O limite dela é 65. O psicólogo, se tiver 200, é um sozinho para atender. Tem três, quatro do serviço social e uma psicóloga. O sistema está tentando colocar para o psicólogo a responsabilidade de administrar medicamento para os acolhidos, onde não tem pessoal de enfermagem. Tudo isso está fazendo com que nós sejamos realmente massacrados dentro do terceiro setor.

Arthur L. Magalhães F^o - Acho que o que foi falado aqui é muito sério, mas acho que reflete toda a rea-

lidade da nossa sociedade brasileira. Então, o que eu vou dar é simplesmente minha opinião sobre as questões, a partir da minha formação. Acho que esse texto que veio pela internet, e o complemento das colegas foram muito importantes, porque, se o objetivo nosso aqui é discutir a questão de política pública, acho que essas questões trouxeram a essência do debate. E nós viemos aqui para debater. Isso aqui não é aula, para quem está aqui em cima falando e quem está aí ficar anotando e concordando. Nós queremos a participação. Nós queremos o diálogo. Essa relação é dialógica. Eu só vou dar minha opinião.

Eu vivenciei esse processo do caldo de laranja em outras empresas, do bagaço, mas por isso que eu resolvi trabalhar por projeto, que é muito mais difícil, por um lado, porque você tem que convencer as pessoas da sua atividade intelectual. E atividade intelectual não é uma coisa de chegar, copiar e colar. Dependendo da gravidade do caso, posso demorar um dia ou posso demorar uma semana. Dependendo da gravidade do caso, posso ter que procurar uns amigos para debater o caso, para saber se o que estou fazendo é a coisa certa. Porque eu estou envolvido com um ser humano. O processo produtivo é justamente o contrário. Você tem que fazer rápido e bem feito. Se você faz rápido e mal feito, se você demora pra analisar, vem a chefia pressionando. Então, juntando isso tudo, eu só posso falar uma coisa: para mim, a maior representação que existe do poder é o Estado. Eu não estou falando de partido político. É o Estado. Qualquer partido ambiciona o poder, ao chegar no poder vai tratar todas as pessoas dentro de um processo neoliberal. Vão tirar o concurso, porque quem é concursado vai trabalhar com a causa pública, vai ter estabilidade, e vai poder fazer com que o seu trabalho seja feito do jeito que tem que ser feito. Com a terceirização, com a flexibilização, você vira um empregado

de carteira assinada. Tem que cumprir meta. Quer dizer, às vezes você não tem nem tempo para refletir sobre aquele discurso que você ouviu, e já chega uma outra pessoa.

Então, eu vou dar minha opinião, quem está trabalhando no serviço público, seja terceirizado ou concursado, é carne moída. O bagaço, às vezes, o cara aperta, ainda sobra um caldinho, dá pra recuperar, você espreme e ainda dá uma sobrevida. Agora, não. É máquina de moer carne, de moer emoção, de moer psiquismo. *“E aí? O que nós vamos fazer?”*.

Bom, eu vou pontuar algumas questões. A colega do sindicato já falou, e vocês podem perceber que, na fala dela, ela falou exatamente o que eu ouço, *“Eu já não estava aguentando mais, procurei o sindicato”*. Se o sindicato não está atuando, vamos montar um grupo de trabalho. Vamos forçar o sindicato a discutir essas coisas. Se a gente quer a mudança, a mudança tem que partir da gente. Hoje em dia, não sei se vocês sabem, se você publicar no blog no facebook, um comentário sobre as suas condições de trabalho, você está sujeito a ser demitido. Tenho uma amiga que fala, *“Parece que quando você entra numa empresa, quando você entra numa instituição, você está entrando num outro mundo. As leis que regem o mundo aqui fora não valem. Lá, são as leis deles, pronto, é isso, e acabou”*. E se você denunciar, você está demitido. Se você quer fazer alguma coisa pra melhorar, você é assediado.

Isso é uma luta, é por causa de todo um processo neoliberal que quer transformar isso mesmo. O psicólogo está ali para tapar o sol com a peneira. Se caiu um barranco matando 20 pessoas, não vamos questionar se foi a prefeitura que deixou construir naquele terreno, mas o psicólogo é chamado para atender as crianças que ficaram sem família. O psicólogo tem que manter o trabalho, tem que ter esse espaço do sindicato, espaço de

discussão com os colegas, participar de seminários, para pensar como ele vai fazer sem se expor. Porque, se você chegar no seu trabalho e começar a criticar você é transferido.

Então, nós temos que ter muito cuidado, porque hoje em dia ninguém pode perder o trabalho. Mas temos que ir tentando mudar as condições de trabalho. Eu acredito que isso só possa ser feito através do coletivo. Eu vou dar alguns exemplos. Por exemplo, quando tem essa comparação entre o trabalho do psicólogo e do assistente social, eu fico muito preocupado. Porque isso temos que pensar também historicamente. O assistente social já tem um lugar conquistado na sociedade, mesmo que seja através do assistencialismo, há muitos e muitos anos. Nós estamos entrando agora, e lá no Tribunal de Justiça, por exemplo, muito assistente social acha que o psicólogo está roubando o trabalho dele. O psicólogo agora está ocupando esse lugar na sociedade civil organizada, não só pela força do sindicato, dos conselhos, mas pela construção, no meu entender, pela construção no imaginário popular, que já sabe, *“Eu estou com um problema, vou procurar um psicólogo”*. É uma coisa que não existia 30, 40 anos atrás.

Então, por exemplo, por que assistente social tem uma jornada de 30 horas? Não seria interessante montar um grupo de trabalho, no sindicato, ir lá no sindicato dos assistentes sociais, ver essa construção histórica, ver o que pode ser feito? Porque, se a gente for falar que o assistente social tem 30 horas e o psicólogo 40, o patronato pode decidir que todo mundo vai ter 40 horas. As categorias começam a brigar entre si esquecendo quem é o verdadeiro inimigo, que é o Estado. Que é o poder legalizado.

Tem outra questão, que eu quero falar aqui, quando o Estado começa a terceirizar, ele começa a precarizar o trabalho. Porque, terceirizando, ele tira o compromisso da pessoa com a coisa pública para ter o compromisso das metas daquela instituição, seja uma ONG, seja um hospital, seja o que for. E

por isso que eu acho que, somente com uma ação coletiva, sindical, podemos colocar essas questões na negociação coletiva. E nós temos outro problema. Quando a colega falou sobre a questão do dissídio, eu não sei se ela sabe que, na flexibilização das leis trabalhistas que o Fernando Henrique conseguiu mudar, para termos dissídio, o patronato tem que concordar.

E, para concluir, eu acredito que todos nós estamos vivendo uma sociedade em que se não lutarmos pelos nossos direitos, de uma forma coletiva, de uma forma inteligente, sem se expor, nada vai mudar. Eu acho que é aquela coisa da conversa do ouvido, da microrrevolução, é ter o apoio, do serviço geral, do guarda, do médico, se isso for possível, da enfermeira. É montar uma equipe. Eu acredito que teria que ser, realmente, uma questão coletiva, através da entidade sindical. Porque a mudança vai partir da gente, mas a gente tem que se proteger, assegurar o nosso emprego, e também garantir a nossa saúde mental.

Andréia C. Garbin: Eu acho que nós precisamos pensar de modo mais coletivo. E, aí, temos o sindicato. Acho que esse evento do conselho, o conselho da psicologia, mas outros que promovem organizações, debates, grupos de conversas, rodas, enfim, que nós precisamos achar estratégias, porque nós temos que nos contrapor a uma lógica de um individualismo, de uma sociedade consumista, de uma lógica de descartabilidade que nós estamos vivendo.

Quer dizer, tantas coisas que nós estamos, como trabalhadores, no meio disso tudo, respondendo, e nós precisamos criar estratégias e intervenções, e também produzir discursos diferentes em relação a essas práticas, aos modismos que desvalorizam as pessoas, desvalorizam a dimensão humana, a dignidade. Então, acho que, nesse sentido, temos que partir para a ação coletiva mesmo.

4.FALTA DE ÁGUA
Impactos na subjetividade e
as responsabilidades das
políticas públicas

Cláudia Visoni

Jornalista, ambientalista, conselheira do meio ambiente na subprefeitura de Pinheiros, participante de movimentos de agroecologia e agricultura urbana, uma das fundadoras do movimento Cisterna Já.

Vim trazer aqui uma visão da crise em que estamos mergulhados. A apresentação é organizada da seguinte forma: porque isso está acontecendo, as reações às situações hoje, e o que a gente pode fazer, uma conversa sobre saúde pública e as soluções.

Então, porque isso está acontecendo? Todo mundo já está mais ou menos por dentro disso, mas vamos dar uma contextualizada. Penso que essa crise vem de uma percepção de mundo completamente louca da nossa sociedade, sobretudo dos governantes, ou seja, a primeira causa é uma gestão baseada em fontes inesgotáveis. Lidamos com a água na nossa sociedade, sobretudo aqui no Brasil, sempre achando que é infinita, não vai acabar nunca e cada vez que falta você vai buscar mais longe, nesse longe mítico, um lugar que está ali só para nos fornecer água. E agora a gente está começando a ver briga no jornal. São Paulo contra Rio, Piracicaba, Campinas, Jundiaí contra São Paulo, porque a população desse longe onde a gente está buscando água também não tem, então esse é o primeiro problema.

Segunda coisa é a degradação dos mananciais

e fontes de água. Acho que isso também tem a ver com uma ideologia de achar que somos superiores à natureza e que podemos fazer o que quisermos, desmatar o quanto quiser, sem perceber que não vai continuar brotando água, comida e tudo mais magicamente, enquanto a ciência diz, os geógrafos dizem, os climatologistas dizem, o que todo mundo diz, é que para ter água você tem que ter floresta, pelo menos aqui na área tropical. Na Suíça eles têm uma fonte de água que é a neve que cai no inverno, a gente não tem neve, a gente depende da chuva, a chuva depende da árvore e todo mundo aprendeu isso no pré-primário, mas esqueceu.

Terceira coisa é o déficit de chuvas que vem ocorrendo desde 2012, a gente tem menos chuva que a média e vem um aviso, e o aviso vai ficando cada vez mais forte. Existem regras e expedientes para lidar com riscos, mas tem uma coisa chamada curva de aversão a risco. Em novembro de 2013 já estava claro que estávamos entrando em uma situação muito arriscada, mas aí permaneceu a negação “isso não está acontecendo, vamos em frente”. E tem outra negação mais séria ainda. O ministro da Ciência e Tecnologia em sua posse fez um discurso dizendo que mudança climática não existe, não é nem a discussão se a causa é relacionada com a atividade humana ou não, mas a mudança climática não existe. Só que estamos em uma fase como nunca houve, nunca choveu tão pouco, o que é uma coisa bastante estranha.

Falta de transparência e participação até dá para entender, pois com essa fragilidade toda do argumento eles fecham, se blindam. Existem comitês de bacia, mas bastante esvaziados e hoje em dia há grande dificuldade para conseguir dados, não só a imprensa como o Ministério Público, como os movimentos. Tem que ser acionada lei do acesso à informação para descobrir

quem são os grandes clientes que usam mais água, coisas muito básicas. E tem uma série de obras sendo feitas por aí muito mal noticiadas. Não sei se vocês viram no jornal, essa semana o pessoal de Juquitiba fechou uma estrada porque o rio Juquiá vai ser um dos novos mananciais da cidade. É um rio muito bonito de corredeira, de cachoeira, tudo mais, vai se passar o trator naquilo tudo, não tem licenciamento ambiental, não tem nada.

E, por último, as eleições de 2014 que atrapalharam muito, atrasaram muito qualquer reação, porque tem um processo que vocês vão saber explicar muito melhor do que eu, que o político não pode admitir que choveu menos, que vai faltar água, tem a necessidade de negar.

Um artigo no jornal O Globo¹ relaciona a crise da água com “A falta de investimento a longo prazo, o **otimismo** exagerado dos políticos e gestores que conhecem a realidade mas preferem **apostar na sorte**; a **cultura do desperdício**; a **dificuldade em ouvir** e colocar em prática os dados das ciências; a **incredulidade** nos sinais de alerta dados pelas mudanças climáticas; a teimosia em apoiar de maneira exagerada na matriz hidrelétrica, deixando em segundo plano outras matrizes energéticas **resultaram nessa crise hídrica** que hoje vivemos no Brasil”. É um diagnóstico da fase de negação, todos os itens têm a ver com negação.

E o governo colocou essas bombas no volume morto, e com isso passou a dizer que a represa não zerou e instaladas as bombas passou a ter 20%. A imprensa engoliu isso, porque a partir do dia que ligaram essas bombas, quando aparece notícia no jornal não é assim, “o sistema Cantareira está com 12 por cento”, mas “o sistema Cantareira está com menos 5 por cento, está com menos 10 por cento”. Os gráficos de manancial chegam

1 De Josafá Carlos Siqueira, reitor da PUC – RJ Publicado em 8/3/2015.

no zero e pulam pra cima, parece que entrou um monte de água, então é uma comunicação super enganosa.

Bem, aí entrou a campanha política presidencial e eu já estava muito envolvida com essa questão da água, assisti aos debates, assisti a propaganda política em busca das propostas dos candidatos para lidar com a crise. Falou-se de tudo nessa campanha, mas o fato do país não ter a água e possivelmente não ter energia, para isso ninguém apresentou nenhuma sugestão. Enquanto isso, a população estava muito engajada.

Para lembrar a cronologia, o volume morto começou a ser explorado em maio, e esse cenário dramático em que estamos vivendo e vamos viver com mais agudez daqui pra frente já estava desenhado, mas ele não foi percebido, porque a coisa mais importante no momento era a copa do mundo e depois da copa do mundo as eleições e depois das eleições já estávamos muito perto do natal, daí teve as férias, aí veio o carnaval.

Estou no movimento Cisterna Já, e na primeira semana após o carnaval, o meu telefone tocou enlouquecidamente, as pessoas me procuravam no Facebook, todo mundo atrás de cisterna ao mesmo tempo e na primeira segunda-feira após o carnaval, o que não podia ser uma coincidência. A pessoa ficava muito brava porque eu indicava cisterneiro, que não podia atender, e eu falava, “*escuta, em novembro, em junho, julho, agosto, setembro, outubro, ninguém estava nem aí porque todo mundo tinha outras prioridades, aí na semana após o carnaval, 150 mil pessoas resolvem querer cisterna ao mesmo tempo*”.

Enquanto isso, nós ambientalistas estávamos arrancando os cabelos. Há muito tempo, estamos muito preocupados porque esse colapso da água não é o primeiro, não é o único, vem mais vários por aí, tem o colapso do lixo, dos alimentos, da produção de energia. Eu estava vendo agora

um documentário sobre *fracking*, que é a extração de gás do subsolo injetando coisas muito tóxicas que contaminam o lençol freático, com o detalhe que ninguém sabe limpar o lençol freático e então nós estamos preocupadíssimos.

Os dados do começo do mês, mostram que a gente estava com menos 18, hoje nós não chegamos nem no zero, e quarta-feira começa oficialmente o período seco. Pode ser que a mudança climática esteja louca, a gente tenha um dilúvio no outono e no inverno como nunca aconteceu, tomara até que aconteça, mas a perspectiva não é essa. Esse ano começamos o período seco em uma situação muito pior do que estávamos em 2014. A esperança é que talvez a gente tenha uma gestão melhor do que foi a de 2014, talvez estejamos passando da negação, quem sabe a gente entre na negociação e comece a fazer alguma coisa, mas a situação é horrível.

E a mídia começa a dar tiro para todo lado. Parece a situação de um pai de família que perdeu o emprego, e na hora do jantar ele fala, *“me dá esse bife aqui, olha, ninguém mais vai poder comer carne, eu vou congelar porque amanhã a gente não vai ter carne”*, no dia seguinte ele compra champanhe e caviar e fala assim, *“o problema acabou, eu não tenho emprego ainda, mas, já tenho três entrevistas agendadas”*. Então cada dia se fala uma coisa e foi muito curioso ver que nas semanas em que começou a chover agora em fevereiro e março, o assunto desapareceu da mídia ou vinha nesse tom de glória. Hoje já fazem três dias que não chove, e o Estadão está falando, *“provavelmente vai ter rodízio”*, se chover na segunda-feira eles vão falar que não. O governador chegou a dizer que ia adiantar as férias escolares para maio por causa da crise da água. Essa crise da água vai demorar por baixo, se tudo der certo, uns cinco anos, então ele passar as férias para maio, em 2016, tanto faz.

É muito complicado lidar com a população dessa maneira e aí, além dessa vontade de cantar vitória, cada gota que cai já canta vitória, tem uma outra coisa muito perversa na sociedade que é isso aqui, *“risco de rodízio de água em São Paulo caiu a quase o e é menor ainda na Avenida Paulista”*. Esse tipo de manchete traz à tona a maneira como a gente divide a sociedade e a prioridade que a gente dá para as coisas. Um pouco da calma do governador tem a ver com o fato de terem encontrado um novo manancial, e uma das obras é essa, ligar o Rio Grande com a Billings. Em toda a área do Morumbi, à margem direita do rio Pinheiros, para quem está olhando para Interlagos, o esgoto é jogado em natura, não tem nenhum tratamento, então esse rio Pinheiros vai para Tietê, o Tietê desemboca na Billings e esse é nosso novo manancial, só que essa água é tão suja que é intratável, então o que vai se fazer é dar uma misturada com os outros. Tem um artigo muito bom do Fernando Reinach que está na internet, chama *“Aquanel: água poluída para todos”*, e ele entende bastante de manancial. Então é isso, como não temos tecnologia para transformar esse esgoto em água potável, ela vai ser misturada, coada e enviada para a casa das pessoas.

O que podemos fazer? Primeiro acho que devemos assumir que a crise é grave. Podemos reduzir muito o consumo, e calcular nosso período de autonomia hídrica. O dia 22 de março, foi o Dia Internacional da Água, e a Aliança Pela Água lançou um manual de sobrevivência para a crise da água e eu fui uma das pessoas que coordenou a produção disso. Lá está tudo muito explicado, estão explicadas as práticas de economia máxima, porque até agora tem se falado de práticas de economia que são muito superficiais, como desligar a torneira na hora de escovar os dentes. E mesmo as metas colocadas pelo governo, *“vamos economizar 20 por cento”*, não devia ser

20 por cento, nós temos que economizar 50 no mínimo.

O manual pode ser encontrado no Google, ou no site da Aliança que é aguasp.com.br. O manual fala, inclusive, de estratégia de sobrevivência, que é o que fazer quando não tem água mesmo, como por exemplo, o que você vai fazer no dia que eventualmente você tiver que interditar o seu vaso sanitário. Inclusive nesse manual tem uma coisa que tangencia a área de vocês, que são orientações de saúde, pois a gente não vai ter só pouca água, mas água de pior qualidade.

Outra questão, consta no manual também, são as fontes alternativas. Provavelmente esse abastecimento normal de água da Sabesp não será suficiente para tudo, e não existe solução mágica. Cada uma das alternativas tem seus prós, tem seus contras, eu estou bastante ligada a essa questão da cisterna, trabalhando muito nisso, mas tem outras e no manual tem detalhes, algumas dicas de preparação para emergência.

Quanto à saúde pública, vou levantar alguns pontos só para provocar a discussão. A crise tem uma incidência desigual, não atinge todo mundo igualmente, as pessoas mais pobres, as mulheres e a população rural em geral sofrem mais, isso é uma coisa geral, vem de uma pesquisa, de uma revisão de estudos sobre seca. Precisamos preparar a população para aprender a armazenar água e lidar com a água não potável. A epidemia de dengue acontecer justamente agora não é uma coincidência e a literatura aponta também para um possível aumento na incidência de depressão, diarreia, hepatite, conjuntivite, infestações de piochos, mas na verdade ninguém sabe o que pode acontecer.

Na China, teve uma epidemia de problema neurológico em uma época de seca em que a colheita não estava boa e tinha uma espécie de mandioca que eles colheram ainda verde, e aquilo tinha uma substância que causou

problema de saúde em todo mundo. Estou muito feliz de estar aqui falando com os psicólogos, mas os médicos ainda não acordaram. Então se vocês conhecem ou trabalham com médicos, acho que eles precisam informar a população e a preparar os sistemas de saúde para o que vem. No site da Aliança, são encontradas as propostas que foram divididas em propostas emergenciais e propostas de longo prazo, sendo que as ações de longo prazo precisam começar agora para dar resultado. Aqui é um resumo, está lá no Aliança pela Água em agenda mínima. Procurem o manual de sobrevivência para crise que tem bastante informação e é legal divulgar junto às pessoas com quem vocês trabalham, até imprimir e colocar nas instituições. Esse manual foi feito em uma linguagem muito simples, para ser compreendido por todo mundo.

Angela Elizabeth Lapa Coêlho

Psicóloga e mestre em psicologia social pela Universidade Federal da Paraíba, doutorado e pós doutorado em Psicologia Social pela University of Manitoba no Canadá, coordenadora do curso de psicologia no Centro Universitário de João Pessoa, membro da comissão ampliada de psicologia das emergências e desastres do Conselho Federal de Psicologia.

Boa noite a todos e todas. Comecei a trabalhar com a seca em 1995, no estado da Paraíba que é o meu estado, onde eu trabalho atualmente e onde eu nasci, e lembro que a primeira pergunta que me faziam quando comecei a trabalhar era se seca era desastre, pois não matava muitos de uma vez só, era três em um dia, quatro no outro, uns que não nasciam, outros adoeciam por conta de água não tratada. Então hoje em dia para muita gente ainda é impensável falar em seca no sudeste. Como é que você pode imaginar que em uma cidade como essa está havendo seca? Como é que você vai convencer as pessoas que moram aqui? Tem muita gente que continua dando banho em calçada, em carro, em todo mundo. Estão dizendo que tem seca, que está seco, que está acabado, que não tem água, e aí tem enchente em São Paulo, e a pessoa diz, “*como é que eles estão contando que tem seca e está chovendo desse jeito?*”. Acho que a gente ainda está na negação e no começo da negação.

A definição de desastre que utilizo no meu traba-

lho é que **os desastres são fenômenos eminentemente humanos e sociais e em consequência devemos despoja-los da qualidade de naturais que gera uma sensação de que o mundo é assim e não podemos fazer nada para evita-los.** O mundo não é assim, este mundo está assim porque de alguma forma achamos que tínhamos água para toda vida, que não fazia mal jogar lixo na rua, que não fazia mal não ter esgoto, não ter saneamento básico, então o que nós estamos vivendo agora é uma sensação muito estranha e diferente de outros desastres, porque muitas vezes esse tipo de desastre ao invés de unir, divide as pessoas pela forma de divulgação.

Quem mora na avenida Paulista não precisa se preocupar, ou então tem um lugar que vai ter seca, no outro não. Essa é uma questão muito séria de discriminação, de preconceito e da forma de tratar as pessoas. Gosto muito das definições de vulnerabilidade que Ayres (2002)² usa e os chamados níveis de vulnerabilidade que são: 1, vulnerabilidade individual- nível de informação 2. Vulnerabilidade social – acesso aos meios de comunicação 3. Vulnerabilidade programática – avaliação dos programas para responder as demandas. Atualmente o nível de vulnerabilidade nossa ainda está no da informação, não chegamos nem no social, e o programático então é a perder de vista. Nós não temos informação concreta e correta, cada dia sai uma manchete nova, cada dia sai uma coisa nova no noticiário. Você não lembra qual foi a primeira notícia e se tiver algum outro fato competindo com a pauta, no outro dia é destacada outra notícia.

Cognitivamente isso não está funcionando, e a vulnerabilidade individual é a falta de informação. As pessoas têm outras coisas com que se preocupar porque pensam, “*ah, quando faltar água eu me preocupo*”, porque elas têm

² José Ricardo Carvalho Mesquita Ayres.

uma demanda de educação, de saúde. Os psicólogos lamentavelmente se veem muito na dimensão patologizante e diagnóstica, e não se veem inseridos nos projetos de prevenção e promoção, raras são as matrizes curriculares que incluem os conteúdos a partir da promoção da saúde, da atenção básica. Geralmente é assim, está com problema vai ao psicólogo, mas como o psicólogo pode trabalhar nas comunidades para essa mudança no processo de mobilização, de rodas de conversa, então a gente tem que repensar a forma do trabalho do psicólogo para de fato atingir o que nós queremos, porque lamentavelmente o processo de informação nosso é insuficiente, e eu me incluo nisso.

Fiz 32 anos de formada e na minha época não tinha AIDS, não tinha falta de água, tinha aquela falta de água no nordeste que já era endêmica não tinha o que fazer. Como não tem o que fazer? Quando quiseram botaram uva, melão, ao lado do São Francisco. Se Israel conseguiu a quantidade de frutas que tem lá, o Egito também, como é que a gente não pode ter isso? É uma questão de vontade política.

Como avaliamos essa situação? Nós não somos preparados, preparadas, para esse tipo de avaliação. Eu trabalhei com pesquisa sobre a seca na Paraíba. Passei 10 dias, morei na região e trabalhei em uma região onde tinha seca há anos, e em uma região que nunca teve seca. Quando eu fui fazer análise do material que eu tinha, verifiquei que quem nunca teve seca tinha mais medo da seca do que quem morava na região da seca, porque a visão daqueles que não moravam na seca era a visão da mídia, e o medo de quem morava na região da seca era que os filhos teriam que se mudar para trabalhar, porque na região não tem o que fazer. Todos os estudos mostram a responsabilidade da mulher nesse tipo de cenário, porque ela ainda é a cuidadora principal dos núcleos familiares, ela provê alimentação, as mulheres são responsáveis pela segurança alimen-

tar no mundo, não é só em região de seca não, é no mundo. Então, temos que analisar como é que essas pessoas estão vendo o evento, como é que elas estão identificando esse evento. Como é que você vai fazer uma roda de conversa em uma região que teve uma enchente e vai falar de seca, qual o tipo de mobilização? Que tipo de estratégias você vai poder ter para conversar com essas pessoas? Muitas vezes nós desconhecemos e não valorizamos as capacidades locais, as lideranças locais. Em muitos casos nós somos onipotentes e prepotentes, nós trazemos os projetos já prontos de cima para baixo e quando as pessoas não entendem, é porque o problema é delas, não é o meu projeto que tem problema, eles que não foram capazes de me entender.

Quando eu dou aula tem três palavras que são proibidas, **fácil**, **simples** e **está claro**. Nada é simples, nada é fácil e nada está claro. Se você for fazer um trabalho e já começa dizendo, “*é muito simples*”, aí a pessoa já não entende a primeira fase e diz, “*deve ser simples*”. Eu posso até ter o conhecimento, mas se eu não souber transmiti-lo, esse conhecimento vai morrer. E muitas vezes eu tenho que lidar com a comunidade para entender como ela percebe o evento, para então montar as minhas estratégias.

Devemos verificar o que tem disponível para não haver disputa de projetos na comunidade, porque isso já aconteceu. Já trabalhei em Unidade Básica de Saúde e em Centro de Referência e Assistência Social, e muitas vezes a pessoa dizia, “*olha, eu não posso vir no grupo com pessoas de hipertensão e diabetes porque eu já sou do grupo do idoso, aí eu não tenho dinheiro pra pegar o ônibus dois dias por semana*”. E tem o grupo de mulheres, e se a mulher tem hipertensão e é idosa, já são três grupos, e se a mulher tem hipertensão, é idosa e é cuidadora de criança pequena então esse grupo é em outro dia. A pessoa preenche então a semana com grupos,

porque ninguém quer compartilhar o que já existe, cada um quer ter seu filho próprio, ninguém quer ser padrinho de outro projeto que não seja o seu. E vale ameaça, “*se não vier para tirar, fazer o nível de glicose você vai ver*”, e a pessoa se justifica, “*olha, eu não vim pro teu grupo, gosto mais do teu, mas daí eu vou perder de pegar a medicação*”. A necessidade, os recursos que a comunidade tem, se há disputa de associações dentro da própria comunidade, às vezes a comunidade é muito extensa e ela tem dois grupos de associações, se ela tem outras disputas políticas na comunidade, principalmente beirando anos de eleições, então isso tudo tem que ser investigado.

Teve um cenário em Pernambuco, na enchente de 2010 em que as cestas básicas foram distribuídas dentro de uma entidade com denominação religiosa e o boato que surgiu na comunidade era que quem fosse pegar a cesta básica teria que assinar um documento de adesão àquela igreja. Não existia nada disso, mas o que eles achavam, é que se existissem pessoas que não quisessem mudar de religião, sobravam mais cestas básicas para os demais. Essa é uma questão que precisa ser levada em consideração e analisada para lidarmos com os grupos, para entendermos como eles se organizam e como eles trabalham.

É nesse sentido que digo que muitas vezes a gente não escuta o outro, não escuta o conhecimento de base, o conhecimento que está lá e para trabalhar com isso e psicólogo tem que trabalhar com o desenvolvimento sustentável, tem que ler sobre isso, esse é o mundo que nós estamos vivendo. Às vezes os alunos dizem “*ah, professora, a gente vai ler nas teorias*”, eu digo, “*meu filho, eu tenho um sonho, juntar todos os teóricos e dizer, lhes apresento o século 21*”. Mas se lermos com cuidado todas as teorias, notaremos que os autores já davam indícios que aquilo no futuro seria modificado. E às vezes a gente

acha que a necessidade do outro é a minha se eu estivesse naquele local e a gente nunca pensa que a necessidade dos que estão ali, não é a minha, mas é de quem está ali e o que ela precisa, e isso é um exercício sistemático.

Gosto muito de trabalhar com essa matriz, porque geralmente nós temos a mania de chegar ao local para trabalhar e achar que ninguém tem capacidade, e vamos ser o centro das atenções, vamos resolver. Então você precisa entender que aquelas pessoas têm capacidade, que quem primeiro presta assistência é quem mora na região, depois é que chegam os serviços. Esse pessoal já vem convivendo com falta de água há muito tempo, já vem desenvolvendo estratégias locais de como lidar com a falta de água, então nós é que precisamos aprender para multiplicar essa experiência e talvez maximizar o ganho dessas experiências. Nós trabalhamos com a pessoa, a família e o contexto, quais são as capacidades, isso é uma matriz diagnóstica, e com essa matriz temos as condições de analisar melhor a situação e o cenário nos quais aquelas pessoas vivem.

Uma coisa que deve estar claro para os psicólogos é que obrigatoriamente nós temos que entender todas as políticas públicas com as quais vamos lidar: Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, quais são as possibilidades dentro desses sistemas. Só assim não vamos trazer um projeto que vai ser inviável, porque temos que pensar produtos e programas dentro das políticas públicas, para não atropelar os projetos já existentes. E quanto à divulgação das informações, a boa comunicação contribui para minimizar a possibilidade de boatos. Como exemplo, na região serrana do Rio de Janeiro, em Nova Friburgo, a repórter estava falando, e escutou alguém dizendo “rompeu uma represa”, porque veio aquele jato de água, todo mundo correu, foi aquele tumulto todo. Quem conhece a região serrana do Rio de Janeiro

ro sabe que não pode ter represa ali. Quando eu fui fazer um trabalho com os psicólogos da região perguntei, “mas gente, vocês que moram aqui sabem que não tem represa!” “Vai ver que construíram e a gente ficou sem saber”, o certo pelo duvidoso. Sabem o que foi? Uma caixa d’água que estava com as pernas bambas, por conta do deslizamento, afrouxou e rolou morro abaixo. Para mim o reservatório d’água já é um verdadeiro cemitério, porque eu nunca vi tanto volume morto, e sinceramente é uma área que eu não entendo muito bem, eu não sei de onde estão tirando essa água ou quantos mortos têm para serem retirados, porque é o primeiro, é o segundo volume. A forma como eles explicam produz essa fantasia.

Então, é uma preocupação com a questão da divulgação que é fundamental para uma mudança, uma percepção, o sentido que é dado a isso que está ocorrendo, e eu acredito que se a gente fizer uma entrevista com as pessoas que moram na grande São Paulo, a seca ainda é a do nordeste, eu aposto. E as informações precisas, claras e atualizadas podem reduzir o estresse vivenciado pelas comunidades afetadas, e se a pessoa entende, ela saberá transmitir. Eu sei disso porque eu entendi como funciona o alarme para Tsunami, não sei se vocês viram essa explicação. Eles colocam boias em alto mar, e quando o mar está normal, tranquilo, as boias levantam de forma desigual, por conta das ondas, uma levanta, outra abaixa; e, na hora que essas boias levantam simultaneamente, soa o alarme em terra, porque é o paredão de água que está vindo para beira mar. Eu consegui entender isso. As informações podem ser traduzidas e melhor transmitidas.

Então, também temos que convidar nossos amigos jornalistas, existem muitos bons jornalistas, mas lamentavelmente a versão sensacionalista dos eventos ainda é a que prevalece. Quando é um evento da

queda de avião, um evento de deslizamento, um evento de enchente, está na mídia, mas a seca, enquanto não bater na minha porta a preocupação é zero.

Temos que pensar a questão das abordagens preventivas para a intervenção, a questão de uma perspectiva comunitária na prevenção. Tem que haver planejamento e integração na resposta à demanda para não ficar mil programas dentro de um mesmo local se batendo um com o outro e sem saber o que está sendo feito, desenvolver práticas a partir do trabalho interdisciplinar e por último, articulação dos sistemas de assistência, SUS e SUAS.

Mary Jane Spink

Graduação em psicologia na Universidade de São Paulo, doutorado em psicologia social pela University of London, atualmente é professora titular da PUCSP no programa de estudos pós graduados em psicologia social.

Não sei se é um prazer falar deste tema, porque é um tema que na verdade me angustia muito. As ponderações que eu vou fazer são frutos das minhas atividades de pesquisa sobre os sentidos do risco para pessoas que vivem em áreas de vulnerabilidade sócio ambiental, uma pesquisa que conta com o apoio do CNPq. Mais especificamente, eu vou abordar hoje a problemática das nascentes e dos córregos da região dos mananciais da Guarapiranga. É nessa região, e mais especificamente no território que integra subprefeitura de M'Boi Mirim que eu venho realizando as minhas andanças e as minhas entrevistas.

Atualmente o Jardim Ângela abarca uma região de 37.40 quilômetros quadrados, onde vivem cerca de 300 mil pessoas. Segundo os dados mais recentes do Mapa de Exclusão Inclusão Social do Município de São Paulo, o Jardim Ângela ocupa o quarto lugar entre os distritos de maior exclusão da capital. Como exemplo de abandono em que vivem os seus moradores, há no distrito, 31% de domicílios precários, subnormais, 21 % não têm acesso a esgoto e o tempo médio de viagem entre domicílio e local de trabalho é de 56 minutos. Por sua vez, a

área do Jardim São Luís é de 24.70 quilômetros quadrados e lá vivem mais de 267 mil pessoas. É uma região, mais consolidada, ocupa o décimo nono lugar no índice de exclusão. Quanto aos demais dados, há no distrito 22% de domicílios precários subnormais, 10% de moradias não têm acesso a esgoto e o tempo médio de viagem entre domicílio e local de trabalho é de 45 minutos.

Eu vou abordar três casos ilustrativos do que eu chamo de descaso com as nossas águas e de ante-mão vou agradecer imensamente a colaboração de alguns importante parceiros nesta jornada, Alexandre, Felipe que são agentes de desenvolvimento local do Programa de Desenvolvimento de Área, Simone que é a geóloga que integra a defesa civil da subprefeitura e dona Maria dos Anjos, fantástica liderança local membro do conselho participativo da subprefeitura.

O meu primeiro caso, eu vou chamar de Córrego dos Brancos, eu nem sei se esse é o seu nome correto, porque cada pessoa me dá um nome distinto. Ele percorre um longo trajeto e vai desaguar no Rio Pinheiros. Esse é um dos casos que estão incluídos na minha pesquisa e as fotos a seguir ilustram a complexidade da problemática das águas em nossa cidade. A série de imagens que eu vou mostrar para vocês foram tiradas de um único lugar, foram tiradas de uma ponte que existe nesse lugar.³ Aqui é a ponte que eu mencionei. A ponte é usada por muitas pessoas e essa calçada, estreita e está neste estado. Essa é a imagem de uma casa que desabou recentemente e a próxima mostra esta mesma casa vista da rua em direção ao que desabou. Bom, o que se vê? Se vê muito entulho, alguns resultam de desmoronamentos de casas que foram construídas em cima desses córregos, outras são recentes.

³ Nota do Editor – não foi possível inserir as imagens na publicação, mas considerou-se que a sua falta não prejudica a compreensão do texto.

Durante o percurso que fiz para tirar várias fotos deste córrego, encontrei várias pessoas jogando entulho dentro do rio. Vê-se também muita sujeira: sacos de lixo, lixo, ratos mortos, interessante, não vivos, mortos, nem eles aguentam, e também presenciamos pessoas jogando lixo diretamente no córrego. Outra coisa, esgoto a céu aberto. São muitos os relatos sobre o precário sistema de saneamento. Dizem, e pelo que consta, há uma ação civil, hoje engavetada, encabeçada pelo ISA (Instituto Socioambiental), pelo CEDHEP (Centro de Defesa Direitos Humanos de Campo Limpo) e pela sociedade Santos Mártires, acusando a Sabesp de jogar 80% do esgoto recolhido na própria represa. Não estou falando da Billings, estou falando da Guarapiranga.

Calçadas precárias é outra coisa que se vê, precariedade à beira do córrego e alguns sinais óbvios de desabamento. E casas construídas precariamente às margens do córrego. Essa é a primeira mirada na rede heterogênea de atores humanos e não humanos que criam esse cenário, o córrego, os canos que nele desaguam, os ratos, o esgoto, a Sabesp, a subprefeitura, os moradores, os integrantes das várias ONGs que trabalham na região e até mesmo nós pesquisadores.

Segundo caso, é de uma interdição judicial de casa no Jardim Tamoio. Simone, que é da defesa civil, juntamente com fiscal de habitação da subprefeitura, e o motorista, me convidaram e eu os acompanhei em uma ação de interdição judicial preparatória para obras em uma rua que se chama Rua Miúra no Jardim Tamoio. Essa rua praticamente não existe, e as obras seriam de urbanização dessa rua e de correção de um córrego que passa justamente nesse local. Esse pequeno córrego corre parcialmente a céu aberto e o interessante é que a outra parte foi canalizada pelos moradores. Eles construí-

ram a casa em cima do córrego, mas canalizaram. Essa é uma foto em que está sendo apontando esse buraco, que é justamente onde está passando esse pequeno córrego, que está solapando cada vez mais as margens e ela está apontando para uma casa, que é esta casa aqui, que está exatamente em cima, na beira desse buraco.

Tratava-se de uma interdição de ordem judicial, em cada casa era feita uma selagem, termo técnico que eles usam. Simone cuidadosamente explicou aos moradores de cada uma das 13 casas que nós visitamos que a interdição não significava, necessariamente, remoção, ou que suas casas seriam derrubadas, certamente algumas teriam que ser removidas para que o córrego pudesse ser propriamente canalizado. Na medida em que a obra fosse iniciada, os moradores seriam convocados para uma conversa, para ver que providências podiam ser tomadas, se seriam removidos, ou no caso de ficarem, o que poderia ser feito. Se removidos, eles não iam receber aluguel social, não tem mais essa figura do aluguel social, o que eles iam receber é uma compensação pela casa, raramente uma compensação pelo terreno, porque nessa região as casas são construídas em terrenos que são muitas vezes invadidos ou mesmo que não sejam invadidos são loteamentos irregulares e não tem escritura. Em cada casa que recebia notificação, eram tiradas fotos do interior, e explicado que isso era necessário, pois se a obra, por acaso, afetasse a estrutura, se aparecessem rachaduras, por exemplo, tinha como comprovar que isso era efeito da obra. O meu espanto foi de que em nenhum caso, e foram 13 moradias, houve objeção por parte dos moradores.

Várias questões podem ser levantadas a partir desse relato, mas o que eu quero destacar é justamente esta rede subterrânea de água escondida pelas casas e as soluções locais que são independentes de planejamento, de fiscaliza-

ção, ou de autorização oficial, mas esta é a história do território, onde assentamentos antigos, em sítios e pequenas fazenda foram aos poucos transformados em loteamentos ou simplesmente invadidos. Essa história está contada em muito livros, teses, documentos, principalmente documentos dos programas Guarapiranga e mananciais.

O programa Guarapiranga teve início na gestão da Luisa Erundina, na sua gestão da prefeitura, e contou com o apoio do Banco Mundial e aportes da prefeitura, do estado e da Sabesp. Essas obras tiveram continuidade nas outras gestões e na gestão da Marta Suplicy o programa mudou de nome, passando a ser chamado Programa Mananciais para incluir também a represa Billings. O programa ainda está vigente, ainda está no site da prefeitura. Só que essa é uma história de planejamento às avessas, ou melhor, um planejamento *ex post facto* que por omissão tem que se haver hoje com a urbanização destas áreas.

Isto é menos complicado no caso dos loteamentos mais horizontais, mas é extremamente complicado quando se considera proliferação, aglomeração de moradias em áreas como ilustradas nas fotos seguintes. Isso é o Morro do índio. Isso é típico da região mais favelada, porque é uma região muito mista, você tem casas de todos os tipos, não é tudo assim. Mas a água ainda está lá, porque esta é uma região de mananciais e isso me leva ao terceiro caso.

O terceiro caso é das nascentes poluídas e eu vou tomar como exemplo uma nascente no Jardim Vera Cruz que eu conheci em visitas anteriores pra conversar com a dona Maria dos Anjos e voltei recentemente para tirar algumas fotos. Isso é para mostrar para vocês terem uma ideia, esta coisa mais negra aqui é a represa, essa bola vermelha é o Jardim Ver Cruz. Aqui tem uma visão mais próxima, essa é a rua que a dona Maria dos Anjos me levou para ver a nascente, que fica mais ou menos por aqui. Essa é uma

rua que foi calçada por demanda, pela movimentação, pelo movimento dos moradores, por exigência deles, mas a empresa terceirizada parou aqui por algum motivo. Então a próxima, mostra esse final da rua, então eles abandonaram o material de construção, mas derrubaram as casas no meio do caminho para poder pavimentar a rua, só que foram embora. A nascente fica mais ou menos por aqui.

Dona Maria dos Anjos conta saudosa que essa era uma nascente limpa quando ela mudou, tinha água potável, como tantas outras na região, alimentava pequenos córregos que vão desaguar na represa, mas hoje a nascente está assim, aqui não é a nascente, obviamente, ela está no meio do mato, mas aqui é o córrego que sai da nascente, vocês podem ver o esgoto, vocês podem ver também o lixo que é jogado nesse córrego, o começo do córrego, esse é um córrego na sua infância. Para piorar a situação, ao lado, nesta tal rua que foi calçada, tem tratamento de esgoto da Sabesp, só que eles fizeram isso com canos de seis polegadas e os canos entopem sempre. No dia que nós fomos lá, se viu o esgoto correndo aqui, um cheiro terrível e as pessoas muito bravas, porque não era a primeira vez, era a décima vez. Então, essa é uma das várias nascentes da região, muitas foram aterradas e, portanto, as construções foram feitas em cima.

Nós voltamos assim para o que eu chamei da rede heterogênea de atores humanos e não humanos e pergunto, porque essa situação? Bem, do ponto de vida do planejamento urbano, o caos foi instalado justamente pela falta, do ponto de vista de política ambiental. Legislações bem-intencionadas não encontram respaldo nas ações locais. Do ponto de vista de saneamento, diríamos que houve abandono e até má fé, do ponto de vista da subprefeitura, que faz uma ação pífia de desassoreamento de retirada de entulho, faltam os recursos financeiros e mão

de obra. E, do ponto de vista da população, o desespero de ter um teto em cima da cabeça minimiza o medo dos riscos de desabamento e de alagamento e em muitos casos há de fato falta de opções, aluguéis caros, moradias insuficientes. Então sim, há falta de educação para respeito ao ambiente, mas há também vulnerabilidades outras que dificultam assumir-se nessa rede complexa.

Eu encerro a minha fala reiterando a ladainha que eu venho repetindo vez após vez, nós temos que buscar soluções locais, temos que incentivar a solidariedade, esta é uma região com um rico histórico de mobilizações, foi berço de muitas ações coletivas que trouxeram melhorias para a região e continua a ter uma vigorosa participação por parte da população, entre elas o movimento Passe Livre, as mobilizações lideradas pelo MTST, para direito à moradia e os fóruns em defesa dos direitos, entre eles o da própria vida. São ações locais, mas talvez seja necessário também ter pequenas iniciativas locais, especialmente mais circunscritas e para isso é necessário explorar mais os sentidos de lugar, na intimidade do dia-a-dia, seguindo os atores em suas vidas cotidianas, e obviamente esta é uma tarefa que está especialmente dentro do escopo da ação da psicologia social.

DEBATE

Maria Luciana: Eu estou aqui como cidadã, eu sou do Amazonas O que eu quero falar é o seguinte, nos anos 70 era o governo militar, ele colocou lá uma tal de zona franca, que realmente virou uma zona de prostituição, de banditismo, em todas as categorias de banditismo. Quando você lê um Graciliano Ramos, um Jorge Amado e outros, essas pessoas praticamente escreveram aquilo ali há 100 anos atrás e parece que acabaram de escrever. E o que mais me revolta, é que nós estamos vivendo essa democracia, e a população continua assim, uma população que se deixa levar, tudo o que aparece na mídia, na televisão eles vão atrás. Outra coisa, o negócio da falta de respeito com a natureza acontece em todas as classes sociais, é o empresário que joga a indústria dele no rio, que desmata, que mata, que explora o trabalho escravo também, que o trabalho escravo continua a todo vapor no Brasil.

Fernando: Sou da baixada santista e estou aqui em São Paulo em função de trabalho na assembleia legislativa que tem a ver com assistência social, mas a minha origem é o setor de saneamento, fui dirigente sindical de um sindicato na baixada santista que representa o trabalhador de saneamento, energia e meio ambiente, que é uma entidade que tem mais de 60 anos e na verdade é uma pauta desse sindicato essa questão da água e da energia. Aqui em São Paulo eu tive a felicidade de participar de uma série de audiências que foram realizadas na

assembleia legislativa desde 2013 e não teve uma notícia na mídia sobre essas audiências públicas, porque havia uma blindagem devido à campanha eleitoral. Acho um erro dizer que essa crise hídrica é um erro da cidade São Paulo. Ela tem um agravante aqui, mas ela está pelo Brasil inteiro, no estado de São Paulo e eu acho que a gente tem que trabalhar preventivamente em outras regiões do estado de São Paulo que são operadas pela Sabesp e que é, de certa forma, responsável pelo fato da Cantareira ter chegado no estado que está. Para finalizar, um dado que impressiona é que há uma perda na rede de água de 37%, quer dizer, de toda a água que é produzida pela Sabesp, 37% se perde na rede por falta de manutenção e eu acho que a Sabesp devia dar um exemplo, criar um cronograma público de como é que ela vai baixar de 37% pra 20%, porque senão parece que a responsabilidade dessa crise é da população. Então só pra finalizar, eu queria também falar com os professores, sobre uma questão que eu acho que tem a ver com a psicologia. Recebi um artigo de um companheiro meu, que falava da guerra de todos contra todos por causa dessa questão da água, porque quando o Estado se omite, a população tende a fazer uma guerra entre si.

Mary Jane Spink: Dentre as observações que foram feitas, algumas que são muito importantes, eu acho que o Brasil tem muitos projetos engavetados e de fato talvez a necessidade de transparência e de conseguir olhar de novo para essas questões com olhares talvez mais abertos seja bastante importante. Luciana traz uma questão importante também que é a falta de respeito com a natureza, que ocorre em todas as classes sociais e ela tem toda razão em relação a isso. Por acaso, a minha pesquisa é em uma área bastante pobre, mas isso absolutamente não quer dizer que a falta de cuidado, descaso com as águas,

estão somente entre os pobres, absolutamente não é isso.

Em relação ao Fernando, acho muito importante você ter trazido que o problema hídrico não é só de São Paulo. Não é só de São Paulo, obviamente, tem Rio de Janeiro, Minas Gerais, envolvidos, mas quantas vezes vocês escutam falar da Amazônia? Quantas vezes vocês escutam falar como explicação da crise hídrica, do aquecimento global, a questão do desmatamento na Amazônia? Ou seja, não existem problemas que sejam só locais, os problemas são sistêmicos, os problemas estão interligados com questões muito complexas. Eu estou muito espantada, por exemplo, a FAPESP tem pelo menos dois vídeos importantíssimos de pesquisadores falando a respeito do impacto da Amazônia no aquecimento global. Fica circunscrito à Fapesp, eu não vejo governantes, por exemplo, se apoiarem nesse tipo de investigação. Então acho que nós precisamos mesmo desmistificar, a crise não é só de São Paulo, absolutamente.

E como pensar soluções? Eu volto a dizer que eu acho que tem propostas preciosas em todos os níveis. Quando você lê o Programa Mananciais é detalhista, está cheio de soluções que ficam no papel, porque se vem de cima pra baixo, dificilmente essas questões são consideradas. Mas veja só, um dos locais onde eu participo, é o Fórum em Defesa na Vida, lá no Jardim Ângela. Quando o padre faz a rodada de apresentação vemos que está cheio de psicólogos, então tem muito psicólogo que está trabalhando e atuando em questões bastante locais em diferentes tipos de equipamentos, ou então diretamente dentro da prefeitura, diretamente com políticas públicas. É por aí que eu acho que é o caminho, não adianta a gente escrever um tratado o a respeito de como deveria ser, porque o que nós achamos que deveria ser nem sempre é o que as pessoas acham que deveria ser, então volta pro local.

É um problema complexo, eu trabalho com uma noção de complexidade, trabalho com a noção de redes heterogêneas e, portanto, é preciso que a gente entenda que as soluções também têm que ser complexas. Não impede as pequenas ações, por exemplo, eu estou lá na região, eu estou circulando na região, conversando, trocando ideias, dialogando, me dispondo a ajudar nas pesquisas locais. O que eu não posso fazer absolutamente é ficar cercada pelos muros da academia, no conforto dos muros da academia. Você tem que estar lá, tem que estar conversando, é no diálogo que se espera que surjam outras soluções, que seja possível resignificar as coisas. Nem sempre você consegue, eu não tenho esse poder de todo jeito, mas uma política de governo que tira o pessoal que está morando à beira do córrego, para transformar em um parque linear, está fazendo uma coisa muito bonita. Eu adoraria que tivesse parques lineares por toda aquela área, acontece que ele não tem o que fazer com as pessoas que estão lá, então o que faz, remove, dá um aluguel social. O aluguel só é dado se é uma região de risco, se é um problema de risco e ponto final, as pessoas que se virem, que encontrem a casa, que paguem o aluguel.

Angela E.L. Coelho: Há uma questão a respeito da prevenção. Como trabalhar com prevenção e promoção. Acho que o ser humano tem uma dificuldade muito grande trabalhar com prevenção porque trabalhar com prevenção é pensar que pode acontecer. É a mesma coisa de quem anda de avião, as pessoas dizem assim “*ah, eu acho tão chato explicarem aquilo tudo quando a gente vai embarcar*”, eu digo “*você quer o quê?*”, “Era melhor a gente estar lá dentro e não saber fazer nada”. Nós não gostamos de lidar com isso, com prevenção e promoção, e em um país da dimensão

do nosso e com tantos problemas endêmicos, as pessoas dizem, “você vai se preocupar com prevenção e promoção, olha o que já está acontecendo”, então esse aspecto da prevenção e da promoção fica por último.

Nós temos que aprender que da mesma forma que nós atendemos os que chegam até nós, nós temos que trabalhar sim com a prevenção e com a promoção, porque se agirmos mais eficientemente nesses aspectos, nós poderemos atender essas pessoas que venham a ter alguns problemas de forma mais eficaz. Ao mesmo tempo, trabalhar com prevenção e promoção é trabalhar com desigualdade social e escancarar essa desigualdade, é repensar essas práticas e o cuidado que devemos ter com elas, o que é muito difícil pelo que estamos vendo todo dia. Se eu já não tive vontade de deixar de fazer isso? Já. Só que fala mais forte trabalhar com essa área para mim e eu vejo minha área de atuação como uma visão de saúde ampliada, de cuidado ampliado e a água é uma questão de saúde, de cuidado, então é dessa forma que a gente deve pensar.

Cláudia Visoni: Vou tentar responder as questões colocadas e a uma que chegou pela internet que é, “*na subjetividade do paulistano que se percebe rico e distribuidor das riquezas do país é possível haver lugar para se perceber a situação de pobreza e favelamento do paulistano? Há uma negação de uma pobreza pela mídia apenas?*”. Para responder curto é “não”. Não é só a mídia, acho que há uma negação forte no paulistano, acho que aquela manchete da avenida Paulista fala um pouco. Vou trazer um caso para ilustrar. Quando vieram as metas de redução, um representante da associação de um bairro rico, em uma região de São Paulo que foi das que menos economizou falou “*sabe porque a gente economizou pou-*

co, porque aqui a gente já faz tudo perfeito, é o pessoal lá da periferia que tinha o que economizar, entendeu?”

Estamos vivendo um momento de retrocesso, então está muito complicado. Eu já ouvi comentário de uma pessoa uma vez ridicularizando o MAB, que é o Movimento dos Atingidos por Barragem, e a pessoa falava assim, *“vocês estão se preocupando com isso ainda? Mas a barragem foi há 20, 30 anos”*, a pessoa não imagina que é com ela. Eu outro dia vi no jornal uma entrevista muito longa com uma pessoa que fez uma tese, acho até que era psicóloga, sobre racismo e parece que foi a primeira tese no Brasil em que ela entrevista não os negros, mas os brancos e é muito interessante a fala, porque ela atuava com movimento negro e ela vinha perguntando para as lideranças e as pessoas começaram a falar, *“olha, acho que você está perguntando no lugar errado, porque aqui já foi muito estudado, vai ali”*.

Respondendo ao Fernando do sindicato dos orbitários, o pessoal da luta pela água está com a gente no Cisterna Já, negócio dos vazamentos, isso também é uma bandeira da Aliança. O rio Juquiá vai ser destruído para conseguir mais um metro de água por segundo, agora se consertarmos os vazamentos, conseguiremos muito mais água. Acho que essa é a discussão, a gente não precisa de mais água, aliás a gente não tem uma crise de água, eu acho que foi a Luciana que falou, como falar para as pessoas que a gente tem uma crise se tem enchente. Uma sugestão é o seguinte, a crise não é de água, a gente está em uma cidade cheia de córregos, mas tapamos tudo com avenida, rua. É uma crise do gerenciamento, o que faliu foi o nosso gerenciamento, a água está ótima, ela está aí, chove meia hora e ela vem e até tem uma pessoa que brinca e fala assim quando tem enchente, *“Sabesp leva água e esgoto a sua porta”*. Para terminar eu acho que tem so-

lução sim e a gente está com vários projetos pilotos que inclui cisterna e mais um monte de coisas. Aliança pela Água está olhando para isso e eu acho que já virou lugar comum que é na crise que temos a oportunidade de finalmente mudar de paradigma e vamos trabalhar nisso.

**5.DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA
DIANTE DA MOBILIDADE URBANA**

Guilherme Luz Fenerich

Conselheiro secretário do CRPSP

Em nome do plenário do CRPSP dou boas-vindas a todas e todos aqui presentes. Esse é o segundo ciclo de seminários de Psicologia e Políticas Públicas organizado pelo Conselho Regional, entendendo que o compromisso social da psicologia e a efetivação das políticas públicas são indissociáveis. Hoje iniciamos um novo ciclo. Vamos lidar com novas questões, sempre atuais e candentes em que podemos pensar a relação entre psicologia e política pública. Vamos discutir a mobilidade urbana, a reforma urbana, a mídia e suas possibilidades de acesso e democratização e a segurança pública. Pensando tudo isso sempre com foco na garantia de direitos e na transformação social, em busca de uma sociedade mais justa e democrática, igualitária.

O assunto de hoje que inicia esse novo ciclo é a mobilidade urbana, ou seja, o trânsito de pessoas pelos diferentes espaços e de todos os seus atravessamentos e muitas vezes a impossibilidade desse trânsito. Sem mais delongas, espero que possamos hoje refletir sobre como a psicologia tem contribuído e pode seguir contribuindo com esse tema que, pelo menos desde 2013, nunca mais saiu da agenda pública desse país.

Dário Henrique

Conselheiro do CRPSP

Boa noite a todas e a todos. Entendo que a preocupação desse seminário é fazer um diálogo, uma costura dos novos temas de políticas públicas que são transversais aos temas tradicionais que temos discutido enquanto políticas públicas. Hoje abrimos abordando a questão da mobilidade urbana, que é um tema que dialoga de uma forma integrada com as outras discussões como saúde, educação, moradia. Então passo a palavra para o Gabriel para a sua apresentação.

Gabriel Di Pierro Siqueira

Psicólogo formado pela PUC / São Paulo, trabalha desde 2011 como assessor na ONG Ação Educativa, diretor geral da Ciclo Cidade, organização que promove o uso da bicicleta e política de mobilidade urbana, membro do Conselho da Cidade na atual gestão da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Em primeiro lugar queria agradecer o convite do conselho. Sou ciclista desde 2010 e desde o começo do ano passado me tornei diretor geral da Ciclo Cidade, Associação de Ciclistas Urbanos de São Paulo. Não sei dirigir automóvel, nunca fiz isso. Já tentei aprender e parei no meio. Não queria fazer aqui uma fala anti-carro, anti-automovel, porque parte dos meus deslocamentos da semana acontece no automóvel com a minha companheira e com a minha filha. Mas vou problematizar um pouco o modelo adotado de mobilidade, não só no Brasil, mas na maior parte das cidades do mundo. Além da Ciclo Cidade, trabalho com políticas públicas de juventude.

Quando falamos de mobilidade temos que trazer o tema de 2013. As manifestações de junho trouxeram o tema para a sociedade com uma força que ele não tinha antes, trouxeram a partir das questões da juventude. O tema da mobilidade se relaciona muito fortemente com o tema do direito à cidade, ou seja, como a juventude e a população de modo geral, em uma cidade extremamente segregada sob o ponto de vista de classe, raça e

gênero, tem acesso à cidade, aos bens da cidade, a dimensões necessárias para que qualquer pessoa se desenvolva, tenha trabalho, educação, cultura. Essas questões estavam postas ali em 2013 e estão postas ainda hoje.

No livro *Cidades Rebeldes*¹, a urbanista Ermínia Maricato, no capítulo entitulado “É a questão urbana, estúpido!”, ela retoma as manifestações de junho e afirma que no Brasil houve muitas políticas dirigidas à questão urbana, à mobilidade, (Minha Casa, Minha Vida, PAC Mobilidade). Só que, segundo Ermínia essas políticas não tocaram o coração da reforma urbana. Temos ainda uma agenda de reforma urbana, de transformação das cidades, de promoção de igualdade, de acesso a direitos, questões para as quais não tivemos ainda respostas efetivas. Então continua sendo um tema na agenda central, na nossa agenda, principalmente para a população mais pobre, negra, periférica, mulheres, e enfim, nós ainda não caminhamos como deveríamos caminhar.

Sou ciclista e vou falar da experiência que fui acumulando. Não sou urbanista e quase não sou psicólogo também. Tenho trabalhado muito como educador social. Mas vou fazer um recorte dessa experiência, do que consegui acumular, em torno desse modelo de mobilidade que adotamos e pensar alternativas e saídas para esse modelo.

Que modelo é esse? Em várias cidades do mundo, a mobilidade passou a ser constituída a partir do automóvel. Todo mundo sabe, antes nas cidades os deslocamentos eram feitos a pé, a cavalo, em carroças, e depois de bonde. E aos poucos, fomos criando vias para os cavalos e vias para pedestres e automóveis. Até que se tirou os pedestres e foram construídas cidades onde eram priorizados os modos motorizados: o automóvel e os ôni-

¹ Maricato, E. et AL. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*- Boitempo. Carta Maior 2013.

bus, modos coletivos motorizados. Então foram criadas cidades constituídas em cima do paradigma do carro.

O que é o paradigma do carro? **É a importância da velocidade:** precisamos chegar rápido, no menor tempo possível, com maior eficiência. Quanto menor o tempo em que me desloco no espaço, mais eficiente é esse modelo. O carro promete essa eficiência, e oferece maior segurança, ou seja, no carro estou protegido. São 1,5 tonelada de aço me protegendo e, se possível, é blindado por insulfilm.

É uma modalidade de grande importância econômica. Há um livro chamado Apocalipse Motorizado² que fala muito sobre o papel do automóvel na constituição das cidades capitalistas. E ele tem uma importância central no desenvolvimento do capitalismo. No começo do século a cidade estava concentrada no centro. Mas tivemos uma série de doenças, de problemas urbanos, problemas de saneamento e foram criadas largas avenidas, o que fez com que os ricos saíssem do centro e fossem morar nas bordas (Higienópolis Avenida Paulista, Faria Lima) e chegassem nas marginais. Com isso os rios foram tampados para dar lugar às avenidas, fazendo com que a elite fosse morar perto do centro, no entorno e não necessariamente junto com os cortiços e com a população mais pobre.

E aí, aos poucos, a classe trabalhadora foi jogada para mais longe, foram retirados os bondes e colocados os ônibus, os coletivos. E então em 1930- 1940 vai se constituindo uma cidade em que existe uma periferia, onde mora a classe trabalhadora, que se desloca de ônibus, e uma elite que mora no centro da cidade. Esse modelo de cidade vai chegar até os anos 70 mais ou menos, quando se inicia uma nova configuração e a própria elite começa a sair do centro da cidade e ocupar bairros como Morumbi,

² Apocalipse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído – Ned Ludd (Org.)

Alphaville, condomínios fechados com tudo dentro, com padaria, academias e tudo o que é possível para que você mantenha um modelo de vida, em que a pessoa sai da sua casa, entra no seu carro, vai trabalhar, vai para o shopping Center onde compra tudo. É um modelo baseado em espaços fechados, privados tendo a rua como passagem.

Com isso, obviamente, o espaço público vira o espaço de ninguém, o espaço perigoso e indesejável. Estou falando isso de forma bem genérica e rápida um pouco por conta do tempo. Mas, vamos criar um tipo de sociabilidade que não é, isso está presente também num livro, num clássico que é o Cidade de Muros da Tereza Caldeira³, que não é mais a cidade dos cafés, das calçadas, do andar na rua, do encontro, do encontrar o diferente, de conhecer as pessoas, de convivência. A cidade era aquele espaço onde se juntavam as pessoas para conviver. Fomos construindo uma cidade de muros, cidade segregada, com as grandes enclaves protegidas, os espaços privados prevalecendo sobre os públicos. E para isso, claro, o automóvel é fundamental. Você precisa do automóvel para o deslocamento, principalmente como modo de distinção social e como modo de viver numa cidade em que o espaço público e o transporte público são precarizados.

É produzido um tipo de cultura, uma proposta de sociabilidade, resumida em uma frase: **a cidade é uma selva, seja um predador**. Ou seja, vamos comer uns aos outros. É um tipo de sociabilidade que não me parece muito saudável. É um pouco esquisito esse modo, essa proposta, mas é bastante representativa de uma cidade segregada, de uma cidade elitizada, ou seja, feita por uma elite, por uma minoria, inacessível para a maior parte da população.

E aí eu pergunto se vocês têm ideia de qual é a

³ Caldeira, Teresa P. R.- Cidade de Muros: crime segregação e cidadania em S.Paulo. São Paulo: Ed34/ Edusp, 2000.

porcentagem de participação do automóvel nos deslocamentos da cidade? 30, 40, 50, 80%? Porque quando olhamos a rua, só vemos automóvel. Se olharmos na hora do rush às 6 horas da tarde, 7 horas da tarde, é só automóvel. Segundo dados da cidade de São Paulo, pesquisa Origem e Destino do Metrô (OD)⁴, o principal modo de deslocamento é a pé (36%); a seguir, transporte coletivo (29%), metrô 5%, ônibus municipal 20%, automóvel 27%, moto 4% e bicicleta 4% (OD do Metrô).

Temos uma malha viária de 17 mil quilômetros que levam principalmente os automóveis, que não são responsáveis nem por 1/3 dos deslocamentos feitos nas cidades brasileiras. Em São Paulo a mesma coisa, não chega a 30%. Temos ouvido essa grita contra as políticas de bicicleta, mas em um levantamento que fiz há alguns anos, o investimento em bicicleta no orçamento de transportes era 0,04, perto de 4 milhões. Agora temos um investimento de 30 milhões/ano ou seja aumentou 7 ou 8 vezes. Hoje com a atual política da prefeitura, o investimento com a bicicleta ainda é relativamente baixo. A maior parte do investimento é feito em torno do automóvel. O transporte coletivo tem um gasto alto, mas a estrutura e todo investimento do automóvel é altíssimo. Há uma hierarquia: metrô, coletivo, automóvel, bicicleta, pedestre. Então um prevalece sobre o outro. Se você usa dois, vale o de cima. Que é uma distorção importante, então, na verdade, a gente não tem uma medição correta de quais são os deslocamentos que são feitos na cidade, não existe esse número mais fiel.

Em 1967, o principal modo de deslocamento na cidade de São Paulo ainda era o coletivo. Em 1997, essa relação vai se inverter até 2002, quando começa a ter mais

⁴ OD é pesquisa de origem e destino do metrô; é pesquisado de onde a pessoa saiu, onde chegou e qual o deslocamento que fez.

gente se deslocando de automóvel, do que de transporte coletivo. Depois disso em 2007, se consolida uma nova inversão, em 2012, na revisão da OD tem mais ou menos a manutenção dessa relação. É uma cidade com muito mais deslocamentos coletivos, isso se inverte nos anos 2000, e aí se reinverte em 1999, fim dos anos 90, e depois volta a ter um pouco mais de deslocamentos de transporte coletivo. Que vai refletindo as prioridades das políticas públicas.

E aí, uma coisa bastante perversa. Quanto mais baixa a renda, menor é o uso do transporte individual, e quanto maior a renda, mais o transporte individual é utilizado. E o inverso, quanto menor é a renda familiar, maior é o uso do transporte coletivo. O que há de perverso nisso? A maior disponibilidade de infraestrutura de transporte coletivo está no entro da cidade, onde mora a população de renda mais alta. Onde é ofertada maior infraestrutura de transporte coletivo, o uso é menor. E onde é mais precária a oferta da infraestrutura, o uso é maior. Então temos uma inversão de prioridades. Temos uma fala constante de que não há uso do transporte coletivo na cidade de São Paulo, porque a qualidade é muito ruim. E o interessante é que conforme a qualidade melhora, o uso diminui. Não precisamos descartar essa hipótese, mas é legal problematizá-la.

O custo pessoal por viagem, no modo de transporte individual varia de R\$6,80 a R\$8,00 e no transporte coletivo varia de R\$2,00 a R\$1,88 reais, ou seja, o transporte coletivo é mais barato e mais acessível. No recorte econômico que se tem do país e da cidade, o automóvel é um privilégio para um grupo menor da população. E em média, 15% do orçamento é gasto com transporte público. Em um estudo do IPEA, complementado por outro estudo da Associação Nacional de Transporte Público, que é uma referência bastante importante também, vemos que entre

os 10% mais pobres, 1/3 não tem gasto com transporte, o que sugere que essa população não tem acesso ao sistema de transporte, portanto eles não estão usando a oferta de transporte coletivo e não são contemplados pela política pública de transporte, e isso é um problema. São pessoas que estão impedidas, que não podem utilizar uma política pública por conta da sua renda. E o ciclo perverso disso, é que os congestionamentos levam ao aumento do custo do transporte coletivo, que impacta em 16% a mais nas tarifas.

Mas, isso implica em que? Na medida em que temos mais pessoas andando de automóvel, maior é o impacto negativo no transporte coletivo e, em decorrência disso, teremos menos pessoas utilizando esse meio de transporte. E assim vamos entrando em um ciclo perverso de valorização do transporte individual. Quais são os impactos disso? Podemos citar alguns como exemplo. O automóvel é responsável pela emissão de 60% dos poluentes, o transporte coletivo municipal e o metropolitano somados, 35%, a moto, 5%. Embora a moto seja muito poluente, é menos utilizada do que o automóvel. Quanto ao impacto em acidentes, 60% são transporte individual e 19% de impacto na poluição, enquanto o transporte coletivo responde por 10% de acidentes e 11%, de poluição. Então temos um duplo impacto negativo do transporte individual motorizado que é poluição e acidentes.

O outro impacto que podemos ver é que o automóvel motorizado individual ocupa, em média, 78% do espaço viário. Temos 17 mil quilômetros de vias em São Paulo e a maior parte desse espaço é ocupada pelo automóvel. 72% de toneladas de petróleo são gastas, e isso tem a ver com o gasto de energia, enquanto o transporte público gasta 24%. O Brasil teve um aumento de 28,3% de mortos nos anos anteriores a 2012, quando chegou a 46.051 mortos (dado do DATASUS) e a tendência de aumento

tem sido permanente. Essa tendência de aumento, acompanha o aumento da frota de automóveis e de motos. Portanto temos um padrão que gera mortes. Em São Paulo são 1.200 mortes por ano, a maior parte delas causada por automóvel. Isso é para traçar um cenário bem terrorista para mostrar o que significa o modelo baseado no automóvel.

Voltando na história, recuperamos uma história das cidades americanas onde o cenário era de cavalos, carroças, pessoas na rua, bondes. Com a chegada do automóvel, foi criada uma via própria para os cavalos e o espaço da rua foi sendo tomado pelo automóvel. E começaram a morrer pessoas atropeladas, crianças inclusive. E aí houve uma reação da população, extremamente negativa, pois naquela época esse padrão de mobilidade não estava instalado. Começou uma revolta contra o automóvel, e a partir de 1920, todos os carros deveriam ser equipados com dispositivo que limitariam a velocidade, de acordo com as regras da cidade onde o proprietário vivia. É preciso valorizar a vida e evitar que o carro tire vidas. Logo há uma reação, sobretudo das montadoras e distribuidoras, que trabalham para redefinir legalmente a rua, para que os pedestres, ao invés dos carros, tivessem a circulação restringida. Então vão ser criadas as faixas de pedestre, os semáforos para o pedestre, e as calçadas, ou seja, vai se jogando o pedestre para espaços específicos. E aí cria-se o conceito que é o *jaywalk*, tolo caipira. A relação vai se invertendo e a culpa pelo atropelamento deixa de ser do automóvel, e passa a ser atribuída ao pedestre. Quem passa a ser culpado pelos atropelamentos da cidade é o pedestre distraído que está em lugar inadequado.

Sob o ponto de vista de legislação, de equipagem, de toda uma infraestrutura das ruas, esse pedestre é considerado como aquele que não pode estar na rua. Quando vemos a campanha de pedestre da gestão ante-

rior vemos que ela começa chamando a atenção do automóvel para cuidar do pedestre, e ela termina culpabilizando o pedestre por estar na rua, e fala, “pedestre você não pode estar distraído, você não pode atravessar fora da faixa”. A responsabilidade pelos acidentes (ou melhor ocorrências, como preferem chamar os ciclistas) vai se deslocando do automóvel para o pedestre, e para o ciclista também. É só ver o discurso que foi criado sobre a modelo que foi atropelada. A culpa se desloca para o sujeito que é a vítima, porque não estava de capacete.

Do mesmo modo que falam para os ciclistas, deveríamos sugerir às pessoas que andam a pé, que andem de capacete, cotoveleira, joelheira, pois correm o risco de serem atropeladas, pois o pedestre corre maior risco de ser atropelado. Existem ciclistas que são contrários ao uso do capacete por conta disso. São contra a ideia de que você tem que usar uma roupa especial para ser ciclista, sendo que ser ciclista não é uma coisa de especialista, deveria ser algo mais natural.

E aí vale dizer que nós adotamos na nossa cidade, o modelo de Los Angeles, a cidade dos automóveis, em que a rede viária ocupa 40% do espaço urbano. Em São Paulo nós temos mais de 30% do espaço urbano ocupado por vias, enquanto não temos espaço para a creche, para a moradia, para habitação de interesse social. Enquanto isso, se disponibiliza mais de 30% para o sistema viário, sem falar nos estacionamentos.

E, eu não sei se vocês prestaram atenção, mas uma das discussões do plano diretor estratégico que acabamos de aprovar ano passado, foi sobre o número de vagas de estacionamento por unidade de moradia. Por quê? Para o mercado imobiliário, é extremamente vantajoso ter mais vagas de estacionamento, porque isso define o público alvo e o valor do imóvel. E obviamente o investidor quer com-

prar o terreno pelo preço mais baixo possível, e vendê-lo pelo preço mais alto. É isso é basicamente o funcionamento do mercado imobiliário, que acaba destinando um conjunto grande de espaço também para o estacionamento.

Há uma lei que fixa um limite de construção, mas que pode ser ultrapassado se se essa área for destinada a estacionamento. E isso é algo que tem sido feito basicamente pelos shopping center na cidade. São vários andares de estacionamento que não contam como potencial construtivo, não constam no limite de construção dessa área. Então além do problema viário, temos o problema das áreas de estacionamento.

E aí nós podemos fazer uma ponte direta com a política da atual prefeitura, de retirada de estacionamento, de vaga de estacionamento público, pensando qual é a destinação que deve ser dada para uma área pública. Qual interesse público que deve prevalecer. Se pensarmos, concluímos que é uma grande aventura viver como pedestre, ou pelo menos como não motorizado numa cidade em que todo espaço viário é destinado ao automóvel. E aí entendemos que o que acontece hoje não é só uma disputa de visão sobre mobilidade, mas é uma disputa de espaço fundiário. Quando olhamos para a cidade e para a política de mobilidade, estamos discutindo de quem é o espaço.

Muitas pessoas não perceberam, mas a proposta da atual política parte da ideia de que precisamos fazer a disputa de espaço, e temos que logo reservar o espaço, construindo uma quantidade grande de ciclovias. A questão é de disputa de espaço e não é só uma questão de ciclovias, bonitas, bem feitas. É uma disputa com o automóvel, elitizado e menos acessível, e que quando se populariza gera um caos na cidade. É uma modalidade feita para uma parte da população e não para toda a população, e que ocupa a maior parte do espaço viário. E a eficiência do

automóvel se transforma no que constatamos hoje : a velocidade média do trânsito em São Paulo chega a 14 quilômetros por hora no horário de pico. É a mesma velocidade das carroças que circulavam pela cidade no final do século XIX. E aí aquele sujeito, divulgado pelo Reinaldo Azevedo em seu programa, que está indignado com a lentidão do trânsito, ele está no seu carro e vê a bicicleta passar mais rápido, e fala, “tá vendo? Que absurdo esse prefeito”, mas a maior parte do tempo o trânsito está mais lento, por causa do congestionamento, que basicamente é provocado pelo modelo que é adotado e que privilegia o automóvel. O paradigma da bicicleta é totalmente diferente: é uma velocidade humanizada, a eficiência é do nosso corpo, porque é o nosso corpo que move a bicicleta, portanto há economia de recursos, e não gasta combustível.

E um aspecto interessante que vale ser lembrado: quando há uma distância muito grande, entre uma faixa de pedestre e outra, o pedestre atravessa no meio da rua. Quando vemos o vídeo do sujeito que morreu no minhocão (amplamente divulgado pela mídia que afirma que foi atropelado na ciclovia), vemos os pedestres atravessando fora da faixa. Porque ali é um espaço muito hostil para o pedestre, e muito pouco eficiente. Se você quer poupar a sua energia, não vai andar até aquela cerquinha, que faz você se deslocar mais. Não é dada prioridade para o pedestre e ele vai se deslocar para economizar a energia do corpo. O ciclista faz a mesma coisa: ele passa no sinal vermelho, ele anda na contramão. Muitas vezes porque ele quer economizar energia do corpo e não vai fazer o caminho mais longo. O ciclista que está vindo pela Doutor Arnaldo, e quer descer a Angélica, não vai até a Paulista fazer o retorno até a Consolação, voltar para pegar a Angélica. Ele atravessa, entra na contramão, e faz um trechinho de um quarteirão na contramão para cair na Angélica. Isso é

natural de quem usa transporte não motorizado. É economia, eficiência do seu corpo, economia de energia, circulação livre, velocidade constante, a cidade como espaço de convivência e encontro. Andar a pé, e andar de bicicleta é estar vulnerável, e estar disponível para o encontro, disponível para o encontro bom, para o encontro ruim, para o que vai acontecer, para o dia de chuva, para o dia de frio, é estar disponível para viver essa cidade, para as coisas boas e as coisas ruins. Ao contrário do carro, no qual eu me protejo colocando insulfilm, blindagem e tal.

E a pergunta é: o que temos em relação às políticas públicas? Hermínia Maricato afirma que nós já temos, por exemplo, a função social da propriedade prevista no Estatuto da Cidade. Tudo que precisamos está no Estatuto das Cidades e isso não é implementado. É mais ou menos a mesma coisa quando falamos de mobilidade. Em 2007 foi proposto, pelo Ministério das Cidades, um Plano Nacional de Mobilidade, segundo o qual devem ser destacados os efeitos negativos do atual modelo de mobilidade, como poluição sonora e atmosférica, elevado número de acidentes, suas vítimas, bem como seus impactos na ocupação do solo urbano. Nesse Plano Nacional de Mobilidade Urbana, estão todos os conceitos: prioridade do não motorizado, prioridade do transporte coletivo.

Em 2012, é promulgada a lei que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana. No artigo 6º, parágrafo II, é definida a prioridade dos modos de transporte não motorizados sobre os motorizados, dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado⁵. Portanto já temos uma política nacional que é lei, e que institui esse tipo de diretriz.

Infelizmente nós temos uma política que protege a indústria de bicicleta nacional. Exemplifican-

5 Lei 12587 de 3 de 01 de 2012.

do, a Caloi onera com impostos pesados a importação de bicicletas, e ao invés de baratear o preço da bicicleta nacional ela cola o preço dela na bicicleta importada. Embora declarando que devemos priorizar a indústria nacional, aumentando impostos das bicicletas estrangeiras, vemos um custo de bicicleta estrangeira que não está tão distante do custo da nacional.

Na cidade de São Paulo a gestão anterior, depois de muito tempo, fez um plano emergencial de calçada que não implementou, e deixou de herança para esse governo que traduziu a quilometragem prevista para a construção de calçada, que era de extensão, em metragem quadrada. Para reduzir a meta, foi traduzida a extensão em metragem quadrada. Temos um sistema viário custeado pelo poder público, e temos calçadas cuja responsabilidade de manutenção é do proprietário da casa. Então a calçada é paga pelo indivíduo que paga o seu IPTU. Mas, o custeamento do viário é de todos nós, e o poder público custeia. É esse tipo de inversão que vamos percebendo nas políticas públicas. Vou ficar por aqui para iniciarmos um bate papo.

DEBATE

Maria Ermínia: Boa noite. Para quem não me conhece, sou no momento responsável pela comissão de políticas públicas do CRP, e nesse ciclo aceitamos o desafio de pensar em pontos que afetariam todas as demais políticas públicas, e é nesse sentido que vou fazer a minha pergunta para o Gabriel, para o Dário e para quem mais quiser se manifestar. Porque a mobilidade? A minha geração e a que vinha antes, errou na construção da Constituição de 1988, quando não colocou a mobilidade como direito universal tal como a saúde, a assistência. E essa foi a primeira reflexão que fizemos. E chegamos a uma discussão, que fundamenta a minha colocação. Muitas vezes no CAPS temos que falsear o CID para fazer com que o nosso usuário chegue ao serviço, mas muitas vezes a pessoa não tem o acesso ao CRAS. São pessoas que moram na periferia, que estão desempregadas e não conseguem chegar na busca por emprego. **O que você pensa que podemos fazer para que isso seja discutido em nossas rodas de conversa da saúde mental, em nossas rodas de conversa dos psicólogos que estão no CRAS, em rodas de conversa da justiça e outras?** Porque esse tema é muito novo, e aparece com mais força a partir de 2013, quando nos demos conta que ir e vir é um direito de todos.

Felipe: Queria perguntar o **que vocês discutem em relação às bicicletas elétricas, e ao patrocínio dessas políticas, já que grande parte é bancada pelos bancos, iniciativa privada, sempre estimulando o uso**

da bicicleta e como isso dialoga com o poder público.

Gabriel D.P. Siqueira: Quanto à bicicleta elétrica, a cidade de São Paulo não tem topografia para o uso da bicicleta. As pessoas mais velhas não conseguem andar de bicicleta, é inviável e penso que a bicicleta elétrica é uma alternativa. Ela é bem mais cara, e portanto menos acessível. Mas penso que é preciso diferenciar a bicicleta movida por impulso, ou seja, aquela em que é preciso pedalar, da bicicleta que vai atingir uma velocidade incompatível com uma ciclovia, que funciona numa lógica do motorizado. Penso que mais bacana é aquela que tem um limite de velocidade, e ela é uma saída inteligente. Permanece o problema do custo, pois ela não é acessível à maior parte da população.

Em relação ao patrocínio, há uma coisa que é importante deixar claro. A reciprocidade é patrocinada, como a maior parte das associações hoje. Temos o patrocínio do Itaú, e a Ciclo BR que opera parte do serviço de ciclo faixas e é patrocinada pelo Bradesco. Tivemos muita discussão e teve gente que não aceitou. A nossa discussão foi na linha de verificar se a fonte de recursos era limpa. Não aceitaríamos recursos da Petrobrás, por exemplo. Sabemos que não é o ideal, mas tentamos fazer bom uso desse recurso. Mas o que não nos impede de criticar. O Itaú mantém as bicicletas laranjinhas, mas além do Itaú, o Bradesco mantém bicicletas também. Mas um não se comunica com o outro. Você não pode tirar uma bicicleta do Bradesco e colocar numa estação do Itaú, e esse é um problema. E uma outra coisa: o Itaú resolveu levar a bicicleta para a região central, aí teve depredação, e eles tiraram o ponto. O compartilhamento de bicicleta, por exemplo, em Nova Iorque foi fundamental para que tivesse sucesso a política ciclo viária. Isso foi dito por uma

das pessoas que construiu essa política. Precisamos de um sistema público de compartilhamento de bicicleta, e não importa que ele tenha participação privada, isso é o menos importante, mas que o interesse público prevaleça. É preciso ter contato com Itaú e com o Bradesco, e dizer que tem que ser integrado e tem que ser na periferia. O Bradesco e o Itaú têm interesses de marketing, eles se propõem a fazer, e realizam, e não podemos criticá-los. Temos que criticar sobretudo a prefeitura de São Paulo que fez um convênio com essas instituições para as quais o interesse público está em segundo plano. Então isso coloca um limite sério à política pública. A maior parte das políticas de compartilhamento de bicicletas, dessas bicicletas de aluguel, no mundo todo é por parceria público/privado. Parece que é o mais viável, pelo menos, no contexto atual. Mas daria para criar condições mais adequadas, certamente. E a culpa é muito mais do poder público, de um contrato feito na gestão passada que está em discussão agora. A prefeitura acenou com uma exigência maior, mas nada disso se concretizou ainda.

A pergunta da Ermínia é bastante ampla e para responder vou contar brevemente a experiência dos ciclistas. A Ciclo Cidade, em 2012, elaborou uma carta de propostas com alguns compromissos com a bicicleta, a ser enviada para todos os candidatos, e levou os candidatos que assinaram essa carta para pedalar com os ciclistas. Um desses candidatos foi o Haddad. Quando ele venceu a eleição pegamos o seu plano de metas, demos uma olhada, destacamos a meta que tinha a ver com a bicicleta, e fizemos propostas em cima dessa meta. A mesma coisa que fizemos com o executivo, fizemos com os vereadores, e a partir dos vereadores que assinaram, foi constituída uma frente parlamentar de mobilidade urbana que funcionou na Câmara, até que a questão partidária

ria ficou muito radicalizada, e aí ruiu. Mas durante um bom tempo conseguimos sustentar nessa casa uma frente parlamentar de mobilidade urbana, em que foram traçadas algumas prioridades, tentando incluir no orçamento.

Além disso, verificamos que no primeiro plano diretor da cidade de São Paulo de 2002, não tem nada de mobilidade. Um plano de mobilidade que foi proposto não foi aprovado pela câmara municipal. Fomos conversar com a prefeitura, para saber como discutir mobilidade no plano diretor. Soubemos que ia ter audiência pública em todas as subprefeituras, comunicamos para outros ciclistas, e os mais organizados da Ciclo Cidade garantiram presença. A própria gestão ficou surpresa com a alta participação do ciclista, e com a quantidade de propostas para mobilidade de bicicleta nas audiências. Depois disso, a partir do plano diretor do governo propusemos um texto, e uma parte desse texto entrou *ipsis litteris*. Fizemos uma campanha para garantir 10% do fundo de desenvolvimento urbano para a bicicleta, porque sabíamos que era necessária uma fonte de financiamento. Lembro que na época os 10% correspondiam a 70 milhões mais ou menos. Conseguimos em um acordo com a prefeitura que fosse destinado 30% do FUNDURB para transporte coletivo, bicicleta e pedestres. Não ficou definido quanto para cada, mas foi a negociação possível.

Fomos ocupando todos os espaços, ocupamos o Conselho de Transporte da Cidade de São Paulo, composto por 90 pessoas. Em uma reunião de 4 horas em que o governo destina uma hora para a sociedade civil, imagina o tempo que temos para falar. Percebemos que tínhamos poucos minutos de fala, então, além da fala, entregávamos um documento escrito, porque a fala seria esquecida e um documento fica registrado. Esse ano conseguimos duas cadeiras para o Conselho de Política Urbana. Isso porque a

gente sabe que ele vai influir no FUNDURB. Pretendemos entrar na comissão que define a destinação orçamentária do FUNDURB e disputar o orçamento para a bicicleta lá. Fomos nos estruturando dessa forma, ajudados pelo fato do ciclista ser ameaçado de morte nas ruas de São Paulo.

É impressionante, mas quando você começa a andar de bicicleta vê o motorista jogar o carro dele para cima de você, com a intenção de te matar. Talvez ele não tenha pensado “eu vou matar esse sujeito”, mas o que ele faz é para te matar. É algo para ser estudado pela psicologia social, porque é uma coisa alucinada o que acontece com razoável frequência. Então somos muito unidos, construímos um movimento horizontal. Em São Francisco, surgiu o *criticalmass*, que em São Paulo traduzimos por *bicicletada*. Uma vez por semana, na última sexta-feira do mês, vamos para a praça do ciclista e fazemos uma passeata. É um movimento espontâneo, horizontal, não tem nenhuma instituição que convoca. Nos anos 2009, 2010 começaram a surgir algumas organizações.

Quando no Ministério Público uma promotora pretendeu barrar a bicicleta, a Ciclo Cidade tomou a frente, entrou com uma ação contra a promotora, desqualificando o seu discurso que, para nossa sorte, era muito ruim. O movimento horizontal chamou a passeata e colocou sete mil pessoas na Paulista. Em nível nacional, existe a União de Ciclistas do Brasil, em que as organizações de ciclistas das várias cidades, se organizam e vão para um debate nacional. Até pouco tempo, não tinha representante de pedestres, os ciclistas por vezes, faziam essa representação. E aí, no Conselho de Transporte e Trânsito, na reunião que definiu as cadeiras, defendemos uma cadeira para pedestre, mas perdemos. Não existe cadeira de pedestre. Para o governo a única associação de pedestre, é um sujeito, indivíduo que se auto

representa, portanto não precisa ter cadeira de pedestre. Como as outras organizações que estavam presentes concordaram, perdemos a disputa. E só agora começou a surgir o Instituto de Mobilidade a pé, que é uma representação de pedestres, e boa parte dos pedestres que fundaram também são ciclistas. A tendência agora é que os pedestres se façam representar e ocupem espaços.

E o esforço dos ciclistas agora é, cada vez mais chegar com representações de ciclistas da periferia, pois 70% do uso da bicicleta é periférico. Os principais locais são Jardim Helena, Jardim Brasil e Grajaú, que são lugares da periferia de São Paulo. Só que está diminuindo o uso nessas regiões e aumentando no centro, e o aumento do uso da bicicleta é na classe média. Fazemos um esforço para chegar à periferia. Eu me centrei um pouco mais na estratégia que nas pautas. Acho que as pautas vão se desdobrar a partir do que apresentei.

Daniela: Sou psicóloga em Ribeirão Preto e trabalho em um NASF que fica numa área bem pobre, onde visamos a promoção de saúde, na Atenção Básica e em várias unidades de saúde da família da área. Ao longo do meu trabalho percebo uma dificuldade muito grande de acesso aos dispositivos de saúde, por conta do isolamento da área e da falta de grana para o transporte. Não conseguimos, por exemplo, mandar a pessoa para outro serviço porque a pessoa não tem dinheiro para tomar ônibus. A zona norte é conectada com o centro através de uma ciclovia, só que é uma ciclovia na beira de um rio bem fedido. E, além disso, o pessoal que mora na área, e também trabalha nos serviços, tem um medo muito grande de andar de bicicleta por lá, pois é uma área onde a violência impera. Uma pergunta que tenho é como pensar essa questão da violência em relação à bicicleta e pensar em políticas públicas de saúde?

Ivan: Sou estudante de psicologia, estou no 8º semestre. Queria falar aqui do fenômeno do jaywalk. Recentemente eu vi uma matéria que dizia que em Belo Horizonte estavam querendo exigir uma habilitação para ciclistas. Eu não sei exatamente qual seria o projeto deles. Costumo usar algumas ciclovias perto da minha casa, para andar de skate, e percebo que alguns ciclistas andam muito rápido na ciclovia, então eu fico imaginando, que esse fenômeno que aconteceu lá na década de XX, pode se repetir agora, tendo os ciclistas como os protagonistas no caso. Eu queria saber se existe alguma política pública de conscientização dos ciclistas, ou se há alguma cartilha, alguma coisa, que vocês estejam pensando para evitar que esse fenômeno venha a acontecer. Porque costumamos tomar uma providência depois que as coisas acontecem.

Edson: Sou Edson, trabalhador do CRP, especificamente no CREPOP, que é o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. E a pergunta vai no sentido daquilo que você estava falando, do motorista dirigindo o seu carro, ou o motorista de ônibus que joga o veículo para cima do ciclista, quase matando. Como dentro da mobilidade urbana o pai de família, ou o motorista, aquela pessoa do bem, pode matar alguém por esse não acidente? Não se pode dizer que é uma imprudência, mas uma barbárie. Também a barbárie reverbera em outro espaço. Por exemplo, quando falamos os abusos que acontecem no metrô, na disputa por espaço no transporte público, onde não se respeita o idoso, a mãe com criança, mulher grávida. Como dentro dessa mobilidade, dentro desses espaços acessados pela população está ocorrendo essa barbárie, esses atos muitas vezes irracionais?

Gabriel D.P. Siqueira: Em relação à pergunta da

Daniele queria deixar mais claro como podemos melhorar a mobilidade. É luta popular, é luta social, movimentos sociais fortes, que impulsionam a política pública. Acho que não tem outra saída, independente se a luta é da classe média, desde que sejam movimentos sociais organizados e que pensem no interesse coletivo, ocupando ou produzindo espaços de diálogo, exercendo pressão sobre o poder público. Os problemas colocados pela Daniele se referem à política urbana. Entendi que há uma dificuldade de acesso, não só de andar na ciclovia, de acesso aos equipamentos de saúde da cidade, a cidade como um todo. Isso se resolve com política pública. E como é que se faz política pública? Com pressão social, com luta social.

Gostaria de trazer a experiência do pessoal aqui de São Paulo, da rede extremo sul que se organizou no Grajaú, com o apoio do movimento Passe Livre. Eles fizeram mobilização, uma conscientização e um debate sobre mobilidade naquela região, trazendo diversas questões sobre o acesso, e foram pautando a partir de manifestações de rua e de outras ações. Uma das ações, por exemplo, foi conseguir uma verba para fazer um dia de transporte público gratuito, criando uma linha de transporte gratuito paga por eles mesmos. Eles fizeram funcionar para pressionar o poder público para que instalasse ali uma linha. O poder público municipal instalou uma linha de transporte saindo de Parelheiros, um bairro na periferia, que não tinha nenhuma linha. Os moradores andavam quilômetros, 10 quilômetros, era uma situação completamente absurda.

A juventude da periferia tem esse desejo de deslocamento, de acessar a cidade, de ir para o centro, de ir para os saraus, os grupos coletivos juvenis, mas boa parte dessa população não tem experiência de se deslocar na cidade. Nós na Ação Educativa fazemos esse trabalho com os jovens, e muitos deles não conseguem se deslocar na

cidade. O cara de Sapopemba, se ele chegar a Aricanduva, Penha, já é um milagre, imagina no resto da cidade. Então temos uma população isolada, e as políticas públicas não possibilitam a essas pessoas terem o acesso. Provavelmente são esse 1/3 da população de baixa renda que não tem gasto com transporte porque não se desloca na cidade.

Agora, em relação à saúde, o Instituto de Saúde e Sustentabilidade, que tem como um dos integrantes o Paulo Saudiva da Saúde Pública da USP, traz um dado bem interessante. Segundo eles não há política de promoção da saúde tão interessante, para reduzir obesidade, problemas vasculares, por exemplo, como o transporte ativo que é a pé, de bicicleta, de skate, transporte no qual você usa o próprio corpo. Segundo eles, não há em termos de potencial, nada parecido como política de saúde quanto fazer com que as pessoas façam seus deslocamentos, a partir da sua própria energia. Então seria talvez interessante que as pessoas utilizassem a ciclovia para o deslocamento.

O problema da violência não se resolve com ciclovia, mas como ela promove ocupação de espaço público, um dos efeitos é promover maior segurança porque a gente sabe que uma cidade em que as pessoas ocupam o espaço público, a violência tende a diminuir. Então devemos promover a ocupação do espaço público por diversas estratégias, sendo uma delas a bicicleta. Mas, se torna ruim ou inviável andar de bicicleta numa cidade que não tem política para bicicleta. Como ciclistas, a uma certa altura, a éramos contra a ciclovia, porque defendíamos o compartilhamento, uma sociedade madura, uma sociedade moderna de verdade, que é aquela que compartilha o espaço público. Só depois percebemos que isso serve para nós que somos ciclistas que se dispõem a andar no dia a dia, mas para o novo ciclista, o cara idoso, a criança, você precisa de um espaço segregado. Você precisa ter segurança, e um

espaço reservado para bicicleta. Precisa de ciclovia iluminada, precisa de uma boa ciclovia. Mas isso é só uma parte da resposta para o problema. A resposta é multifacetada...

Dário: Penso que a sua fala integra a discussão de participação social e controle social. Entendo que controle social é esse cuidado de apontar especificamente se a ciclovia precisa de uma iluminação, de segurança. Já a questão da participação social eu entendo que é mais complexa, envolve a mobilização das pessoas. Eu sou de Ribeirão Preto, acompanho diversos movimentos sociais, já militei na reforma sanitária, dentro do movimento da saúde, movimento de DST AIDS, acompanhei a criação do movimento Passe Livre em Ribeirão Preto, acompanhei as reuniões do MPL que discutiam a liberdade do movimento da frente feminista, movimento de habitação, e penso que devemos integrar o cuidado de saúde em um determinado território, com a discussão de políticas públicas.

Uma coisa que eu aprendi, trabalhando 10 anos no SUS, fazendo atendimento clínico, é que o cuidado das pessoas tem a ver com o cuidado dessas políticas. Hoje temos uma grande crise. Acho que temos o vício de olhar as coisas a partir do nosso individualismo, do nosso referencial. Temos a tendência de nos afastar cada vez mais do convívio social. Se estou na saúde, eu só vejo problemas relativos à saúde. Se estou na educação só vejo as questões a partir da educação. Se estou na assistência social, só vejo assistência social. Mas ao discutir ciclovia, estamos discutindo o transporte que é o que liga tudo. Como exemplo, vou contar uma historinha. Em Ribeirão Preto organizamos dois fóruns sociais e chamamos diversos movimentos. Cada movimento trouxe a sua pauta. Foi muito bacana. Só que quando fomos fazer um debate com os candidatos a prefeito da atual gestão, tem um gru-

po que fez uma crítica significativa. Falaram que estávamos errando porque não estávamos integrando as pautas de um movimento com o outro. Isso fez cair a ficha.

Eu sou do movimento da saúde, e estávamos criando um movimento de saúde mental chamado Ver a mente, que é o movimento em que pautamos a questão da saúde mental a partir da cultura. Descobrimos que chamando as pessoas para as nossas reuniões, seja da saúde, da mobilidade urbana, as pessoas não vão. Quando faz o movimento de cultura, vai todo mundo. A cultura é uma pauta que atrai as pessoas. Todo movimento tem que se apropriar da pauta do outro. Eu sou do movimento da saúde e tenho que pautar as reivindicações do movimento negro, do movimento feminista, do movimento de habitação.

Em um debate no conselho foi citado o sociólogo Robert Putnan, que estudou a Itália e quis entender por que no norte da Itália, existem indicadores de desenvolvimento muito melhores que no sul. Durante 10 anos ele estudou esses indicadores, e chegou a uma conclusão definida como **capital social**. Capital social é a relação de confiança que as pessoas têm entre si. As pessoas se conhecem, cobram mais e o controle social acaba acontecendo de uma forma mais dinâmica. Já no sul da Itália, o que acontece é muito parecido com o Brasil.

Precisamos de mediadores políticos, que seriam os vereadores e os outros políticos, que acabam cobrando um pedágio que é o voto. Então é muito claro, que a participação das pessoas é uma moeda significativa. Hoje eu cheguei um pouquinho mais cedo, e fui assistir à sessão plenária da câmara dos vereadores e não tinha nenhum cidadão assistindo a sessão dos vereadores, e eu entrei em crise com essa democracia. Porque se em São Paulo, que é uma cidade de mais de 20 milhões de habitante, ninguém foi assistir a sessão

dos vereadores, essa questão de cobrança, importante para conseguir avançar nessas políticas, é muito difícil.

Mas, só para concluir, dentro do movimento da saúde, temos uma frase em que dizemos que saúde é democracia e democracia é saúde. Para avançar qualquer política no Brasil temos que investir na democracia, que significa que as pessoas devem ser donas desse processo. Como a gente faz isso, eu não sei mesmo, estou cada vez mais perdido nessa questão. Acho que o cuidado do território, de cada território em que a gente está, é um cuidado político.

Gabriel D.P. Siqueira: Só para retomar as outras perguntas, sobre habilitação dos ciclistas, e o comportamento dos ciclistas que andam muito rápido, um vereador propôs emplacamento de bicicletas. Porque essa coisa da habilitação para ciclista é mais ou menos isso, você tem que emplacar a bicicleta para poder multar o ciclista, esse é o princípio. Sou totalmente contra. O vereador que era presidente da associação de despachantes queria propor emplacamento de bicicleta. Com isso, você vai burocratizar encarecer o uso da bicicleta, e não vai promover o uso da bicicleta na cidade. O que vai acontecer é uma queda vertiginosa do uso da bicicleta na cidade.

Pedestres e ciclistas são espremidos num cantinho. No centro da cidade, na Libero Badaró, por exemplo, os pedestres andam na ciclovia. Isso porque não tem outro espaço para andar. Foi maravilhoso para o pedestre, foi maravilhoso para o cadeirante ter uma ciclovia, e nós ciclistas, pelo menos os que eu converso, aplaudimos, adoramos, pois viemos aqui fazer mais justiça, ocupar o espaço que era do carro. Venham para cá, skatistas, cadeirantes, e os carroceiros também.. A ideia é democratizar o espaço. Falam que o pedestre tem conflito com na bicicleta, mas se você os espreme no mesmo espaço, dá

conflito. Esse é o caso do minhocão. A prefeitura alargou só um pouquinho a calçada, e tem uma viga no meio. Para o pedestre passar, foi feita uma faixa no meio da ciclovia, só que o pedestre sai detrás da coluna, e o ciclista você não vê, e pode atropelar. Isso não aconteceu, mas pode acontecer. Mas por que, não tirar uma faixa de automóvel, e criar um espaço para pedestres e um espaço para ciclista? Cria-se uma situação de conflito, e se culpa o ciclista porque ele coloca em risco a vida do pedestre.

Esse discurso é comprado por todo mundo, pautado pela mídia, a ponto do atropelamento no minhocão, mesmo tendo sido na rua, três dias depois ainda tinha jornal falando que era na ciclovia, para propagar a ideia que na ciclovia os ciclistas vão matar os pedestres. O ciclista não é um anjo, o ciclista é um cidadão, e há ciclistas que não têm consciência política, entendimento da questão da mobilidade, e que mete o pau mesmo, e que anda e desrespeita. Para mim o que resolve são campanhas educativas, que deveriam estar sendo veiculadas na mídia e que não estão sendo. Poderíamos ter um debate mais profundo, se as mídias ajudassem, ao invés de ficar o tempo todo querendo encurralar a questão por um viés político partidário.

Aprofundando o debate, talvez as pessoas entendessem que não é porque você está andando na ciclovia que você pode ir atropelando todo mundo. Então acho que têm que ser feitas políticas educativas, principalmente pelos grandes meios de comunicação. Nós ciclistas fazemos esse debate entre nós, mas, obviamente, isso não dá conta de tudo. E o importante é que não raciocinemos defendendo o espaço exclusivo da bicicleta, mas que aceitemos o compartilhamento. Não sei se vocês sabem que em São Paulo, legalmente, cadeirantes, skatistas, pedestres, podem andar em ciclovia. A gestão foi criticada por isso. Mas o ideal seria melhorar também o espaço das calçadas,

diminuir velocidades, para você poder andar na rua, para você poder andar na calçada, e não ficarem todos espremidos naquele pequeno espaço que já acham que é demais para a gente. A precarização do metrô, do transporte público, faz com que as pessoas entrem em conflito entre si. Você cria um espaço de esmagamento, e isso produz o assédio. Obviamente não adianta criar um vagão só para as mulheres, como se você estivesse dizendo que para as que não usam esse vagão, o assédio está liberado. Mas o problema é que não tem malha de metrô, não tem alternativas de transporte público, não tem investimento nessas áreas.

Luiza: Sou estudante de administração pública. As críticas que ouço sobre a ciclovia é sobre o modo como ela foi feita, são sobre o seu planejamento pela prefeitura de São Paulo. Houve um mau planejamento das ciclovias, devido até a questão topográfica. Já li que a ciclovia não deveria estar na Paulista mas nas ruas paralelas, pelo fato de que a Paulista é um terreno muito alto. Eu queria saber a sua opinião sobre o planejamento. Você que é usuário, acha que ela é acessível de fato? Porque vejo que em alguns pontos tem ciclovia, em outros não.

Pessoa da platéia: Parece que existe uma quantidade significativa de pessoas que estão aderindo ao uso da bicicleta, contudo me chamou a atenção o fato do Itaú ter tirado uma das estações de bicicletas, porque foi depredada. E então a minha pergunta é, quais seriam as principais razões para isso ocorrer e quais seriam os meios mais efetivos para que todos se identifiquem com aquela estação como uma maneira possível, e acessível de mobilidade urbana.

Gabriel D.P. Siqueira: Vale ressaltar, quando a prefeitura apresentou o projeto de 400 quilômetros de ci-

clovia para São Paulo, em uma reunião do Conselho de Transporte e Trânsito, fomos pegos de surpresa. Isso não foi discutido com os ciclistas. Quanto à falta de planejamento, ela é em boa parte injusta. Tem ciclovia que foi projetada na gestão Maluf e não saiu do papel. Nos anos 90, uma boa parte das ciclovias surgiu da iniciativa de alguns funcionários públicos, principalmente da Secretaria do Verde e Meio ambiente, e de algumas pessoas da CET chamado pró-ciclista, em um espaço nas gestões Serra/Cassab. Por iniciativa muito mais desses funcionários de carreira do que de uma coisa mais ampla de gestão, foi traçado um projeto em que a cidade de São Paulo tinha que ter ciclovia. Quando a atual gestão faz o projeto de 400 quilômetros, uma parte significativa dos 400 quilômetros vem desses projetos anteriores. Isso para mim não é, necessariamente, falta de planejamento. Para mim falta de planejamento é quando morre alguém na Paulista porque não tem ciclovia. Então vou explicar qual é a proposta da prefeitura. Pensaram que não adiantaria ter algumas ciclovias espalhadas, porque não teria conectividade, e não teria impacto na cidade. Então deveria ser implantada uma grande quantidade de ciclovias, com uma política acelerada, ou seja, em quatro anos construir 400 quilômetros. Foi uma opção que ampliaria o uso de bicicleta na cidade. A prefeitura de certa forma tentou planejar a partir de uma ideia, e se baseou em Nova Iorque, em Buenos Aires e outras experiências que eram mais ou menos assim, eram ciclovias mais baratas.

A ciclovia da atual prefeitura é mais barata que a média nacional. Em lugar de darem para a CET que iria criar problema e não iria programar, deram para as instâncias locais da CET, que atuam nas regiões da cidade, para fazerem a proposta de ciclovias e as implementar. Então a proposta foi para as mãos do técnico local da

CET. Só que esse técnico da CET tem uma cultura rodoviária, e a experiência de trabalho dele é implementar política para automóvel. As empresas que foram contratadas pela prefeitura para fazer ciclovia, não sabiam fazer ciclovia. É preciso entender que quando se investe numa política que não havia antes, há uma série de deficiências da gestão pública. Ela não está organizada para gerenciar isso, as empresas não sabem fazer isso, existe resistência dos seus funcionários. Se é preciso tirar um espaço do automóvel, isso não é feito, tiram o espaço do pedestre, cortam, e a ciclovia só continua lá na frente. Esses são os grandes erros da gestão. Mas boa parte das críticas que as pessoas têm feito são injustas. Um dos pontos é relativo a localização de ciclovias em grande avenidas. Mas onde é que o ciclista tem maior dificuldade? Onde a via é rápida e o tráfego pesado. O ciclista, porque ele anda com seu próprio esforço, precisa de uma via plana e de ligação direta. No caso de São Paulo as avenidas, que são fundo de vale, são mais retas, então você tem que priorizar as avenidas, e a prefeitura tem feito isso.

Quanto à questão da retirada da estação depreada do Itaú acho que não faltou conexão. Penso que as pessoas têm diversas relações com espaço público. O centro tem um uso diverso de várias pessoas como, por exemplo, moradores de rua. Nem todo mundo usufrui mesmo daquela bicicleta e depreada. Penso que isso é natural, é algo que deveria estar previsto em qualquer política. Se colocar no centro vai ter que enfrentar esse tipo de situação. Se isso vira uma barreira, é porque a prioridade não é da política pública, mas o interesse privado. Nesses espaços urbanos mais degradados, a violência é maior mesmo, e aí deveríamos ter políticas para enfrentar isso. E eles não têm, basicamente eles não dão solução para isso e o interesse da população acaba não sen-

do atendido. E eu não acho necessariamente que é uma falta de conexão com o espaço urbano, mas uma falta de acesso a direitos. Espaços públicos bem cuidados geram mais cuidado. Não sei se é específico da bicicleta. A política de ciclovias traz uma mudança discursiva, e na medida em que isso vai se tornando mais presente na sociedade, a sociedade passa a ter consciência de que o pedestre tem que ter prioridade. Isso é um grande benefício que a meu ver foi gerado pela política de ciclovias. O que não pode é gerar um conflito entre pedestre e ciclista, porque quem mata pedestre em São Paulo é carro, e é só ver relatório anual da CET. Tem um índice ínfimo de 2 a 5 mortes causadas por ciclistas em vários anos. Sobre motociclistas: motociclista é o sujeito que mais morre na cidade de São Paulo hoje, ele é a classe trabalhadora explorada, inclusive no seu corpo, e na sua vida em risco. A cidade precisa funcionar, o transporte motorizado individual gerou congestionamento, e como você escapa do congestionamento em termos da empresa que precisa que a sua mercadoria chegue rápido? Usa o motociclista. O motociclista é o sujeito da classe trabalhadora, preto, pobre, periférico, que é posto para trabalhar no posto arriscado. Na verdade isso não é bom para a cidade e motocicleta não é um bom modelo de mobilidade. A moto faixa que fizeram na Vergueiro aumentou o número de acidentes e foi esse o principal motivo de terem tirado a moto faixa. Para mim o motociclista é a carne que é cortada, que vai para ser moída, é o trabalhador explorado. E por ser muito acessível, a venda da moto e de carro, principalmente na periferia, está crescendo muito, e caindo o uso da bicicleta. E está aumentando o uso da bicicleta no centro da cidade. O jovem da periferia, ou seja, aquele sujeito que do ponto de vista da política urbana, é colocado em segundo plano, às margens da cidade,

conseguiu fazer algo muito interessante, que é transformar isso em algo muito positivo. Então hoje existe uma ação da juventude, principalmente ligada à cultura periférica, em que o termo periferia virou um termo assumido pelos próprios jovens, e quer dizer algo positivo, é aquele sujeito trabalhador, que luta contra injustiça social. Hoje em dia o termo periferia empoderou a juventude. Mas ao mesmo tempo, o jovem que vai procurar trabalho, muitas vezes sofre discriminação, porque mora em Guaianazes, mora em M'Boi Mirim.

Nas Conferências de Juventude apareceram demandas relativas ao isolamento desses jovens, à dificuldade de deslocamento, e de acesso aos bens da cidade. Há uma demanda por transporte 24 horas, sendo a política da atual prefeitura muito incipiente. A prefeitura implantou o transporte 24 horas, mas é muito restrito. Quanto ao barateamento da tarifa, a tarifa zero, é um debate na sociedade e na juventude, se devem ser criadas facilidades para estudantes, para todos os jovens, ou para toda a sociedade. O MPL defende para toda a sociedade. A UNE, os movimentos estudantis clássicos, defendem que seja para os estudantes, o que gera para eles o benefício da gestão da carteirinha. Como política pública da juventude acho que durante muito tempo o jovem foi entendido como jovem estudante. Mas já ultrapassamos, entendemos o jovem como jovem não estudante, o jovem trabalhador. O que eu acho interessante, que ficou de fora das agendas da juventude nas conferências, é que a segunda maior causa de morte de jovens é no trânsito. E os jovens não fazem esse debate nas conferências de juventude. Então acho que sob o ponto de vista da periferia, de fato o número de ciclovias na periferia é menor do que no centro, então de fato eu acho que essa gestão, não conseguiu criar algo signifi-

cativo para a periferia, do ponto de vista da mobilidade. Tem a ideia de ampliar o número de terminais, e fazer o corredor de ônibus fluir melhor, o que é uma boa ideia, mas ela precisa ser implementada de forma melhor.

**6. DIALOGANDO SOBRE
REFORMA URBANA:
Contribuições da Psicologia**

Peter Spink

Psicólogo social doutor pela universidade de Londres, foi membro do programa de pós-graduação em psicologia social PUCSP, e membro fundador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da EAESP FGV, onde é professor titular. Atualmente se dedica a estudos aplicados no campo das vulnerabilidades urbanas.

O tópico da nossa discussão hoje é reforma urbana. E normalmente quando se discute reforma urbana, se pensa nos grandes tópicos: leis de zoneamento, planos de avenidas, discussões sobre estruturas de habitação popular, etc. No dia a dia é raro encontrar psicólogos sociais dentro das estruturas de poder de urbanismo, a tendência dos psicólogos e das psicólogas é pensar: “*Bom, eu com isso?*”. Aí, eu quero introduzir a noção do eu com isso virar uma outra ótica, que olha a questão de vulnerabilidade que é algo que a gente entende razoavelmente bem, até certo ponto, e discutir invés da reforma do urbano, a forma do urbano. O que eu quero argumentar é que nós temos um papel muito importante em formatar o urbano, em formatar o cotidiano das nossas vidas, e isso é tão importante, se não mais importante, quanto as grandes discussões estruturais.

Vulnerabilidade é um tema que existe faz tempo. Ela nasce do latim *vulnerabilis*, (o que pode ser ferido ou atacado); você é vulnerável porque você pode ser

ferido. Ao longo dos anos ela migra de um tópico usado em tempos de guerra, para questões eventualmente de vulnerabilidade social no século 19. Há discussões sobre risco ambiental e outras formas de vulnerabilidade hoje. Nestes meandros todos, a discussão sobre vulnerabilidade vira algo a ser reduzido ou atingido por ações de governos, esperando que os governos de Bem Estar se preocupem com a vulnerabilidade que está presente na sociedade. Por isso falamos de redes de segurança, redes de apoio, etc.

Mas hoje, nas grandes áreas urbanas, há outros aspectos de vulnerabilidade presentes, que são aqueles criados por ações da própria humanidade. Novas formas de ocupação territorial que adensam os assentamentos humanos que, por sua vez, são impactados por déficits habitacionais e falhas na distribuição dos serviços públicos. Mudanças climáticas globais e locais, que, por sua vez, ampliam os desafios da vida. E para citar só mais um, as crises econômicas geram impactos socialmente catastróficos em populações antes relativamente estáveis e agora sujeitas às crises laborais. É só abrir o jornal amanhã e vamos descobrir qual é o tamanho do déficit de postos de trabalho que enfrentamos num período de cinco meses no Brasil. Isso coloca uma quantidade grande de pessoas que até 6, 5, 4, 3, 2 meses atrás, estavam se virando e que deixam de se virar de um momento para outro, com pouca alternativa.

Vulnerabilidades se compactam, se chocam. Alguém está numa situação socialmente estável, de repente é despedido da empresa onde trabalha. Alguém com poucos recursos, mas suficientes para manter a família, tem que entrar na autoconstrução para providenciar um lar. Os saberes da autoconstrução são sólidos, porque afinal são os pedreiros que fazem a autoconstrução, que constroem a cidade, só que o chão embaixo da casa e as fundações têm dificuldade de sustentar uma casa que cresce junto com

as demandas familiares, da laje que vira mais um andar, que sobe ao lado do morro. Vulnerabilidades materiais impactam as estabilidades sociais. Então nós, como psicólogos, com nossa preocupação quase imediata com a questão de vulnerabilidades sociais, tivemos que aprender que vulnerabilidades sociais são frequentemente sociais porque têm vulnerabilidades materiais atrás, e nós temos que olhar para além das vulnerabilidades sociais e olhar as vulnerabilidades materiais, o que é muito novo para nós.

Psicólogos não estão acostumados a tratar o contexto como ator importante. Para nós, pessoas moram em famílias, não moram em lares. Mas, de fato, pessoas moram em lares. Família não flutua no ar, família está em lugares, em pedaços, em formas de contato. A família está na materialidade de diferentes modalidades de transporte. É a família que se reúne às 11 horas da noite por meia hora, quando os diferentes membros estão chegando de lugares distintos. E com um pouco de sorte, falam um pouco de manhã antes que todos os seus membros também sejam espalhados pela cidade. Por isso os celulares são tão importantes. Eles estão diariamente juntando famílias, é um pedaço de tecnologia vital nestes processos todos.

Aí vem o ponto que eu quero levantar, a importância de discutir uma terceira vulnerabilidade, e isso sim tem alguma coisa a ver com a gente. Estou falando sobre vulnerabilidade institucional. Pessoas que estão envolvidas no início do programa nacional, estadual, municipal de AIDS, vão lembrar o gradativo aparecimento de uma ideia de vulnerabilidade programática, que é a vulnerabilidade específica criada por pessoas que são potencialmente vulneráveis pela incapacidade dos programas de apoio de chegar onde eles teriam que chegar. A própria falha no desenho de programas em relação à AIDS afeta, aumenta a vulnerabilidade.

A noção de vulnerabilidade programática, a incapacidade

cidade de resposta, já começa a voltar. E hoje a usamos em um sentido mais amplo. Refere-se a uma terceira dimensão: a ausência prática, no cotidiano, de um Estado efetivo e competente, seriamente preocupado com serviços, justiça e equidade. E quando uso noção de cotidiano, não estou me referindo a algo de menor importância. Ao contrário, me refiro a algo de suprema importância no dia a dia de cada um de nós, nos serviços, nas repartições, nas interações com respeito, nas posturas de pessoas preocupadas em responder e ser honestos, sobre as dificuldades e os desafios.

Viver publicamente não é uma relação de cliente, e não somos consumidores, somos todos cidadãos, seja de qual lado do balcão, da mesa, nos situamos. Nós moramos nominalmente num município chamado São Paulo. De fato, moramos em pedaços dele. Um pedaço aqui, um pedaço lá, que a gente conecta. Mas se fôssemos residentes de Portugal, também moraríamos num lugar aqui, um lugar lá. O município de São Paulo tem 10 milhões de habitantes. Portugal tem 10 milhões de habitantes. Nós temos 55 vereadores cuidando de São Paulo, Portugal tem 230 deputados cuidando de Portugal. Fora estes 55 vereadores, nós temos 32 subprefeituras, que são simplesmente arranjos administrativos puros. Coletivamente, ele tem menos de 2% do orçamento do município. Vamos para Portugal. Abaixo dos 230 deputados de Portugal, com 10 milhões de pessoas, tem 2 818 freguesias. As freguesias são unidades políticas locais, onde você vota, onde você tem Conselhos, onde você discute os assuntos. Além disso, você tem municipalidades, conselhos de base regional, tentativas de aglomerações urbanas maiores. Mas vamos ficar só com os 2818. Isso quer dizer que qualquer pessoa que nasce e vive em Portugal está constantemente perto das suas instâncias democráticas, dos seus espaços para decidir fazer coisas. Não de opinar, mas de fazer coisas.

O que nós temos é nada mais, nada menos. São Conselhos Participativos na base local que podem opinar sobre coisas. E nós temos eles muito recentemente, mesmo considerando que a lei, a nossa carta constitucional do município de São Paulo já estabeleceu há muito tempo atrás a ideia do Conselho, mas tivemos que esperar até o ano passado para começar a ter alguma instância local. Então, obviamente, quando a gente fala sobre vulnerabilidade institucional, nós também temos que reconhecer que o nacional também se faz presente no local. E essa nossa estrutura local é extremamente complicada. E cada vez que você discute mais municípios, a resposta é, não, precisamos menos. Precisamos, de fato, muito mais do que nós temos. Mas eu deixo isso só como ponto de partida.

Então, vamos imaginar três municípios, um município com 100 mil habitantes, com escolas, unidades básicas de saúde, centros de referência e assistência social, delegacias incluindo a da mulher, ginásio, esporte, praças, mas cujo conjunto de relações políticas e as decisões que determinam quem cuida de qual aspecto da vida cotidiana, são totalmente dominados por um pequeno grupo de famílias, seus agregados e apadrinhados. Agora vamos para outro município idêntico em tamanho e unidades de serviço, sem famílias dominantes, mas sem nenhum cuidado. Cada um faz o que é para fazer. No final do dia, fecha a repartição e volta para casa. No primeiro, o acesso ao serviço e as questões do cotidiano dependem do beija mão. No segundo, a vida é uma peregrinação de lugar para lugar em busca de informação mal circulada. Estes municípios existem, e elementos destes municípios também existem em São Paulo.

Em um terceiro município, encontramos os mesmos equipamentos, a mesma população, mas uma população onde cada um conversa com o outro, onde as enfermeiras conversam com as professoras das escolas, que

discutem juntas questões de saúde ou educação, onde a polícia é simpática e bem vinda, brinca com as crianças e discute questões sociais com os jovens, onde a discussão sobre gasto público é aberta e os vereadores são figuras atentas às demandas e aos desafios de desenvolvimento.

Este município também existe. Durante 10 anos, no programa Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas, olhando inovações de governos locais encontramos mais de 8 mil exemplos de parte dessa possibilidade. E quando a gente perguntou para as pessoas por que se começou a fazer isso, a resposta foi *Porque se você precisa resolver problemas, tem que resolver junto, tem que conversar, tem que trazer todo mundo para conversar e tem que andar.*

Então, a que estou me referindo quando falo sobre vulnerabilidade institucional? Obviamente, também tem estes elementos mais amplos que estão presentes, não podemos deixá-los de lado, não podemos deixar de refletir sobre o processo de discussão da reforma urbana em São Paulo, da lei de zoneamento, que basicamente passa em algum lugar que ninguém fica sabendo e certamente não é discutido no nível de cada rua, cada bloco, cada bairro, mas está lá em algum lugar. Se você tem boa capacidade para usar a internet, você consegue segui-la, saber onde vai acontecer a reunião participativa no seu pedaço da cidade, e isso se você consegue entender os mapas, os diagramas, as diferentes possibilidades de zoneamento, e se você tem tempo para fazer isso, e se você pode até chegar lá em termos de mobilidade.

Obviamente temos que refletir sobre isso. Mas também temos que refletir sobre este outro aspecto que é a noção de conectividade. Porque, o que acontece no terceiro município que eu dei como exemplo? Tem exatamente as mesmas coisas, só que são conectadas. Porque são conectadas? Porque os diferentes profissionais, atores sociais envolvidos, veem os temas urbanos como sendo

interconectados. E conectividade não é rede social, e conectividade não é Facebook, e nós sabemos perfeitamente bem, como psicólogos, o que é conectividade. Esses e outros meios são apoios à conectividade, mas a conectividade de mais substantiva e menos intangível, se refere às relações duradouras que ampliam as possibilidades de ação. Ao conectar uma casa à rede de água, de esgoto, a rede de eletricidade, trazer alguém novo dentro de um círculo de amigos, ao ajudar trabalhadores públicos de áreas diferentes a discutir problemas comuns, junta-se partes. E, ao se juntar, amplia-se horizontes e coletividades. Conectar, juntar A com B, não somente amplia as possibilidades de ação, esticando redes por lugares novos, mas também adensa as possibilidades existentes. Nós estamos muito acostumados a ver pessoas dizendo, a prefeitura não chega a nós, não há serviços públicos na nossa parte da cidade.

Agora, eu gostaria de demonstrar qual é o problema. Vou falar dos mapas que nós fizemos no trabalho do Centro de Estudos, nosso programa de vulnerabilidade, na zona sul de São Paulo. O que nós precisávamos fazer é saber onde estava localizado o serviço. Obviamente nós temos informações georreferenciadas, e temos um computador. Agora, como levar um computador para uma reunião grande onde pessoas precisam olhar e apontar? Então começamos a fazer nossos mapas. Compramos o Guia da Cidade, cortamos as páginas, colamos num pedaço de papel grande, levamos na gráfica, fizemos cópias e a partir disso, com bolinhas de cor diferente, conseguimos mapear um pouco. Na imagem¹ aparece uma área mais ou menos elíptica que começa na parte superior e vem até embaixo. Esta área corresponde à subprefeitura de M Boi Mirim com 600 mil pessoas. Ela é maior do que a soma dos municí-

1 Nota do editor - Não foi possível incluir a imagem na publicação, mas considerou-se que isso não prejudica a compreensão do texto.

pios ao lado que inclui Embu Guaçu, Itapecerica da Serra, Embu e Taboão. Tem mais gente morando em M Boi do que tem nestes lugares. A sede da subprefeitura é assinada pelo cartãozinho amarelo. São mais ou menos 15, 20 quilômetros de extensão. As áreas verdes são áreas identificadas pelo IPT e a Prefeitura de São Paulo como áreas de risco, risco de alagamento, de deslizamento de terra. As áreas verdes, são pingadas em toda parte. O eixo central de M'Boi, obviamente, é a estrada que deu o nome, que é a Estrada M'Boi. M'Boi é a área na parte inferior do mapa.

Vou rapidamente passar algumas áreas de serviços públicos para reconhecerem que o problema é em parte, um problema de distribuição, mas o problema maior é com minha palavra conectividade. Quanto aos serviços de saúde, as UBS estão razoavelmente distribuídas territorialmente. Tem um pouco mais no norte do que tem no sul, em parte devido ao processo de urbanização. Começou no Jardim São Luiz e foi se ampliando. Em geral equipamentos da saúde estão próximos da população, e isso é muito importante.

Quanto às creches, também estão espalhadas por todo lugar. Grande parte são conveniadas com organizações sociais da região, muitas das quais originalmente vinculadas às igrejas. Isso porque não havia absolutamente nada na década de 70, e as mães que precisavam sair para trabalhar e também iam à igreja, e nada mais natural do que usar a igreja e o salão paroquial durante a semana para fazer as creches.

A Educação Fundamental I é um mix de escolas municipais e escolas particulares. Quanto à Educação Fundamental II aparece um novo ator, que são as escolas estaduais. Na Educação Fundamental II você tem escolas particulares, escolas municipais e escolas estaduais. Se o Estado não fala com o Município e o Município não fala com o Estado, a ideia de uma lógica integrada de educação desaparece. E se a educação não fala

com saúde, e saúde não fala com educação, a possibilidade de conectividade maciça simplesmente desaparece.

No que se refere à cultura, temos os antigos centros desportivos que a prefeitura entregou para a população local e para grupos locais. Na grande maioria dos casos acabaram sendo desviados para outras funções e fins, mas basicamente, em termos públicos, tem uma ou duas bibliotecas e tem os três CEUS. 600 mil pessoas e três lugares onde se pode achar um pouco de paz e calma para estudar para o vestibular. E provavelmente vai ser difícil no sábado e no domingo, porque no final de semana os ônibus não circulam para dentro deste espaço.

Os ônibus têm grande função na vida, que é catar todo mundo às 4 e meia, 5 horas da manhã nos terminais e mandar para o outro lado do rio. Aí cata todo mundo nos terminais às 4, 5, 6 da tarde e manda todo mundo de volta para este lado do rio. Primeira coisa que você aprende, nós estamos há um bom tempo nesta região, a importância mesmo simbólica do outro lado do rio. Porque o outro lado do rio é o outro lado. Todos os coordenadores em geral estão no outro lado do rio. O prefeito está no outro lado do rio. As universidades estão no outro lado do rio, os bombeiros estão no outro lado do rio. A delegacia da mulher está no outro lado do rio. Nós não estamos falando do fim do cafundó, nós estamos falando de alguma coisa por volta de um milhão de pessoas. Se analisarmos no mapa as feiras livres aprovadas pela prefeitura, vemos que não existem a partir da metade do mapa. Tem mecanismos de escoamento de produtos, mas todos nós sabemos o que é uma feira livre. Uma feira livre não é simplesmente o lugar onde você vai comprar, é lugar aonde você vai para ver pessoas, conversar com pessoas, ter notícias, ela é o aspecto cultural psicossocial vital, e não há.

Podemos ver também a distribuição dos Serviços

Sociais. Tem psicólogo que não acaba mais, estão todos lá, pedagogo, psicólogo, formados na região, fora da região, trabalhando nos serviços sociais conveniados. Tem 85 serviços conveniados, um CRAS e um CREAS. Os serviços saíram também das organizações de base e se reúnem para discutir questões e estavam basicamente muito bem vinculados. Agora existe uma tensão porque a única porta de entrada para o SUAS deve ser o CRAS e o CREAS, e não os serviços.

Então, o que você faz para a população? Você começa a invisibilizar tudo isso. Obviamente eu vou encontrar psicólogos. Eu vou encontrar psicólogos na educação, vou encontrar muito mais na saúde, eu vou encontrar muitos aqui trabalhando. Então a possibilidade de conectividade do cotidiano está muito presente para nós. O senso que a população tem é a ausência total do Estado. Parte da razão de fazer estes mapas é que eu posso sentar numa sala de aula, casa paroquial, num clube qualquer, numa reunião de moradores de garagem, pendurar na parede e todo mundo pode ir lá, ver onde mora, verificar se está certo, o que não está certo, e começa a problematizar. O problema não é a presença das organizações físicas do governo local. O que não tem é a presença interativa dessas organizações com as instituições públicas, com a responsabilidade coletiva de produzir cotidianamente a noção de público, esse é o problema. As conversas não acontecem. Pessoas não brigam para as conversas acontecerem, as conversas não acontecem.

O que nós estamos fazendo também com outros grupos trabalhando com educação e direitos humanos é fazer isso. Essa é a semana de direitos humanos do CEU Casablanca, e nós fomos lá com 100, 120 crianças, jovens do Ensino Fundamental II, fazer mapas. Retomar o espaço, retomar os lugares, sentar no chão com canetas e papel e dizer, aqui é o CEU, aqui é a minha escola, onde eu moro, como eu vou de onde eu moro para minha escola, o que

eu vejo no caminho, onde eu posso ir, onde eu não posso ir, quais são os lugares-chaves, onde está o posto de saúde, onde minha mãe tem que ir. Na zona sul nós temos o metrô que vai de Capão Redondo até Santo Amaro. É nosso. Ele vai até lá, e se conecta com o trem. Então agora você pode pegar o metrô, o trem, chegar no Shopping Morumbi. Já o Shopping Morumbi é um lugar real para essas crianças, jovens e adolescentes. Um pouco mais, você pega linha amarela. E se você não entende a lógica e você, por acaso, acaba no Terminal Pinheiros, no lugar errado do dia, você não vai entender o que está acontecendo. 500 mil pessoas estão mudando de uma parte da cidade para outra via linha amarela.

Eu volto a esta questão grande porque obviamente mobilidade urbana é problemática. Mas a mobilidade urbana não é tirar 250 mil pessoas de M'Boi Mirim e jogar no outro lado do rio. O problema é construir adensamento econômico local, lá mesmo, para pessoas poderem se conectar, fazer compras, criar seus próprios empreendimentos. Há muitas pessoas trabalhando, apoiando os grupos culturais, os conjuntos musicais que estão construindo suas formas de ganhar a vida. A reforma urbana é importante. Mas nas nossas mãos está a **forma** do urbano. O que vai ser? Um urbano invisível, desconectado, ou um urbano visível, conectado, em que podemos sentar no chão e desenhar nossos mapas de conectividade, de sentar com colegas de outras áreas de atuação social e discutir os mapas coletivos, o que nós estamos fazendo sobre essas áreas? Este é o desafio.

Cristian Ingulen Dunker

Psicanalista, professor titular do Instituto de Psicologia da USP no departamento de psicologia clínica. Livre docente em psicologia clínica, pós-doutorado em Manchester, na Manchester Metropolitan University em 2003. Analista membro da escola AME, o fórum do campo laciano.

Eu queria partir de uma data, que é o ano de 1963, ano em que se apresentou o projeto de reforma urbana em São Paulo. Um projeto que, vamos dizer assim, refletia uma experiência radical do Brasil do ponto de vista da reflexão sobre urbanismo. Vocês devem lembrar, a gente estava na esteira da experiência de Brasília, diante de uma geração de jovens e maduros àquela altura, arquitetos, com uma organização suficiente para pensar, para planejar o que seria a experiência pública de ocupação do espaço no Brasil, daquilo que seria, vamos dizer assim, os próximos 20 ou 30 anos. Esse projeto de 1963, enaltecido em diferentes instâncias fora do Brasil como um projeto avançadíssimo, um projeto que conseguia pensar uma hoje megalópole antes que ela se tornasse o que ela veio a se tornar.

Então a minha pergunta é porque esse ano, 63, e porque esse projeto até hoje não foi sequer considerado, sequer votado, sequer debatido amplamente, a maior parte das pessoas desconhece a sua existência. Falamos em reforma agrária, reforma política, reforma fiscal, são plataformas mais ou menos permanentes do debate po-

lítico. Mas essa reforma que é mais antiga, quiçá, ela é absolutamente invisível. A minha pergunta é porque isso aconteceu. E eu vou tentar entabular uma resposta a partir dos meus próprios, digamos assim, interesses, da minha própria investigação, que se cruzou de forma totalmente accidental com esse tipo de pergunta, investigação que eu tentei levar a cabo nesse livro chamado, **Mal Estar, Sofrimento e Sintoma**. No fundo, a pergunta do livro é uma pergunta sobre as condições e possibilidades para a emergência de sintomas. Sintomas constituídos, sintomas delineados como a gente tem, por exemplo, no DSM, sintomas codificados, depressão, ansiedade.

No contexto do laboratório do qual faço parte na USP, o Laboratório de teoria social, filosofia e psicanálise, pretendemos fazer uma espécie de arqueologia das formas e sintomas. A gente parte, pelo menos a maior parte, da saúde pública, institutos de saúde mental, da psicologia, da psicanálise, parte de sintomas constituídos. Daí há interesse em dar um passo atrás e perguntar quais são as condições para que a gente tenha um determinado sintoma e não outro. E essas condições então nos levaram a dois conceitos associáveis com o de sintoma. Um é de sofrimento e outro é de mal estar.

Essa ideia, que está lá no Freud, de 1929, **Mal estar na civilização**, remete diretamente, se vocês prestarem atenção, a uma certa relação com o espaço, estar num determinado lugar, pertencer a um determinado mundo. Nas primeiras páginas, Freud vai dizer que o nosso problema é que a gente está junto, nós pertencemos a uma experiência da qual nós não podemos sair. Cair é a palavra que ele usa. Que é a experiência de habitar o mesmo mundo. Mesmo que você morra, você vai ter um lugar ao qual será destinado, você vai ter um nome, você vai ter uma experiência, digamos assim, indelével, inapagável.

Bom, então em busca de uma nova diagnóstica, uma diagnóstica que não seja apenas uma aplicação de casos a regras, que seja a reconstrução de uma forma de vida, considerando forma de vida como uma espécie de articulação entre os sintomas, entre formas e sofrimento e principalmente formas de mal estar, que veio a ideia de estudar um sintoma, um sintoma constituído, que começou a ficar cada vez mais presente na minha clínica de 20 anos pra cá, de 25 anos pra cá, que é um quadro bastante raro, apesar de antigo, chamado psicastenia legendária, descrito por um psiquiatra chamado Roger Caillois. E a psicastenia legendária é um quadro, um sintoma secundário, vamos dizer assim, mas que exprime um mal estar com o lugar em que você está. Ou seja, a pessoa não se sente ali onde ela está. Ela pode ir, por exemplo, a uma festa, ela sabe que ela está ali, que o corpo dela está ali, está ocupando um certo espaço, mas ela sente subjetivamente que ela não está ali, que o lugar dela é outro. Eventualmente ela está em outro lugar, delírios de conexão com outros planetas, com outros espaços, ou seja, é uma perda, é um sintoma muito simples, mas absolutamente grave porque é a perda da capacidade de experimentar uma certa identidade, um caráter concêntrico entre o lugar em que você está e como você sente o lugar em que você está, como você subjetiva o lugar em que você está.

Partindo desse fenômeno empírico, de que esse tipo de problemática começa a ser cada vez mais presente nas narrativas de sofrimento, pessoas dizendo eu preciso sair. Mas sair pra onde? Não é aqui, é outro lugar, talvez Austrália, Irlanda, eu preciso migrar, eu preciso voltar para o lugar de onde meus ancestrais vieram, de onde eu vim e assim por diante. Quer dizer, o conjunto de modalidades de sofrimento, isso não é um sintoma propriamente dito, mas que diz respeito a que aqui, esse lugar em

que eu estou, não corresponde a onde eu deveria estar.

Bom, voltando a 1963, até aquele ponto o Brasil tinha uma espécie de autodiagnóstica de si. Era uma autodiagnóstica que estava muito baseada na oposição entre campo e cidade. Como a gente vai fazer para equalizar as demandas do campo e das cidades? Como é que nós vamos, por exemplo, ocupar o norte do Brasil, como nós vamos construir estradas, como nós vamos fazer circular os bens, como nós vamos implementar uma espécie de institucionalização que o Brasil sentia que devia realizar? Bom, esse diagnóstico tinha uma curiosa aproximação com a psicologia, na medida em que ele estava orientado por uma ideia que era consensual, que era a ideia de desenvolvimento. O Brasil é um país subdesenvolvido ou em vias de desenvolvimento, ele precisa alcançar o seu desenvolvimento e desenvolver-se, isso está lá na retórica antes de 63, é ocupar e ocupar bem, e ocupar as matas, e ocupar os lugares que, vamos dizer, estão ainda incivilizados ou não urbanizados ou não civilizados. Bom, esse grande debate entre o campo e a cidade e a retórica do desenvolvimento, não é à toa que nossas psicologias naquele momento são psicologias fortemente marcadas pela ideia de desenvolvimento, de psicologia do desenvolvimento, a retórica do progresso, a maturidade, a maturação, enfim, uma série de conceitos que flutuam, vamos dizer assim, ideologicamente de um campo para outro. Bom, mas em 64 a gente tem uma primeira hipótese para entender porque esse grande projeto de reforma urbana em São Paulo não foi adiante, que é essa mutação pela qual a gente passou, durou aí quase 20 anos, talvez mais de 20 anos, que foi o golpe militar. Então há uma sincronia, vamos dizer assim, imediata entre 63 um projeto, 64 um outro projeto, um projeto não institucional, não democrático, uma perturbação do nosso debate, que é atra-

vessada justamente, pela ideia de que seria preciso tomar as rédeas do país, impedir que ele caísse nas mãos vermelhas, que ele passasse a ser orientado por uma verdadeira marcha rumo ao progresso. A marcha rumo ao progresso começa por suspender o que a gente havia pensado em termos de planejamento futuro. Bom, essa suspensão, leva a uma curiosa atitude do Estado de se interessar por certas áreas naquela época chamadas, assim, de estratégicas. Então, por exemplo, física nuclear, fronteiras, uma série de coisas vão se tornar, assim, de importância e relevância nacional, enquanto outras tantas são entregues a uma espécie de Estado que a gente não pode dizer mais se é exatamente público ou privado. E por isso eu chamo isso, vamos dizer assim, de uma espécie de demissão do Estado. O Estado que devia então por em ação determinadas modalidades de planejamento, capacidade de pensar o futuro, suspende isso. O marco dessa suspensão a gente vai encontrar justamente nos anos 73 e 74. Eu vou analisar rapidamente um caso que é uma região na periferia de São Paulo, na região de Barueri, que estava destinada por esta reforma à ocupação, a ser uma reserva indígena. Havia então indígenas nos arredores de São Paulo, e aquela área então foi alocada como um lugar em que se poderia concentrar e albergar a população residual de indígenas que foram massacrados durante séculos, e ali permaneciam. Mas ao invés de ser destinada para este fim, esta área de alguns quilômetros foi cedida para um projeto absolutamente novo de incorporação imobiliária. Era o primeiro condomínio do Brasil, chamado Alphaville. O primeiro foi a Ilha do Sul em 72, 73, no começo, eles são mais ou menos contemporâneos, um é mais vertical, mas esse me parece dar a chave, vamos dizer assim, mais clara do que nós estamos falando. Esse condomínio passava para a mão dos seus sócios, a capacidade ou a possibilidade de

expedir habite-se. Habite-se é uma função do Estado, quer dizer, o Estado diz se você pode habitar essa casa ou esse prédio porque ele segue determinados padrões e não oferece riscos. Ele está transferindo algo que é da ordem jurídica do Estado para um grupo de pessoas. Analisando a propaganda que a gente tem desses primeiros condomínios, vai aparecer uma coisa muito interessante. Primeiro é que elas são propagandas importadas dos Estados Unidos. Os Estados Unidos estavam, vamos dizer assim, inventando essa modalidade de habitação, que são os condomínios em volta dos grandes centros, e que eram vendidos com um conceito muito interessante. Envolvia segurança, envolvia facilidades de acesso aos profissionais, aos serviços, mas principalmente nos Estados Unidos havia a promessa de constituir ou reconstituir uma comunidade multi racial, negros, brancos, latinos, algo daquilo que um dia foi um caldeirão de culturas e de raças, que ia ser reencontrado dessa forma, tal qual aparecia na retórica publicitária dos Estados Unidos. Eu não sei se é de 60, fim dos anos 60 ou início dos anos 70. Curiosamente, a gente compra essas propagandas, só que na hora de dizer, isso aqui vai ser um empreendimento multirracial, aparecia aquela bolinha negra que dizia, “pi, pula esta parte”. Quer dizer, não se aplica, nós inventamos um condomínio em que esse elemento não faz parte da jogada. Tereza Caldeira, que estudou esse processo minuciosamente, notou que os condomínios eram principalmente vendidos em torno da seguinte ideia: uma vez que você vem para o nosso condomínio, você não vai ter mais problemas com empregados domésticos. Sabe o antigo, aquele empregado que era parte da família, que estava há tanto tempo e que todo mundo mais ou menos gostava, e etc, ele começa a entrar em declínio nesse momento e ser substituído por pessoas que querem direitos trabalhistas,

por exemplo. Pessoas que querem mudar de casa onde trabalham se a casa do lado for pagar melhor, e assim por diante. Isso, para nossa classe média, virou um problema. Um problema ingovernável, um problema inadmissível. Daí a ideia do condomínio como alguém ou algo que vai resolver isso pra você. Como? Impessoalizando as relações com seus funcionários. Então eles vão vestir uniformes, eles vão entrar pela porta dos fundos, eles vão, vamos dizer assim, ser submetidos a um certo regime de invisibilidade, a partir do qual o melhor dos mundos possíveis vai ser, então, oferecido a você. O mundo onde você não vai ver esta diferença, vamos dizer assim, em termos de classe pensada a partir do trabalho, e onde você não vai ver uma outra diferença que aquele momento não era tão preocupante, mas que veio a se tornar central nessa experiência, que é a pobreza, a pobreza perigosa, a pobreza que pode, vamos dizer assim, atacar a classe média. Contra isso nós temos uma solução incrível, uma solução que vai vender a segurança, que vai ser antídoto contra a insegurança social que você está sentindo. Esse antídoto chama-se muros. Alphaville é um dos maiores muros do hemisfério sul, não sei se vocês sabiam, são quilômetros e quilômetros de muros. Do lado de lá dos muros, problema, barbárie, assalto, crime. Do lado de cá dos muros, uma civilização, vamos dizer assim, planejada. Tudo aquilo que o Estado não conseguiu fazer, a gente vai fazer por nossa conta. E ele entrega para nós, e a gente constrói aqui uma civilização em que de fato nós vamos voltar a ter um espaço público, em que de fato nós não vamos precisar cercas entre as casas, nós vamos ter, vamos dizer assim, liberdade construtiva. Tanto que os primeiros relatos são de que Alphaville era uma coisa arquitetonicamente ridícula, porque um cara construía uma mansarda russa, o outro fazia uma vila italiana, o outro fazia uma acrópole

grega, porque há falta total de senso urbanístico. A ideia de que você está vivendo junto com outros foi substituída pela ideia de que você constrói uma espécie de paraíso artificial à sua imagem e semelhança, de tal maneira que estamos cada um no seu próprio delírio arquitetônico, estético e urbanístico. Isso passa então a ser uma coqueluche, passa a ser um objeto de consumo extremamente cobijado pela classe média brasileira, que identifica com a vida em condomínio uma espécie de ideal de reconstrução, de resgate de uma vida que foi abandonada, que foi deixada para trás. Não é possível mais a gente viver junto em cidade, vamos viver numa espécie de pseudo cidade. Você tem a sua, o seu grupo tem a sua, o outro grupo tem a sua, e cada qual dentro dos seus muros constrói as suas próprias leis. Daí surge uma figura crucial para entender o Brasil da ditadura, e da pós ditadura principalmente, que é a figura do síndico. O síndico não como, vamos dizer assim, o handman, mas a figura estrutural do síndico, a figura que a gente pode melhor traduzir pelo gestor. Quem trabalha em saúde pública deve ter se encontrado com essa ideia do gestor. O gestor não entende nada de saúde, ele é um síndico que sabe operar com leis do Estado, ele sabe operar com repasses, sabe de onde vem a grana, para onde vai a grana, quais são os números que é preciso produzir, mas quanto à saúde, ela mesma como atividade fim, não entende nada. A mesma coisa para educação e a mesma coisa para urbanização. Vocês vão ver que esse fenômeno que eu estava estudando como uma forma de vida sintomática, nascida no Brasil dos anos 70, começa então a ser um grande ideal; no começo é um paraíso, mas depois, acompanhando os relatos das pessoas que se mudam para condomínios e o que acontece, vemos depois dos muros, síndicos, e depois dos síndicos, uma coisa chamada hipertrofia legislativa. Quem conhece condomínio

sabe quão fácil é criar uma nova regra, criar uma nova interdição, baixar um decreto, dizer que a partir de então neste horário, em condições X não pode acontecer, ou Y pode acontecer, ou tal pessoa não pode vir, ou tal experiência não pode acontecer, a mudança só na sexta feira. Estou dando exemplos de como o que era um paraíso no primeiro capítulo, no segundo se torna uma espécie de problema. Esse trabalho muito interessante da Maria Encarnação Sposito e Eda Maria Goes, Espaços Fechados e Cidades, parte de entrevistas com dezenas de pessoas que moram em condomínios e todas elas diziam uma coisa, estranha e intrigante para nós clínicos. Diziam assim, “eu me mudo para o condomínio e dentro do condomínio o que eu estou esperando, a vida urbana de novo, eu estou esperando a vida regulada, segura”. E o que começa a acontecer entre os vizinhos? Eles começam a se matar. Eles começam a se tratar com um nível de violência totalmente descabido, totalmente inesperado, principalmente porque, para alguém que está indo para uma experiência em que, enfim, vai estar entre iguais, e que os outros, aqueles que são diferentes, que são considerados perigosos, vão estar lá fora, cria uma forma de vida. E essa forma de vida vai ser muito mais organicamente feliz e politicamente interessante e subjetivamente rica. Mas não foi assim que aconteceu. Quer dizer, houve uma espécie de efeito rebote, efeito contrário, e a vida em condomínio começou então a, primeiro sintoma, ser repleta de regulamentos sentidos como cada vez mais controladores, cada vez mais proibitivos, cada vez mais impessoalizantes; e, ao final, a formação de verdadeiras epidemias, seja de consumo de entorpecentes, seja de violência entre vizinhos, seja depressão, seja ansiedade; os níveis de diagnóstico de doenças mentais subiam assustadoramente dentro dos condomínios, onde deveríamos esperar

exatamente o oposto. Eu estava estudando exatamente isso, quer dizer, como se geram sintomas e por que, sob determinadas condições, sintomas fazem a gente sofrer mais ou sofrer menos. Claro que há um conjunto de hipóteses para a gente entender isso. Claro, se você põe todo mundo entre iguais, vai ter que enfrentar esse fenômeno que Freud chamava de narcisismo das pequenas diferenças. Ou seja, está todo mundo igual, mas a pick up dele tem três faróis e a minha só tem dois e isso é uma afronta, ele obviamente está pondo três faróis para me intimidar porque eu vou ficar, então, menos que ele. Por isso eu ligo um som no máximo volume e passo na frente da casa dele para dizer que o meu som, que é igual ao dele, mas um pouquinho melhor é ainda mais ruidoso. Bom, isso termina mal sempre. Estou usando esse exemplo caricato para mostrar o que acontece quando a gente, incivilizadamente, suspende o regime que seria aquele próprio do espaço público. O que acontece num espaço público? Você é obrigado a trabalhar, negociar, perceber, interpretar diferenças. É um espaço baseado na diferença. O que acontece com a vida em forma de condomínio? Ele é um espaço baseado em igualdades, em identidades, não em diferenças. Daí que a diferença reapareça como um problema que tem que ser legislado, que tem que ser coagido, que tem que ser controlado. Uma das coisas mais ridículas sobre os nossos primeiros condomínios é o nome deles. Em 1965, em 63 projeto reforma urbana, 64 o golpe, 65 o filme do Goddard chamado Alphaville. É um filme que é uma distopia. É filmado em Paris, mas ele traz exatamente uma discussão sobre isso. Uma cidade perfeita, muros, tudo mais, e tem um custo para essa perfeição que é a interdição de todas as palavras que remetam a emoções, afetos ou sentimentos. E aí você tem uma civilização perfeita, mas sem afetos, emoções e sentimentos. E nesse

contexto chega um detetive que desafia o gênio do mal com a poesia do Borges e Pascal. E é uma batalha crítica que o Goddard coloca contra o que ele estava vendo. É fácil essa solução de erguer muros e criar uma vida artificial, uma vida só para nós, mas ela é aquela solução que é tão fácil quanto equivocada, tão fácil quanto errada. Bom, a partir disso, qual o nome que nós vamos dar para o nosso primeiro condomínio? Alphaville. Um sucesso mundial de bilheteria falando o que é uma vida distópica, uma vida sem afetos, uma vida com controle, vamos dizer assim, do que você pode falar e do que você pode sentir.

O que eu estou querendo apontar é que Alphaville é um empreendimento da nossa maior e melhor elite, onde deveriam estar depositadas as nossas melhores esperanças culturais de que forma de vida seria possível inventar para estar à altura do nosso espaço público. E nós vamos pegar o nome de um filme que pertence a uma antiga tradição de discussões sobre cidades, que aponta para o regime coordenado, orquestrado, de alienação social. Bom, os condomínios então se disseminam pelo Brasil afora, eles são importados para o interior do estado, se tornam uma coqueluche, uma maneira, vamos dizer assim, admirável de viver, e ao mesmo tempo eles se articulam enquanto gramática de vida com três outras demissões do Estado, três outros espaços em que o Estado faz exatamente isso que ele fez com os primeiros habitantes do Alphaville. Não conseguindo planejar e nem exercer a função de coordenar e de cuidar do espaço público, transfere isso para um negócio que é uma espécie de espaço público Disneylandia, feito de plástico. O condomínio era vendido como cheio de praças, avenidas em que você pode andar, e encontrar pessoas. O que aconteceu 20 anos depois? As praças e as ruas dos condomínios estão vazias, ninguém anda a pé no condomínio, nem no domingo.

O único lugar que realmente fez a função de espaço público foi o playground. O que acontece no playground: igualdade ou diferença? Diferença. Você tem as babás e as filhas, os filhos de classe média. Ali onde tem diferença, você tem espaço público. Ali onde você tem igualdade você tem um sentimento, uma interpretação de que aquele espaço público se tornou perigoso. Então estava dizendo que nesse espaço, depois dos anos 70, outras demissões começam a acontecer. A primeira delas, primeira não no sentido cronológico, mas a mais evidente, é que o Brasil perde o controle sobre as suas prisões. O Estado não consegue mais administrar esse negócio, sai do seu controle. Isso tem regras próprias, tem agentes internos que mandam, síndicos, isso exigiria tanto empenho do Estado, do Governo, que ele se demite. Então, hoje o Brasil é a quarta maior população carcerária do mundo. Não tem cabimento, considerado o tamanho do nosso Estado. Isso tem a ver com o que? Com uma certa lógica de funcionamento, de relação com o espaço público, lógica demissionária, que é o que vamos encontrar também de certa forma nas favelas que não têm muros como os condomínios e como as prisões, mas têm muros invisíveis, onde começa o asfalto, e onde também mais uma vez você tem essa destituição do Estado desde sua origem. Tem duas grandes hipóteses para a origem das favelas em morros. A primeira diz respeito aos soldados egressos da guerra do Paraguai, aos quais o Estado brasileiro prometeu um pedaço de terra. Chegaram aqui e não havia pedaço de terra.

O governo fechou os olhos deixando que ocupassem o morro. A segunda hipótese, as duas não são excluídas, diz que a campanha contra Canudos, na nossa aurora republicana, também prometeu para os combatentes no retorno ocupação de território, casas, e isso não aconteceu e o que aconteceu no lugar é o início das nossas favelas,

onde vamos encontrar processos semelhantes de autonomização, dissolução na relação entre o público e o privado.

E finalmente o último elemento estrutural dessa vida em forma de condomínio são os Shopping Centers, que foram produzidos, disseminados, vendidos pela mesma companhia que começou os nossos condomínios, ou várias delas. São espaços públicos ou privados? Qualquer um pode ir, mas estão aí os rolezinhos para dizer que não é bem assim, que existe um muro, existe uma espécie de código interno de segregação que exclui, que cria síndicos, que estabelece formas de vida, que produz rebaixamento da diferença. E podemos ver a homogeneidade de vestuário dentro do Shopping Center. Então, o que eu estou argumentando? Que de certa forma o Brasil virou um país em forma de condomínio, ou seja, esse não é um modo excepcional, essa é a regra.

É a regra como o Estado se relaciona com projetos de maior alcance, que tem a ver com a preservação, ocupação, consolidação do espaço público. Uma interpretação um pouco rápida, mas que me parece pertinente, é que se a gente for olhar as manifestações a partir de 2012, todas elas passam por uma reivindicação de circulação, redução da tarifa de ônibus, bikes, ocupa Salvador, ocupa São Paulo. O que esses movimentos de uma forma ou de outra estão dizendo? É preciso reinventar o espaço público, nós não queremos mais sonhar apenas em crescer e comprar, e ter uma vida dentro de um condomínio. Mesmo que essa percepção não seja direta, orquestrada, baseada numa plataforma dirigida, ela é bastante evidente, e bastante separadora entre o que a gente poderia chamar as camadas etárias mais velhas e as novas gerações. Novas gerações leem que o condomínio não é só uma forma de vida arcaica e ultrapassada. Ela é um problema que precisa ser superado, que precisa ser ven-

cido. Menos que um ideal, ela é um obstáculo. É o que temos visto no Brasil de um tempo para cá de diferentes maneiras. Algumas são ótimas, outras nem tanto, mas é uma reocupação, uma maneira de dizer que nós temos que voltar a viver em estado de diferença, em estado de circulação pública. Isso acusa o que eu chamo de uma mutação dos afetos da política. A política dos condomínios está baseada em dois afetos fundamentais. E quem domina o afeto dominante, domina a cena pública, ou é capaz de ocupar com maior facilidade o espaço público. E o Brasil em forma de condomínio tem dois afetos que são tão evidentemente colocados como centrais e dominantes que nem pensamos que isso pode ser uma contingência. O primeiro deles é o medo, medo de ser assaltado por exemplo. Isso seria efeito ou causa do condomínio?

Vamos lembrar que o condomínio começa em 73. Quer dizer, vem depois da interpretação de que o espaço social se tornou absolutamente impuro e perigoso. Porque? Porque você fecha o seu olhar para o outro, você põe trancas, e de repente o outro se torna perigoso, porque você deixou de olhar para ele, porque ele deixou de ter uma forma definida, ele deixou de poder ser reconhecido, ele foi segregado da sua lógica de reconhecimento.

Obviamente, ele vai voltar encarnando todos os perigos que você conseguir inventar dentro do seu condomínio. Por isso dentro do condomínio você está mais inseguro do ponto de vista subjetivo, explicando a emergência desse conjunto de sintomas que eu tinha mencionado. O segundo afeto fundamental, tanto da política quanto da nossa vida social, ligado à forma de vida que é o condomínio, é a inveja. Por quê? Porque o sujeito que conseguiu consumir para comprar um espaço murado para si, para criar, vamos dizer assim, uma vida particular, o que ele acha que os outros estão querendo? A mesma

coisa. Só que os outros não conseguiram, ele conseguiu. Portanto, há uma suposição de que os excluídos não estão só excluídos, mas eles estão nos invejando, que é o mesmo afeto que você vai ter horizontalmente dentro do condomínio no caso do narcisismo das pequenas diferenças. Ou seja, eu só posso estar numa relação com o outro baseado numa comparação invejosa. Isso explica o caráter bizarro dos nossos ricos aos olhos, por exemplo, de um francês, ou de um alemão ou de um inglês. Ou seja, é absolutamente cafona você exibir sinais aparentes de riqueza, você se mostrar a alguém rico propositalmente, seja pelo carro que você tem, pela roupa que você usa, é um negócio de mau gosto. É uma coisa que para um francês ou um inglês é um negócio de alguém que está um pouco fora da casinha. A não ser que seja a rainha da Inglaterra. Mas ela não está se exibindo, ela está se vestindo como se veste a rainha da Inglaterra. Mas, e os nossos ricos? Eles precisam obscenamente de espetáculos mais ou menos periódicos de exibição, de desperdício, de ostentação. Porque com eles é assim? Porque eles nasceram mais bobos que os outros? Não, tem a ver com esta forma de estar no espaço, com essa forma de ocupar os condomínios onde imperam o medo, ou a inveja. Essa é uma gramática tácita do encontro social com o outro que vai terminar mal, obviamente. Então estou dizendo que há uma mutação na nossa confiança na vida em forma de condomínio, assim como há uma mutação nos nossos afetos políticos não fundamentais. Tem gente dizendo que acabou essa fase da inveja e do medo. Agora é o que? É ódio, é todos contra todos e quem tiver mais bala na agulha vai levar, porque acabou essa coisa de muro protetor. Acabou o muro e então apareceram as máscaras perigosas. Podemos especular quais seriam os outros afetos, mas o que a gente está vendo é uma transformação.

DEBATE

Joari: Talvez nossa categoria, como um todo, não tenha grande domínio dos aspectos constitucionais do direito à propriedade e da função da terra, da obrigação do cumprimento da reforma agrária, da reforma urbana, todos os artifícios, todos os dispositivos previstos para o estatuto da cidade, a discussão sobre o plano diretor da cidade, plano que dirige o desenvolvimento da cidade para o futuro. São Paulo tem discutido isso, todos os municípios têm obrigação de fazer isso para cumprir a sua tarefa como uma forma de organizar a convivência no espaço. Tudo isso deveria levar em consideração que a cidade é feita para as pessoas, e não as pessoas feitas para as cidades, feitas para os lugares. Em algum momento, nós viramos insumos da cidade e deixamos de ser os protagonistas, ou seja, sermos os sujeitos das cidades, de poder ocupar os espaços, passando a ser ameaças ou passando a ser sujeitos que vão sendo espalhados para a periferia, vão sendo afastados da visibilidade, vão tendo de viver de maneiras aviltantes em alguns casos e a nossa intitulada elite não é exemplo de civilização e de civilismo para quase nada. Esta elite é aquela que reproduz essa invisibilidade, e muitas vezes nem quer participar dessas discussões do espaço. Então, nós não temos o domínio, mas será que teremos que ter o domínio como se fosse algo propedêutico, obrigatório para conseguir interferir nos lugares onde nós estamos? Nós convivemos com vários colegas que trabalham no CRAS, na UBS e se deparam com pessoas que não tem onde morar. Mas o problema é a etiologia, é a medi-

cação, não é o fato de ela não ter onde morar dignamente. É quando paramos para pensar sobre isso estamos pensando na reforma urbana no dia a dia. Aspectos, efeitos e causas dessa tal reforma urbana, que é uma terminologia quase enigmática para a maior parte da população e não só psicólogas e psicólogos, mas nós temos sim muito que dizer. E se nós não dissermos, e se muitos outros não disserem, reformas urbanas, planos diretores, estatutos de cidades e os artigos da Constituição colocados não contemplam essas falas. As pessoas podem não entender exatamente o que falamos, mas nós podemos contribuir para despertar questões que podem estar esquecidas, abandonadas no dia a dia para conseguir continuar neste Brasil entre muros, como disse o professor Cristian e entre muros não só quem está dentro, mas quem está fora, porque muitas vezes quem está, em tese, fora do tal do condomínio, ou pensa “condomínialmente”, ou sente “condomínialmente”, ou quer estar dentro do condomínio ou quer trazer o condomínio para onde está, sem poder pensar outras formas. Queria colocar estas questões para lembrar que a nossa contribuição como psicólogas e psicólogos também está presente. Pode não estar presente de maneira tão visível, mas podemos sim estar fazendo isso.

William: Sou sociólogo e eu queria fazer uma questão para o Danker. Há pouco tempo eu conheci o seu trabalho e essa discussão sobre a segregação, e eu queria saber se você conseguiu identificar um atravessamento de questões eugenistas em relação à construção dessa auto segregação, porque na sociologia há uma outra discussão sobre o surgimento das favelas, que é decorrência justamente do Estado não ter resolvido a questão da escravidão, então você tem uma população negra que vai para as favelas. E o Lúcio Kovarick vai fazer uma discussão que

é exatamente nos anos 70, com o processo de migração, por exemplo, de baianos e baianas, essa população sofre uma espoliação urbana, que é uma exploração do Estado sobre o trabalho delas, que condizia com uma ausência de política de habitação, o que levou essas pessoas a ir para as favelas, fazer os puxadinhos e construírem as casas com seu próprio financiamento. E há uma discussão na sociologia e também no senso comum de que o Brasil tem segregação racial. Você está fazendo um estudo sobre a elite, as manifestações da realidade psíquica da elite, e eu queria pensar se não há um atravessamento também de uma auto segregação racial, tendo uma concepção de uma relação racializada, vendo o outro como um perigo e um perigo racial. Porque você falou das manifestações e exatamente nesse ano a gente está vendo também manifestações cujo caráter racista é muito forte. Não se aceita qualquer pessoa nos atos. **E aí eu queria saber se, do um ponto de vista das relações raciais no Brasil, não há uma concepção de superioridade racial junto com tudo isso que você colocou.**

Mário Alves: Sou psicólogo e trabalho na Secretaria de Cultura da cidade de Itapevi e vim desde casa pensando uma questão sobre os movimentos sociais. Os movimentos sociais têm um papel importante, que é o papel do enfrentamento. Não só os movimentos sociais, mas os coletivos instaurados nas periferias, coletivos que trabalham com arte, cultura, que trabalham também com sarau na periferia. Esse é uma pergunta, na verdade, para o Cristian, mas eu gostaria de estender também ao Peter. No Capão Redondo tem muitos movimentos sociais, coletivos de arte que trazem uma resignificação para o espaço urbano, mostrando que o espaço urbano pode ser utilizado de uma outra forma, não é só questão da violên-

cia na periferia. E tem um paradoxo na verdade dentro disso, porque antes as pessoas saíam da periferia para ir para os espaços centrais para poder ter arte e cultura. Hoje, a periferia está sendo uma grande válvula propulsora de arte, cultura, de movimentos sociais. No entanto eu fico imaginando se isso talvez não seja uma forma perversa de estratificação da sociedade. Quer dizer, o cara que está na periferia faz a arte da periferia, o cara que vem do centro vai para a periferia, assiste o que tem na periferia, só que o cara da periferia não pode ir para o centro porque às vezes tem que pagar o ingresso. Tem coisas baratas, mas mesmo assim não é todo mundo que tem condição de sair.

Quanto ao enfrentamento a psicologia tem três grandes áreas de atuação: ela dá nome aos fenômenos psíquicos, ela possibilita a participação do psicólogo participar e fazer um discurso de enfrentamento. E a terceira é o campo do cuidado humano. Penso que dentro dessa questão urbana temos essas três grandes áreas de atuação da psicologia. Gostaria de saber se tem mais alguma opção de trabalho, mais alguma opção de enfrentamento para nós, psicólogos.

Cristian: Vou tentar fazer um sumário nas colocações. Em relação às quotas de solidariedade que é um conceito bem interessante, acho que antes ou junto com isso nós precisaríamos atacar um problema que é o problema dos síndicos informais nos bairros de São Paulo. Os bairros de São Paulo hoje têm dono. Se você quiser construir, locar, fazer qualquer coisa, tem o dono dos bairros de São Paulo. E são donos que aplicam discricionariamente as leis. Então você vai ter um fiscal, o fiscal vai de fato fazer a sua função, mas quanto vai custar para ele não fazer a sua função? E porque isso acontece? Porque desde 63 o Estado propiciou, induziu essa situação de

anomalia administrada. Tem que acabar com os síndicos. Não é tão difícil assim. Isso é um pacto que achamos tão natural, tão transparente, que ninguém toca nesse assunto. Os bairros de São Paulo têm dono e isso tem que acabar. Isso é corrupção dia após dia, nunca tematizada, nunca abordada, sem ninguém denunciar. Isso afeta a vida das pessoas comuns, as que vão construir um puxadinho, uma laje em casa. Então fazemos considerações sobre grandes reformas, quando existem coisas básicas que estão paradas desde 63, e precisam acontecer já. Segundo ponto, concordo com o William, que há uma associação no Brasil entre o dispositivo de racialidade e o dispositivo de segregação espacial e principalmente de segregação dos bens simbólicos. Acesso à educação, saúde, justiça, cultura são invisivelmente objeto de uma segregação quase que calculada. Esse é um tema interessante para a psicanálise, na medida em que Lacan tem uma tese de que a segregação diz respeito ao real. Ou seja, o que é o impensável de uma determinada situação pode aparecer como angústia, pode aparecer como aquilo que não tem nome, pode aparecer no corpo, mas uma das formas sociais de que isso se dê no real é justamente a segregação, em que você tem um segregado, você tem uma história, você tem um universo que não pode ser pensado. No caso, é o nosso atraso no ajuste de contas com a escravidão, que é curiosamente sincrônico ao atraso com o ajuste de contas com a ditadura. O Brasil foi o último país da América Latina a constituir uma comissão da verdade ou equivalente, isso é ridículo. Nossas instituições não são tão arcaicas assim, ou seja, isso está dentro do nosso escopo de “decidibilidade” política, está dentro do nosso escopo de sonhar e transformar a situação em que vivemos. Mas eu diria também que o ponto de cruzamento entre essa segregação espacial e a segregação racial reme-

te a um tipo específico de preconceito racial, e que envolve uma certa hipótese sobre o gozo do outro. Ou seja, no fundo o negro vai ser segregado porque ele está roubando um pedacinho da minha satisfação. Ele está exilando um pedacinho que me pertence. Por quê? Porque eu não consigo ler nos signos da negritude o mesmo tipo de relação de propriedade que eu consigo ler quando eu estou falando de brancos ou de outras etnias. Não sei se você concorda, mas tem uma suposição arraigada que se transporta para o interior do condomínio. E ela justifica, de certa maneira, se auto justifica na ereção de muros e no isolamento do jovem negro de periferia perigoso. Porque ele é perigoso? Porque ele é portador de um insuportável que eu não consigo pensar, que é esse fragmento de gozo que ele vai tirar de mim, que ele vai roubar de mim. No fundo o que acontece é exatamente o contrário. Porque eu acho isso? Porque eu sei que no fundo quem roubou um pedaço do gozo dos que ficaram excluídos fui eu, é o retorno projetivo do que a elite branca praticou durante séculos. É por isso que ela vai fantasmear, é por isso que ela vai ter como inimigo imaginário alguém desse tipo. Não precisa ser Freud nem Lacan para intuir a obviedade disso. Respondendo ao Mário, quanto aos movimentos sociais coletivos e às três formas de prática da psicologia: dar nome, cuidado e enfrentamento eu acrescentaria uma outra, que é a prática de dar lugar. Dar lugar às vezes é nomear, às vezes é cuidar, às vezes é enfrentar, mas nós psicólogos, vamos dizer assim, temos como prerrogativa dar lugar. E eu vou contar a experiência da Emília², que é a seguinte. Em Porto Alegre ela tinha o seguinte problema, uma população que vivia numa praça não podia ser atendida pela saúde pública porque, para você ter acesso a um SUS, você

2 Emília Estivalet Broide psicóloga, psicanalista, mestre em Saúde Pública, doutoranda em Psicologia Social na PUCSP.

tem que ter uma residência, você tem que morar num lugar. E os caras moravam numa praça. Então ela entra em contato com essa população e diz, “olha, nós vamos ter que organizar algumas coisas aqui, talvez recolher alguns nomes, tirar alguns documentos, para que vocês possam ter uma residência, ter um endereço, para que vocês possam usufruir do sistema de saúde”. Mas isso não deu certo. Por quê? Porque os habitantes daquela praça não respeitavam aquele sujeito. Aquele sujeito aparecia como um alienígena, como alguém que deve estar interessado em alguma coisa, alguém está pagando para nos tirar da praça. Até o dia em que a Emília tem a seguinte ideia: para que a gente consiga iniciar esse processo de transformação, esse sujeito, essa liderança local precisa ter um lugar. Só que, como os outros, não morava em lugar nenhum, ou morava no lugar de todos, que é a praça. O que ela faz? Ela pega um papel, manda imprimir um crachá com o nome do tipo fiscal fiduciário dos lugares das pessoas sem lugar, e entrega para ele como documento, dá pra ele um lugar, um lugar ficcional. A partir desse crachá ele consegue fazer valer a sua palavra diante dos outros e consegue incluir os outros em relação aos quais ele tinha algum tipo de contato ou de influência. Então essa é uma prática que a gente esquece, que é prerrogativa nossa que trabalhamos com a palavra, e a palavra cria lugar, ela inventa lugar. O lugar não é só uma possessão territorial fixa. Ele pode ser um crachá, ele pode ser um nome, ele pode ser um ato de reconhecimento. Frequentemente a gente menospreza isso. Concluindo, concordo com o Felipe e penso que os muros não são uma invenção da elite e muito menos estão impregnados na brasilidade, no nosso momento, vamos dizer assim, na nossa forma de praticar e de pensar os laços de reconhecimento e de ocupação do espaço público. Tudo bem, tem uma retórica da insegurança que parece,

assim, indiscutível, porque quem é que vai discutir com medo? Quem é que vai discutir com a política hobbesiana, quem é que vai discutir com ameaça de vida? São sempre, assim, formulações que calam a boca do outro, porque são pontos limites da conversa. É aquilo que você não põe em risco. Amar é não por em risco, amar é oferecer segurança. Antes disso, bem antes de mais muros e também junto com os buracos que a gente pode criar nos muros, de novo, a gente tem coisas mais simples: unificação das polícias. Um país obcecado com a segurança é incapaz de fazer esse gesto consensual, sabido há décadas. Polícia militar, polícia civil, é invenção de ditadura militar. Mas nós estamos discutindo muros, porque o jovem de periferia é violento, porque a polícia é uma polícia violenta. Porque medidas, assim, triviais, não são realizadas? Esse é o meu ponto na conversa com vocês hoje, a gente não precisa de políticas de outro mundo, basta políticas desse mundo. Porque nossa política nunca desenvolveu qualquer plano de formação que tornasse ela próxima, parecida com algo como uma polícia comunitária? Uma vez, num debate para candidatos à presidência da república, me perguntaram, “não, mas o que a psicanálise pode fazer com relação à segurança pública?” Pode fazer o seguinte, nossa polícia precisa aprender a falar palavras. Isso pode ser feito. Policiais não são animais, policiais não tem um DNA nocivo, quiçá radioativo, intransformável. Nossa polícia precisa aprender a falar. Falar nas escolas, falar com as pessoas, negociar conflitos, fazer mediação, falar antes de qualquer coisa. Isso não é impossível. Isso é o antídoto para muros. Os muros são consoantes com uma polícia que não pergunta, que não fala, uma polícia que está às voltas com a reprodução do pacto segregacionista.

Peter: Eu também concordo sobre a importância da dimensão de regulamentação fundiária e é algo sobre o que nós psicólogos precisamos aprender mais. Uma das coisas bacanas de ficar em um lugar só trabalhando, como nós estamos, é começar a cruzar com pessoas que você normalmente não cruza, no nosso caso é a Defensoria Pública descentralizada que fica em Santo Amaro. A questão transversal em muitos dos processos que eles têm de violência doméstica, problema de separação, etc, passa pela problemática da não regulação fundiária. A grande maioria de pessoas nesta grande parte periférica de São Paulo tem no máximo um pedaço de papel de compra e venda. Quando você leva isso para um juiz, ele diz que isso não é um certificado de propriedade, isso não vale absolutamente nada, então não tem como dividir isso entre casais que se separam. A defensoria começa a trabalhar na inevitabilidade de buscar meios não judiciais para lidar com os conflitos que estão presentes. É tremendamente importante começar a andar nessa direção. Segundo ponto que eu queria pegar, o de que eu mais gosto, e essa capacidade de se reinventar socialmente com novas expressões. Eu adoro a expressão coletivo, acho maravilhoso, cheio de poder, porque não é como movimento social. Se você não conta pelo menos com 100 participantes, você não é reconhecido como um movimento social, mas você pode ser um coletivo. E dá uma legitimidade tremendamente importante. Isso acabou transformando a política cultural, porque as pessoas sabem, a política cultural tem que pipocar, ela tem que sair em pedacinhos porque os coletivos não podem parar, eles não sabem prestar contas, não estão interessados em prestar contas. Então, tem muita coisa mudando no financiamento cultural por causa dessa tomada do poder do coletivo, acho que isso é maravilhoso. E finalmente, quanto aos muros, uma coisa

para refletirmos é o seguinte: o que você esconde quando você coloca o muro? Você esconde seu jardim. Não seu jardim grande, pode ser simplesmente aqueles potes de flores que estão na frente da sua casa. Quando a escola fecha o muro, ela fecha o verde que está em volta da escola. Você não vê os espaços verdes, você não vê as árvores, você não escuta as crianças brincando. Quando os parques fecham, e só tem uma pequena entradinha, você fecha o verde. Agora, quando a gente anda neste mundo grande, a gente passa por lugares onde é o contrário, onde é seu dever ter um jardim bonito na frente para que pessoas possam curtir quando passam na rua. E param e dizer, olha só, dama da noite, como é bonita, olha o que é isso, que flor é essa, que broto é esse. Dependurar coisas nas janelas para ficar bonito para essas pessoas que passam e dizem: que bonito que é esse prédio, que é esse lugar. Então, o muro faz outra coisa, não é simplesmente um muro. Ele esconde não a casa, que você sabe que a casa está lá. Ele esconde tudo isso que em muitas culturas todo mundo entende como sendo parte de produzir uma coletividade verde. Então São Paulo é muito mais verde do que a gente imagina só que é tudo fechado. Seja nas áreas residenciais grandes, pequenas, nas escolas. Esta ideia de decorar para a coletividade é algo que precisamos começar a aprofundar, porque não é difícil. Simplesmente você começa. Você pendurou alguma coisa bonita fora da sua casa hoje? Você cuidou daquela arvorezinha que está na rua? Pronto, você já começa uma revolução colorida que talvez seja necessária para os coletivos também.

**7. PSICOLOGIA E
DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA:
Impactos na construção da subjetividade**

Rafael Vilela

Fotógrafo e membro fundador do Mídia NINJA Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Integrante do Fora do Eixo, é um dos articuladores na criação de rede internacional de fotojornalismo. A sua série de retratos “Cabeças de Pipa” foi premiada em 4 categorias no concurso Prix de La Photographie Paris Px3 (2011). Documentou a crise dos Guarani Kaiowá no centrooeste, a operação de desocupação de Pinheirinho (2012). Fotografou as manifestações de Junho em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (2013). Foi o enviado especial do NINJA ao Egito para cobrir a deposição do presidente Mohamed Morsi.

É super legal estar aqui para falar com a galera da psicologia que é um público com o qual não dialogamos tanto, de forma tão específica, apesar do tema da democratização da mídia ser um tema que afeta qualquer camada da sociedade brasileira. Faço parte da Mídia Ninja, que é uma rede de comunicação independente que está espalhada pelo Brasil todo e que se forma a partir da conexão de pequenos coletivos do norte até o sul, com ímpeto muito grande de conseguir transpor um pouco o debate sobre a democratização da mídia, e fazer alguma coisa prática em relação a isso.

Eu acho que agente vem de um acúmulo nos últimos 20, 30 anos, do debate sobre o próprio processo democrático no Brasil, da concentração dos veículos brasileiros em

relação à propriedade da produção e difusão da comunicação e da informação, e pouco se fez na prática em relação a isso. Nesses últimos 15 anos de governo progressista, não fizemos praticamente nada em relação à comunicação, e nos últimos 30 anos de debate também se avançou pouco na prática. Criamos instâncias de debates importantíssimas como o Inter Vozes que é um movimento que surge desse debate, que tem o centro de mídia independente, formação direta mais efetiva. Mas ficamos um pouco parados no tempo. Se a gente for ver o que o Movimento dos Trabalhadores sem Terra fez nos últimos 30 anos, a gente não tem nenhum paralelo em relação a esse movimento, ou dos sem mídia. E a concentração fundiária no Brasil talvez seja menos concentrada do que a concentração midiática. No Brasil temos 6 ou 7 famílias que controlam praticamente todos os rádios, TVs, jornais e revistas por meio dos quais absorvemos informação. Ao longo dos últimos anos tivemos pouco movimento que conseguiu ocupar esse espaço, e disputar uma política pública de comunicação, e disputar uma ação direta de comunicação.

A eclosão dos protestos de junho trouxe um nível novo de consciência do povo brasileiro, em relação à mídia. Penso que isso foi uma coisa, talvez inédita, capaz de afetar um número grande de pessoas. Ao irem para as ruas em 2013, em grandes marchas, verem o que está acontecendo lá, voltarem para casa, e a TV não falar absolutamente nada sobre o que estava acontecendo na rua, um número muito grande de pessoas passou a buscar informações, provocando um fluxo mais intenso de comunicação a partir dos veículos alternativos.

Ali estava a Mídia Ninja, ali estavam várias outras revistas e veículos que estavam se consolidando nos últimos anos, mas estavam acima de tudo, produzindo uma nova lógica de produção de conteúdo ci-

dadão, a lógica do cidadão multimídia, que temos tentado fortalecer nos últimos anos, que é a capacidade e o direito de cada cidadão, de produzir e difundir informação. O direito à comunicação é previsto na constituição. E por isso talvez, seja mais grave ainda a ausência de políticas públicas nesse sentido nos últimos 15 anos.

Então, em 2013, as pessoas começaram a criar esse grau de consciência mais elevado em relação ao que significa mídia, os interesses da mídia, e isso fez com que explodisse a lógica da comunicação independente no Brasil. Ela já estava acontecendo, os coletivos já vinham trabalhando há muitos anos, mas naquele momento a própria questão da comunicação virou uma pauta dos protestos. A polícia militar e a Globo viraram temas nas ruas em 2013 e não foi à toa. São pautas metalinguísticas ao direito do protesto. As pessoas precisam ter a comunicação livre para poder fazer com que a mensagem nas ruas chegue às pessoas, e elas precisam ter as ruas livres da polícia militar para poder caminhar e protestar. Então, são temas que dizem exatamente sobre o direito ao protesto, o direito à liberdade de expressão, o direito a informar, o direito a avançar no processo democrático. Não é assim que essas instituições entendem o que está acontecendo. A polícia militar entende os manifestantes como inimigos, são soldados que entendem as pessoas na rua como inimigos do Estado, e a Globo ou qualquer outra grande emissora, ou grupo de comunicação, entende que qualquer tipo de diversificação ou de pluralidade nas fontes, e na produção e distribuição de conteúdo, também é um problema, é um concorrente na lógica da informação enquanto uma mercadoria, enquanto um negócio.

Esse é um pouco do panorama que a gente tem, e de lá para cá muita coisa avançou, e eu tenho bastante dúvida em relação a que tipo de debate vocês têm no campo

da psicologia. Para mim é muito mais legal vir aqui hoje, apresentar um pouco nosso trabalho e escutar o que vocês pensam sobre isso, entendendo as infinitas conexões que podem ter no campo da psicologia com a comunicação.

Temos travado uma batalha dura nos últimos anos por dar visibilidade a temas e personagens que são historicamente invisíveis no Brasil. Hoje estamos tendo mais uma temporada do massacre dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul e isso não vira capa de nenhum jornal, de nenhuma revista. Até que tenha uma coisa muito grave ou muito absurda isso não vira notícia, isso não vira conscientização, isso não vira politização da sociedade brasileira. Temos trabalhado muito no sentido de fortalecer as redes de comunicação a partir de pequenos coletivos, entendendo que a nossa ação direta, a nossa capacidade de dar visibilidade para temas só vai servir se a médio prazo isso consiga virar política pública. Porque a gente entende que nosso poder de ação enquanto mídia livre, enquanto mídias independentes é muito limitado perto do que uma grande corporação de mídia faz. A Rede Globo continua dando boa noite Brasil para 60 milhões de brasileiros. E a gente está ocupando espaço, está indo para as redes sociais, mas é insuficiente, vai ser sempre insuficiente se não tiver uma ação efetiva do Estado dividindo as verbas publicitárias para a comunicação, criando políticas públicas de sustento e de financiamento das mídias independentes.

Eu queria falar um pouco da história da Mídia Ninja. A gente nasce em 2005 na verdade não como Mídia Ninja, mas como Fora do Eixo que é uma rede de coletivos de produção cultural, que começa a trabalhar com festivais independentes pelo Brasil todo. Ao trabalhar com festivais independentes a gente passa a consolidar uma rede muito forte de produtores culturais e que tinham de forma nativa comunicadores nas suas equipes, por-

que para você fazer cultura independente você precisa ter comunicação independente. A grande mídia e o grande lobby da cultura brasileira estão diretamente ligados. A mesma lógica que fala que cinco artistas são os artistas do ano é a que fala que notícia que você tem que ver ou não.

Então, quando a gente estabelece esse coletivo de produção cultural independente em 2005, entendemos que tínhamos que fazer comunicação e comunicar o novo artista do Pará ou a turnê de 10 cidades que uma banda do Rio Grande do Sul fazia. Esse era o papel também dos nossos coletivos de produção cultural porque ninguém mais ia fazer isso. Então fomos estruturando essa rede de pequenos coletivos, fazendo produção cultural em que circulavam bandas, mas que tiveram que necessariamente desenvolver também pequenas equipes de comunicação, que de 2005 até 2013, quando a gente lança a Mídia Ninja, praticavam comunicação nas redes sociais, fazendo design, fazendo fotografia em tempo real, fazendo *streaming* que é a transmissão ao vivo, de uma maneira desmonetarizada. Então a gente nasce em 2005, a partir da crise da indústria fonográfica, ascensão do *napster*³, das redes sociais do Brasil, e de uma lógica que é o *pear to pear*, que é essa troca de um indivíduo diretamente com o outro, sem um intermediário. Ela fez com que a gente tivesse que desenvolver um circuito cultural alternativo de médio calão, que não são os grandes artistas, e não é o cara que toca cover no bar, mas são pequenos e médios artistas que se estruturam. Daí surgiu Emicida, Gabi Amarantos, Crioulo e vários outros que hoje estão se estruturando como grandes artistas. Surge dessa lógica uma produção cultural de médio porte, e que a gente estruturou a partir de uma comunicação, e que lidou com uma crise da indústria fonográfica, que é muito parecida com a crise que a gen-

³ Serviço de música por assinatura.

te foi trombar em 2011, que é a crise da indústria jornalística. São crises muito parecidas porque são crises de intermediários. Você tira as grandes corporações de mídia, e começa a colocar uma comunicação, ou uma produção de música, o download no caso da música, de ponta a ponta sem passar, necessariamente, por esses grandes intermediários que normalmente ficam com o lucro todo do processo.

Em 2013, a gente lança a Mídia Ninja que é uma sigla para narrativas independentes, jornalismo e ação. No Fora do Eixo existem os coletivos ou uma casa de cultura independente. Cada coletivo tem uma sede onde a gente mora e trabalha junto, e é o nosso núcleo de produção mais orgânico, tanto para produção cultural, ativismo, quanto para comunicação independente. Entendemos que a nossa grande tecnologia social é morar junto, é reduzir os custos e morar em prol de uma causa em que a gente acredita. Nessas casas, temos caixas coletivos, ninguém tem salário, temos um caixa único de onde a gente tira todas as nossas necessidades individuais e coletivas e essa organização da produção.

No começo da estruturação da Mídia Ninja, tivemos quatro ações que merecem ser lembradas: na crise guarani kaiowá. Isso aqui é um pouquinho do começo da estruturação, não sei se dá para ver bem aí,⁴ mas são quatro historinhas assim, que a gente fez antes da Mídia Ninja ser fundada. Na direita embaixo a crise guarani kaiowá de 2012, quando um número até hoje não descoberto de brasileiros trocou o número do Facebook para guarani kaiowá, teve uma comoção nacional, talvez inédita em relação à causa indígena, e isso despertou na gente a vontade, o desejo de ir lá no guarani kaiowá, dialogar diretamente com aquilo e trazer a mensagem deles diretamente para as redes sociais. Estavam lá o Estadão, a

⁴ Nota do Editor – não foi possível incluir a imagem na publicação, mas considerou-se que isso não prejudica a compreensão do texto.

Folha, mas nenhum outro veículo independente naquele momento. A cracolândia em 2012, também teve uma crise muito forte, com a proposta de higienização do centro de São Paulo, a proibição dos bailes funk, com as UPP's subindo no Rio; e a vitória do Corinthians, em que fomos cobrir os corintianos, eles mesmos, não aquela imagem pasteurizada da televisão, mas a rua, os personagens, o pobre paulistano da periferia na vitória do Corinthians.

Partimos de um contexto em que toda produção de jornalismo, está ligada à lógica fordista de produção, em que cada um dentro da redação tem uma função específica, que não dialoga com a do próximo, e faz com que o processo seja extremamente alienante e, mais do que isso, faz com que cada parte do processo não tenha a dimensão do todo, não consiga entender que, no final das contas, comunicação é política, é sempre um posicionamento, independente se você está no Estadão, na Folha, se você está na Caros Amigos ou na Carta Capital. A comunicação sempre tem um viés político, sempre tem um posicionamento embutido.

Penso que esse é um tema que vocês dominam bastante no campo da subjetividade, mas a gente, dentro da comunicação, luta muito enquanto mídia independente, para travar o debate em relação à não existência da imparcialidade. A gente não acredita que exista qualquer coisa parecida com a imparcialidade, porque todo mundo vem de um acúmulo anterior em relação a qualquer tema, e a qualquer debate, e está necessariamente imbuído desses valores para falar qualquer coisa. E a imprensa tenta vender até hoje essa ideia fria de imparcialidade em que os veículos estão só falando a verdade dos fatos, dos dois lados, e isso não influencia em nada a opinião das pessoas.

E a questão da mídia livre, que podemos chamar de midiativismo, mídia alternativa, também não

é nada novo, nós não criamos nada disso com a Mídia Ninja. Esse é um processo que já existe. Em maio de 1968 Godard foi preso, ao filmar os protestos em Paris. Isso é muito parecido com as prisões que ocorreram aqui quando se transmitia ao vivo as ruas de 2013. Então, até aí nada novo, tem um histórico, tem um acúmulo do movimento de comunicação, que é muito grande.

Isso aqui é um mapa que é bem legal; isso aqui é um mapa, é como se fosse um flash das redes de comunicação independente brasileiras em 2013⁵. Durante a revolta dos garis, que é uma história que eu vou tentar contar no final; cada ponto desse é uma página no Facebook, gerando conteúdo; e a conexão de cada ponto com outro é como cada página curte e compartilha a outra; então a gente começa a entender. Isso é uma pesquisa de Fábio Mailini, pesquisador da Federal do Espírito Santo sobre o que ele chama de A nova grande mídia.

Concluimos que a criação de uma alternativa concreta aos grandes veículos de comunicação não vai se dar pela criação de um grande veículo alternativo de comunicação, mas sim na estruturação de redes de pequenos coletivos conectados, que conseguem, juntos, compor um mosaico, compor uma rede, uma biodiversidade muito grande de opiniões e de visões sobre esse tema.

Isso aqui é só uma parte do mapa, o (Ninja) está ali no meio se vocês olharem, mas isso é muito interessante, porque essa massa junta, ela tem capacidade de confrontar os grandes veículos; cada ponto sozinho é praticamente impossível de conseguir avançar nesse sentido.

Exemplificando, fizemos uma transmissão com um Iphone, com a tela rachada, com um crédito pré pago de 30 reais, com a bateria acabando, e a partir dessa tec-

⁵ Nota do Editor – não foi possível incluir a imagem na publicação, mas considerou-se que isso não prejudica a compreensão do texto.

nologia bem rústica, conseguimos registrar 100 mil pessoas ao vivo numa transmissão única, o que equivale a 1,7 pontos no Ibope. E isso fez com que chacoalhasse o debate sobre a comunicação no Brasil, e sobre essa invisibilidade induzida pelos grandes veículos a temas determinados. Eles perderam a exclusividade de falar o que acontece ou não, a partir dessas novas ferramentas. Mesmo com a qualidade baixíssima, e com uma transmissão bem ruim comparada com a qualidade Globo de jornalismo e estética, conseguimos atingir públicos muito amplos. Isso provou naquele momento que era possível sim, e que tinha mais do que tudo um desejo da sociedade brasileira de absorver e dialogar com aquelas informações.

As pessoas queriam outro tipo de informação, e isso fazia com que elas ficassem olhando uma tela mexida, mas era uma tela mexida que estava no chão, conversando com as pessoas durante os protestos. A imagem da Globo vinha de um helicóptero, com um narrador em off que estava falando sobre o que estava acontecendo de um estúdio, a 100 quilômetros de distância, com ar condicionado. Essa capacidade de enfrentar a realidade e dialogar com quem estava na rua, fez com que a gente crescesse muito. A página da Mídia Ninja nasceu com 2 mil likes, e em junho ela pulou para 250 mil likes, e foi um crescimento exponencial muito grande por conta desse fenômeno que foram as ruas.

Uma das coisas de que se falava muito em junho é que não tinha pauta, de que era um movimento vago, e as imagens reforçavam isso, ou que o black block só estava ali para quebrar tudo, e que não tinha uma insatisfação social em relação a um tema específico. A questão da violência policial é sempre um tema que a gente tratou muito também como um impeditivo para o próprio processo democrático do país. Houve vários relatos

e relatórios, e denúncias em relação ao uso das armas não letais contra manifestantes, esse cara específico da foto anterior, ele tinha sido acertado com um pedaço de uma bomba de efeito moral, ela solta vários pedaços, e eles voam, podem ir no olho, podem ir em qualquer lugar.

Isso aqui é um protesto em (BH), que tem uma história engraçada, esse casal ele estava se beijando o protesto todo, e meio que brigavam, e beijavam, brigavam e beijavam, e nessa cena, na hora que explodiu a bomba, jogada pelo helicóptero, eles estavam numa cena meio holywood assim, e foi engraçado. Acho que é um debate legal também que vocês devem ter, mas em relação aos direitos, de imagem e tal, para a gente foi um debate interessante, porque a gente postou essa foto, e todas essas fotos que eu mostrei aqui, elas eram postadas em junho, em tempo real. A gente tem um aplicativo que trata foto já no celular, pega da câmara, traz para o celular, posta, isso dava 3 mil, 4 mil, 5 mil compartilhamentos, cada foto, dependendo do tema, do tempo, da ocasião. E essa menina teve uma história super engraçada que a gente conta, porque é um negócio que foi bem marcante, mas que ela mandou uma mensagem no dia seguinte, pedindo para a gente tirar a foto do ar, porque ele não era o namorado oficial dela. E a gente não tinha mais o que fazer, porque a foto já tinha tido 6 mil compartilhamentos, o negócio já tinha ido para todo lado, já tinha sido replicada por várias páginas. Para nós trouxe um pouco o debate sobre privacidade em uma manifestação e outros temas que são interessantes também.

Em 2014 cobrimos a chamada Revolta dos Garis. Os garis cariocas, que são trabalhadores da periferia do Rio, a grande maioria negros, fizeram uma greve sem precedentes no Rio de Janeiro, exatamente no meio do carnaval carioca, a menos de 100 dias da copa do mundo, e essa greve teve características bem especiais porque ela foi ne-

gada. Teve oposição ferrenha do próprio sindicato dos garis, da prefeitura do Rio de Janeiro, da empresa de limpeza que é a CONLURB e da Globo, ou seja, eram os garis versus o resto. Foi muito importante a participação da mídia independente naquele momento, porque eles não teriam nenhuma outra condição de formar a opinião carioca se não fossem os veículos independentes, porque eram eles e Deus, não tinha mais ninguém. Todas essas instâncias estavam contra. Todo dia tinha o Eduardo Paes falando que a greve não existia, que era mentira, a CONLURB falando que não existia, o sindicato falando que ela não existia. As fotos na capa do jornal O Globo eram sempre da praia suja, em nenhum momento se mostrava o gari, o trabalhador, o sujeito da greve, o protagonista. Sempre se mostrava o resto, o lixo, para tentar criminaliza-los, tentar inibir, e coloca-los como culpados pelo fracasso do carnaval.

Os garis tiveram também, um processo muito importante na própria documentação, e lógico, na articulação da greve. Essa greve foi feita a partir do facebook, onde eles convocavam as assembleias, e a partir disso, conseguiram se organizar. Eles não tinham assembleia no sindicato, não tinham nenhuma forma tradicional de organização, então ela é uma greve emblemática, no sentido de que ela rompe um paradigma de greve institucional. A partir da negação da instituição, que é também a grande crise pela qual passam a indústria fonográfica, a indústria da comunicação, até todas as instituições como sindicatos, conselhos, essa crise da institucionalidade, dos modelos de instituição. E eles conseguiram fazer uma greve totalmente fora dessa lógica, chamada pelo Facebook, auto gerida, documentada por eles mesmos, e organizada pelas redes. Com essa ação de não trabalhar durante o carnaval eles tiveram um impacto visual memético nas redes, o que gerou para eles, uma vitória que também foi inédita, tive-

ram 37% de reajuste salarial após uma semana de greve.

Não tem nenhum outro comparativo de greve no Brasil que tenha chegado nesse índice de reajuste em tão pouco tempo. Os professores passaram esse ano 2 meses em greve e não conseguiram nem 6%. Então foi uma greve muito emblemática, muito visual, que teve uma parceria muito grande dos meios de comunicação independente. Temos relatos muito interessantes de pessoas que estavam trabalhando no gabinete do Eduardo Paes naquele dia, e que contavam que chegava um assessor com as páginas do Facebook da Mídia Ninja impressas, mostrando o número de like, de share, dos conteúdos, falando, cara isso aqui não vai parar de crescer, se você não der o reajuste agora, isso aqui vai ficar cada vez maior. Então a gente entende que apesar de estar faltando a política pública lá na ponta, esse trabalho que a gente faz tem um impacto de ação direta grande e ele tem que servir para essa reflexão, e para pensar essas políticas, e para a gente conseguir quebrar alguns paradigmas e avançar em alguns debates.

Rachel Moreno

Psicóloga, formada pela Universidade de São Paulo (USP) com Mestrado em Meio Ambiente e Sociedade (Fundação-Escola de Sociologia e Política de S. Paulo) e (inc) em psicologia (USP). Especialista em Sexualidade Humana (Sedes Sapiaentes). Pesquisadora. Fundadora do Observatório da Mulher. Milita nas questões de gênero há mais de 30 anos. Autora de “A Beleza Impossível - Mulher, Mídia e Consumo” (editora Ágora) e “A Imagem da Mulher na Mídia - Controle Social Comparado” (editora Publisher)

Boa noite, é um prazer muito grande estar aqui. Sou psicóloga e trabalhei com pesquisa durante muito tempo. A minha relação com a questão da mídia começou com TV, mais ou menos no ano 2000. A Marta Suplicy, que na época não tinha nenhum cargo oficial, resolveu me chamar bem como outras pessoas para discutir como era terrível a imagem da mulher, do negro e de várias pessoas envolvidas em segmentos diferentes nos meios de comunicação.

Abrimos um canal de comunicação para as pessoas, para os telespectadores, que quisessem se manifestar a respeito de algum programa especial e fomos surpreendidos com a quantidade de pessoas telefonando, e dizendo, nossa que legal que tem um canal para a gente reclamar de qualquer programa, porque normalmente quando a gente cutucava qualquer programa de TV, o pessoal respondia, pô, nós temos 15 pontos de audiência, de quem

é que vocês estão falando? Sabe quanto vale cada ponto de audiência? E de repente quando você abria uma brecha, TV ligada e um telespectador na frente, que pode ser uma pessoa atenta, pode ser alguém dormindo, pode ser um cachorro que está lá na frente, que aquele aparelhinho de TV não sabe identificar, pode estar gostando, não significa que esteja gostando, que esteja concordando, que esteja assinando embaixo da qualidade, do conteúdo.

Depois de um tempo, acabamos passando para a campanha Pela ética na TV, e juntamos vários segmentos e inclusive começamos a chegar mais perto, arrastar asa para os psicólogos. A gente abria um site, e um número de telefone para as pessoas reclamarem, a gente elegia os três ou quatro programas mais baixaria do mês, e fazia um parecer. E aí esse parecer era encaminhado para o ministério público e a gente tentava de alguma maneira, fazer alguma coisa acontecer. A nossa primeira tentativa, com parecer negativo, era chegar para a própria emissora, e dizer seu programa foi eleito o programa mais baixaria do mês, vocês não vão fazer alguma coisa a respeito? Se eles não fizessem nada, a gente via quem eram os anunciantes e ia atrás deles. Olha, o programa que você está ajudando a sustentar, foi eleito o mais baixaria do mês. É essa imagem que você quer agregar à sua marca? A gente conseguiu que as Casas Bahia saíssem do programa do Ratinho e fossem para a TV Cultura por exemplo. Em outros momentos, conseguimos também que o ministério público chamasse ambas as partes, pedisse alguns pareceres e tomasse uma posição, determinando uma punição qualquer, caso a gente tivesse razão.

Nós procurávamos sempre pegar um pouco do arazoado que a formação de cada um de nós dava, sociólogo, psicólogo, etc. Os psicólogos entram fortemente também nessa história. Fazíamos uma análise a partir da nossa

área de conhecimento e mais os direitos humanos. Porque nesse país nós não temos grandes leis que garantam qualquer coisa, nem qualquer defesa com relação a qualquer conteúdo, a única lei para a qual poderíamos apelar, é a lei dos direitos humanos. Então analisávamos os programas, vendo qual aspecto feria a lei dos direitos humanos.

Por exemplo, tinha um programa de auditório com grande audiência, onde aparecia uma criança que tinha sido trocada quando nasceu e duas famílias. E a criança tinha 10 anos, e no programa de auditório, o animador perguntava: Quem acha que ela deve ficar com essa família, por favor, aplauda, quem acha que deve ficar... Imagina uma criança de 10 anos diante de uma situação dessas? Conseguimos uma suspensão, uma punição do programa. Nós conseguimos também, em outro momento, suspensão de um programa durante um mês, e fomos autorizados a colocar no ar, durante um mês, uma programação criada por nós. Aí pegamos um porão de um lugar com uma câmera, uma cadeira, o pessoal do Intervozes nos ajudou também, e chamamos todos os movimentos sociais que eram vilipendiados pelo programa, chamamos o movimento negro, LGBT, o movimento feminista, falamos um pouquinho do que a gente pensava da mídia, e foi mostrando, e foi dando voz a esse pessoal, e tentando fazer o que era possível com uma estrutura mínima. Depois de um mês, nós constatamos que, depois de pegar o programa com um ponto de audiência, nós o devolvemos com dois pontos de audiência. Não é lá grande coisa, mas é o dobro do que era antes. Sinal de que se a gente apresenta uma versão mais interessante, o público que assiste aquele programa, se interessa e se informa também, e é uma coisa importante.

De lá para cá, os psicólogos continuaram produzindo pareceres, a gente continuou com a campanha Pela ética na TV, até que finalmente os evangélicos pegaram a

comissão de direitos humanos em Brasília, onde estava hospedada a campanha e nós paramos, simplesmente. E aí fomos tocando as coisas de um outro jeito. Na verdade, como eu tenho uma militância feminista, sempre tentei juntar as duas coisas, a questão de gênero e a questão da mídia. No caso da questão de gênero a gente tentava levantar a questão de direito à comunicação e direito de antena.

O direito de comunicação é uma via de duas mãos em que a gente ouve e é ouvido. A gente assiste, e é assistido, não é só a gente sentado no sofá, ouvindo, ouvindo, ouvindo. Isso não é comunicação, comunicação é quando realmente tem duas mãos e quando nós nos vemos refletidos. No caso das mulheres, a gente se queixou de duas grandes coisas. Primeiro, a falta de diversidade. As mulheres que aparecem na mídia são mulheres sempre bem comportadas, que representam todos os valores sociais mais retrógrafos possíveis, embora estejam vestidas com roupinhas do século XXI e são sempre brancas, jovens, magras, cada vez mais magras, de cabelo liso, esvoaçante, e preferencialmente loiras. Tem gente que conhece o Brasil por novela, e ao chegar diz: Meu Deus, eu descii na estação errada, a quantidade de negros e de outro tipo de gente que tem por aí, não é o que está mostrado na TV. Então na verdade, falta uma diversidade. Fora isso, nós não pensamos todas da mesma maneira, nós não somos todas de direita, nem todas de esquerda, e nem todas conservadoras, nem todas vanguardistas, nós temos um leque de maneiras de pensar. E esse leque de maneira de pensar, simplesmente não está representado, quer em termos de informação, quer em termos das pessoas escolhidas para falar como porta voz de qualquer coisa, quer em termos inclusive da programação.

Teve uma novela que ousou fazer com que duas atrizes importantes se beijassem, porque formavam um

casal lésbico no começo da novela, mas rapidamente, caiu o teto do supermercado, e matou o casal. Desta vez na Babilônia, o casal que se beijou mudou completamente, nunca mais se beijou, acabou essa história, porque não convinha esse tipo de coisa. Não tem essa diversidade, não tem essa pluralidade, não tem absolutamente nada disso.

A gente aprendeu, falando com o pessoal de comunicação, que o fato de a gente querer falar, querer nos ver significava uma palavra mágica que era **direito de antena**. Uma palavra mágica, uma palavra nova no vocabulário. O aspecto eletro magnético pertence ao povo brasileiro segundo a constituição, e todos nós temos direito à comunicação, portanto, todos nós devemos ter direito de antena, devemos ter direito de poder se comunicar também, que é uma coisa que está começando a acontecer em vários países, mas que aqui no nosso país, a coisa está muito complicada.

No caso das mulheres, a gente tentou vários procedimentos, tentou criticar propagandas especificamente, depois fomos ao ministério público e dissemos que queríamos direito de resposta para todas as mídias; depois percorremos todas as mídias, não conseguimos. Mas, no processo acabamos descobrindo, que somos tratadas de uma maneira mais ou menos parecida com os outros movimentos sociais. Primeiro, nós somos muito focadas. Quando falamos para o pessoal de televisão, e a gente focou mais em televisão e rádio, porque são concessões públicas e portanto, deveriam ter uma responsabilidade pública, queremos nos ver, porque a gente não se reconhece na TV, a resposta é falar, mas como? Está cheio de mulher na TV. Sim, mas como que está cheio de mulher? Em que contexto, de que jeito, de que maneira? Com as nossas demandas, nunca. Agora mulheres vendendo coisas, mulheres gostosas, mulheres com estímulos para compra, esse tipo de mulher abunda na televisão,

tem de montão, de todos os jeitos. Isso por que nós não podemos, enquanto mulheres, ser ignoradas. Porque as mulheres são responsáveis por 80% das decisões de consumo. Então não dá para ignorar, tem que focar mulher. Mas tem que focar mulher de um jeito que lhes convém.

O que nós temos em comum com os outros segmentos que estão na TV? Primeiro, eles ditam os valores e padrões que eles acham que são adequados, para a gente ser mulher, e ser mulher feliz. Assim como eles ditam também, implicitamente, os valores e padrões que eles acham adequados para ser um homem, e um homem bem sucedido. Macho que é macho se reconhece na TV, quem não for, não se reconhece. Então nós temos um padrão aqui nessa história. Segundo, enquanto movimento social, a gente é absolutamente ignorado. No dia 8 de março, dia internacional da mulher, nós temos um espacinho no jornal, para dizer que a gente fez passeata, e que atrapalhou o trânsito, enfim, alguma coisa assim. O resto do tempo, eles simplesmente nos ignoram. Agora, eles não ignoram só a gente, eles ignoram todos os movimentos sociais. Teve um ano, em que os professores ficaram em greve durante muito tempo, faziam passeata em São Paulo toda sexta feira pela Paulista. Ignoraram, eles só falaram daquilo para dizer o quanto na sexta feira o trânsito era complicado. Quando os bancários entram em greve, eles mostram Dona Maria que não conseguiu pagar conta de luz, que chora, que não sabe o que vai acontecer. O que essa população quer? Quando é que recebeu o último aumento? Qual é a situação que vive? Eles simplesmente ignoram. Quando eles não conseguem mais ignorar, porque não tem mais jeito, aí resolvem focar de um determinado jeito, ou focar um determinado ângulo, e mostrar mais este jeito e esse ângulo do que qualquer outro.

Por exemplo, há dois ou três anos atrás na mani-

festação da moçada pela rua, lembro que fizemos uma manifestação no vão do MASP, para discutir a democratização da mídia. Eu vim de ônibus e lá na praia dos ciclistas tinha um rapaz e uma moça sendo entrevistados por uma TV. Eu vi os dois sendo entrevistados, não tinha mais ninguém na rua, eu cheguei até à Paulista numa boa. Mas, à medida que me afastei, comecei a ouvir um coro forte, com uma palavra de ordem, como se tivesse uma baita de uma passeata passando por lá. E não tinha passeata nenhuma. Era um som de fundo que eles colocaram para fingir que aquele casal que eles estavam entrevistando, estava no meio de uma manifestação. Bom, cheguei no vão do MASP, começamos a manifestação, e de repente passam duas filas de carro da polícia, uns 30 rapazes e moças, e duas filas de policiais atrás, como que para protegê-los na frente e atrás. E a palavra de ordem deles era: vem, vem, vem pra rua, contra o governo, vem, vem. E é só gente, é só.

O movimento feminista estava fazendo uma manifestação uma semana antes contra o estatuto do nascituro, que não foi divulgado. Mas no dia da primeira manifestação, a primeira bandeira que foi rasgada pelo movimento, foi uma bandeira pela legalização do aborto. Isso também não repercutiu, ninguém falou, ninguém discutiu. O que interessava passava, o que não interessava não passava. A gente acabou fazendo uma manifestação na porta, inclusive da TV Globo, e tinha um funcionário na TV Globo com a gente que disse, *olha a moçada trouxe um farol de luz verde, e aquela janela ali vai dar na cara do apresentador do jornal da noite*. Aí a gente tacou a luz verde na cara, que apareceu, e que não teve outro jeito senão contar que tinha uma manifestação de protesto, contra seja lá o que for. Porque senão eles simplesmente ignoravam, quer dizer, ou eles selecionam o que interessa, ou ignoram.

Nessas manifestações últimas, pró Dilma, contra

Dilma, derruba Dilma, derruba Lula, a quantidade de pessoas que eles divulgam é uma coisa absolutamente maluca, dependendo de quem e de quanto. A gente sabe que o movimento social tende a aumentar um pouquinho, a gente sabe que a polícia tende a diminuir um pouquinho, mas a diferença foi tão chocante, que a polícia e o Data Folha, que não tem nenhuma simpatia pela Dilma, acabaram dando uma quantidade de gente absolutamente dispar um do outro, e você não sabia mais em quem acreditar. Então eles selecionam o que lhes interessa, quando não conseguem mais ignorar o movimento social. E é o que eles têm feito também com o movimento de mulheres, com o movimento feminista. Com a diferença de que, no caso da gente, eles ainda por cima acrescentam traço de humor. Há pouco tempo atrás, a gente fez manifestação no metrô, porque estava tendo assédio no metrô, assédio no transporte público. E há pouco tempo atrás, no programa de sábado da Globo, Zorra Total tinha um casal, e uma moça se queixando para um cara que é travesti, tô sendo incomodada por um cara aqui atrás, e ela dizia para a outra, aproveita, boba, aproveita. Ou seja, humor, não precisa ser politicamente correto, e pode ir na contramão das nossas demandas não é?

Agora gente, cadê nossas demandas? Nós estamos vivendo no século XXI, nós estamos no mercado de trabalho, nós continuamos ganhando menos pelo nosso trabalho, nós continuamos tendo menos creche, menos atendimento para os filhos, ou horário diferenciado da creche porque a gente tem que sair mais cedo do trabalho, ir correndo buscar criança, nós temos provado que estamos trazendo coisas interessantes para o mercado de trabalho, sem que isso seja remunerado como tal, nós estamos acumulando em qualquer cargo quatro anos a mais de estudo do que os homens de um

modo geral, mas continuamos recebendo menos, e nós continuamos chegando até um teto de vidro, porque a gente sobe até um certo ponto, depois a gente não sobe mais, e ninguém explica por que. e ninguém discute isso.

Eu sou geração 68, e na época se discutia, além de luta contra a ditadura, a questão da revolução sexual. Naquele tempo, o plano de fundo era o seguinte, as mulheres ou eram santas ou putas. Santas eram aquelas que casavam virgens, putas eram aquelas que tinham tido alguma experiência sexual. Hoje qualquer mulher, qualquer menina, pode igualmente ter tanto experiência sexual quanto qualquer homem. Só que, a moçadinha, de 2º, 3º colegial, diz que todas as camisinhas arrebentam e na verdade *é porque eu não sei usar, mas eu nasci num momento em que todo mundo pensa que eu sei tudo sobre sexo. Então eu tenho vergonha de perguntar, ou então eu fui ao posto de saúde, pedi uma camisinha, falei tia, onde tem camisinha? Ah camisinha, é lá no fundo do corredor, aí todo mundo olhou para mim e nunca mais eu volto lá.* Uma menina de 18, 19 anos, vai à festa, ao baile, e tem dúvidas : vai ou não vai, fica, não fica. Pergunto se ela se previne. *Ah eu pergunto se ele trouxe camisinha. Insisto E se ele não trouxe? Por que você não traz de casa? e ela responde Ah eu não trago de casa na minha bolsa, porque ele vai pensar que eu sou galinha, que eu vim planejando ficar.* Ou seja, parece que não cabe igualmente ao homem e à mulher a prevenção porque tem ainda essa palavra, esse palavrão chamado Galinha.

Na USP, onde eu tive um papo com uma moçada, dois depoimentos me chamaram a atenção. Tinha uma menina que dizia, “eu comecei a transar com meu namorado agora, e eu estou tendo orgasmo agora. Eu tenho uma amiga que transa com um monte de pessoas e que só agora está começando a ter orgasmo. Eu acho que

eu estou ganhando dela”, e o rapazinho dizia, “eu sou do interior, quando eu digo que passei na USP, meus amigos no interior disseram, nossa, você deve comer todas. E eu não como todas, eu não quero comer todas”, então a pergunta dos dois era, como é que eu faço para viver a minha sexualidade, sem perder a aura de libertário? Gente, onde é que a gente discute sexualidade? Os evangélicos acabaram de cortar o que eles chamaram de ideologia de gênero, porque eles acham que se a gente discutir sexualidade todo mundo vai virar gay, vai virar pedófilo. A mídia mostra sexo o tempo inteiro, mas não do jeito adequado. Na escola não se discute, na mídia não se discute, onde é que nós vamos discutir? Então, esses problemas novos que estamos vivendo hoje, não são discutidos em nenhum lugar, a mídia não abre um espaço para isso.

Talvez só nós mesmos, fazendo alguma coisa, possamos ter um espaço nesse sentido. Isso acontece não só com a gente, acontece com o movimento negro, que não tem visibilidade, acontece com a população LGBT, isso acontece com os movimentos sociais de um modo geral. Por que não nos deixam mostrar o nosso jeito de ser, os nossos problemas? Aí caímos na questão da subjetividade. Nós somos uma espécie dependente, precisamos de cuidado quando pequenininhos, temos uma gestação extra uterina de muito tempo, depois nós precisamos de cuidado e afeto quando nós somos grandes, e precisamos de cuidado e afeto quando nós somos velhinhos. Para isso, nós precisamos garantir a atenção da tribo onde a gente está. Para garantir a atenção da tribo onde a gente está, precisamos descobrir quais são os valores dessa tribo, e mostra-los, reproduzi-los, etc. Por isso que o neném chora, depois sorri, depois aprende a falar e assim vai. E a mídia tende a reproduzir os valores socialmente aprovados. Portanto, a mídia entra nis-

so também, como uma formadora da nossa subjetividade. Com muita ajuda do marketing, dos produtos, etc.

Há algum tempo atrás, a gente se queixava que só as meninas brincavam de boneca, que os meninos também deveriam brincar, mas as meninas brincavam de boneca para aprender mamãe e filhinha. Hoje elas brincam com a Barbie para aprender como é que elas têm que ser quando crescerem. Isso é tão impactante, que bulimia e anorexia, as duas doenças novas do século XX, XXI, estão impactando tanto, que na Inglaterra, o governo descobrindo o impacto que isso tinha nos postos de saúde resolveu pedir ao fabricante de Barbie, que fizesse uma boneca com um estômago, uma cinturinha um pouquinho mais larga, para que coubesse estômago e intestino lá dentro. Aqui a gente continua com aquela magrinha, loirinha, branquinha, e assim vai.

Na verdade, a mídia diz, nós não criamos nada, nós reproduzimos os valores da sociedade. Eles não criam nada, mas se tem aqui um mundo, eles resolvem focar e dar visibilidade só para quem interessa. E aí descontextualizam, ressignificam, e transformam em moda. A moçada começou a usar uma calça rancheira e um Keds porque quando fazia passeata e tinha que correr da polícia, dava para correr melhor. Hoje é uma calça que tem muitas marcas, cuidadosamente desbotada e rasgadinha como se fosse antiga, porque enfim é uma calça velha, azul e desbotada. E custa os tubos. Hoje o boy tem que trabalhar um mês inteiro, para comprar um tênis de grife, porque se não tiver aquela grife ele não vale nada. Não adianta ter um Keds qualquer, tem que ter um tênis da marca mais recente.

Em uma tese de mestrado de uma colega a autora dizia o seguinte: Há pouco tempo atrás não se falava de esportes radicais. Antigamente se noticiava que duas pessoas morreram no Monte Everest. Depois de um tem-

po começaram a aumentar as notícias, e perceberam que eles despertavam algum interesse. Aí começou a virar um esporte, aí começaram a produzir roupas de grife daquele esporte, e hoje você pode comprar uma roupa de um esporte radical, vestir, sentar confortavelmente no sofá da sala, e assistir ao seu programa sem se mexer, quer dizer, é o consumo que acabou sendo puxado.

Foucault diz que as ciências humanas nasceram da observação, do momento em que começou a industrialização, e começou a concentração de pessoas, quer na fábrica, quer na escola, para saber controlar melhor. A primeira descrição de fábrica dele que eu li, levei um susto, pensei que fosse um presídio, mas não era, era fábrica. Os trabalhadores dormiam na fábrica. Depois que eles começaram a sair, a ter o seu salário, precisou ter um controle mais eficaz, para garantir que eles voltassem todo dia, que eles não gastassem tudo num dia e não voltassem por falta de grana, ou que eles não resolvessem passar dois meses com aquela grana ao invés de um mês só, e resolvessem não trabalhar, porque outro trabalhador precisaria ser treinado. Aí começaram a normatizar uma série de coisas. A dizer como é que tinha que ser o corpo de um bom trabalhador, como é que tinha que se vestir de modo adequado, como é que tinha que ter pontualidade esse trabalhador, enfim, foram normatizando as coisas todas.

Na segunda guerra mundial, aí já deixando Foucault de lado, o parque industrial da Europa foi destruído, e aí os americanos, que eram os aliados, disseram, companheiros, vocês reconstruam o vosso campo industrial, que enquanto isso nós vamos fornecer mercadorias para vocês, enquanto vocês não tiverem reconstruído. Mas que mercadoria? Que queijo que eles iam vender para os franceses? Que azeite que eles iam vender para os portugueses? Que vinho que eles iam vender para os espanhóis? Eles preci-

savam de alguma maneira pasteurizar o gosto do mundo inteiro. Aí começou a ação da mídia, uniformizando e criando no imaginário das pessoas que, se consumissem aqueles produtos, se comprassem aquele carro, se tomassem aquela cerveja, seriam pessoas realizadas e felizes.

A sociedade de consumo ganhou a batalha, nós temos que derrotá-la em algum momento, mesmo porque parece que ontem chegamos no ponto em que consumimos os recursos que a terra produziu por um ano. A Terra está ficando deficitária em relação às nossas demandas. E olhe que nós não consumimos todos do mesmo jeito. No hemisfério norte onde tem 20% da população, eles consomem 80% dos recursos da Terra, e no hemisfério sul, onde nós estamos e tem 80% da população, nós consumimos 20% dos recursos da Terra. Se a gente consumisse igual aos americanos, nós precisaríamos de cinco planetas Terra. E nós temos um que está deficitário.

Nós participamos da Conferência de Comunicação, e nela, junto com todos outros segmentos sociais envolvidos, discutimos a questão do controle social. Queremos controle social da imagem da mulher, do negro, do LGBT nos meios de comunicação, para garantir que seja uma coisa adequada. Alguns segmentos de TV caíram fora, disseram que isso era censura, e eles estavam defendendo a liberdade de expressão. Só que defendem a liberdade de expressão comercial, não a liberdade de expressão para todos. Fiz uma pesquisa em vários países, democracias estabelecidas, onde há uma regulação relativa à imagem da mulher na mídia. Acabei provando que, na verdade, é mentira essa história de que é censura, não é censura, não tem nada a ver.

Enquanto isso, os psicólogos, acho que estão em dois polos, e eu acho que eu percorri um pouco os dois polos. Comecei fazendo faculdade de psicologia e pa-

gando a minha faculdade. Para isso eu trabalhava com pesquisa de mercado, aprendi um montão. Em pesquisa de mercado, você adéqua o conteúdo do anúncio, de modo que ele capte o imaginário do seu consumidor, ele garanta que aquele consumidor vai realmente comprar o teu produto. Com todo conhecimento de psicologia que eu adquiri, fui ajudando essas empresas a fazer um anúncio mais adequado. Hoje eu passei para outro tipo de pesquisa: pesquisa de opinião, pesquisa eleitoral. Tem muito psicólogo na área. Nós temos um conhecimento e um saber fundamental, para discutir o impacto na formação da subjetividade. A mídia reproduz estereótipos e preconceitos, porque ela não discute os estereótipos e os preconceitos. Em termos da cultura, reproduz as coisas mais atrasadas, mais retrógradas, mais absurdas.

No livro, de uma escritora canadense chamado Sobre a democracia da mídia, lemos que, quando nós temos monopólio, oligopólio, como nós temos aqui nesse país, embora seja proibido constitucionalmente, a mídia ao invés de ser o quarto poder, e ao invés de dar voz a quem não tem voz, que foi como ela nasceu, acaba na verdade, preocupada com duas coisas: formar uma postura política com relação ao governo do país onde ela está, a favor ou contra, dependendo do país; e formar consumidores para os seus anunciantes. E o resto não interessa. Então é isso que estão fazendo com a gente, nos transformando em consumidores dos anunciantes.

Seis famílias determinam o que nós vamos ver, o que nós não vamos ver, e o que nós vamos pensar sobre aquilo que eles decidem nos mostrar. Então está na hora de mexermos um pouco essa coisa. Nós temos tentado mexer. O FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) acabou fazendo uma síntese de alguns pontos discutidos na Conferência, transfor-

mou aquilo em projeto de lei, para o qual eu tenho que recolher 1 milhão e 300 mil assinaturas. O movimento feminista não está muito satisfeito, porque uma das coisas que acabou passando, é que temos 15 horas por ano para todos os movimentos sociais, e um espaço para igrejas, cujo limite será determinado posteriormente. Ninguém sabe qual é o limite, nem quem vai determinar. Quanto à questão da violência de gênero, porque inclusive, a lei Maria da Penha diz que a mídia tem que estar a serviço da diminuição da violência de gênero, pedimos um projeto de lei para Luíza Erundina, Janete Pietá e Paulo Teixeira, que propuseram o projeto de lei 7378, de 2014, que garante a discussão da violência na escola e na mídia, e que na mídia tem que haver uma percepção e um posicionamento crítico com relação à violência física, psicológica, sexual, patrimonial, e simbólica. Simbólica significa reprodução de preconceitos e estereótipos, que é a janelinha pela qual a gente quer passar. Enfim, nós temos isso como projeto de lei, e nós estamos querendo discutir um pouco essa questão. Quem sabe um dia a gente chega lá, mas enquanto isso é fundamental que a gente cutuque o tempo inteiro, falando dos problemas e do impacto da formação da subjetividade, fazendo com que os políticos percebam que, na verdade, nós temos que mudar as coisas, porque desse jeito isso faz mal para todo mundo.

DEBATE

(Pessoa da plateia) Como é o contato de vocês com o Ministério de Comunicações? Há perspectiva de ação que indica a democratização dos meios, porque não se fez até agora? Por puro medo da Globo?

Rafael Vilela: Acho que é uma ótima pergunta e eu faço a mesma pergunta. Acho que essa não é uma pergunta só para o atual ministro da comunicação, mas uma pergunta para o PT, para o governo federal. Se houve uma grande falha nesses anos do governo federal foi o não enfrentamento das políticas de comunicação, e é isso que hoje está corroendo boa parte da governabilidade, de um processo democrático, e fazendo uma boa parte do Brasil achar que o impeachment é uma solução plausível para qualquer coisa nesse momento. Então eu acho que se não fez, não vai fazer agora, talvez tenha tido essa oportunidade na saída do Lula, com uma popularidade muito alta, com um apelo muito alto. Nesse momento tenho pouquíssimas expectativas de que o Ministério da Comunicação vá fazer algum tipo de transformação estrutural na comunicação brasileira. Primeiro porque está marcado, nesse jogo que o governo está fazendo, de dar as cartas aos leões, com o (PMBD), e com todo esse processo que a gente está vivendo hoje, não vai ter enfrentamento na política econômica, e não está tendo enfrentamento nenhum na política de comunicação. Qualquer movimentação que ele fizer Veja, Folha, Estadão, vão cair em cima, então tem pouca margem de manobra.

Acho que isso é aonde se chegou, e é ruim, é muito ruim, é péssimo que a gente tenha que viver esse momento. A Argentina tem passado por um momento interessante nas suas políticas de democratização dos meios. Acho que tem coisas que avançam, a Venezuela avançou bastante nisso. A nossa passagem, por Argentina e Venezuela, onde fomos contar a nossa experiência, tentar absorver o que está acontecendo lá, é sempre muito interessante. Porque eles não têm uma movimentação de rede como a gente tem no Brasil, de coletivos autônomos, fazendo comunicação independente, mas não têm, em grande medida, porque aqui não houve processo de democratização, em que o Estado colocou recurso na ponta, para que se criasse um mercado médio da comunicação independente. Na Argentina, em Buenos Aires, você encontra dezenas de revistas que se sustentam, e que têm publicações sérias que circulam e têm público, mas que tiveram, em determinado momento, um incentivo interessante do Estado, com uma corrosão do império do Clarim. Na Venezuela a mesma coisa. O Chávez nos últimos períodos, qualquer um que levantasse a mão e falasse que era uma rádio comunitária, ele trazia o rádio difusor para uma pessoa instalar dentro da sua comunidade. Aqui no Brasil a gente ainda está retirando rádio difusão de quem a faz por ser ilegal. É uma política totalmente ao contrário do que deveria ser, inclusive para enfrentar essa reação da direita raivosa nas ruas que está acontecendo agora. Não criamos nenhum instrumento capaz de enfrentar de uma maneira macro uma reação de retrocesso como a gente está vendo hoje.

Rachel Moreno: Eu queria fazer um pequeno comentário. Nós do movimento feminista fomos falar com Berzoini no começo da gestão, e ele pareceu absolutamente convencido de que precisava fazer alguma coisa,

sim. Mas aí ele disse que com o Cunha como presidente da Câmara vai ser difícil; mas que, em 2016 ele deve sair e não pode se recandidatar. E seria legal que até lá tivesse uma mobilização mais ampla possível de vários segmentos em torno da questão, assim como seria legal que não ficasse concentrado só num ministério, que é o Ministério de Comunicação. Discutiu o PPA, (plano plurianual), e aproveitamos para incluir a questão da mídia no Ministério da Educação, de Cultura, de Direitos Humanos e de Comunicação. Estamos tentando ampliar, eu não sei se a gente consegue. Franklin Martins defende também que há uma saída que seria a mais parcimoniosa. Na nossa constituição de 1988, tem pelo menos 10 cláusulas que falam de coisas que nos interessam: que dizem que não pode ter monopólio, que dizem que a TV, rádio, não podem pertencer a políticos, que dizem que não pode terceirizar quando recebe, que diz que igreja não pode ter. Tem 10 cláusulas que só não estão sendo aplicadas, ou por falta de alguém para fiscalizar, ou por falta de nomear a comissão que deve fiscalizar isso, ou por falta de uma lei ordinária. Mas são cláusulas que estão na constituição, e que então talvez seja mais fácil tentar incluir. Não custa a gente continuar com esperança de fazer alguma coisa.

Rafael Vilela: Você citou o Ministério da Cultura, eu acho que é uma política que é importante ressaltar. O MINC abriu um edital agora de mídia livre, é a primeira iniciativa desse governo em relação a isso, é uma reedição de uma política que foi feita em 2009, mas que começa a tratar os pontos de comunicação independente como pontos de cultura, em que cada um pode ter autonomia, um processo muito interessante, ainda que limitado, mas que talvez, de todas as políticas do governo, essa é a única ligada à comunicação. Todo resto nesses

15 anos, está muito mais ligado ao PLIP, que é um projeto de lei de iniciativa popular para democratização.

Felipe: Sou psicólogo, e a minha pergunta é para o Rafael. Acho sensacional o trabalho das mídias independentes, principalmente nas manifestações de junho. Acho que deu visibilidade para as violações de direitos humanos, ao uso excessivo da força policial, uso ilegal das armas não letais e que foram acionadas para não causar danos, e eles conseguiram produzir o maior dano possível com aquelas armas. Acho que as manifestações de junho ganharam força, e os vândalos viraram manifestantes na quinta feira quando a jornalista da Folha foi agredida. E aí a grande mídia mudou a pauta, mudou de lado. Eu queria saber como é que a mídia independente discute isso, sendo que ela está no meio da manifestação, ela filma as pessoas, e que em certa medida, esse vídeo inclusive, pode ser usado para identificar os manifestantes. Então o manifestante está virando terrorista, a gente está passando aí por um processo que não é novo, mas que vem com muita força nesse momento. Eu queria saber como é que se dá essa discussão dentro das mídias independentes.

Afonso: Eu não estou conseguindo identificar quem patrocina aqueles programas policiais, por exemplo, que são uma aberração e que nós temos que engolir, em três ou quatro canais abertos. Essa é uma das questões. A outra que também é colocada pela mídia, aqui-lo de você interagir, por favor, liga para a gente e vote na opção, te dando uma ilusão de liberdade. Você falou que são comunidades, são pontos existentes em todo lugar. O que passa? É uma reação? Olha, a grande mídia não vai passar isso, nós vamos passar. Que jogo é esse? E o que se pretende? E para quem se pretende. Acima de

tudo, não há democracia. Todo mês a gente recebe o índice de desemprego, não é isso? Ninguém está questionando, porque as pessoas trabalham, o mais importante para as pessoas é trabalhar, não é o emprego. E isso não é questionado. Não existe a informação do destrabalho. Ah, mas qual é o problema? O problema vem de como a gente pergunta, e é levado a perguntar o nosso salário. Não, mas isso não se pergunta. Pergunta sim, quanto você ganha? E a resposta nunca é, eu não ganho nada, eu troco a minha força de trabalho por um salário, que no final das contas representa o preço que pagam pelo resultado dele. Nós nos desgastamos em trabalhar. Nós pensamos nisso, não ganhamos dinheiro. Ganhar é você ficar em casa, não é? E uma vez por mês chega um envelope com algumas notas, que não te dão o direito nem de reclamar.

Mário: Sou psicólogo, trabalho na secretaria de cultura de Itapevi. A minha pergunta é a seguinte, os movimentos sociais de um modo geral, fazem um enfrentamento e nesse enfrentamento, e nessa resistência, me pergunto sempre, rola o medo. Esse enfrentamento, esse medo, eu queria saber como que o movimento lida com esse embate, com essa violência de uma certa forma. Como que os movimentos lidam com esse medo?

Rafael Vilela: Bom, eu acho que a primeira e a última pergunta estão ligadas a essa lógica do movimento, da criminalização. Essa questão do medo do enfrentamento, vou tentar fazer uma fala mais geral sobre isso. Para pegar um pouco de junho que já é um debate velho, mas que é sempre muito atual, porque eu acho que a gente está só agora entendendo junho. A polarização política do Brasil nas eleições de 2014, para mim foi o primeiro momento de começar a entender junho, entender que as

marchas pró Aécio e as marchas pró Dilma, aquilo tudo era uma coisa só em junho, era toda uma bagunça. Para entender junho você pode voltar 30 anos na redemocratização do país, você pode voltar 12 anos no processo do governo progressista, e 4 anos numa gestão questionável do primeiro governo Dilma. Então era uma mistura de busca por mais direitos de quem tinha conquistado vários nos últimos anos, e ao mesmo tempo, uma reação de quem tinha perdido seus privilégios, e aquilo tudo estava misturado em junho, e além dessa polarização direita e esquerda, você ainda tem aquele campo amarelo do meio, grande, que está um pouco ligado à lógica da Marina, mas que tenta fugir um pouco dessa disputa binária da política brasileira, e que também estava na rua.

Eu sinceramente não acho que teve uma política a nível federal, de criminalização dos movimentos, no sentido de inibir a manifestação. Eu acho que na Copa do Mundo isso ficou mais forte, mas isso está muito mais ligado a uma inanição em relação à polícia militar e à lógica de atuação da polícia militar que é uma instituição criada na ditadura militar e mantida como foi criada, do que necessariamente uma política ativa de criminalização e de prisão de manifestantes. Até porque se fosse uma política ativa de prisão de manifestantes, o único preso não seria o Rafael Braga, os caras teriam fechado as casas Fora do Eixo, eles teriam prendido o MST, o MPL e isso não aconteceu. Então, eu tomo bastante cuidado na hora que o debate em relação aos protestos vai na direção de que continuamos vivendo em uma ditadura. Eu acho que não, eu acho que a gente vive uma democracia com um monte de contradições que são inerentes ao estado burguês. Há uma lógica que rege o Estado, que é difícil de ser quebrada, e claramente, esse processo dos últimos 15 anos não quebrou, avançou em alguns pontos.

Como a gente está aqui no meio que entendo ser mais progressista, entendo que dá para a gente fazer essa autocrítica clara. Não acho que teve uma criminalização programática, eu acho que teve uma continuidade de atuação da polícia militar, que é uma coisa péssima, mas que os governos têm dificuldade absurda de manejar.

Mas, a mídia, ela mudou de pauta por vários motivos. Ela mudou de pauta porque os repórteres dela foram atingidos, porque a movimentação nas redes sociais era grande demais, para eles negarem e porque também era inconveniente continuarem batendo de frente, depois daquele editorial que falava de mais violência da polícia para conter as manifestações. Continuar com esse discurso, depois do quebra pau, daquela quinta-feira que você menciona, seria suicídio. A mídia, mais do que qualquer outra organização tem uma flexibilidade de discurso muito grande de acordo com o contexto. No processo eleitoral, a capa é decidida horas antes, porque ali é onde está o timing político mais fino, de saber onde se posicionar para ter credibilidade, e ao mesmo tempo conseguir conquistar e avançar nas suas intenções políticas.

Em relação à última pergunta, é difícil falar sobre o medo, talvez vocês tenham mais tranquilidade para falar sobre isso, mas em geral não se pensa muito sobre esse tema. Acho que existe sempre o medo, ele é uma coisa permanente, dentro do processo de enfrentamento. Eu acho que em qualquer movimento. A gente, por ser um movimento de mídia, acompanha vários movimentos, como ocupações do MTST, fechamento de estrada. Nós estamos sempre acompanhando a ação direta dos movimentos, que estão mais ligados a esse enfrentamento, que é o que vai gerar pauta, que vai gerar movimentação política. E eu acho que o medo ele é suplantado por aquela adrenalina de acreditar que está fazendo alguma

coisa importante, e que tem capacidade de atuar em defesa de um bem coletivo. Acho que o medo fica um pouco de lado. Nesse sentido eu acho que não é a negação dele, mas é entender o tamanho que ele tem dentro do todo.

Eu, particularmente, já tive várias situações de medo. O Fora do Eixo sofreu uma grande ação de escracho por parte da grande imprensa em 2013, que foi fortíssima. Fomos acusados de ser uma seita totalitarista, que usava escravidão pós-moderna. Isso saiu em capa da Folha, e foi matéria da Veja. A tentativa de criminalização para mim vem muito mais da imprensa, da polícia na hora que prende, do que necessariamente uma política macro.

Tivemos uma experiência muito interessante, que foi cobrir em julho de 2013, a deposição do Mohamed Morsi no Egito, que foi o primeiro presidente eleito democraticamente e derrubado também pelo povo com ajuda do exército. Para mim foi uma sensação de muito medo, de lidar com rua, e o medo era muito por estar no desconhecido. Enquanto a gente estava nas ruas brasileiras, por mais que tivesse gente ferida todo dia, gente que tomava bala de borracha e ficava cego, a gente teve vários amigos que perderam, pelo menos uns três que perderam a visão por conta de bala de borracha, você está no seu território, falando a sua língua, com os seus amigos ao lado, lidando com manifestantes que você conhece, e com a polícia que você sabe minimamente o que faz. É mais tranquilo do que estar num país em que todo mundo fala árabe, e que você não sabe o que a polícia faz, e que você parecer um norte americano já é um perigo a qualquer momento.

Aqui no Brasil, na nossa condição de classe média, é difícil sentir esse medo que a periferia sente, por exemplo, com a polícia, ou que os guarani kaiowá sentem. E indo para o Mato Grosso do Sul, a sensação do medo ela é muito mais latente, mas a gente sabe que não é um medo

nosso, a gente sente medo pelos outros, por que quem vai ficar lá na beira da cerca de arame farpado, depois que a gente for embora, vão ser os índios com os fazendeiros, com os capachos deles, não é a gente que fica. Então esse medo ele é meio que do outro, porque a gente sabe que a imprensa também tem uma capa de proteção, e como os caras não querem mexer, não querem gerar mais visibilidade, estão ali tratando com os índios, e deixando tudo quieto, e quanto menos tiver no holofote nacional.

Não entendi exatamente a segunda pergunta, mas vou indicar um site que chama manchetômetro, e ele mede, cientificamente, quais temas e qual a intensidade que a imprensa fala nas suas capas, e qual a visibilidade que ela dá para cada notícia. Eles pegam todo dia a capa do Jornal O Globo, capa da Folha de São Paulo, capa do Estadão e medem ali quais temas tiveram mais relevância e quais foram as manchetes, e eles avaliam com uma metodologia científica bem interessante, a relevância que a imprensa dá para cada notícia. É muito legal para analisar o discurso, a forma como a imprensa se posiciona, ou quantas vezes coloca aquilo, ou como cita aquilo, porque às vezes a imprensa traz notícia sobre tudo, mas a capa é sobre um tema específico.

Rachel Moreno: Tenho pouca coisa para comentar aqui, basicamente o seguinte: quem patrocina esses programas de um nível tão baixo? Quando a gente trabalhava no FITS íamos, num segundo momento, ver quem eram os patrocinadores. E para a nossa surpresa, o maior patrocinador desses programas todos é o governo. Como é que o governo patrocina um programa desses? E consegui entender também a dinâmica interna, que é a seguinte. A Dilma disse, quando se elegeu, que ia rediscutir o critério de distribuição de verba. Parece que até

chegou a nomear uma comissão, mas a coisa está parada. Porque o critério agora é audiência. A emissora que tem maior audiência, é aquela que recebe mais verba. Portanto todo o dinheiro vai para as grandes emissoras do eixo Rio/São Paulo. As pequenas emissoras, alternativas, não recebem nada, e fora desse eixo Rio/São Paulo, mingua cada vez mais. Esse dinheiro que recebem, eles distribuem do jeito que quiserem e inclusive, eles não são distribuídos internamente segundo audiência.

Por exemplo, o Jornal Nacional não tem grande audiência, a novela tem mais, e eles resolvem atribuir uma grana para o Jornal Nacional. Eles vão distribuindo conforme lhes convém, de modo a cobrir, eventualmente os programas com menos audiência, mas que lhes interessa promover. Então é isso, a grana distribuída por critério de audiência, e eles internamente redistribuem como lhes convém, às vezes chegando nos programas mais baixaria possível.

Quanto à interação na mídia, a campanha Criança Esperança dá uma ilusão de participação, que simplesmente não serve para nada, serve só para você garantir a participação nos espaços legitimados, e só nos espaços permitidos por eles. Porque quando a gente critica, encaminha contestação para o CONAR, por exemplo, que é o conselho de auto-regulamentação dos publicitários, eles inventam qualquer desculpa, eles dizem que vieram poucas reclamações, ou então, quando acham que eles têm que prestigiar, como por exemplo, no caso da propaganda do O Boticário, teve gente que reclamou porque tem casal homossexual na propaganda também, aí eles acharam que tem um número suficiente de reclamações, só que precisariam de 45 dias para discutir o caso. Depois de 45 dias, já passara o dia dos namorados, e aquele anúncio saiu do ar. Mas nós estamos tentando enfrentar, no sentido de desmistificar, de desmontar o

discurso, e tentar fazer chegar ao maior número possível de pessoas, uma versão alternativa das coisas. Na época da Copa, por exemplo, pintou uma camisa nos Estados Unidos, uma camiseta, I love Brasil e o love era o coraçãozinho com o fio dental, de modo que o coraçãozinho parecesse uma bunda, e achamos que aquilo estimulava o turismo sexual. E nos mobilizamos, fizemos abaixo assinado, chegamos na Secretaria de Políticas para Mulheres, que se manifestou, e a empresa americana que produziu aquela camiseta, retirou a camiseta do mercado.

Em alguns casos, nós conseguimos algumas vitórias, por exemplo, há alguns anos atrás, tinha uma propaganda da Kaiser, com bolachinha nas mesas de boteco dizendo, “mulheres e cerveja, especialidade da casa”. Nós entramos com processo, ganhamos, e eles pagaram cinco seminários sobre a importância da publicidade e a mulher pelo país, com a condição de que a gente não divulgasse que eles tinham sido condenados.

Então temos essas histórias o tempo inteiro. A gente tentou a musa do verão, da Skol. Tinha um concurso na praia, as mulheres desfilavam, eles elegiam a musa do verão, uma loira lindíssima, e diziam, “se a Skol tivesse feito isso, não seria assim, seria de um outro jeito”, aí eles clonavam a loira na fábrica, e entregavam a loira para cada consumidor, até que chegava no mais velho, e tinha uma loira com defeito, porque ela tinha bigode. Nós percorremos absolutamente tudo, ministério federal, estadual. Eles foram condenados em todas as instâncias, mas apelaram em todas as instâncias, até que na última, o juiz resolveu que aquilo era uma homenagem à beleza da mulher brasileira, e que nós éramos paranoicas, isso não fazia sentido. Assim como teve um anúncio que o Ceará conseguiu contestar, um anúncio de revista. Uma mulher com olho roxo, que dizia, tá na cara que precisa de funilaria, funilaria do Seu

Zé onde você pode consertar o seu carro. Agora, tem umas medidas interessantes que aconteceram. A gente cutucou, cutucou, cutucou o governador da Bahia por exemplo que foi sensível aos apelos das mulheres, e resolveu que o governo não iria contratar nenhuma banda que tivesse uma letra preconceituosa em relação a qualquer segmento da população. E, gente, melhorou a situação na Bahia.

E finalmente eu queria terminar dizendo que o FNDC, que é o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, junta todos os movimentos sociais que estão trabalhando pela democratização da comunicação, e é o responsável por alguns eventos que andam acontecendo ultimamente.

Afonso: Volto a repetir, vários programas falando sobre a polícia militar, a sua atuação, e isso está em vários canais de TV, e eu não sei quem patrocina esses programas, era isso que eu estava colocando.

Rachel Moreno: Então, isso cabe dentro da lógica de que a emissora recebe X% por causa da audiência, e ela redistribui conforme lhe convém internamente. Então se lhe convém promover a polícia por algum motivo, então ela redistribui e você não consegue perceber quem é o patrocinador, mas o dinheiro é o dinheiro do governo que vem para aquela emissora por causa disso.

Afonso: É no que diz respeito àquelas propagandas de cerveja, tem uma muito clara, e não era somente no que diz respeito à mulher, mas sim à família, onde apresentava um placar, em casa 0, no bar 10. Ficar em casa durante os jogos era uma porcária, porque as pessoas dormiam, não estavam interessadas, mas se você saísse e fosse para o bar, inclusive com a cerveja, você ia viver mui-

to melhor, etc. Essa era também uma questão a te colocar. Isso não diz respeito somente à mulher, era a família.

Rachel Moreno: Eu quero dizer o seguinte, nesse país bebe-se muito e bebe-se cada vez mais cedo. E a propaganda da cerveja passa a qualquer hora do dia. A gente tentou ir atrás da legislação, e descobriu que bebida alcoólica só pode ser anunciada a partir das 9h da noite. Só que para a lei o que é bebida alcoólica? É aquela que tem mais de 6 graus de álcool. A nossa cerveja tem de 3 a 4. Nós estamos tentando mudar este pedaço da lei. A bancada de deputados que foi eleita com dinheiro da AMBEV não deixa avançar um milímetro. Nós temos que acabar com esse patrocínio das empresas, porque os caras eleitos prestam mais atenção nas necessidades dos que patrocinam, do que na necessidade do eleitor que os elegeu.

Aécio: Tem como a gente fazer alguma coisa para forçar a polícia militar a fazer trabalho social, tipo retirar as pessoas da rua, que estão em vulnerabilidade social? É possível isso? É uma instituição feita para isso, eles não são feitos só para prender, eles são feitos também para dar a mão e puxar a pessoa do buraco.

Jussara: Sou estudante de serviço social. A mídia realmente ela acaba expondo muita situação em relação à vida dos cidadãos. O que eu sempre fico observando que ela, às vezes, acaba desmoronando a situação da população, principalmente de jovens e adolescentes, e isso expõe também a mulher. A mulher fica muito vulnerável e em algumas situações elas são desvalorizadas. Então eu queria saber se tem algum argumento para a gente lutar em relação a isso, porque isso acaba também destruindo o próprio conceito familiar, e o caráter da mulher. Por-

que a mulher realmente foi uma grande batalhadora e lutadora, porque foi através da mulher que se conseguiu alcançar muitos objetivos. Então como que a gente fica falando sobre a mídia, que a gente volta para ela não é? A mídia, ela não pensa nenhuma qualidade da gente, ela não pensa nenhum objetivo, pelo contrário, além dela se expor, a mulher, ela faz com que você corra atrás de recursos muito altos, de consumo. A população não consegue ter uma visão, porque aquilo ali está modificando a mente das pessoas. Eu gostaria de saber como podemos estar mudando esse quadro, como poderíamos estar lutando.

Renato: Eu sou comunicador, e tenho uma pergunta para o Rafael. Eu queria saber como que a Mídia Ninja pegou essa experiência de cobrir a Primavera Árabe, o que ela trouxe de novidade, e agregou de bagagem para combater aqui, onde temos um cenário político e um cenário comercial que é contra a mídia independente, o que envolve vários fatores da esfera social.

Maria: Boa noite, sou estudante de serviço social, e tive a oportunidade, de conhecer a doutora Janete Pietrá que é um astro. A mídia realmente não chega em todos os lugares, e ela falou até para nós sobre as mulheres que são traficadas, que é uma área que eu desconhecia e eu fiquei indignada com tantas coisas que acontecem aqui, e sobre as quais as emissoras não falam nada, ficam mudas. E aqui a minha indignação com essa mídia que é a Globo, que a gente sabe que é uma das mais conhecidas do mundo inteiro, e eu pergunto para o Rafael, como você chegaria até essa sociedade que tanto sofre hoje com o tráfico de mulheres levando essa informação, que é uma informação tão preciosa para o mundo inteiro, e que hoje, é uma das situações mais graves que nós temos no Brasil.

Rachel Moreno: Bom, vocês vão ter um debate amanhã sobre a questão da polícia, e essa questão que foi trazida aqui, provavelmente vai ser muito melhor respondida amanhã. A nossa polícia hoje é uma herança do tempo da ditadura aqui e não foi mexido, precisaria mexer nessa polícia para adequá-la a funções mais sociais do que aquela que ela está desempenhando de fato. Com relação às perguntas de como é que a gente faz para multiplicar mais os nossos pontos de vista, para multiplicar uma percepção crítica, eu vivi um tempo sem televisão, um bom tempo, depois eu tive filho. E aí era a época de Quino e Mafalda e eu lembro de um quadro do Quino que também tinha o mesmo problema de colocar ou não a televisão na cabeça da filha Mafalda. E aí tinha um desenho dele com uma televisão, e uma samambaia cobrindo completamente a tela, num grito ingênuo de dizer que existe TV em casa, mas não vai dar para você ver. Eu tentei evitar enquanto pude, até perceber que todo mundo conversa sobre o conteúdo da televisão, sobre o conteúdo da mídia. E que você não armar as pessoas com argumentos críticos, não ajudar no sentido de ter uma leitura crítica da mídia, você acaba tendo pessoas que simplesmente se isolam da conversa, ou acabam sendo vítimas da conversa, e acabam sendo frutos dessa tal de conversa. Então, desmontar isso, fornecendo argumentos, e fornecendo instrumentos necessários para a crítica.

Aliás uma das nossas propostas, na nossa plataforma, é que tenha leitura crítica da mídia na escola, em todos os níveis, desde o primeiro grau até lá em cima. Criançada não sabe perceber o que é real, o que é imaginário, portanto, ela acaba sendo mais facilmente enganada por qualquer coisa. O movimento feminista, faz alguns anos tem as promotoras legais populares. Juntam-se mulheres dos mais diversos cantos, e dá-se um curso que dura

mais ou menos um ano, uma vez por semana, uma vez por mês, o que depende do lugar, repassando os direitos nossos, em cada uma das áreas. Direitos em termos de trabalho, direito em termos de creche, direito em termos de salário, direitos sexuais e reprodutivos, e tem sempre uma palestra sobre mídia. Com isso, a gente capacita pessoas, que se tornam multiplicadoras desse papo, porque não dá para evitar, quer dizer, a moçada está saindo da frente da TV, está indo para a internet, mas a grande mídia também está indo atrás deles na internet. O pessoal mais velho, tem ficado mais na frente da TV, mas é muita gente ainda, então é importante que a gente ajude a desmontar isso, e que a gente amplie o alcance da nossa voz. É uma luta de Davi contra Golias, mas eu acho que as promotoras legais populares têm sido super fantásticas.

E você tem razão, essas questões como o tráfico de mulheres acabam sendo silenciadas. O movimento está tentando dar uma visibilidade um pouco maior a essa questão, enfocando de diversas maneiras, mas ainda não chegou de uma maneira mais intensiva. E a única coisa que eu gostaria de dizer em relação à Primavera Árabe é o seguinte, provocou uma discussão no meio das mulheres porque algumas mulheres foram cobrir a Primavera Árabe, e aí elas eram assediadas por não usar chador, e nas redações do mundo, o pessoal começou a se perguntar, se deveriam mandar as mulheres, para cobrir os eventos dos fronts de um modo geral, ou deveriam evitar. E aí a mulherada disse, de jeito nenhum evitar, nós queremos ir sim, e nós queremos condições de segurança, então queremos ir, queremos que tenha um companheiro mais ou menos por perto, e queremos condições da nossa sobrevivência adequada, segundo os nossos hábitos. Então a redação deveria se adequar às condições, para que as mulheres também pudessem cobrir esses eventos.

Joari Carvalho: Os meios de comunicação mantêm um paradoxo, porque são problema e solução simultaneamente na sociedade. Por isso, como Rachel e Rafael **entendem a diferença entre crítica e ódio nos meios de comunicação, e como veem isso nos meios tradicionais, TV, rádio, jornal, etc., e cada vez mais na internet, como uma dimensão de comunicação diferente das tradicionais, mas que as reúne no mesmo meio.**

Rachel Moreno: Eu quero falar um pouco disso para encerrar. Crítica cabe, é tranquilo, tem que estar em todos os cantos obviamente, se nós queremos pluralidade, tem que acontecer. Alguns países, inclusive utilizam isso de um jeito legal, o Canadá por exemplo. O controle social da mídia no Canadá, primeiro foi do governo, depois eles passaram para a iniciativa privada, mas eles têm uma série de atividades relacionadas. Tem gente que avalia os programas de TV, tem gente que avalia os jogos, vídeos games, porque dizem, se a mídia estimula a violência e o vídeo game treina a pontaria, essas crianças quando crescerem vão ficar perigosas. Então temos que acompanhar. Eles têm leitura crítica da mídia, os professores se reúnem a cada dois meses para discutir as experiências mais interessantes, e eles têm ombudsman para receber carta, eles têm o ombudsman para verificar a veracidade das notícias antes da mídia ir para a rua, a pluralidade de pontos de vista a garantia de que tem tanto homens quanto mulheres entrevistados, e que tem tantas fotos de homens quanto mulheres naquela edição, porque se não o jornal não vai para a rua. Eles têm também leis que punem o ódio, o estímulo ao ódio. E eu descobri que o mundo inteiro tem leis que punem o estímulo ao ódio.

No Brasil não tem nada que puna o estímulo ao

ódio. Quanto à internet tem sempre alguém tentando controlá-la com as desculpas mais esfarrapadas. Nos Estados Unidos, porque eles têm que ter controle de tudo, porque previne terrorismo. Aqui no Brasil faz algum tempo, tinha um deputado que dizia que com isso a gente inibe a pedofilia, porque a gente não sabe o que as crianças assistem, e aí tem um pedófilo que chama para ir num encontro qualquer, e nós precisamos poder rastrear todas as comunicações da internet.

A proposta não foi adiante, mas o fato é que o marco regulatório da internet, que foi aprovado, garante a neutralidade da rede, que é grande vitória, por outro lado, não garante de todo a privacidade. O artigo 15 que foi incluído pelo senado, diz que todas as correspondências têm que ser preservadas durante seis meses, que é para poder rastrear esses homens que ameaçam as mulheres de estupro. Resultado, eles conservam, e vendem para qualquer pessoa. Mando um e-mail para você dizendo que eu vou viajar amanhã, e recebo propaganda de passagem, de hotel, eles vendem os nossos interesses e endereços, para poder, inclusive, ganhar dinheiro com isso, enquanto nós não podemos fazer absolutamente nada. E tem gente dizendo que precisava formular alguma coisa, com relação a estímulo ao ódio, na internet.

Porque tem inclusive, essa coisa de namoro que não é exatamente o ódio, de namorada que tira fotografia enquanto tá namorando, acaba o namoro, o carinho coloca a foto dela na internet, com telefone dizendo, prostituta, telefone tal ligue. É um estímulo, pornografia utilizada como vingança. E é um pouco isso que está querendo ser regulamentado na internet. Agora gente, porque na internet? A internet tem que ser livre. Qualquer meio de comunicação que estimule o ódio, tem que estar sujeito à punição, e eu acho que é um pouco nesse sentido que

a gente tem que andar não é? Na punição do estímulo ao ódio em qualquer lugar que isso possa acontecer. E não em uma maior regulação da internet que nós queremos livre.

Rafael Vilela: Respondendo à pergunta que foi feita com relação a como mudar, e como que a gente avança nisso, seja na questão do tráfico de mulheres, seja na questão desses programas que estão aí instituídos como uma realidade que não forma, pelo contrário cria estereótipos. Fazem parecer que as pessoas mais simples e com menos renda, e com menos formação são mais ignorantes ou mais preconceituosas do que a elite, quando na verdade elas têm menos acesso e são desinformados todos os dias, por esses programas.

Isso é um grande problema, isso tem uma intencionalidade política, então quando falamos sobre quem financia, acho que a gente pode fazer um debate mais técnico, sobre de onde vem o dinheiro que paga a conta de uma emissora, ou a gente pode pensar também politicamente, o que faz aquilo ali estar no ar e não ter saído até hoje. Aquilo ali está em consonância com diversos valores da nossa sociedade, que mantém o status quo: a lógica da mulher submissa, a lógica do preconceito contra o negro, tudo isso está ali colocado como valor a ser perpetuado por esses programas. Então acho que mais do que esse questionamento do financiamento, perpetuado por esses programas temos que nos questionar também politicamente, ou seja, se perguntar qual sentido faz isso estar no ar até hoje, a quem interessa perpetuar esses valores. É esse questionamento que faz a gente começar a entender onde tem que bater.

A solução, eu nunca achei. O fato de o Mídia Ninja oferecer narrativas independentes, jornalismo e ação, indica que a gente vê o jornalismo de forma insuficiente para

resolver essas questões, o jornalismo é uma ferramenta, assim como várias outras que conseguem interceptar essas questões e tentar minimamente criar um nível de consciência novo, em relação a esses temas, mas é incapaz de resolver. Acredito na política pública, acredito na consolidação de um campo político favorável à transformação, e que consiga pautar o país através de políticas macro.

Acho que se for pensar lá na ponta a solução, ela está nesse campo, talvez esteja nessa organização, dos núcleos, dos coletivos, desse tipo de atividade, de formação como a Rachel falou também várias vezes. Acho que a formação tete a tete, atividades no sentido de conscientizar as pessoas do papel da mídia, a entender a mídia não só como um meio, mas como um agente político, acho que isso é uma mudança radical na cabeça de muita gente, que entende aquilo como um fluxo de informação neutro. Passa a entender aquilo como um agente de política, tentando colocar uma ideia na cabeça das pessoas, penso que isso já muda a forma de interpretar a mídia, e isso ajuda a avançar a começar a pensar políticas em relação a isso .

Acho que essas respostas passam pela lógica de uma reforma política popular, mas eu acho que no debate da comunicação, o empoderamento da sociedade civil, enquanto cidadãos multimídia, enquanto coletivos organizados, que começam a se juntar, eu acho que não tem muito segredo além de nos juntarmos e conseguirmos aglutinar forças para um embate, para um confronto, para um enfrentamento político mesmo. Acho que não tem outra solução. E isso tem crescido, eu acho bem legal.

Acho que, a minha crítica ao governo é porque ele poderia ter tido um papel de protagonista no empoderamento da sociedade em relação a isso. Se a gente tivesse tido políticas claras de afirmação da diversidade de comunicação, poderíamos ter hoje muitos grupos,

com muito mais recursos, com muita mais capacidade de incidência na sociedade, pautando esses temas.

Hoje ainda somos poucos e esse tipo de debate aqui ainda é uma raridade, e é em São Paulo. Ter esse tipo de debate no país todo é uma coisa que ainda tá longe, no interior isso não chega. Acho que a gente tem uma missão enquanto comunicadores, enquanto movimento social da comunicação, de levar adiante esse debate, e a partir dele, gerar esse senso crítico, que também leva à ação, ação política e ação estética, para a gente conseguir criar as nossas próprias narrativas.

Esse empoderamento narrativo dos movimentos sociais é uma vertente interessante, temos trabalhado muito na formação e na consolidação de um campo de qualificação mesmo dos movimentos sociais em relação à comunicação. Os movimentos sociais nesses 30 anos de democracia avançaram muito pouco na comunicação deles próprios. Os movimentos fazem comunicação por release, mandam o release para a grande imprensa, e pede pelo amor de Deus para publicar alguma coisa. Esse modelo está superado. Os movimentos passam a entender que se eles não criarem as próprias narrativas e pautarem as redes, pautarem o debate na sociedade, dificilmente eles vão chegar num número grande de pessoas.

Então eu acho que passa um pouco por isso, entendermos que são múltiplos os caminhos. Mas eu sou extremamente otimista, porque não dá para ser ativista e pessimista, se for para ser pessimista vai ganhar dinheiro, que está cheio de lugar para ganhar dinheiro. Se a gente acreditar no que faz, significa acreditar que é possível transformar.

Nesse mês a gente vai fazer em Montevideu a terceira edição do Faccion, que é a rede latino americana de midiativismo. São mais de 100 coletivos da América Latina toda reunidos de 23 a 26 de setembro em Mon-

tevidéu. Tem o movimento latino americano se consolidando em relação a esse empoderamento narrativo das mulheres, dos negros, dos movimentos sociais, e acho que isso é legal, é o caminho que a gente tem que traçar.

Em relação à primavera árabe, a experiência que fica mais evidente, é que essa revolução nos meios de comunicação é global, o que a gente tem feito aqui no Brasil e aquela explosão de junho em relação à Mídia Ninja e outros processos de comunicação, se dá no mundo inteiro. Lá você tinha a galera transmitindo ao vivo, você tinha a galera fazendo foto, e tinha no Egito um coletivo de contra informação pesado. A diferença é que lá os caras são assassinados, aqui a gente não tem isso. Acho que ali tinha uma política de extermínio da mídia independente, de perseguição, de prisão, que é muito mais complicado, é muito mais violento. Havia noite em que havia 50 mortos, os clashes, que eram aqueles embates entre os próprios manifestantes. Lá está muito pior do que aqui hoje. Se a gente acha que está ruim aqui, eu acho que não dá para avaliar positivamente o cenário, mas atuar positivamente sobre ele. O Egito está muito complicado. Depois da caída do Mohamed Morsi o exército tomou conta de novo. Se teve alguma coisa parecida com uma primavera, e eles estão bem céticos, não acreditam nessa ideia de primavera, hoje vivem um processo avassalador de perseguição, de prisões. Inclusive há alguns meses atrás teve um ato em que foram presas 600 pessoas. Elas estavam prestes a serem julgadas à pena de morte, por terem feito manifestação e terem agredido a polícia. E eles estão lá resistindo, estão fora do Egito, buscando apoio. Quando a gente esteve lá, havia marchas com 30 milhões de pessoas nas ruas do Egito (dados da BBC). Era a maior movimentação humana da história do mundo e eu acho que é difícil conter isso. Daqui a pouco estoura de novo.

Quanto à questão da crítica e do ódio, acho que não dá para a gente achar que a internet vai resolver todos os problemas. O marco civil da internet é uma lei muito avançada, o Brasil conseguiu criar uma das leis de internet mais avançadas no mundo, mas ela ainda não está regulamentada, e vai ser difícil, regulamentar agora. Mas ela foi criada, isso é um avanço, e a gente tem que comemorar, e comemorou na época. Foi uma vitória dos movimentos sociais, não foi um presente, entregue por ninguém, mas o resultado de uma luta. O que temos que entender é que a internet está em plena disputa. Hoje em dia todo mundo acha normal pagar o Netflix e ver as paradas lá. Há 6, 8 anos atrás, a pirataria, que foi uma grande revolução no acesso à informação, estava ganhando. Hoje você tem uma lógica em que o processo foi meio que adestrado e hoje, você paga, pelo menos é barato, então eu acho que tem um processo de disputa pelo controle da internet, muito ativo, no acesso aos conteúdos.

O próprio Facebook também, não nos enganemos, ele está muito mais para um shopping do que para um município. Ele é uma iniciativa privada, de interesse privado, que tem regras privadas. A comunidade que usa, usufrui, mas ao mesmo tempo gera todos os lucros do Facebook e dá as suas informações, para que sejam vendidas. A comunidade não tem nenhum poder de debate para ditar as regras do próprio Facebook. Não é uma democracia, então tendo isso claro, e sabendo as limitações, a gente acredita que temos que hackear todas as estruturas possíveis, seja um Ministério da Cultura, seja uma plataforma de altíssima visibilidade no Brasil que é o Facebook. A ideia de hackear não é uma coisa negativa, a ideia de você ocupar espaço, e qualificar, e conseguir tirar o melhor daquilo, é a única opção que temos. Essa nova mobilização dos movimentos brasileiros, eu

acho que é legal, e eu sou otimista também em grande parte, porque eu acho que tem uma revolução acontecendo no Brasil e ela é comportamental. O debate sobre a legalização da maconha, a questão do orgulho negro, a gente teve há menos de um mês atrás, a primeira marcha do orgulho crespo em São Paulo e foi a primeira marcha do orgulho crespo no Brasil e no mundo talvez, mas que hoje já está sendo replicada em nove estados.

Então acho que tem coisas muito interessantes, muito avançadas acontecendo em relação ao comportamento, e isso está ligado à juventude, está ligado a novos processos políticos, a uma nova forma de fazer política, e eu acho que isso tende a ser cada vez mais interessante. O que a gente precisa é se organizar, é ter consciência desse processo, disputar mídia, disputar os governos, disputar os espaços de falar, empoderar novos agentes. Eu acho que se a gente não trabalhar na lógica de empoderar as mulheres, os negros, não numa lógica assistencialista, mas de ter eles como personagens nessa história, ocupando esses espaços, dificilmente nós vamos ter novos processos políticos.

**8.SEGURANÇA PÚBLICA E PSICOLOGIA:
Polícia para quem precisa?**

Orlando Zaccone Dela Filho

Delegado de polícia no Rio de Janeiro, mestre em Ciências Penais pela Universidade Candido Mendes e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense; é autor dos livros Acionistas do Nada, Quem São os Traficantes de Droga e Indignos de Vida: a desconstrução do poder punitivo; secretário geral da LEAP/Brasil.

Boa noite a todos e a todas. Hoje, se nós ligarmos a televisão, vamos ver especialista de segurança pública em tudo quanto é canto. No Rio de Janeiro, no RJTV, tem um especialista de segurança pública, Rodrigo Pimentel, um ex-policia militar, que fala sobre segurança. As outras emissoras passaram a copiar, tem um delegado do Rio de Janeiro cujo segundo emprego é de comentarista da RedeTV. Ele aparece no jornal e faz seus comentários sobre segurança pública. Aqui em São Paulo nós temos o Datena. Que especialidade é essa? Há um criminólogo e jurista argentino - o professor Raul Zafarone que inclusive é ministro da Suprema Corte Argentina - que denomina esse boom midiático dos assuntos de segurança como criminologia midiática.

O saber criminológico é um saber acadêmico na área das ciências sociais. Setores da sociologia desenvolvem o estudo do fenômeno do crime e do criminoso. No Brasil nós temos uma tradição em que o pessoal da área jurídica passa a considerar o estudo do crime, do crimi-

noso como um fato social. Mas segurança pública é uma coisa que vai além do estudo criminológico, porque segurança não é só o fenômeno delitivo. Segurança envolve questões de ordem subjetiva que muitas vezes não têm relação nenhuma com o crime, e nós temos que entender como isso acontece. Só vou dar um exemplo para vocês perceberem como segurança pública é um tema complexo.

Uma vez dei uma palestra para corretores de imóveis no Rio de Janeiro e perguntei se eles sabiam qual era a região do Rio onde havia mais roubo a residências. E eles começaram a chutar regiões onde os imóveis são desvalorizados. E eu mostrei para eles que era justamente o contrário. Era na Barra da Tijuca, no Recreio dos Bandeirantes, onde naquele ano de 2003 havia os maiores índices de roubo a residência, justamente nessas regiões onde os imóveis eram mais valorizados. Ao mesmo tempo, em regiões onde havia baixos índices de roubo a residência, muitas vezes próximas a regiões em conflito, os imóveis tinham um valor muito menor. O que causava a valorização imobiliária era a sensação de segurança. As pessoas que moravam na Barra, onde os índices de roubo a residência eram altos, tinham a sensação de morar num bairro mais seguro. Já na Tijuca perto ao Morro do Boréu, do Morro da Formiga onde havia constante troca de tiros entre marginais, às vezes com intervenção policial, regiões próximas às favelas, os índices de roubo à residência eram muito baixos porque o próprio traficante não quer roubar perto de onde mora. Pode roubar, mas tem que roubar longe. Tem que ser tantos quilômetros longe da favela.

Então, nas regiões próximas às comunidades, geralmente você não tem roubo a residência, mas ali os imóveis tinham baixa valorização. Por quê? Porque a sensação de insegurança de quem mora do lado de uma comunidade, onde constantemente tem troca de tiro entre

grupos tentando dominar o negócio de drogas ilícitas, onde há intervenções policiais, barulho de tiro, correria, é muito maior do que naquela região onde o roubo a residência é silencioso. Então segurança é uma coisa que envolve questões de ordem objetiva e de ordem subjetiva.

Segurança pública é algo que é desenvolvido inicialmente no campo econômico. É no campo econômico que se desenvolve o termo razões de segurança. Um filósofo italiano chamado Giorgio Agamben, em um artigo, no *Le Monde Diplomatique* do Brasil, afirma que o dispositivo da segurança ameaça a democracia. Por quê? Fazendo a genealogia do termo segurança, verifica que o termo segurança aparece em uma obra de economia chamada *Os Grãos*, ainda no século XVII. Nessa obra pela primeira vez se fala em razões de segurança. É feita uma inversão de tudo que se discutia na Europa até então, sobre uma questão muito temida na Europa naquele momento, que era a fome. Agamben vai dizer que até a publicação desse artigo a Europa tentava evitar a fome, armazenando grãos, proibindo a exportação de grãos. E toda discussão que havia era no sentido de buscar mecanismos para evitar a fome.

Com esse artigo temos uma inversão de toda perspectiva em relação ao tema da fome. Diz o autor dessa publicação “nós não precisamos evitar a fome” porque a fome é algo que nós não podemos evitar. Começa, portanto, com a naturalização do fenômeno social da escassez de alimento. Naturalizado o fenômeno da fome, que é uma luta que já começa perdida, usa o dispositivo de segurança, apontando que nós temos que conviver com a fome para que a gente possa, como um alguém que conduz um navio numa tempestade, passar pela tempestade sem que o navio vire. Temos que estabelecer princípios de segurança que façam com que a fome seja administrada.

Então, a primeira perspectiva que eu queria trazer

para reflexão sobre o tema da segurança é que o conceito de segurança não é aplicado no sentido de fazer uma intervenção na ordem das coisas. A segurança tanto do ponto de vista alimentar, como do ponto de vista da saúde, como do ponto de vista do crime, não busca a modificação na ordem dos fatos, mas sim uma convivência com os fenômenos da maneira como eles se encontram, no sentido do gerenciamento, da administração daquele fenômeno. É a partir dessa genealogia que Agamben vai dizer que hoje nós estamos simplesmente, em todos os sentidos, buscando a segurança como um fator de gerenciamento da vida, sem transformar a vida.

Lembro-me de uma conversa que tive com um delegado no Rio de Janeiro, que era diretor da delegacia de roubos e furtos de automóveis. Ele falou para mim com muito entusiasmo “Zaccone, esse mês nós temos que sair de 3.550 roubos de veículos no (Rio de Janeiro) para 2.890.” Vocês entenderam a dimensão do gerenciamento dessa realidade? A realidade é dada como algo natural que não podemos evitar e nós temos que simplesmente administrar os números. Acho que o dispositivo da segurança tem nos colocado uma coisa muito séria e muito grave, apontada pelo Agamben: o esvaziamento da política. Toda vez que nós depositamos as nossas fichas, toda vez que nós depositamos os nossos esforços intelectuais no sentido de contemplar soluções de segurança, nós estamos esvaziando o dispositivo que é capaz de fazer a transformação social, que é a política.

Vou dar um exemplo a partir do tema drogas, que é um tema bom porque tem a ver com saúde, com segurança pública, com economia. Não tem um campo mais propício para se falar de segurança do que o campo das drogas. O que é proposto em termos de segurança para a questão das drogas ?

A segurança pública não vai fazer intervenção nenhuma porque nós temos, no campo da segurança pública, uma política de repressão. No Rio de Janeiro, com a implantação das UPPs, a própria Secretaria de Segurança desde o início veio a público dizer que a UPP não é um projeto para acabar com o tráfico. Como você vai acabar com o tráfico se pessoas querem usar aquelas substâncias? As pessoas querem fumar maconha. E elas não fumam maconha porque oferecem essa maconha, pois não tem propaganda de maconha na televisão, não tem propaganda de cocaína na televisão. As pessoas vão atrás do efeito dessas substâncias. Então, se quisermos fazer uma intervenção nessa realidade, não é o dispositivo de segurança que vai fazer. Porque o dispositivo de segurança vai partir do seguinte princípio: temos que conviver com ela e temos que administrar isso. Como é que nós vamos administrar isso? E aí vem a pergunta do debate, segurança para quem? Polícia para quem?

Primeira coisa, se as pessoas querem se entorpecer, precisamos de um campo de drogas lícitas, Ritalina, Rivotril, Lexotan, álcool. Porque não é possível gerenciar o campo do desejo de se entorpecer das pessoas que vivem nas cidades; como já diria Sigmund Freud, “seria inviável esse mundo moderno sem droga”. As pessoas trabalham para, na sexta-feira, meter o pé na jaca. As pessoas precisam se drogar. O que o proibicionismo faz em termos de dispositivo de segurança é dar alguma droga para essas pessoas.

Mas, não se pode deixar que essa drogadição fique fora do controle. Então, vai se reprimir algumas formas de uso, o uso de algumas substâncias. E como é que é feito esse verdadeiro milagre? Thomas Hobbes escreve no *Leviatã*: “só o Estado pode construir um milagre, dizer o que é milagre, dizer o que não é milagre”. A partir da proibição das drogas, o Estado constrói um milagre. De

um lado estão as drogas lícitas, que são drogas do bem. E do outro lado as drogas ilícitas, que são as drogas do mal.

O ministro do STF, no seu discurso a favor da descriminalização do uso da maconha, diz que fumar um baseado é tão normal como beber um whisky antes de dormir. Agora, o crack já é algo que retira, atinge a alma do ser. Então essa distinção entre drogas do bem e drogas do mal tem levado hoje muitos militantes do anti-proibicionismo a acreditar que a maconha é uma droga melhor do que as outras. Mas isso está fundamentado em que? Qual é o saber científico que fundamenta essa distinção entre drogas lícitas e ilícitas? O Viagra mata mais do que a maconha porque você não tem um registro de morte por consumo de maconha no mundo. Mas registro de morte por Viagra você tem. E o Viagra é vendido sem receita médica. O álcool produz efeitos nocivos, mas você tem propaganda da cerveja. Quer dizer, na verdade o gerenciamento que a segurança pública faz na questão das drogas, ao separar drogas lícitas de ilícitas, tem alguma intenção. Qual seria essa intenção?

Se formos observar o discurso sobre a criminalização das drogas, na verdade ele é voltado não para os efeitos da droga em si, mas para a condição do usuário daquela droga. Recentemente estive no Brasil o Carl Hart, neurocientista americano que falou que a sensação de quem cheira cocaína e a sensação de quem fuma crack é a mesma. Lógico que o efeito de quem fuma é mais rápido. O efeito do crack é mais rápido do que o da cocaína, que é inalada. Mas a sensação das pessoas que usam essas duas substâncias é a mesma. Entretanto, foi assumido num ambiente social que a cocaína é a droga do poder. A cocaína é uma droga produtiva. As pessoas cheiram e trabalham. Quem cheirava nos anos 80 eram os Yuppies, os operadores da bolsa de valores, do pregão

da bolsa. Então nós não estamos falando da cocaína, nós estamos falando de quem usa a cocaína. E o crack é tido como a droga de zumbi, que retira a alma das pessoas. Mas por quê? Porque ela é consumida por morador de rua.

Na verdade, toda a construção que se faz nesse discurso de drogas lícitas e ilícitas é uma construção que se faz não objetivamente, em relação ao tipo de droga, mas sim em relação ao tipo de uso, das pessoas que usam e principalmente das pessoas que comercializam. E esse milagre é feito pela distinção arbitrária de drogas lícitas e ilícitas.

Se o presidente da Ambev entrar naquela porta, vamos recebê-lo como uma pessoa merecedora de todas as honras, por ser o presidente da maior empresa do Brasil. E o que vende a Ambev? Droga. E quem está dizendo isso não sou eu, mas a Organização Mundial da Saúde. Não queremos criminalizar o álcool, porque sabemos que se o álcool gera problemas dentro da legalidade, se ele for proibido vamos ter não só esses problemas gerados na legalidade do consumo, mas também os problemas da proibição. Mas o dispositivo da segurança pública quer contemplar o gerenciamento do entorpecimento alheio. E nos adestram, nos disciplinam nas drogas que podemos usar e nas drogas que não podemos. Qual o limite da embriaguez? Controle. Na verdade, a droga é um dispositivo de controle dos corpos, que é sugerido, gestado pelo Estado. Nós não vamos ter um movimento do governo federal “Ritalina é possível vencer. Rivotril, é possível vencer.” Não vai rolar porque é o próprio Estado que fomenta muitas vezes o consumo dessas substâncias.

Outra construção no campo da segurança, que é feita no caso das drogas, é no sentido da teoria da diferenciação, da distinção entre traficante e usuário de drogas. Isso é uma construção política. Do ponto de vista da natureza do fato, uma pessoa que tem um cigarro

de maconha no bolso para fumar e outra que tem um cigarro de maconha no bolso para vender, os dois têm a mesma conduta: portar um cigarro de maconha. Mas o Direito constrói a ideia de que aquele que tem para fumar ficará sob controle médico e o que tem para vender ficará sob um controle criminal, é um criminoso hediondo, monstro, mutável. Esse gerenciamento de que nós estamos falando não insere o desejo ou o consumo de drogas no ambiente social. Faz uma inserção e exerce um domínio sobre os corpos, mas não sobre o fato social.

O tema da segurança hoje ganha um destaque no mundo inteiro. O município não tem competência nenhuma ou quase nenhuma no que diz respeito ao tema, mas é o tema principal nas campanhas eleitorais. Segurança tem se transformado no tema principal no mundo inteiro. Por quê? É justamente para manter o mundo do jeito que ele está. É na perspectiva de se manter as desigualdades sociais. É na perspectiva de se manter a distribuição de renda desigual, com metade do planeta vivendo em condições de pobreza, que se contempla o tema da segurança com viés humanista.

O exército brasileiro está há mais de 10 anos numa ocupação militar do Haiti com o discurso de que se trata de uma ação humanitária, o que é mentira. É uma ação estratégica para treinar militares brasileiros para ocupar territórios pobres no Brasil. Segurança Pública nada mais é do que mecanismos, dispositivos que são utilizados, seja na saúde, na economia, para manter a vida como ela é, na gestão da vida. E aí vem o questionamento político. Se vamos trabalhar na perspectiva da segurança estamos trabalhando na perspectiva de mantermos o mundo como ele é. Se quisermos trabalhar na perspectiva de transformar o mundo, nós temos que nos afastar dos dispositivos da segurança e buscar os dis-

positivos políticos que possam contemplar a mudança.

Para finalizar, como acabar com o tráfico? Legalizando a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas. O tráfico acaba no dia seguinte. Mas isso não interessa. E por que não interessa? Se a polícia entrar na casa de qualquer um de nós sem mandado judicial à noite, o que seria do ponto de vista constitucional um absurdo, se encontrar um cigarro de maconha lá dentro, está tudo legitimado, tem um flagrante. Tem uma intervenção maior sobre o corpo do indivíduo. Hoje a ocupação militar nas áreas pobres no Brasil, começando nas favelas do Rio de Janeiro é justificada e fundamentada. A ocupação de lugares pelo exército é toda legitimada. Legitimamos a ocupação pelo exército de espaços públicos dentro de uma estrutura dita democrática fundamentada em segurança.

Outro dia eu fui chamado no Rio de Janeiro para fazer um debate sobre redução da maioria penal. Aí cheguei, fiz a palestra e quando eu volto, quem é que está sentado na porta da escola? Um PM. Eu falei “o que, que esse moço está fazendo aí?” “Ué, ele vem aí todo dia.” “Todo dia?” É o porteiro da escola, é um policial militar. Tudo isso tem a ver com o controle. Segurança é um dispositivo de controle de nós mesmos. E a polícia é muito controlada pelos seus próprios dispositivos de segurança.

No caso Amarildo, foram as câmeras espalhadas na Rocinha, mais de 80, que detectaram a ação dos policiais. Então aqueles que querem fazer, ou pensam, ou desejam fazer alguma intervenção na ordem das coisas no sentido de contemplar a mudança de muitas das realidades que nós vivemos na nossa sociedade, não só no Brasil, temos que começar a resgatar a política. É no campo político que vamos ter condição de resolver as questões que a segurança pública se propõe a resolver porque ela só faz isso de forma discursiva. Não resolve nada. Ela mantém as coisas do jeito que elas são.

Pedro Paulo Bicalho

Psicólogo, especialista em Psicologia Jurídica. Mestre e Doutor em Psicologia. Foi oficial psicólogo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, coordenador nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e Conselheiro do Conselho Nacional de Segurança Pública e do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Ministério da Justiça. Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Boa noite a todos e a todas. Primeiro quero dizer que é um prazer muito grande estar aqui mais uma vez em São Paulo, para poder falar sobre Segurança Pública, um tema tão árido para se tratar. Hoje eu sou professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas durante uma época da minha vida fui oficial psicólogo da polícia militar do Rio de Janeiro, um quadro que curiosamente foi criado alguns meses após um episódio que mobilizou muito a sociedade brasileira, que é o episódio do Ônibus 174. Aquele acontecimento foi no dia 12 de junho de 2000 e alguns meses depois saiu o edital com 50 vagas para psicólogos na polícia militar, para ocupar um cargo recém-criado na polícia militar do Rio de Janeiro, que era um quadro de oficiais psicólogos. Ou seja, eram psicólogos que estavam entrando na polícia para serem policiais psicólogos. Eram 50 os primeiros que entraram. Depois entraram mais 40. Hoje são 90 oficiais psicólogos no Rio de Janeiro que entraram na corporação para exercer o ofício de policial.

Foi uma grande discussão à época, pois era um quadro novo, nenhuma polícia militar do Brasil tinha tido a experiência de ter um quadro de oficiais com essa especialidade. Na época foi um grande desafio para ocuparmos os lugares para onde fomos encaminhados. Quando nós prestamos o concurso, imaginávamos que seríamos psicólogos da polícia e, portanto, trabalharíamos nas suas policlínicas, hospitais atendendo a policiais. Após entrar, compreendemos que o nosso trabalho era um trabalho operacional. O psicólogo foi no BOPE para atuar com tomada de reféns, foi para o batalhão de choque para trabalhar com manifestações de rua, o psicólogo foi para o grupamento aéreo, como eu, trabalhar com resgates suicidas. O psicólogo passou então a ser um policial diferente.

Uma vez eu estava fardado e um policial falou para mim “olha, tenente, eu não sei exatamente o que é a sua especialidade”, porque cada especialidade na polícia tem o símbolo dela na gola, e o policial psicólogo tinha um psi. E ele falou “eu não sei que especialidade é essa, mas não deve ser boa coisa, porque um policial com um tridente na roupa não deve ser uma boa especialidade.” E é bom a gente pensar para quais tarefas as instituições nos têm convocado. E por qual razão nós psicólogos temos sido um profissional requisitado para o campo da segurança. Isso não é necessariamente ruim, desde que nós problematizemos esse lugar. Não é exatamente recusar esse lugar, mas é transformar essa encomenda em uma demanda, é transformar encomendas em demandas significantes. Antes de mais nada, precisamos nos perguntar para que tipo de tarefas nós temos sido convocados e o que nós podemos fazer com essa convocação que aparentemente é uma convocação que já vem pronta. Penso que essa é uma discussão importante para nós.

Mas, eu queria começar a lembrar que, falar de se-

gurança pública ou falar de polícia, não é um tema mobilizado pelo crime, até porque falar de crime é sempre falar de algo que não é concreto, tendo em vista que a criminalidade que se apresenta para nós como um dado objetivo é sempre um dado atravessado e mediado por um processo poderoso chamado seletividade penal. Portanto, o que aparece para nós como estatísticas criminais fala mais de um processo de seletividade que está em curso na construção do Estado brasileiro do que do crime propriamente dito.

Acreditar que as taxas criminais falam do crime é extremamente empobrecedor, tendo em vista que nós precisamos pensar que essa criminalidade é sempre uma criminalidade aparente. Mas então, se a criminalidade é sempre aparente, ela diz mais de um processo de seletividade, de um processo delitivo. E se o crime não é o que mais mobiliza o campo da segurança, o que seria então esse fator mobilizador?

Tendo a pensar que o que mobiliza a segurança é muito mais a noção de risco do que a noção de crime. Portanto, a pergunta de polícia para quem, faz muito mais sentido do que pensar polícia para que. Porque toda a discussão de segurança pública está atravessada pela mobilização em relação ao risco. E risco não é exatamente aquilo que acontece. Risco não está inscrito na noção de fato concreto e objetivo. Risco está inscrito na noção de virtualidade.

É preciso pensar que virtualidades operadas pelo risco têm produzido uma certa noção de ordem que faz sentido para operar o Estado brasileiro. Daí, se nós entendemos que o que está em jogo não é o crime nem a criminalidade, mas é o risco, é preciso pensar então que o que está de forma central fazendo circular o jogo da segurança é muito mais o conceito de culpabilidade do que qualquer outro conceito relacionado a delito, a crime ou a criminoso. E se nós pensarmos o conceito de culpabilidade como

o que opera as noções de segurança, concluímos que nós psicólogos temos muito mais a pensar, a intervir e a problematizar no campo da segurança do que entendemos.

Portanto, eu arrisco a dizer que os estudos da subjetividade e toda discussão relacionada à construção dos processos psicossociais em curso no Estado são muito mais poderosos para pensar a noção de segurança do que qualquer outro dado objetivo que fale sobre o crime. Portanto, sim, nós temos muito a ver com isso.

Se segurança é operada pelo risco e se o risco é operado pela noção de culpabilidade, nós psicólogos, que estudamos a subjetividade, temos muito o que fazer no campo dessa discussão sobre segurança pública. Em especial quando nós entendemos que, no mundo contemporâneo, as noções e as discussões sobre culpabilidade são cada vez mais potencializadas por discursos que têm a ver com penalização e com judicialização. Nós temos construído uma sociedade que cada vez mais pede penas e que cada vez mais entende que pedir penas é pedir penas para alguém.

Dessa forma, me parece extremamente feliz que o tema da discussão sobre segurança pergunte, afinal de contas, polícia para quem. Porque me parece que a noção do quem operada pela noção de culpabilidade é aquilo que faz da noção de risco uma estratégia de promoção do Estado. Para que a gente possa então pensar de uma forma mais concreta de que modo o tema da culpabilidade, e portanto, o tema do sujeito, comparece nas esferas ampliadas para se pensar segurança, nós temos alguns analisadores muito concretos para pensar sobre isso.

Primeiro, eu gostaria de propor aqui uma discussão sobre segurança pública que não seja dissociada da discussão sobre justiça criminal e execuções penais. Assim, falar de segurança pública é falar dos quatro grandes eixos que compõem os estudos da segurança, que

são a prevenção, a investigação, o julgamento e a execução. Acredito que pensar essas quatro grandes vias para se pensar a segurança seja estratégico para que pensemos, então, de que maneira a noção de culpabilidade, portanto o campo dos processos subjetivos e a noção do sujeito comparecem na discussão sobre segurança.

Antes de falarmos sobre prevenção, vamos comentar algo muito curioso no modo como a segurança é construída no Estado brasileiro. Temos uma experiência única, singular em relação a qualquer outro país do mundo, porque esses quatro grandes campos que compõem a segurança nesse país são representados por quatro grandes instituições que muitas vezes não conversam e não dialogam. A prevenção é representada especialmente pelas polícias militares, a investigação é representada em especial pelas polícias civis, o julgamento pelos tribunais de justiça e seus correlatos, como o ministério público e a defensoria, e a execução penal, pelas Secretarias de Administração Penitenciária, representadas nacionalmente pelo Departamento Penitenciário Nacional. Curiosamente nesse país, as quatro instâncias que compõem a segurança, são representadas por quatro grandes campos institucionais, que como eu falei, muitas vezes não dialogam e não conversam, o que faz com que um grande sistema de segurança pública seja possível apenas no campo das ideias. Não há um sistema de segurança pública, porque não há de fato uma política nacional para se pensar esse grande campo. Nós podemos pensar que existem vinte e sete sistemas de segurança, porque nós de fato fazemos operar as seguranças que são constituídas em campo estadual, cada uma à sua maneira. Não existe uma diretriz única para se fazer operar o grande campo da segurança, apenas quando nós falamos por exemplo, da segurança mediada pela prevenção. E

aí quando nós misturamos prevenção com investigação, a investigação com julgamento, e essas três com a execução penal, vemos que há uma pluralidade de experiências concretas nesse país, que muitas vezes não dialogam entre si. Isso produz uma grande confusão, e uma grande questão quando pensamos segurança pública como campo de estudo, ou campo de intervenção.

Mas, voltando à minha primeira pergunta, de que maneira a noção de culpabilidade e, portanto, a noção de sujeito aparecem em cada uma dessas quatro instâncias? Primeiro a prevenção, que é tarefa primordial de uma instituição chamada polícia militar. O grande modo de fazer operar a prevenção é a partir da abordagem. Tendo em vista que a polícia militar, preventiva e ostensiva, não trabalha com o crime após ter acontecido, mas trabalha com a prevenção, ela trabalha com a virtualidade do crime propriamente dito. E qual é a principal maneira de prevenir esse crime? É abordando aqueles que são entendidos como suspeitos. É bom lembrar que a fundada suspeita é o principal operador do chamado poder de polícia, poder esse que se exerce pela discricionariedade, pela auto executividade, e pela coerção, ou seja, ser um policial significa poder exercer a chamada fundada suspeita, ou seja, posso suspeitar de você, mesmo que a princípio você não apresente nenhum elemento que me faça suspeitar de você, porque a minha fundada suspeita é produzida pela via da coerção, a constituição me garante, pela via da auto executividade, ou seja, eu mesmo posso executar aquilo que eu penso, e através da discricionariedade, ou seja todo o meu raciocínio é capaz de dizer quem é o suspeito, mesmo que não haja elementos para isso. E é preciso pensar que os processos de abordagem que fazem operar a fundada suspeita, são processos atravessados por criminalizações que constituem a subjetividade de todo nós.

É bom lembrar, que nós sempre ficamos muito indignados, e precisamos ficar, quando entendemos que a abordagem de um policial é operada por processos de racismo, de homofobia, de questões relacionadas ao gênero, à moradia do sujeito. Ficamos indignados por isso, e precisamos ficar, pois afinal de contas, as estatísticas nos mostram que aqueles que são mais abordados têm cara, têm endereço, tem cor, têm sexo. Não é por acaso que as pessoas são mais ou menos abordadas pela polícia, e chamamos tecnicamente isso inclusive, de racial profile, ou seja, é um tipo de suspeita que é atravessada por processos subjetivos, que constituem o policial, mas não só ele, constitui nós todos.

Afinal de contas, quando um policial está abordando, ele escolhe algumas pessoas porque ele entende que algumas pessoas são mais suspeitas do que outras. Mas, nós que não somos policiais, e que, portanto, não abordamos pessoas através da fundada suspeita, fazemos operar o medo como operador político de nós mesmos, pelos mesmos processos de racial profile que faz o policial abordar um e não outros. Afinal de contas, se a pessoa é suspeita para o policial em função de uma série de fatores, são esses mesmos fatores que nos fazem ter medo de alguém, e que nos fazem descer do ônibus, antes de ele ser assaltado. Ou seja, o mesmo racial profile que faz o policial abordar, é o que me faz sentir medo do outro e o que me faz descer do ônibus quando eu acho que vou ser assaltado. E depois que eu salto, eu ainda dou graças a Deus, por ter conseguido descer antes do assalto acontecer, um exercício de futurologia que todos nós exercemos.

Ou seja, o policial, como ele mesmo gosta de dizer, não veio de Marte, os mesmos processos subjetivos que constroem o racial profile e fazem operar a abordagem policial, que fazem operar a fundada suspeita, são

constitutivos de nós todos. Porque se a sociedade em que vivemos é atravessada por violentos processos, de racismo, homofobia, questões de gênero, identidade de gênero, etc., isso faz operar também o modo de fazer a chamada prevenção do crime. Portanto, pensar a prevenção como um primeiro grande atributo, de um processo de segurança pública, é pensar que a prevenção é atravessada pela noção de culpabilidade, que faz operar a tal fundada suspeita do policial que escolhe mais uns do que outros.

É preciso lembrar, ainda, que a grande maioria dos crimes que são executados hoje no Brasil por via do flagrante delito, em sua grande maioria, são apenas homologados pela justiça brasileira. A justiça, em casos de flagrante não julga, ela homologa aquilo que o policial encontrou na sua abordagem. Então é preciso pensar que a abordagem policial não é apenas um processo de prevenção, ela também é um processo de investigação, ela também é um processo de julgamento, e ela também é um processo de execução penal. Se hoje nós entendemos que o nosso sistema penitenciário é atravessado pelas mesmas características que constroem a sociedade brasileira, nós podemos concluir que os processos de prevenção têm uma grande contribuição para o modo como o sistema penitenciário hoje ocorre.

O segundo processo de segurança pública é o processo de investigação. A investigação, como o próprio nome diz, faz operar exatamente aquilo que vem após o crime ou a suspeita de crime, como teria acontecido. A investigação criminal é responsável por um processo chamado indiciamento. Nós somos indiciados quando há fortes evidências que fazem operar aquela suspeita que tinha sido pensada de início. E o que faz operar o indiciamento? São duas grandes instâncias, a noção de autoria e de materialidade, ou seja, é preciso primeiro que

haja alguém que possa ser indiciado, e que haja elementos que possam reforçar a ideia de que esse alguém foi indiciado. Ou seja, falar em autoria e em materialidade é falar de um sujeito que pode ser indiciado. Portanto, mais uma vez, no processo de indiciamento, está a noção de culpabilidade operada por processo de subjetivação.

Chegando ao julgamento, nós temos um vasto número de elementos para pensarmos de que maneira a noção de sujeito comparece na noção de julgamento. Primeiro, é preciso lembrar que o próprio direito penal, nos diz que o modo como nós definimos o que é crime, o modo como nós diferenciamos tipos de crime, e o modo como nós responsabilizamos sujeitos pelo crime, são todos operados por processos de culpabilização.

O que é crime? Crime não é apenas um fato típico, porque para ser crime, além de existir a tipicidade, tem que existir aquilo que no direito penal é chamado de antijuridicidade, ou seja, é possível que haja um fato tipicamente criminal, mas que haja algo que seja um motivador tão maior do que o próprio crime, que exclua a ilicitude desse crime. Um grande exemplo é a legítima defesa. Matar é crime, mas quando nós matamos em legítima defesa, a legítima defesa exclui a ilicitude do meu crime. Ou seja, o que é crime não é apenas definido pela tipificação penal. Mas, é definido principalmente por uma ausência de motivação que possa excluir o ilícito desse crime.

Nós temos também, como exemplo, todas as abordagens feitas pela própria polícia. Existe uma discussão muito importante, e que devemos fazer, que se refere a todas as exclusões de ilicitude operadas pelo trabalho da polícia. São ações que deixam de se tornar crime, por estarem se operando como cumprimento do dever legal e esse devido cumprimento do dever legal pode produzir uma exclusão de ilicitude.

Então, se o crime não é apenas definido por um código penal, mas é definido também pela ausência de uma motivação para se cometer um crime, nós podemos concluir que a noção de sujeito e a noção de culpabilidade fazem operar a definição daquilo que é crime, e daquilo que não é, na sociedade brasileira. O que é crime é um primeiro elemento para definirmos a noção de sujeito no próprio direito penal.

Depois que se entendeu que para aquele crime não existe uma motivação que o exclua como tal, ou seja, não havendo uma exclusão de ilicitude, portanto confirmando a noção de crime, o que a modula é a motivação criminal. Afinal de contas os crimes são definidos como culposos ou dolosos, em função de uma série de fatores que fazem operar aquilo que o sujeito do crime pensava, queria ou imaginava, no momento do seu crime. Portanto, a noção de culpa e de dolo, que são preciosas no próprio processo de julgamento penal, são atravessadas, intimamente, pela noção de sujeito e pelo modo como aquele sujeito define aquilo que ele queria no momento do crime.

E, por fim, o terceiro elemento do julgamento penal é a responsabilidade penal. Nós somos imputáveis ou inimputáveis, em função não exatamente daquilo que aconteceu, mas de quem nós somos, ou de que tipo de sujeito opera no momento em que ocorre o crime. Daí toda uma discussão sobre redução da idade penal, como se a discussão da redução da idade penal fosse uma discussão de natureza humana não é? Vamos lembrar que não é somente a lei penal que possui a sua idade, ou a sua maior idade. Para nós sermos candidatos a presidente da república, precisamos ter uma certa idade, 35 anos. O que faz existir a marca dos 35 anos? É a natureza do sujeito? Quando nós fazemos 35 anos, algo se opera em nós e nós podemos então ser presidentes da república?

Não. 35 anos, nada mais é do que algo definido por uma política. Assim como também os 18 anos são operados por uma política. E defender essa política é diferente de fazer uma discussão sobre a natureza do sujeito. Aqueles que defendem a redução da idade penal, defendem a partir da ideia de que aquele sujeito está pronto ou não está pronto por uma suposta natureza humana para se responsabilizar pelo crime. Porque essa discussão não é feita para aqueles que se candidatam a cargos públicos, que também tem definida uma certa maioria para se candidatar? Por que nesse caso vale uma discussão política para se definir idade, e no outro a discussão não é política? Seria então uma discussão de natureza? É preciso pensar. O que tem feito a sociedade brasileira, para pensar que de um lado vale uma discussão política, do outro a discussão de uma suposta natureza? E muitas vezes as teorias da psicologia do desenvolvimento têm ajudado a se defender a ideia de que a discussão não é política, mas é de uma suposta natureza. Precisamos ter cuidado, inclusive, com as nossas próprias teorias.

Por fim, a execução penal. A execução penal, também é operada pela noção de culpabilidade. Nunca podemos esquecer que o que faz com que nós psicólogos estejamos presentes nas políticas de execução penal, é a ideia de que, para que em algum momento haja progressão ou a regressão da pena, é necessário que um psicólogo faça algum tipo de exame, exame esse que vai ser utilizado pela justiça criminal para definir se aquele sujeito permanece ou não perigoso, se ele volta ou não volta a reincidir. É preciso pensar que lugares são esses para os quais somos convocados, e mais do que isso, porque é importante para a execução penal, essa discussão. Por que a pena que é aplicada pelo juiz, ao ser revista por uma equipe que executa a chamada individualização da

pena, deve fazer isso pela via da periculosidade. Porque nós não podemos inventar outros critérios para fazer um trabalho junto às nossas instituições de execução penal?

Então, o que eu quero dizer com isso tudo é que falar de segurança pública é sim falar de processos de subjetivação. Porque a segurança pública, pela via da prevenção da investigação, do julgamento da execução penal, elas são operadas, antes de mais nada, por uma noção de risco. E o que faz operar a noção de risco, é uma noção de sujeito culpabilizável, que está dentro da execução dessas mesmas políticas, e talvez por isso, cada vez mais nós psicólogos temos sido convocados, a operar tal culpabilidade. Cada vez mais nós psicólogos temos sido convocados para ocupar as chamadas instituições de preservação da ordem, e a grande questão para nós não é exatamente propor uma recusa, mas pensar de que maneira ao ocupar esse espaço. Que tipos de respostas, e que tipo de intervenções possíveis, são eticamente cabíveis para o lugar do psicólogo, nessas instituições que cada vez mais nos convocam para operar essa tal noção de culpabilidade?

É preciso lembrar que não fomos nós psicólogos que inventamos a culpabilidade, ou que inventamos o lugar do sujeito como operador primordial dos processos de segurança pública. O nosso código penal, que prevê o que é crime, responsabilização de crime, diferença entre crimes dolosos e culposos, pela via da culpabilidade, é muito anterior à própria regulamentação da profissão de psicólogos no Brasil. O nosso código penal é de 1940, a nossa regulamentação é de 1962, ou seja, em 1940 apesar de não existir uma profissão regulamentada, chamada psicologia, já estava presente na discussão penal, a ideia e o lugar do sujeito que se opera pela via da culpabilidade. Ou seja, nós não inventamos o lugar do sujeito na segurança pública, mas já que é o lugar do sujeito que

primordialmente faz operar a segurança pública, nós temos muito o que dizer, e muito o que fazer sobre isso.

Uma outra coisa importante para pensarmos é que essa noção não vem por acaso. A própria ciência do crime, ou melhor, o momento em que o crime se torna um fato científico, ele é operado também pela via do próprio sujeito. É claro que as discussões sobre o crime não nasceram com a ciência criminológica. Ciência criminológica é do século XIX e o crime existe desde que a sociedade é sociedade, desde que as transgressões fazem parte da constituição das normas. Aliás, não tem a menor necessidade de construirmos normas, se não houver a possibilidade de transgredi-las. Então as normas são tão antigas quanto as transgressões. E portanto, a noção de crime é tão antiga, quanto a noção de humanidade. Mas, no século XIX, a ciência toma as transgressões como objeto. É fundada uma primeira escola científica para se pensar o crime, que é o positivismo criminológico.

Os primeiros autores que constroem esse saber científico, constroem também três grandes escolas, antropometria criminal, representada pelo célebre Cesare Lombroso; a sociologia criminal, pelo Enrico Ferri; e a discussão sobre periculosidade que vai ser inaugurada por Garofalo. Mas é preciso lembrar que esses autores, apesar de terem escrito o que escreveram no século XIX, continuam operando os nossos modos de entender o outro, os nossos modos de nos relacionar com o outro, os nossos modos de entender que risco ou perigo esse outro oferece a mim. Portanto arrisco em dizer que os processos de alteridade, e, portanto, os processos de subjetivação que nos constituem são fortemente operados por uma tradição lombrosiana, ferrajenta e garofaliana de crime. Ou seja, pensar como Lombroso, um cientista italiano, um médico que acreditava que o cri-

minoso era criminoso por questões biológicas, é pensar que existe uma cara de criminoso. Caberia à ciência, portanto, identificar que cara é essa, para que pudéssemos definir o criminoso, antes mesmo de cometer o crime. Esse seria o ideal de ciência. Conseguiríamos, então, prender alguém, antes mesmo de ele cometer um crime, porque afinal de contas, esse alguém por ter cara de criminoso, se ainda não cometeu um crime, vai cometer.

Parece uma anedota falar sobre isso, e parece uma coisa muito antiga que ficou no século XIX, mas Lombroso não morreu. Ele faz operar os nossos medos cotidianos, medo que é um tema tão caro a nós psicólogos. Medo aparentemente é um sentimento que nos mobiliza, que faz operar uma série de coisas. Esse medo que faz operar uma certa subjetividade é um medo construído para fazer operar politicamente uma sociedade, e numa sociedade como a nossa, atravessada por uma noção de risco, e por uma noção de culpabilidade, pensar o medo como operador político das nossas subjetividades é algo que está na ordem do dia. Não dá para nós psicólogos falarmos de segurança pública, sem problematizarmos que tipo de construção de medo é essa que se opera em nós, e que, ao operar, referenda toda uma ideia de quem é o sujeito perigosos, e todas relações de alteridade que nós estabelecemos com esse outro, que está em todos os lugares.

Esse medo não é apenas algo que me paralisa, mas algo que exerce um poder. O medo, assim como Foucault entendia que o poder não é algo que se possui, mas é um exercício, e assim como Foucault dizia para nós que o poder produz, a gente precisa pensar que o medo também produz, e o medo produz o tipo de segurança que nós temos. Porque a segurança é atravessada pela noção de culpabilidade, e a noção de culpabilidade é operada pelo risco, e o que faz operar tudo isso

é um medo cotidiano que faz operar as nossas relações.

Portanto, falar de segurança pública é falar de processos de subjetivação, é falar de processo de alteridade, é falar de algo que é muito caro para nós psicólogos. Se nós entendemos que subjetividade não é algo com que simplesmente nascemos, mas é algo que faz operar o mundo, e faz operar a nós mesmos, então nós temos muito o que discutir, no campo da segurança pública. Segurança pública não é coisa de polícia. Portanto a pergunta polícia para quem é uma pergunta que precisa ser reverberada, porque esse para quem tem a ver com culpabilidade, tem a ver com risco, tem a ver com processo de subjetivação, tem a ver com medo. E sobre tudo isso nós psicólogos temos muito o que falar e continuemos falando.

DEBATE

Beatriz Borges Bambrilla: Agradeço imensamente a contribuição dos colegas, questionando esses lugares aparentemente naturalizados dos diferentes atores sociais e políticos, sejam eles policiais ou psicólogos. Penso como o Zaccone, quando ele diz que se perdemos a chamada dimensão ético/política da atuação, seja do policial ou do psicólogo, também tendemos a culpabilizar o sujeito, o indivíduo, a pessoa. E perde-se de vista o que está no fundo, que é um modo de produção capitalista, que vem desenhando processos de alienação e gerenciamento da autenticidade, da autonomia humana de maneira geral. E aí voltamos à pergunta polícia, e ampliando, psicólogos e psicólogas para quem? Que modelos políticos, que formas de gestão do estado estão atreladas a esse modelo de atuação da polícia e da psicologia?

Na manutenção da riqueza e das desigualdades, vamos produzindo maniqueísmos do policial que é bonzinho, do policial que é mau, pautados na seletividade e nas arbitrariedades. Então pensar num outro modo de se fazer segurança pública e de se fazer psicologia, e como que a gente vem trabalhando na perspectiva da desideologização e da emancipação humana. Como que a gente atua e age na perspectiva da transformação? Polícia para quem? Para todos e todas, ou não? Para ninguém? Como que a gente fica nessa discussão? Precisamos de polícia nesse Estado, nesse Estado democrático desta forma como ele vem se organizando? Então fazemos como, fazemos para,

fazemos na, e aí fico pensando quanto que a sociedade civil vem se apropriando da gestão das políticas públicas de segurança especialmente, e como a gente pode pensar essa produção de novas formas de agir desta polícia do Estado Democrático de Direito, que também é muito arbitrária, mas que se faz presente. A minha pergunta é se a polícia é para todos e todas, ou se não é para ninguém.

Orlando Z. D'elia Fº: Eu queria pegar um gancho na sua pergunta e indagar: precisamos mesmo de polícia? Claro, cada vez mais precisamos de polícia, porque cada vez menos a política atua no sentido de transformação das relações sociais. E se quisermos realmente manter a coisa no estado em que se encontra, tem que ter muita polícia. Eu moro no Rio de Janeiro, só eu sei o quanto de polícia precisa para você poder realizar, numa cidade como o Rio, os Jogos Olímpicos, uma Copa do Mundo, porque são eventos, que seduzem a todos, mas que limitam o acesso a alguns, e uma pessoa seduzida e limitada no acesso, é, na construção da subjetividade, o perigo.

No Rock in Rio de 2011 eu estava como delegado responsável pela Cidade do Rock, e no último dia, no show do Guns'n'Roses, chovia torrencialmente, e havia um grupo, de umas 200 pessoas do lado de fora, querendo entrar. E quando começaram os primeiros acordes do último show do festival, eles começaram a fazer um movimento no sentido de invadir. Nesse momento eu estava na área VIP, lógico, último dia, chovendo, serviço já pronto, com buffet alto nível, comida de primeira, bebida de primeira. E eu estava lá na área VIP e lá estavam vários representantes do governo, quando começa o barulho da invasão. O comandante da PM, não sei com qual intenção, começou a fazer o que a gente chama de pirotecnia, ele deveria estar com muita bomba de efeito moral

guardada lá no batalhão dele, e resolveu explodir todas do lado de fora. Era a visão do inferno, uma chuva torrencial, o cara colocou a cavalaria, e as bombas explodindo, bum, bum. O secretário de governo na época, manda chamar as autoridades, chamar a polícia para proteger a área VIP. No imaginário dele, a rapaziada que queria entrar na cidade do rock queria invadir a área VIP, para tomar o uísque dele, para comer a comida dele, o local melhor para ver o show, era isso que ele estava imaginando. No meio da reunião falei assim: “olha, eu acho que vocês estão um pouco equivocados, eles querem assistir o Guns’n’Roses, e dei a seguinte solução “pô, só tem um jeito, vamos abrir, abre os portões, já tá tudo pago, quem comeu, comeu, quem não comeu não come mais. Qual o prejuízo que vai ter?” E havia espaço, porque com aquela chuva torrencial e com Guns’n’Roses no palco, muita gente meteu o pé. Aí vira o dono, “mas doutor, isso não é possível, vamos falar de coisas reais, coisas possíveis”.

Porque dar acesso àqueles que não têm acesso, isso não é uma política de segurança, porque a política de segurança é justamente contemplar o gerenciamento para que a maioria não tenha o acesso, e somente aqueles que têm um poder econômico para adquirir os seus ingressos façam a compra. É disso que nós estamos falando, isso é segurança pública. Os VIP’s são a prioridade, ele falou. Nunca mais esqueço isso. Eu pensei se estou aqui na área VIP então sou prioridade.

Pedro Paulo G. Bicalho: Queria aproveitar o caso relatado pelo Zaccone e contar o meu, pois acho que podem ser dois bons exemplos para pensarmos polícia para quem. Em 2004 recebi uma incumbência de comandar o policiamento de uma praça no Rio de Janeiro, durante o carnaval. No carnaval e ano novo, todos os policiais, inde-

pendente das suas especialidades, vão para a rua, inclusive os psicólogos. Coube a mim ser o comandante, e tinha lá uns 100 policiais. Era Praça Antero de Quentão, no Leblon e a banda era bem conhecida no Rio (As mulheres de Chico), então esse era o contexto. Em algum momento alguém queria chamar a polícia, e a polícia que chegou era eu, e aí era um senhor que virou para mim e falou, ah tem que prender aquelas duas ali. Eu falei, mas por que o senhor acha que tem que prender as duas? O que, que elas fizeram, por que o senhor acha que a polícia precisa intervir? Elas estão se beijando. Eu falei, mas o senhor acha que duas mulheres se beijando é um problema de polícia? Ele falou com certeza, porque duas mulheres se beijando é um problema de moral, então isso faz com que todas as pessoas que estejam aqui fiquem incomodadas com o beijo delas. E eu falei para eles: “olha, a gente até pode entender o beijo como um problema moral e portanto, um problema que pode até ser algo que a polícia tenha que intervir, mas eu só tenho duas opções, ou eu prendo todos que se beijam, ou eu não prendo ninguém que se beija, eu não posso prender um beijo dependendo de quem beija. Eu não posso fazer isso porque eu vou estar indo de encontro à própria lei que me faz existir enquanto agente de segurança. Nesse momento acho que a praça inteira aplaudiu um PM e eu acho que aquelas pessoas devem até hoje contar essa história, um dia eu aplaudi um PM no carnaval.

Mas, eu estou contando isso porque, na verdade, é preciso pensar para quem chamamos a polícia, quem são aqueles que produzem incômodos habituais, que fazem com que acreditemos que a polícia deve ser a instância reguladora daquilo que me incomoda. É bom lembrar que 70% dos casos que chegam no 190, não são casos de ocorrências policiais, são casos de gente incomodando gente, e as pessoas acreditam que a polícia

deva ser a instância a intervir nesses casos. São tão recorrentes que os policiais chamam isso de feijoada. Feijoada nada mais é do que ocorrência nada a ver, ou seja, aquela para a qual o policial é chamado, mas que ele mesmo não entende como sendo uma questão de polícia. Então polícia para quem, é uma pergunta que não deve ser feita apenas para a polícia, mas para nós todos, pois muitas vezes somos nós que discamos o 190, somos nós que no meio do carnaval chamamos a polícia para intervir sobre um beijo, e isso não é história de pescador, isso aconteceu, e aconteceu comigo, não foi uma história que me contaram. Parece absurdo, mas normalmente é o que acontece em relação aos modos como nós fazemos operar, aquilo para o que a polícia é necessária. Isso é uma questão importante para a gente pensar.

M: Bom, a minha pergunta é para vocês dois. Ocorreram dois episódios recentes. A PM do Rio de Janeiro foi destacada para coibir a presença de pessoas de baixa renda nas praias da zona sul, e isso ficou bem explícito em toda mídia. E o outro exemplo, é sobre aquele boneco inflável do Lula que teve mais destaque do que a chacina de 19 indivíduos que ocorreu em Osasco. **Eu queria saber como vocês se posicionam em relação a esses dois episódios.**

Felipe: Sou estudante de psicologia, queria perguntar para o Pedro, **o que te motivou a entrar para a polícia, e diante dos compromissos que os psicólogos têm com os direitos humanos, como que você lida com isso lá dentro.**

Maria Aparecida: Sou estudante de Serviço Social, e não tomando partido da polícia militar ou da comunidade, coloco uma questão. Atrás de uma farda, há um

cidadão. O que se vê na mídia é a crítica à polícia militar, a truculência do policial. Mas o policial hoje em dia não está vivendo, está sobrevivendo. Sobrevivência por quê? Porque eles sabem que vão sair, mas não sabem se vão voltar, se serão abordados, por algum indivíduo que tem os seus direitos garantidos, que também é um cidadão como um policial militar. Quem que está tendo mais valor? O que está atrás da farda, o que está agindo com truculência, ou o que comete o crime e tem todos os seus direitos garantidos? Quando a polícia age em legítima defesa, o policial é criticado. É fácil criticar, mas quem está tratando do policial?

Maria Ermínia: Estou coordenando o seminário, mas quem está fazendo a pergunta é a psicóloga da Saúde Pública da Secretaria Municipal do Estado de São Paulo. Queria que vocês falassem um pouco da chacina em Osasco. Todo mundo sabe o que aconteceu, é público na cidade. São quase 12 milhões de pessoas lidando com uma situação construída via mídia. **Como é que vocês estão enxergando essa questão que parece ir um pouco além daquilo que a gente já debatia, sobre divulgação de informações.**

Orlando Z. D'elia F^o: Vamos começar com a questão que foi colocada sobre os adolescentes pobres no Rio de Janeiro. Não é que são impedidos de chegar à praia, porque o próprio governador do Rio de Janeiro deu uma declaração dizendo que essa ação é uma ação legítima, mas o que interessa é a lógica do risco. Um delegado uma vez me falou que a ação para evitar arrastões, crimes patrimoniais na orla do Rio de Janeiro, é exatamente essa, parar o ônibus e perguntar para o rapaz se ele tem dinheiro. Se não tem dinheiro não pode ir à praia, porque se está indo à praia sem dinheiro, vai para roubar. Essa é a lógica do ris-

co que foi colocada na construção do inimigo, do perigo.

Hoje eu tive a notícia de que um habeas corpus preventivo, impetrado pela Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, conseguiu que a justiça garanta a liberdade de ir e vir. Chegamos num ponto em que temos que conseguir um habeas corpus preventivo para poder ir e vir. Um garoto que está indo para a praia sem dinheiro não está praticando crime nenhum, a liberdade de ir e vir é um direito constitucional, e quando ele é obstado nesse direito pela sua condição social seu direito está desrespeitado, uma condição construída na subjetividade; e não só dele, não é só do policial, na subjetividade das pessoas, da pessoa que está dentro do ônibus.

E aí vem umas pesquisas dizendo que a maioria dos cariocas apoia a ação. No Brasil a coisa mais execrável que existe é a pesquisa. Em qualquer lugar do mundo, quando se divulga uma pesquisa, se diz qual é a metodologia utilizada, qual é o órgão que realizou, que tem que ter alguma credibilidade. Aparece um instituto que ninguém nunca ouviu falar, que não divulga metodologia, que não explica onde foi feita essa entrevista. Se foram entrevistados só os que moram em frente à praia, então não é a maioria dos cariocas, mas a maioria dos que moram em frente à praia.

Nós estamos vivendo esse absurdo, de ter que pleitear judicialmente o que a lei já nos garante. Normalmente a gente vai à justiça quando há uma violação, mas hoje nós estamos vivendo um momento absurdo em que o Estado é o primeiro a violar as suas próprias leis. Isso chama Estado de Exceção, e é uma coisa que tem ver com a outra questão que foi colocada sobre o boneco do Lula e a chacina de Osasco. O boneco dá muito mais destaque do que a chacina. Se tivesse tudo acontecido nos Jardins, 18 pessoas mortas nos Jardins simultaneamente por grupos identificados como ma-

tadores, esquadrões da morte, São Paulo parava. Então nós estamos diante do valor de vida que é construído.

Muito pior do que as chacinas, que são o marco de uma ação fora da lei, realizada por agentes policiais, são os autos de resistência, são as ações de letalidade provocadas a partir de ações policiais homologadas pelo poder jurídico na construção da legítima defesa. Eu estudei os pedidos de arquivamento dos autos de resistência. O que está em jogo ali não foi como a ação policial se deu, mas sim quem morreu. Identificado no morto a figura do inimigo perigoso, um traficante de drogas, e sendo fato ocorrido dentro de favela, porque os promotores colocam isso no papel, que o fato ocorreu em comunidade favelada, isso configura a legítima defesa para o promotor de justiça.

No caso Amarildo a questão era saber se era pedreiro ou era traficante. Se fosse traficante a polícia podia pegar, colocar no carro, levar, torturar, matar, porque parece que existe uma autorização. E aí eu aproveitei para entrar na questão que foi colocada sobre a condição do trabalho policial. Eu também sou policial, quer dizer, meio policial porque hoje na polícia federal os policiais dizem que delegado não é polícia. É uma guerra danada, porque o delegado quis ser do campo jurídico para receber o salário do mundo jurídico. Ele quer ser do mundo jurídico mandando na polícia, pois todo mundo gosta de carteira e arma, daí ele quer ter salário de ministro, mas sendo o todo o poderoso na polícia, ele acaba não sendo nada. Quando teve a PEC propondo a equiparação de salário, proporcionalidade dos delegados, com os ministros, houve uma discussão se os delegados não deveriam sair da polícia, e ir para o poder judiciário. Mas os juizes disseram que, para isso, os delegados deveriam fazer concurso porque para os juristas, o delegado não é jurista, e para os policiais o delegado não é policial. Con-

clusão o delegado está num lugar que não é lugar nenhum. É uma situação híbrida do delegado de polícia.

Respondendo a uma pergunta feita, quando se diz que os criminosos têm todos os direitos é mentira, pois criminoso não tem direito nenhum. O único direito que criminoso tem é de ficar calado. Essa dicotomia entre a situação do policial e a situação do criminoso é aparente, eu acho que o valor da vida do policial pode ser equiparado a de um traficante. A mesma reação que a sociedade tem quando morre um traficante, é a reação que a sociedade tem quando morre um policial, ou seja, nenhuma. O valor de vida de um policial é o mesmo valor de vida de um criminoso. A forma como a justiça opera em relação a um policial, é a mesma forma que opera em relação aos criminosos. Se tem uma denúncia ou uma suspeita dele estar envolvido em corrupção, em qualquer tipo de atividade criminosa, ele também não tem direito nenhum, porque o policial também tem o estereótipo do criminoso. A sociedade só apoia os policiais quando eles fazem o serviço sujo, que é desejado por essa sociedade, e é corroborado pelo poder político. E aí o policial, fica numa situação tênue. Se ele mata o traficante mais conhecido da região, o playboy no Rio de Janeiro, uma salva de palmas e promoção para o policial; agora se ele não consegue provar que o pedreiro era traficante, que o dançarino era traficante vai para a cadeia.

Então o policial hoje só tem uma chance. Só tem uma maneira de inverter isso. Primeiro, ele precisa se reconhecer como um trabalhador da segurança pública, ele não é um soldado um cruzado, na luta do bem contra o mal. Ele tem que se reconhecer como trabalhador, e ele tem que se identificar com a luta dos demais trabalhadores. O Estado e a sociedade muitas vezes levam o policial numa cruzada do bem e do mal, uma cruzada contra as drogas,

e o policial acaba se reconhecendo, não como um trabalhador, um profissional de segurança pública, mas como um soldado da guerra, e aí ele vai bater no professor que está fazendo a sua greve, a sua manifestação, porque o Estado diz que é essa a sua função. Saiu uma notícia (depois disseram que era falsa) que em Curitiba policiais militares se recusaram a agredir. Essa notícia depois desmentida era bonita, porque nos diz que os policiais se reconheceram, e se negaram a cumprir as funções sujas que o Estado assassino conclama constantemente policial a fazer.

Eu tenho o meu exemplo, eu sou reconhecido. Sou convidado a falar, dentro da favela, eu sou convidado a falar dentro da academia, eu sou convidado a falar em ambientes onde tem policiais, ambiente de psicólogos, eu sou reconhecido como uma pessoa, e eu sou delegado de polícia; mas, por quê? Porque em determinado momento da minha formação, em determinado momento da minha atividade profissional, eu consegui me colocar equidistante não é, dessas funções sujas que a polícia é conclamada a praticar. E o policial tem que se reconhecer como trabalhador, essa vai ser a grande virada. Nós temos que começar a trabalhar no ambiente policial a ideia de que ele tem que ser reconhecido como um profissional, que ele tem que ter direito de associação, ele tem que ter direito de greve, e a desmilitarização passa por isso tudo.

Quero falar da LEAP, uma associação formada por policiais a favor da legalização do comércio e do consumo de todas as drogas em que já há algum tempo atuo como secretário geral. Vou discordar de que legalizadas as drogas, você continua com o tráfico, porque existe hoje, por exemplo, um comércio não regulamentado de cigarro, um comércio não regulamentado de álcool, um comércio não regulamentado de fármaco. Mas isso tudo não gera a guerra que as substâncias proibidas geram. Por quê? Porque

quando você regulamenta o mercado, tudo que acontecer não vai ser mais tráfico, vai ser contravenção. Se você tem um produto que é regulamentado, todos aqueles que quiserem ficar fora da regulamentação, vão tentar fazer com que seu produto se assemelhe a um regulamentado. Isso não é mais tráfico, é contrabando, contravenção, outro crime.

Evidentemente isso não vai resolver todos os problemas, não vai resolver o problema do racismo. Legalizadas as drogas, outras formas de racismo vão existir. A legalização das drogas, não acaba com o racismo, mas acaba com a letalidade e com o grande encarceramento que é feito hoje a partir do discurso das drogas. Hoje os cárceres estão cheios de pessoas envolvidas em condutas irrisórias referentes às drogas, como mulheres que tentam colocar pequena quantidade de droga para o companheiro no presídio. Elas estão enchendo os presídios, e é uma política racista, porque a maioria são negras. Essa letalidade dos autos de resistência, que contempla a ideia de uma legítima defesa, isso tudo acaba.

E uma vez eu já estava meio angustiado com essa história da legalização, procurei o Nilo Batista, que é um advogado que já foi governador, e perguntei se valeria a pena ficar brigando pela legalização das drogas, o que isso mudaria. Aí ele falou assim: "Acho que para nós dois, não vai mudar muita coisa não. Mas para a rapaziada que está lá em (Bangu) cumprindo penas, de 10 anos, porque estava com uma pequena quantidade de drogas circulando na cidade, para a rapaziada que está na fila da vala nas comunidades, porque a polícia entra para matar e identificar, quem morreu como traficante, isso vai mudar muita coisa". É disso que nós estamos falando. É uma luta por uma causa política importantíssima, para a gente fazer redução de danos no Brasil, principalmente redução desses danos de legalidade, encarceramento em massa.

Não é uma luta em causa própria é uma luta por redução de desigualdade social, porque segundo Foucault a desigualdade social não se dá somente em relação a bens positivos: patrimônio, honra, dignidade. A desigualdade social se dá também na distribuição dos bens negativos. A delinquência é um bem negativo, que é distribuído de forma desigual. A letalidade se dá na juventude negra da favela. Então quando legalizarmos as drogas, esse marco vai ser rompido; evidentemente, outras formas de racismo, outras formas de opressão vão se estabelecer, e nós vamos estar lá no campo de luta, lutando contra elas. Vão ser outras lutas, mas esta a gente tem que superar.

Pedro Paulo G. Bicalho: Penso que a grande discussão sobre segurança, em primeiro lugar, é não tomar segurança como antônimo de risco. Às vezes parece que promover segurança é anular o risco, e portanto, se quisermos cidades seguras, devemos ter cidades sem riscos, Essa é uma falsa questão. Será que queremos uma sociedade previsível? Como seria viver num mundo totalmente previsível onde não se conseguisse ser surpreendido por algo que acontecesse? Isso talvez não fosse uma cidade segura, então, não há uma dissociabilidade entre risco e segurança. Promover segurança, não significa anular riscos, e eu acho que essa é uma questão importante para pensarmos. Até porque é a noção de risco que tem feito emergir políticas de segurança, que tem produzido uma série de questões importantes que foram mencionadas aqui, entre elas a construção do inimigo.

Essa pergunta, polícia para quem, só faz sentido porque nós sabemos que esse quem é marcado por uma diferença que nos constitui, onde alguns são mais inimigos do que outros, alguns são mais perigosos do que outros, alguns são mais suspeitos do que outros e iden-

tificar quem são esses mais isso ou menos aquilo, parece ser a panaceia para se construir uma sociedade segura.

Precisamos romper com essas lógicas, problematizar a construção do inimigo que faz operar a noção de segurança. Precisamos não fazer da polícia esse inimigo, porque senão parece contraditório, alguns não são mais inimigos do que outros. Queremos desconstruir a ideia de que existe um inimigo entre nós, mantendo a ideia de que o operador de segurança é o inimigo. Então precisamos decidir, ou vamos problematizar a construção do inimigo para todo mundo ou não, porque me parece que estamos reproduzindo uma lógica que queremos desconstruir.

Respondo a pergunta sobre o que me motivou a entrar na polícia, e como lidar com direitos humanos na polícia. O que me motivou a entrar na polícia foi o concurso que fiz, era uma bibliografia cheia de Foucault, um salário bem interessante para um psicólogo recém-formado, e um desafio de fazer psicologia e acabar virando policial, o que era uma coisa em que jamais pensei, como qualquer outro estudante de psicologia. E o que me fez permanecer? Eu permaneci por um tempo curto, terminei meu doutorado, virei professor da universidade, mas o que me fez permanecer no campo da segurança, porque apesar de não ser mais um agente efetivo da polícia militar, eu continuo sendo militar já que um oficial mesmo quando pede exoneração, não volta à vida civil. Sou um capitão da reserva, eu não sou um sujeito civil, eu não tenho um documento chamado certificado de reservista, porque eu sou militar, essa é uma marca que eu levo para o resto da vida. Mas não só por isso, porque eu continuei na universidade, sou professor de criminologia em um curso de graduação em psicologia na UFRJ. A criminologia é uma disciplina obrigatória, do nosso curso de graduação, sou professor de mestrado e doutorado. Então parece que

a segurança nunca saiu de mim, apesar de eu achar que estava saindo da polícia, então o que me faz permanecer nesse campo, é o desafio de que é preciso procurar resistências onde parece que elas não existem. Isso me move a permanecer no campo da segurança, e eu acho que a ideia da construção da LEAP é um excelente exemplo disso.

A LEAP nada mais é do que um conjunto de agentes da lei, que discutem o proibicionismo, isso nada mais é do que a concretização de que é possível procurar resistências. E eu vou dizer uma coisa para vocês, nos meus quatro anos de polícia, eu tenho um milhão de histórias para contar, porque não são quaisquer histórias que emergem de um cotidiano na polícia. Mas eu tenho muitas histórias também interessantes para contar; encontrei muita resistência, por mais que a gente às vezes não queira perceber. A gente precisa aprender às vezes a procurar rugosidade onde parece ser uma superfície lisa. E talvez esse seja o nosso grande desafio, porque me parece extremamente despotencializador, quando a gente também constrói instituições mais inimigas do que outras, sabe por quê? Porque isso faz a gente deixar de problematizar o lugar que a gente ocupa.

Foi muito importante, e é muito importante, o processo de reforma psiquiátrica brasileira, mas jamais nós podemos entender que necessariamente o manicômio é o violador de direitos, e necessariamente o CAPS é o lugar de promoção de direitos. Porque a gente precisa entender que essa noção de violação e promoção, são questões que estão o tempo inteiro em jogo. É óbvio que eu não estou dizendo que é melhor o manicômio do que o CAPS, mas o que eu estou dizendo é que quando a gente ocupa o CAPS, a gente precisa também não naturalizar aquele lugar como um lugar necessariamente de promoção de direitos. E assim como a gente no CAPS,

o tempo inteiro se pergunta, que tipos de direitos eu estou promovendo, é necessário que na polícia a gente se pergunte que tipo de violações eu estou promovendo.

Procurar essas rugosidades, me parece ser uma tarefa necessária para nós psicólogos. Porque quando nós psicólogos entendemos as instituições, como sendo isso ou aquilo de antemão, nós perdemos a capacidade de construir redes, perdemos a capacidade de promover problematizações, e a capacidade de desnaturalizar aquilo que parece natural. E me parece que nós psicólogos devemos o tempo inteiro nos perguntar se aquilo que parece natural é realmente natural. Precisamos nos inspirar naquilo que Brecht nos disse, e pensar que a nossa atuação é uma atuação híbrida, assim como é a atuação híbrida da sociedade, porque nós psicólogos, até mesmo quando temos a melhor das boas intenções, muitas vezes promovemos violações com as nossas práticas.

Houve uma campanha nacional de direitos humanos, e eu falo dela com muito carinho, porque na época eu era coordenador nacional de direitos humanos do Conselho Federal de Psicologia. Uma pergunta que a gente se fazia na campanha era “em nome da proteção e do cuidado, que tipo de violação nós temos produzido?”. Essa pergunta precisa ser feita em qualquer lugar que nós estamos ocupando, mesmo aqueles que parecem a princípio violadores, mesmo aqueles que a princípio parecem promotores de direitos. Porque essa linha ela é muito tênue, e problematizar essa linha me parece ser algo necessário.

Beatriz B. Bambrilla: Em nome do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, nós agradecemos a presença do Orlando Zaccone e do Pedro Paulo Bicalho, que vêm contribuindo com essa discussão da Segurança Pública, no Estado de São Paulo. Acho que eles trazem

grandes reflexões sobre que políticas públicas nós estamos formulando, principalmente no campo da segurança. Discutimos que sociedade é essa, para onde caminharíamos se continuarmos nesse tom, com essa polícia, com essa psicologia. Estamos resistindo, encontramos formas de resistir, mas talvez só a resistência isolada, fragmentada não seja o caminho, não seja suficiente. Precisamos estar juntos, precisamos nos unir para produzir outra forma de polícia, ou produzir outra sociedade, e outra forma de fazer psicologia na formulação das políticas públicas.

Joari Ap. Soares de Carvalho

Conselheiro do CRP SP.

9. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Em nome da plenária da instituição que represento, queria saudar a vocês que vieram a este debate. Algumas pessoas podem se perguntar o que a psicologia tem a dizer sobre participação, e amanhã estaremos discutindo a reforma política, mas provavelmente, ao longo do debate hoje e amanhã que vão concluir um ciclo longo iniciado no ano passado sobre psicologia e políticas públicas, certamente vão perceber que a psicologia não só tem tudo a ver, como hoje é difícil discutir políticas públicas sem discutir o papel das pessoas e da subjetividade nas várias formas de organização de política pública e na organização da sociedade brasileira.

Carlos Botazzo

Professor sênior do departamento de Prática de Saúde Pública, livre docente, doutor em saúde coletiva, e presidente do Conselho Consultivo da Associação Paulista de Saúde Pública.

Queria inicialmente agradecer o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo pelo convite. Embora eu não seja da psicologia, temos tido uma parceria interessante nos últimos anos, discutindo temáticas bastante críticas para a sociedade, desde encarceramento, sistema prisional, redução da maioridade penal, Fundação Casa, e a relação disso com a saúde coletiva. É um prazer estar aqui hoje, com vocês, tentando colocar algumas questões para animar essa discussão. Vou evitar de todas as formas, uma exposição acadêmica ou professoral do tema, até porque não vale a pena a gente entrar por aí, acho muito mais importante tentarmos discutir o que diz respeito a esse tema da participação social. Sobretudo, no momento atual, discutir participação da sociedade nos assuntos da política é extremamente relevante, uma matéria praticamente explosiva nos dias que estamos vivendo.

Eu queria comentar com vocês que um congresso científico, de uma categoria, de uma profissão, que se abre na forma de pré-congresso, de encontros que são realizados com a sociedade, é uma forma altamente revolucio-

nária de conduzir um congresso profissional. É uma forma transgressora, inovadora de levar a organização de um congresso profissional. Eu queria dizer que nós da Associação Paulista de Saúde Pública, cujo conselho presido, associação que é a instituição mais velha de saúde pública do Brasil, tem 44 anos de existência, só recentemente começamos a trabalhar esta relação com a sociedade, abrindo o congresso, tanto na forma de pré-congressos, quanto na forma de encontros e seminários, abrindo para os movimentos sociais, para participação de sindicatos.

A primeira vez que fizemos isso foi num congresso de São Bernardo do Campo, há cinco anos atrás; e a última vez foi em 2013, três anos atrás, aqui em São Paulo, no nosso décimo terceiro congresso de saúde pública. Tive a felicidade de coordenar esse primeiro encontro com os movimentos sociais, e foi uma experiência riquíssima, foi uma experiência rica para os participantes do congresso, e acredito que tenha sido uma experiência importante para as 70, 80 pessoas de movimentos sociais, sobretudo do movimento anti-manicomial, moradores de instituições psiquiátricas, que ocuparam o auditório da Faculdade de Saúde Pública, uma coisa rara, porque ao longo dos quase 100 anos de existência da Faculdade de Saúde Pública, só agora, nos últimos anos que movimentos sociais e representantes da sociedade têm entrado nos salões da faculdade e também nas salas de aula, para participar de aulas abertas, que têm discutido gênero, violência contra a mulher, violência institucional. E, como aconteceu na última sexta-feira, uma aula pública, o movimento aberto para discutir a violência na universidade e na sociedade. Então, vejam que é uma instituição centenária, daqui a dois anos nossa faculdade vai fazer 100 anos, e só agora, nos últimos dois, três anos, que membros da sociedade civil organizada, movimentos sociais, es-

tão entrando naquilo que alguns chamam de a basílica, o caráter reservado que as atividades acadêmicas têm.

É claro que em muitas outras unidades da Universidade de São Paulo, movimentos sociais têm participado das atividades, mas essa não é uma prática comum. A partir do lugar onde estou colocado, na própria Associação Paulista de Saúde Pública, que se define como uma organização social, não temos tido a prática da abertura da nossa associação, porque ficamos sempre em dúvida sobre a contribuição que podem dar, e como vão perceber esse ambiente. Então, a primeira coisa que eu queria resgatar com vocês é essa necessidade das instituições públicas se abrirem para a sociedade. Universidade não é uma instituição privada, embora pretende-se transformar a universidade brasileira numa instituição privada, em algo que dê dinheiro, transformar o espaço das universidades públicas brasileiras em espaços privados. Portanto este é o primeiro aspecto que eu queria deixar registrado para o nosso debate, este lugar que é de produção de conhecimento, mas que deveria ser o lugar de produção do conhecimento não separado da sociedade, mas um lugar de produção de conhecimento junto com a sociedade, e para a sociedade.

Não é possível que a gente continue ainda hoje imaginando que professores, docentes, pesquisadores, vão produzir conhecimento para eles próprios, ou para outros agentes que não sabemos exatamente quem são. Sabemos que se trata da indústria, não da pequena indústria, da grande indústria, são de interesse do grande capital. Não que os pesquisadores da universidade tenham a consciência do que estão fazendo, mas é disso que se trata. Hoje pela manhã ainda, o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo reunido, definiu as formas como agora os docentes vão ter que se integrar à atividade produtiva. E um docente deve ser produtivo, segundo os

critérios de produtividade que a universidade irá adotar, o que significa a produção quantitativa de conhecimento, isto é, número de artigos publicados, não projetos de interesse social, não algo que tenha impacto na qualidade de vida das pessoas e dos grupos sociais. Trata-se apenas de uma relação quantitativa de artigos publicados em revistas internacionais, porque você vai ter que ser produtivo para o sistema internacional de ciência e tecnologia, quer isso tenha ou não impacto na qualidade de vida dos povos, ou do povo brasileiro, da nossa sociedade, já que o sistema é internacional. Pesquisadores, professores que não estiverem afinados com essa proposta, ainda que tenham uma excelente atuação em sala de aula, ainda que sejam bons professores, ainda que tenham uma excelente atuação na sociedade, nos movimentos sociais, são professores que não servirão para a universidade do futuro, porque estão ligados à sociedade, aos movimentos sociais, mas não estão ligados no que seria de interesse para a plataforma mundial de ciência e tecnologia.

Então esse também é outro ponto que precisamos denunciar, porque a universidade não está aberta à sociedade, então a sociedade não participa dos problemas que os próprios docentes, os próprios pesquisadores enfrentam. Tem sido muito difícil essa luta que estamos travando dentro da universidade para impedir a privatização de uma das maiores universidades do mundo, a maior universidade brasileira, que é a Universidade de São Paulo. Acho que são alguns pontos que a gente tem que colocar porque são ideias sobre participação.

Quando nós trazemos os usuários, os pacientes do sistema de saúde que têm uma participação ativa no sistema, que têm uma posição crítica a colocar, uma discussão a ser feita com relação às políticas públicas e de saúde, essa é uma forma radical de participação. Coorde-

nei agora no nosso último congresso, um fórum de direitos humanos, direitos de saúde mental, e tivemos quase 200 participantes ao longo de um dia inteiro, de pessoas ligadas ao sistema manicomial, pessoas ligadas ao sistema psiquiátrico, às formas de controle social estabelecidas pelas classes dominantes, pelo Estado, não apenas no Brasil, mas no mundo, pois essa é uma instituição que vai longe. Foi algo fantástico, durante um dia inteiro, quase 200 pessoas discutindo liberdade, participação, democratização da saúde mental, a negação da psiquiatrização, a negação da internação manicomial, discutindo também a violência policial, a violência que acontece na periferia contra pobres, pretos, contra mulheres, contra jovens.

Também se discutiu a grande internação que acontece nos cárceres brasileiros hoje, o sistema de tortura que se institucionalizou depois da ditadura. Qualquer delegacia de polícia tortura hoje, a tortura se generalizou como forma de controle social, como forma de obtenção de favores ou delações fáceis. São várias as formas de tortura, não é apenas a física, o choque elétrico ou pau-de-arara, mas também o choque elétrico e pau-de-arara nas grandes prisões, que estão acontecendo hoje, numa política de encarceramento popular, pois rico não vai pra cadeia no Brasil. As nossas prisões degradantes estão cheias de pessoas cujos delitos são de pequena monta, e que poderiam ter algum outro tipo de abordagem, não fosse a grande dedicação que o judiciário no Brasil tem de julgar com serenidade e encarcerar. Outro momento que tivemos em São Carlos na última semana de setembro do ano passado, no décimo quarto congresso, foi poder o dia todo discutir com movimentos organizados, de residência, de moradores, familiares, ex-internos do sistema prisional e manicomial brasileiro, poder discutir essa forma de participação.

Essa é uma segunda coisa que eu quero destacar

aqui, que são as formas diretas de participação. É claro que nem tudo é essa coisa maravilhosa. Se vocês me perguntarem se é fácil a participação no Brasil, eu diria que não. A participação no Brasil é difícil, até porque são criados mecanismos para dificultar o acesso da sociedade às instâncias de deliberação. Venho de uma experiência não muito recente, em que participei do Conselho Estadual de Saúde. Eu já tinha alguma entrada em alguns desses conselhos, mas foi uma nova experiência participar do Conselho Estadual de Saúde, que por definição legal, é o gestor da saúde pública em todo o estado de São Paulo, então está acima do secretário da saúde. É o órgão que define o plano estadual de saúde, que se encarrega de acompanhar a execução desse plano, e se encarrega de ver como as políticas públicas estão sendo desenvolvidas no estado de São Paulo.

Então, participar desse conselho foi outro espaço de experiência, espaço democrático, mas tenho que dizer para vocês que não é de uma maneira tranquila que isso acontece. Você tem uma representação paritária, todo mundo sabe disso, metade dos conselheiros são conselheiros originários dos movimentos populares, um quarto são dos gestores, e um quarto dos trabalhadores. Nós todos pensamos na formação dos conselhos a partir da VIII Conferência Nacional de Saúde, e a partir da reforma sanitária, imaginamos a democratização da vida na sociedade com base na existência desses conselhos, e não estou desanimando dos conselhos, ao contrário, estou querendo enfatizar que são a forma mais importante que temos de participação social e não temos lhe dado a devida relevância. Não apenas aos de saúde, mas também aos outros, o Conselho Tutelar da Infância e da Adolescência, as varas da infância e da juventude, o Conselho Municipal de Educação, por exemplo, o Conselho de Transporte, de Segurança Popular.

Há uma enormidade de conselhos em funcionamento na sociedade, mas tenho dúvidas sobre a sua efetividade.

No caso do Conselho da Saúde, a sociedade tem participado muito pouco. Os próprios sindicatos têm participado muito pouco, os movimentos sociais têm participado muito pouco. Quando eu comecei a participar dos plenos no Conselho Estadual de Saúde, eu me espantava porque eu via companheiros de sindicatos de trabalhadores com posições confusas. Na defesa dos interesses populares, da saúde popular ali dentro, eu via representantes de movimentos populares que não eram movimentos populares, era uma coisa completamente artificial, algo montado, que não tinha sentido, era uma pessoa, duas pessoas, talvez três ou quatro. Havia um movimento cuja sede era em Valinhos, e era essa pessoa que aparecia o tempo todo, ela se dizia a representante daquele movimento. Como ela preenchia todas as credenciais formais para ser membro do conselho, o pleno ou a própria secretaria executiva não podia descredenciar aquela pessoa, porque ela faria um escândalo e ela apresentava atas, documentos. Mas quais eram as posições que ela trazia? Eram posições de apoio à sociedade, aos movimentos populares, às necessidades que as pessoas têm de uso do Sistema Único de Saúde? Não, ela fazia a defesa dos laboratórios, fazia a defesa dos grandes grupos de interesse econômico da saúde, e toda vez que entrava uma pauta de interesse popular, essa pessoa era a primeira que gritava, denunciando o esquerdismo dos representantes populares. Fomos, numa certa ocasião, acusados de sermos massa de manobra de deputados e de partidos políticos quando não éramos, verdadeiramente não éramos, e eu inclusive fui acusado de morar numa cidade do interior e ser base de um deputado do interior com endereço, CEP, telefone, e era uma denúncia completamente maluca, completamente falsa.

Então, temos que ver como nos aproximamos da discussão dos conselhos de saúde, do conselho estadual, do conselho municipal de saúde que têm sido objeto e alvo de ataque. Este, portanto, é outro lugar de participação que eu queria trazer pra vocês com uma posição crítica, para vermos como estamos lidando com essas questões.

E, por último, a experiência que eu tive no Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. Nunca fui conselheiro, mas amigos eram candidatos ao conselho tutelar. Eu sou da região oeste, votava na região de Pinheiros, e algumas dessas pessoas nos convidaram para ir lá para participar do dia de votação. Não sei se vocês sabem, mas as votações são organizadas como qualquer outra votação, tem urna, você tem que levar o título de eleitor para poder votar, tem chapa, essa coisa toda. Eu confesso minha total ignorância sobre o funcionamento da eleição para o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. E chegando lá, fiquei assustado. Tirando as duas amigas que eram candidatas, eu e mais três ou quatro companheiros que estávamos ali, todas as demais pessoas não tinham nada a ver com o que estamos acostumados a discutir, como direito das mulheres, direitos sexuais reprodutivos, gênero, direito à saúde mental, qualidade de vida, direito das crianças, proteção à criança e à infância. As pessoas que estavam lá representavam outros interesses, e elas chegaram de caminhão, ônibus fretados para levar eleitores para todos os distritos eleitorais, urnas eleitorais da cidade de São Paulo naquele dia, e evidentemente as nossas duas amigas que representavam inclusão social, afeto, qualidade de vida, que poderiam representar a proteção da infância e do adolescente, é claro que elas foram derrotadíssimas, e foram eleitos representantes da Igreja Universal, e de uma das centrais sindicais que tem deputados, que não tem tido exatamente a ideia de um comportamento democrático.

Então, deu pra entender porque muitas vezes quando estamos discutindo direitos das crianças, o direito da inclusão, de proteção, direito ao abrigo, ao amparo, a uma vida digna, de um potencial afetivo, de criatividade, de proteger aquele que está há pouco tempo no mundo, como são os jovens, as crianças, os adolescentes, ouvimos que os conselhos tutelares apoiam a redução da maioridade penal, os conselhos tutelares apoiam o encarceramento e a medida cautelar de prisão para adolescentes que por acaso tenham infringido a lei, e ficamos amarrados.

Se os conselhos tutelares apoiam, é como se estivéssemos entrando em conflito com a própria representação social que está nos conselhos. É representação nos conselhos, mas é de uma parte da sociedade que está nos conselhos. Não temos debatido adequadamente este tema para ter uma proposta de inclusão, uma proposta que possa responsabilizar de outra maneira essas pessoas, esses movimentos.

Para encerrar, eu queria dizer para vocês que estamos vivendo um momento extremamente delicado e grave na nossa sociedade, na vida dos brasileiros, das brasileiras. Não sabemos como estaremos daqui a quinze dias, daqui a um mês. Chegamos a essa situação e eu ouvi de uma aluna da faculdade, quando estava vindo para cá que dizia, “Puxa, mas está muito difícil, porque eu não consigo nem conversar com pessoas, com meus amigos. Eu começo a desenvolver o argumento e as pessoas me calam, elas gritam comigo, e se eu tento ter alguma posição mais racional, mais de entendimento, elas dizem que eu estou vendida, elas me acusam de ser comunista, que eu sou vermelho, elas já largam, encrencam comigo e fico muito desesperada com essa situação.” Na hora, lembrei pra ela que isto acontecia no Brasil há 25 anos atrás, a uma certa altura, deixamos de ter na sociedade pessoas que defen-

dessem posições extremadas, posições em que você tem um inimigo e esse inimigo é responsável por tudo, onde você aponta um inimigo, você cria esse inimigo, inimigo público, que tem que ser atacado todos os dias, cedo, tarde, noite, e ele se torna responsável por todos os males.

Pode parecer uma piada dizer que isso aconteceu na Alemanha há 70 anos atrás, mas é assim que funciona, e está acontecendo aqui, agora. Tenho parentes com os quais hoje eu não posso conversar, porque uma racionalidade mínima para a ação política, que é o entendimento, o discurso, a argumentação, em que eu discuto posições e discuto com base na argumentação, e com uma certa racionalidade, isso desapareceu. As pessoas não argumentam com você, você tenta argumentar, mas elas fogem do argumento, elas fogem de uma racionalidade mínima, e partem para aquilo que podemos chamar de comportamento pré-político, em que você atua com base na violência, e não na razão, não no argumento.

O discurso, isso de você falar, de convencer o outro pela oratória, por suas posições, pela clareza e racionalidade daquilo que você coloca, por um pensamento límpido que se sustenta, isso é política. Ao contrário as formas pré-políticas, são formas que se baseiam na violência, e não no argumento, não na razão, e estamos vivendo isso. Então, estamos indo pra rua, estive sexta-feira na manifestação, acho que a minha manifestação, a manifestação nossa não é para defender este ou aquele, mas é uma manifestação para defender a democracia, a liberdade, aquilo que nós conquistamos, essas são formas de participação. Estive na avenida, eu estive lá, tive que me apertar e muito para passar de um lugar para outro, teve um momento que eu achei que eu ia recuar, estava querendo ir para um lugar para encontrar os amigos, e falei, “Puxa, acho que aqui eu não passo.” Porque ha-

via uma espremeção muito grande, havia lugares onde você se deslocava com mais facilidade, mas em muitos lugares era difícil. E eu me senti ali vivo, me senti participante, me senti ativo, me senti exatamente como se eu estivesse num espaço público, e eu estava num espaço público, estava na rua, estava a céu aberto, a noite estava aberta, havia lua, era uma noite bonita, uma noite de encontro entre companheiros, uma noite de solidariedade.

Esses encontros nos fazem falta, faz falta ter encontros como este, faz falta nos encontrar mais vezes para podermos conversar e debater sobre os assuntos que dizem respeito à nossa vida. Este é o sentido maior da política, a gente poder se interessar pelos assuntos da cidade, podermos fazer esse debate. Não é sem razão que conseguimos discutir tantos temas que foram tocados nessa apresentação, por exemplo. A liberdade estava posta todinha ali, a liberdade de eu ser como eu sou, de eu poder ser entendido, ser incluído na minha diferença na sociedade de iguais, sociedade de iguais que possa incluir o diferente, não o contrário, uma sociedade de iguais que exclua o diferente, torna o diferente odioso, aquele que tem que ser excluído porque ele desagrega, causa dificuldade para o entendimento. Acho que é um pouco disso que estamos falando, temos que talvez retomar um debate que havia sido perdido, retomar a possibilidade de encontro, de diálogo, de nós próprios começarmos a entender como que vai a nossa vida, qual é a vida que queremos, e como queremos que ela seja conduzida por nós próprios. Acho que esse é o sentido maior de podermos pensar em gestão e auto-gestão da nossa própria existência.

DEBATE

Brasil Laerte: sou presidente da União Global dos Trabalhadores e Trabalhadoras Urbanos e Rurais da Cidade, da UGTRC. Tenho uma militância no Sistema Único de Saúde. Hoje a saúde está sucateada temos usuários sendo atendidos até em banheiros dos hospitais. Faltam remédio, médicos e o salário baixo dos profissionais da saúde, e esse sistema de corrupção tem colocado os usuários da saúde contra os profissionais da saúde. Aí pergunto ao Carlos, que tem uma grande visão, um grande conhecimento de políticas públicas, **como ele vê todas essas ações negativas no Sistema Único de Saúde do país.**

Cristiana: Sou mestre em psicobiologia, mas sou mais ativista das causas sociais e políticas, e por isso estou aqui. Eu queria só fazer uma pergunta, comentário, a respeito dos Conselhos, principalmente Conselho Tutelar, do qual participei mais, tanto no nordeste do Brasil, quando eu morava lá, quanto no sul. Acontece exatamente isso que o Carlos relatou. **E eu queria saber como mobilizar as pessoas que não sabem nem da existência do conselho a participar dessas eleições, a não acontecer esse tipo de venda de votos que acontece no Brasil inteiro.**

Ermínia: A minha pergunta vai no sentido de você palpitar sobre nosso processo diante dos desafios referentes a participação social no último período. Temos tido um pouco essa questão, de ver esses espaços de participação serem tomados por uma lógica do privado, uma pessoa entra lá para representar várias pessoas e acaba

representando mais os seus interesses pessoais. **Como você vê esse cenário atual, porque estou entendendo mais do que nunca, que o princípio da participação social é o rumo e o norte de nossas políticas públicas. Estamos tirando nossas diretrizes para os próximos três anos, o que você palpitará como caminhos para a psicologia brasileira no próximo período?**

Carlos Botazzo: O primeiro inscrito traz questões que tocam a todos. Eu dependo muito do SUS, quando eu tenho que fazer tratamento, embora eu goze de uma saúde invejável, de vez em quando preciso de um atendimento, ver como estão as coisas. Já fui parar em pronto-socorro duas vezes, quase bati as botas, mas acho que também a gente tem que entender os processos da vida e a possibilidade da morte. Acho que a gente tem que se conformar com a finitude, a gente não tem que ficar indo atrás de muita propaganda, de uma vida eternamente prolongada por dispositivos tecnológicos, operações, cirurgias, transplantes. Não que isso não deva ser feito, mas existe uma propaganda em torno disso, e muita gente acaba entrando nesta onda da vida eterna e da imortalidade. Vende-se a ideia da imortalidade, e a medicina está investindo para ser a fada que vai nos propiciar essa imortalidade. Até pouco tempo atrás, todo Fantástico, no domingo, tinha uma matéria de tecnologia médica, em geral dos Estados Unidos, da Europa, para apresentar para nós, subdesenvolvidos tupiniquins, como o mundo desenvolvido está pensando tal e tal coisa. Não tenha dúvida, na segunda feira tem gente na fila no SUS, querendo o tratamento que foi anunciado pela equipe do Fantástico.

Eu dependo do SUS, não tenho convênio privado, fui para pronto-socorro duas vezes, uma coisa que me parece espantosa, que a gente possa ir para um pronto-so-

corro, e quando estou lá, eu tenho que estar com as outras pessoas. É assim que funciona na Europa, é assim que funciona no Canadá, Inglaterra, França, Itália, não sei por que aqui poderia ser de outra maneira. Essa é uma primeira questão que eu queria colocar, acho que devemos refletir qual tipo de saúde pública temos, e qual tipo queremos. Raramente paramos para conversar com as pessoas, fora do ambiente dos Conselhos, ou das Conferências de Saúde, em rodas de conversa, mas, fala na rua, ônibus, metrô, conversando com as pessoas como estamos conversando aqui, sobre o que pensam e como deveria funcionar?

Fui dirigente, chefe de unidade, aqui na região central, e éramos referência para uma série de programas, dirigi uma unidade que tinha três turnos, 130 trabalhadores, e tínhamos excelentes profissionais, pediatras, clínicos, excelentes psicólogos, uma excelente equipe. Como técnica gerencial, método gerencial, suspendi o ponto, porque não tinha que ficar correndo atrás de trabalhadores barbados, mulheres e homens adultos, como se eu tivesse que lembrar para eles que eles tinham compromisso público. Suspendi o ponto, e eles acharam que era uma tramoia do chefe, uma conspiração da minha parte. Expliquei que não era e que eles iriam continuar assinando o livro de ponto. Havia uma gestão persecutória que infantilizava o trabalhador, essa era a questão. Existem técnicas gerenciais que criminalizam o trabalhador, tratam ele como se fosse um delinquente prévio, ele vai delinquir, vai faltar, não virá ao trabalho. Ali não é um lugar para punição, também não é um lugar para você tratar adultos como se fossem crianças. Foi o que eu disse a eles. *“Vocês todos têm o contrato de trabalho, vocês sabem a hora que devem entrar e sair, e vai ser muito chato se eu tiver que ficar lembrando vocês, como se estivessem numa creche, que vocês têm que entrar às 8 e meia e sair às 2 e 30, e o que vocês têm*

que fazer nos seus consultórios. Vocês são adultos. Assinem o ponto na hora que quiserem assinar, e ponto final.”

Estou trazendo isso, porque não raro, não sabemos como funciona a saúde pública, aliás não sabemos também como funciona a saúde privada. Temos uma fantasia hoteleira de que grandes hospitais são assim, assado, lá acontecem coisas milagrosas. Fora que tem uma cantina, um restaurante, uma boutique. Hospital hoje cheira pão de queijo, não sei se tiveram a experiência de entrar em grandes equipamentos hospitalares privados, cheira cebola, cheira a filé mignon com cogumelo. Não tem mais cheiro de hospital, hospital hoje cheira a lanchonete. Estou dizendo isso porque muita gente quando chega na nossa unidade, temos o setor de recepção. Qualquer funcionário que estivesse naquele dia sem ter muito o que fazer, poderia ficar na porta. Pra quê ficar na porta? Pra acolher o paciente quando ele chega. Ele está chegando numa casa, é uma casa pública, mas é uma casa, como se alguém estivesse vindo na nossa porta, e eu estivesse indo lá para dar bom dia, boa tarde. Isso é acolhimento, uma forma simples, basal, cidadã de você estar recebendo a pessoa.

Nesses diálogos que fazíamos na porta apareciam fantasias. Por exemplo, quando havia uma fila de espera de dois meses para o clínico, e a pessoa dizia, *“Puxa, mas eu quero ser atendida agora”*, era dito: *“Se o senhor está com urgência agora, tem que ir no pronto-socorro. Aqui é um lugar de atendimento contínuo, crônico. Nosso clínico tem muita demanda porque as pessoas reconhecem que ele é um bom clínico, temos bons profissionais, e portanto tem uma demanda muito grande.”* *“É, mas vamos então no particular.”* *“Podem fazer essa experiência, não vão conseguir”*. Há uma fantasia colocada que a questão suscitou e nos fez pensar.

Passando pra a questão seguinte de **como esti-**

mular as pessoas a participar, é fazendo rodas de conversa simples, e discutindo com as pessoas como essa coisa funciona, qual é a saúde pública que temos, que queremos, como está sendo financiada. Por que o congresso nacional resiste tanto em liberar recursos para a saúde pública no Brasil? Porque existem tantos projetos no congresso nacional para retirar o direito da saúde pública no Brasil? Porque existem tantos projetos no congresso nacional de defesa da indústria farmacêutica ou laboratórios privados, ou de defesa do setor privado? Porque existem tantos projetos no congresso nacional que suspendam a atividade privada na saúde, no Estado?

Os consumidores é que pagam o convênio particular, o seguro saúde, porque tanto o dono do convênio ou a empresa dona do convênio tem descontos fiscais, privilégios fiscais. Cada um de vocês que tem convênio de saúde desconta integralmente no imposto de renda, isso é renúncia fiscal, não é dinheiro direto, mas é indireto que financia o sistema privado. Isso é uma coisa que tem que ser discutida, então se eu fosse chamar as pessoas para discutir eu organizaria rodas. Estamos hoje numa tentativa de trabalhar com aulas públicas para problematizar esses assuntos, estamos provocando sindicatos a entrarem nessa discussão.

Os sindicatos nos últimos 20 anos no Brasil se acomodaram. Eles participaram muito fortemente da luta pela redemocratização, mas depois da constituição de 88, os sindicatos se transformaram em entidades de defesa corporativa, de interesses econômicos, eles cuidam dos salários e das vantagens, e de cada segmento isolado, não tem nenhum segmento de trabalhador apoiando o outro. Quando o motorista de ônibus faz greve, todo mundo reclama. Quando o metrô faz greve, todo mundo reclama. Quando o professor faz gre-

ve, todo mundo reclama, quando o gari faz greve, todo mundo reclama. Não existe mais solidariedade entre os ramos de produção, as distintas estratificações sociais. Cada um cuida do seu pedaço, isso é muito ruim.

Temos que discutir que tipo de saúde queremos, que tipo de saúde temos, e quem está dificultando que o Brasil tenha uma saúde pública de qualidade. O povão pobre vai para atenção primária, no nível primário do sistema, mas o povão pobre acessa a média, alta complexidade do SUS com muita dificuldade. Quem faz procedimentos de alta complexidade no SUS? Não é o povão. O povão faz também, mas quem pega é o pessoal dos convênios que entram por uma porta paralela. O SUS, o sistema público, tem praticamente a totalidade dos procedimentos de alta complexidade, uma parte expressiva de média complexidade, e tem a totalidade dos transplantes, todos os transplantes, córnea, rim, coração, de válvula mitral, o que for, o que você quiser encontrar de sofisticado, é feito pelo sistema público de saúde.

O sistema público de saúde no Brasil faz 98% dos transplantes no país. Fora toda a vacinação, todos nós aqui somos dependentes do sistema público de saúde, felizmente, dependentes no bom sentido, beneficiários do sistema público, todos nós somos 100% vacinados, o Brasil é um dos poucos países do planeta que tem um sistema de imunização de massa completo, cobertura total. Morre menos idoso hoje com pneumonia, com complicação por gripe hoje no Brasil do que há 5, 6 anos atrás. Isso é uma vitória de um sistema democrático, um sistema de saúde que é protetor. Todos os idosos, crianças, grupos de risco vão para o sistema, estão imunizados. Temos os sistema de imunização de massa que é um dos mais completos do país.

O Alan coloca uma questão sobre democracia participativa bem instigante, uma provocação, mas acho que

tem a ver com isso também. Por que a gente não pode abrir algumas dessas discussões de temas polêmicos com as pessoas na sociedade? Todos nós passamos da idade de achar que bebê nasce em repolho, ou que a cegonha que traz. Então, por que não posso discutir políticas de direitos sexuais e reprodutivos com as pessoas? Claro que eu posso. Não sei por que eu não posso discutir sexualidade com adultos, claro que eu posso. Não sei por que não posso discutir sexualidade com crianças, adolescente, a partir do que a criança ou adolescente, esteja colocando. Mesmo que os temas sejam cabeludos, eles devem ser discutidos. Podemos fazer essa discussão na sociedade sim, sem ter nenhum medo de estar enfrentando pessoas de posições contrárias. Muitas vezes a convicção religiosa impede que a pessoa possa se manifestar, mas pessoas com convicções religiosas contrárias à minha, por exemplo, elas fazem papai mamãe, elas fazem nenê. Não são pessoas ingênuas destituídas de sexualidade. Pode discutir sexualidade, direitos sexuais reprodutivos, por que não? Por que eu não posso discutir isso com criança? Por que eu não posso botar criança com dispositivos adequados numa roda para poder tocar em temas que são complicados? Grupo focal é uma ótima maneira de você fazer isso.

Está havendo uma medicalização da escola hoje. Eu sou muito mais a fim de discutir o que os adolescentes querem fazer, o potencial de criação que eles têm. Fizemos dois grupos focais com adolescentes na região de Carapicuíba e foi ótimo poder ouvir o que aqueles meninos e meninas tinham a dizer. Eram dois grupos com meninos de 15 anos e meninas de 15 anos. Separamos por conveniência, porque a gente queria aprofundar com os meninos e com as meninas. Descobrimos coisas importantíssimas. Mas temos que abrir a escuta. Se eu vou pra escola reproduzir o modelo autoritário, não consigo incluir a crian-

ça, eu tenho que dar voz a ela, os jovens têm o que dizer.

Isso é fundamental, acho que o CRP deve se arriscar a abrir. Achei o modelo que vocês apresentaram hoje de fazer pré-congressos e chamar a sociedade para debater temas que são temas que estão no congresso, é saúde pública, diz respeito à gente, a gente vai ter que estimular a comissão organizadora do congresso a tomar o caminho da radicalidade cidadã, de tomar esse espaço. Não vejo como que o tema da democracia participativa não possa estar com a gente. Temos que discutir a intolerância. Você falou dessa história de ir pra Cuba e eu vendo o Obama ontem fiquei pensando nisso exatamente. Alguém vai dizer que o Obama é um vendido, um comunista. Tem lugares, situações, pessoas com as quais não podemos conversar, mas podemos conversar com as que querem conversar.

A gente tem que realizar essa ideia de que há maldade nas pessoas, há maldade no coração dos homens, e das mulheres. Tem gente que é perversa, e a gente tem que estar para além das ingenuidades. E eu fiquei pensando que, de repente, essa intolerância é fomentada, temos exatamente que discutir algumas dessas questões e dar ênfase a coisas que são boas, propositivas. Estou discutindo com pessoas que se opõem às posições que eu tenho, essas que estou discutindo aqui. Pergunto se elas sabem qual o tamanho da educação do Brasil hoje. Elas ignoram quantas universidades públicas, federais, estaduais, nós temos no Brasil hoje. Elas ignoram qual é o número de alunos em cursos de universidade hoje, e como aumentou a participação da juventude, dos jovens na universidade, que de 2 milhões e pouco passou para quase 8 milhões, 9 milhões. A crise não diminuiu o ingresso na universidade. O Brasil triplicou, quadruplicou o número de alunos no ensino universitário. Aumentou a formação de mestres e doutores, e temos hoje um nú-

mero expressivo de doutores, menos do que deveríamos ter, mas muito mais do que tínhamos há 20 anos atrás.

Eu pergunto para essas pessoas se elas sabem como está o sistema de ciência e tecnologia no Brasil. Elas não sabem, elas ignoram, aqui nada presta. Eu acho que a gente teria que pensar um pouco mais como somos nós, os brasileiros. A gente tem discutido pouco nós, os brasileiros, e temos discutido a partir de referências muito ruins, às vezes. A gente tinha que ter um pouco mais de entendimento do que está acontecendo no nosso país, como é nosso país hoje, e não estou fazendo nenhuma defesa do capitalismo ao dizer para vocês que temos grandes empresas, mas há uma enorme exploração do trabalhador no Brasil hoje, há muita violência no trabalho, não apenas no setor industrial, mas também no setor de serviços. As mulheres que trabalham nos call centers são assediadas, são humilhadas, sofrem uma violência enorme, são proibidas até de ir ao banheiro, recebem um fraldão para otimizar o trabalho na empresa. Há assédio, porque há violência gerencial, a gerência autoritária, onde pessoas são convidadas a participar de gincanas ou mutirões na empresa. Não é obrigatório, mas ir pode ser garantia do emprego, não ir pode ser demissão, por não ter vestido a camisa da empresa.

Essas são questões que a gente tem que discutir, temos que discutir a vida como ela está, as condições nas quais trabalhamos. Embora o desemprego tenha aumentado muito, nos últimos anos estávamos praticamente com uma situação de pleno emprego, e para os padrões europeus da crise europeia, estamos anos longe de percentuais de desemprego na Espanha, na França, na Itália. Mas, temos desemprego, porque saímos de uma situação de quatro anos atrás de pleno emprego, havia 4% de desempregados no Brasil agora é de 8%, dobrou. Então há um impacto, um alarido muito grande, que é

dinamizado, mas temos que discutir que país é este.

As pessoas têm discutido muito a partir de um subdesenvolvimento econômico, nós estamos longe hoje de termos uma posição de subdesenvolvimento dos anos 50, anos 60, mas há um subdesenvolvimento mental, que talvez seja a pior forma de subdesenvolvimento. Teríamos que ver o que o Brasil tem construído de positivo nos últimos anos, em ciência e tecnologia, em transporte, em educação, na criação artística, literária. O Brasil, em muitos campos é um país respeitado, um povo respeitado. Acho que isso tudo acontece porque hoje no Brasil não é apenas quem é de esquerda que virou o judeu contemporâneo. Na Alemanha nazista, o Judeu era o inimigo, comparado com rato, e tinha que ser eliminado. A propaganda nazista fazia propaganda com ratos. Ratos você bota pesticida, veneno e mata ele. E não por acaso, um dos venenos usados para matar ratos, que foi o Zyklon-B, foi o veneno usado nas câmaras de gás da Alemanha nazista. O judeu era o inimigo que tinha que ser combatido. Hoje são as pessoas de esquerda, mas junto com os grupos de esquerda está o setor público.

Tudo que é público no Brasil foi satanizado como sendo ruim, de má qualidade, não prestando. Toda propaganda na mídia, na televisão, é dirigida para satanizar o setor público, para dizer que é ruim, nefasto, inoperante, e que aquele que trabalha no setor público é também ruim, um parasita. As universidades públicas não prestam, os laboratórios públicos não prestam, os bancos públicos não prestam, as empresas públicas não prestam, as universidades, as escolas públicas não prestam. É tão grave isso, que eu estava em São Carlos em setembro passado, peguei um taxi e fui conversar com o taxista, dizendo que eu estava em uma universidade federal, e ele disse, *“Ah, mas ela é diferente das outras federais, porque ela está em*

São Paulo, deve ser muito boa.” Falei, “Não, meu querido, a universidade federal de São Carlos é tão boa quanto a de Goiânia, quanto a de Natal, quanto qualquer outra universidade federal.” E ele queria dizer que tudo que é privado é melhor. Divulga-se, por exemplo, a ideia que o hospital de Barretos é bom para tratamento de câncer porque são os particulares que o sustentam. Mentira! Entrem no site e peguem o balanço do hospital de Barretos, e vocês vão ver que 95% dos recursos que são usados pelo hospital são recursos públicos. Há participação de voluntários, de pessoas que dão contribuições, e há gente que paga por atendimento lá? Também, mas isso é minoritário, de cada 100 reais gastos lá nem cinco reais entram por esta forma.

Acho que é importante a gente ter o entendimento de que o público pode ser e frequentemente é, o lugar do bom, e é um pouco isso que eu gostaria de expor para a gente poder se entender um pouco mais no caminho de debate, para pensarmos na nossa participação.

Elisa Z. Rosa: Não consegui pegar o debate desde o começo, mas fui me inteirando um pouco do que foi dito, e ouvindo o debate, fiquei com a seguinte questão: como você tem visto os impactos das novas formas de tecnologias de comunicação, e novas formas de organização e de participação, se pudermos dizer assim, os impactos das organizações de rede, nos processos de participação? Então, acho que num momento em que toda a questão que a sociedade está vivendo borbulha no Facebook e nas redes sociais, que uma onda de ódio se espalha a partir destas relações que estão ali colocadas, e não é raro a gente ver ali, *“Tirei você do meu grupo, some você da minha página.”* Enfim, fico sempre tentando compreender o que tem de novo e o que tem de antigo nesta forma, o quanto ela favorece formas de participa-

ção, o quanto ela institui novas formas de participação, ou se não são novas formas, se são outras roupagens, então é uma questão que também está colocada hoje.

As pessoas se manifestam muito pelas redes sociais, as pessoas debatem muito por este caminho, e muitas vezes o que não está sendo debatido nos espaços coletivos, institucionais, de encontro, etc., está sendo debatido nestes espaços. Por exemplo, o debate sobre a questão de gênero na educação, não teve um plano de educação que trouxe para dentro a questão de gênero. As escolas não estão discutindo os direitos sexuais reprodutivos, talvez algumas estão, mas muitas não estão, e os estudantes estão fazendo esta discussão em outro espaço, que é esse outro espaço de participação. Minha questão é esta, **isto impacta os processos de participação? Temos hoje novas formas de participação, ou não? Qual o impacto disso? Acho que isso é uma questão que tem me tocado neste momento.**

M: Talvez não estejamos totalmente satisfeitos com nosso modelo, elogiado pelo Carlos. Tem uma boa parte da categoria que não tem se expressado, que não se identifica com esses processos. E isso, nos últimos anos, é cada vez mais evidente. Talvez tenha a ver com o que você comentou, sobre a corporativização dos processos sociais. Esses grupos vão criando formas diferentes de ocupar os espaços, e grupos com interesses mais fundamentalistas, que antes não se interessavam em ocupar esses conselhos, hoje tomaram conta dos conselhos. E conselhos, espaços participativos abertos, estão virando exceções. Nesse sentido, queria perguntar e propor a necessidade de avançar ou radicalizar esse processo de participação num momento em que muitos não querem participar, mas sim se envolver em relações de consumo, mais como

espaços de obtenção de prestações de serviço particulares, e não se dedicar aos espaços públicos para o bem comum, porque mesmo o espaço do bem comum, para eles só existe na medida em que proporciona satisfação individual ou responde à necessidade individual. Então, temos um dilema, e parece que a balança está pendendo para o esvaziamento da participação genuína, voltada para o bem comum e isso não é diferente na nossa categoria

Juliana: Quando você fala de participação, de conselhos, devemos apontar que os conselhos são fruto de uma luta organizada e mobilizada pelos movimentos sociais, e foram conquistados como legislação há pouco tempo. Quando você busca nos conselhos democracia e a questão da igualdade, muitas vezes temos algumas dificuldades reais. Primeiro que temos um time que quando fez a luta do movimento social, ou a democracia, ou a questão dos conselhos gestores e conselhos em geral, seja qual ele for, tanto unidade básica de saúde, tanto em moradia, ele foi se caracterizando em disputas e muitas vezes disputas em território. Só que muitas vezes, na minha opinião, a gente não consegue fazer uma interlocução de qual é o papel desses locais, onde a gente tem que buscar política pública, discussões mais do que queremos pro nosso território. Então muitas vezes a gente acaba tendo uma dificuldade, e às vezes democrática, porque você acaba tendo núcleos que só querem ir pra um lado, e muitas vezes esse lado é só de discussão, não só de ação, e as vezes se perdendo no caminho, acho que a gente tem o desafio.

Primeiro, a questão desse espaço democrático onde a gente tem esses conselhos, eles têm que ser muito aplaudidos, porque chegou lá, e que muitas vezes a gente tem a dificuldade em organizações sociais, principalmente na área da saúde, de querer fechar um conselho

específico por não ter uma ação mais efetiva de buscar uma política pública para a região. Mas, eu acho que são espaços de grande mobilização em que a gente consegue se articular e muitas vezes tirar frutos. O que precisamos, na minha opinião, é que tenha uma organização melhor desses conselhos para que entendam qual é o papel dentro dele e qual o papel que ele pode ter em ações efetivas.

Então, eu queria só agradecer e deixar esse pensamento, e agradecer vocês, apesar de que estamos vivendo um momento muito raro, pra minha geração. Estou com 36, achei que não ia viver esse momento político, essa crise que temos no país, de fato, achei que a gente não iria, a cada momento, avançar, o golpe contra a democracia, na minha opinião, e não estou falando de partido A, B, ou C (...). Eu faço a discussão mesmo do que é a gente viver sem uma democracia, que mesmo que ela foi construída como um Frankenstein, é uma democracia. Em que as pessoas, hoje, podem estar reunidas, discutindo sobre a questão da psicologia, sobre a psicologia do cotidiano, que em outros momentos a gente não poderia estar nem reunido em dois, três, que você já era suspeito, e poderia até ser preso e torturado por isso.

Então, eu acho que temos que também ter caminhos e principalmente associações, sindicatos, movimentos, temos que olhar para este momento, e olhar principalmente o que está por vir, e lá em cima falei isso pros meninos, “A gente sabe que lá na quebrada, hoje, eu tendo democracia, quantos jovens morrem, quantos são presos, quantos são torturados. Isto na democracia, imagine se ela cai. O que não vai acontecer com a nossa juventude, principalmente a juventude negra e periférica?”

Então, é um momento em que temos que pensar, e acho que vocês, nas atividades de vocês, conseguem, principalmente dentro dessa sociedade mais demo-

crática e igualitária, acho que pensando nestes caminhos para não só neste momento de crise que estamos vivendo, mas o quanto mais podemos ampliar isso. O quanto mais a gente pode ter a democracia nos lugares onde a gente trabalha, a gente mora, e a gente vive. Muito obrigada pela oportunidade, a gente está aqui junto, o que vocês precisarem, eu sempre falo que mandato é instrumento de luta, infelizmente, se todos os partidos e parlamentares tivessem olhado para o mandato como um instrumento de luta, a gente estaria em um momento diferente, ninguém ficava olhando só pro seu próprio umbigo eleitoralmente, mas a gente estaria usando esse instrumento para avançar nas políticas.

Carlos Botazzo: Eu não sei como funcionou esse debate pra vocês que estão sentados. A Vanessa disse que se sentiu provocada, às vezes tenho essa atitude de provocar, mas no sentido de fazer um chamado, de poder pensar. Vanessa, é verdade que se você tem um comportamento burocrático, e é geral na sociedade, é o motorista de ônibus que não abre a porta a não ser que esteja no ponto, é no cotidiano, você encontra formas de uso de poder, e elas reproduzem muito a estrutura que está colocada, a estrutura dominante.

No tempo do escravismo oficial no Brasil, a coroa não trazia soldados limpinhos e branquinhos de Portugal pra ir atrás de preto fujão, era entre os próprios escravos que se recrutavam e se formavam grupos, os capitães do mato, que saíam pra caçar escravos fugitivos, inclusive para combate dos quilombos que se instauravam e se rebelavam. Então, essa reprodução do poder talvez seja um dos aspectos mais difíceis que temos pra entender. Por que pessoas que são pessoas que têm tudo pra pensar diferente, quem está vindo de fora vê que são subjuga-

das, reproduzem o sistema na qual elas estão colocadas?

Outro dia, encrenquei no ônibus porque o motorista exigia o documento de uma senhora, e era evidente que ela tinha direito à gratuidade. Ele foi grosseiro, e já era a terceira ou quarta vez que eu encontrava aquele motorista, e todas as vezes que eu peguei aquele motorista deu encrenca comigo ou com outro passageiro. Eu briguei com ele naquele dia, porque ele dizia, “Documento na mão.” Ela teve que tirar o documento da bolsa e mostrar. Ele não queria ler o documento que dizia que ela tinha direito à gratuidade. Ia descer pela porta da frente porque tinha deficiência, e era uma pessoa idosa. Era apenas o exercício do poder dele. E eu dizia, você vai ler agora o meu documento, eu não vou tirar da carteira só por tirar. Falou, “Eu leio se eu quero, não sou obrigado a ler. Você é obrigado a ter o documento na mão e a mostrar o documento pra mim, eu não tenho que ler.” É esse comportamento burocrático, essa reprodução de atitudes de poder, é um poder destituído de qualquer razão, mas se exerce, e de maneira autoritária por aquele que está dotado de uma parcela dele.

Então, acho que a gente tem que jogar isso na sociedade, tem que discutir isso com a sociedade. As pessoas não se incomodam, aquele motorista ofendia, e as pessoas se apresentavam submissas perante ele. Há uma coisa que para alguns podem ser estratégias de sobrevivência, itinerários que as pessoas acabam construindo para sobreviver, até porque se você fosse pensar muito, você vai ficar louco, porque vai começar a ver tanta coisa, que é melhor não pensar. Não pensar é um bom dispositivo profilático para você não ficar louco. Acho que a gente tem que discutir esses comportamentos com a sociedade porque acontece com qualquer um. Se esse tipo de coisa acontece por aqui, imagine na periferia. Rapidamente, queria chamar a atenção para a dialogia do

processo social, a dialética do processo social. Acho que essa é uma questão importantíssima. As novas tecnologias, as novas mídias que estão postas aí, contêm um elemento dialógico, embora não seja muitas vezes tão claro para o sujeito que está do lado de cá do monitor, da câmera. Pensei nessa dialogia do processo social, a questão do outro, do encontro, um encontro como esse que estamos fazendo aqui hoje, embora estejamos sentados de uma maneira disciplinar. Nossos corpos se distribuíram hoje neste plenário de acordo com as nossas relações de poder e inserção social, eu estou aqui falando como alguém que sabe, vocês estão falando como alguém que não sabe, tem dúvida, e vem perguntar. Se estivéssemos sentados numa relação mais horizontal, fazendo uma roda, um grupo de discussão, a gente poderia aprofundar, ao invés de eu falar e outros ouvirem. Essa dialogia, essa questão da alteridade, ela está colocada nos processos sociais, e talvez seja essa a novidade que acaba faltando nas novas mídias quando eu tenho mundos virtuais, e que dá poder ao cara que está colocado numa câmera fazendo um skype ou postando material na rede. Talvez se ele estivesse pessoalmente, pensaria duas vezes antes de escrever, antes de postar. Esse empoderamento é solitário, e como exercício solitário do poder ele é masturbatório, e dá para a pessoa que o executa, o poder do bebê, um poder infantil, um poder desmesurado. Naquele momento que está com o mouse na mão, ele pode tudo, baixa coisa, escreve obscenidades e pornografias, mesmo quando ele é o agente público qualificado, quando é um promotor, um juiz, um professor, alguém que teria que ter um outro nível de reflexão privada, particular, daquilo que ele faz, ele se vê autorizado a escrever e botar obscenidades na rede, porque se sente poderoso, com o mouse faz upload do que lhe dá na telha, porque parece que nun-

ca será visto, então é também uma forma de perversão.

Então, acho que tem um pouco este lado que eu queria comentar desta dialogia, que é olho no olho. Embora tenhamos a dialogia, ela sofre uma espécie de patologização, ela amplifica comportamentos perversos, e comportamentos vocacionados para o mal, para a perversão, que na relação individual teria uma forma de trava. Temos uma exacerbação dos estados emocionais humanos possíveis, raiva, ódio, inveja, por que não, agressividade, a gente não tem mais isso hoje, tudo virou violência, é uma categoria midiática, tudo virou violência, somos seres muito mediatizados, a gente vive o que a mídia pauta e coloca para nós, as nossas próprias emoções acabam sendo programadas nesse sentido, como subjetividades. Deixou de haver possíveis estados emocionais humanos, ninguém mais odeia, ninguém é mais agressivo, a criança não foi agressiva, ela foi violenta, é uma naturalização dos estados emocionais. Então, tanto quanto as placas tectônicas se movem violentamente, os vulcões tem explosões violentas, a violência humana, os estados emocionais humanos desapareceram.

Acho importante a gente resgatar isso aí e perceber que essa exacerbação vem colocada em parte por conta disso que acabei de falar. As novas mídias, as novas tecnologias potencializaram essa relação que se dá pelo consumismo, pelo individualismo, porque também perdemos espaço público. Acho que o segundo ponto de minha conclusão é que deixamos de proceder um debate público nos espaços públicos, e deixamos de disputar posições, recuamos, entramos também na onda do consumismo.

E o terceiro ponto que eu queria concluir é sobre a questão da periferia. Há dois anos atrás, fui para um debate no parque Bristol, naquele fundão do parque Bristol, e a uma certa altura perguntei, “Bom, pra que me trou-

xeram aqui para falar de saúde pública, se as pessoas que estão aqui tem plena consciência, organização, plena capacidade, potência intelectual, e havia muita arte, muita vida, muita vitalidade naquele lugar. Então, eu queria, como meu terceiro ponto, resgatar esses espaços de criação, de interação, de produção de subjetividades, esse espaço que é rede também, mas que se articula, que tem potência para produzir afetos nesses lugares, então esse seria o ponto da conclusão que eu colocaria hoje e que levo comigo como uma coisa importante desse debate.

Elisa Zaneratto Rosa: Falo em nome da gestão do CRP de São Paulo. Quando decidimos em nome da psicologia, em nome do conselho de psicologia, na verdade, de algumas de suas entidades, falar sobre a defesa da democracia, o que escutamos muitas vezes, é do por que vocês estão falando isso, porque psicologia não tem nada a ver com isso. Por que um Conselho de Psicologia está preocupado em falar sobre participação social, sobre reforma política, democracia, se deveríamos estar cuidando dos negócios da psicologia. A psicologia tem tudo a ver com isso. Carlos trouxe uma série de exemplos institucionais do cotidiano, dizendo que precisamos fomentar espaços de participação. E nós psicólogos, psicólogas, estamos nesses espaços o tempo todo, e muitas vezes quando lidamos com questões que envolvem o sofrimento humano, impactos de condições de trabalho, processos de trabalho, subjetividade dos trabalhadores daquela instituição e como eles atuam com a população atendida, a melhor intervenção que podemos fazer passa pelo fomento de espaços dialógicos, de conversa, de participação.

Eu vim agora pouco de um espaço de discussão sobre apoio matricial, por exemplo, e o que a gente identificou ali era exatamente a necessidade de pensar, que

condição que faz pensar como estratégia fundamental do apoio matricial aquela equipe, contribuir para que os trabalhadores pudessem fazer uma análise sobre o que incide em relação a eles naquele espaço de trabalho e como eles enfrentam isso, que respostas constroem, e essas respostas passam pelo processo de participação. Acho que essa questão talvez não seja consensual na psicologia, porque somos fundados enquanto ciência, enquanto saber, enquanto profissão, a partir de uma concepção liberal de homem. A psicologia se constitui como ciência fundada numa concepção liberal de homem, e como tal, acompanha nas suas produções teóricas, nos seus fundamentos epistemológicos, enfim, uma concepção de indivíduo livre, uma concepção de indivíduos cujas respostas, cujas questões, cujos olhares devem ser encontrados voltando-se a eles mesmos, e temos no contraponto a isso, muitas vezes também perspectivas na psicologia, que expressando a dicotomia indivíduo-sociedade, vão olhar para um indivíduo completamente determinado.

Concluindo, acho que temos como desafio o tempo inteiro, avançar a partir de concepções que apontem para a superação dessa contradição, e a superação da contradição é poder reconhecer a dimensão do sujeito histórico, do sujeito ativo. De um sujeito histórico, porque assim constituído, tem sua subjetividade produzida pelas condições que estão dadas, mas que como tal é um sujeito também construtor dessa realidade. Penso que essa é uma questão tão difícil para a psicologia porque essa dificuldade tem a ver com a nossa história, tem a ver com a história da nossa ciência e com o modo como se consolidou a nossa profissão na sociedade, e acho que é um desafio para todos nós e contamos com a parceria dos outros profissionais e com o protagonismo dos usuários para avançar na construção da produção de referências de uma leitura

da psicologia que pensa esta subjetividade olhando para o modo como se produz e o modo como, ao mesmo tempo, produz os espaços e processos que estamos vivendo.

Nesse sentido, eu queria agradecer a Ermínia que coordena a questão de políticas públicas, e ao grupo que com ela trabalha por este compromisso que ela leva adiante nas comissões de políticas públicas, pela coragem e audácia de propor esses dois temas, que embora propostos lá atrás, chegam a este seminário no momento em que a sociedade explode, em meio a um conjunto de debate, disputas, etc., para os quais penso que o caminho da discussão, participação social, e da reforma política, são excelentes horizontes. Gostaria de agradecer pela possibilidade de nos levar a avançar nessa direção de uma psicologia comprometida em descapsular o indivíduo e que possa se ver reconhecida com essas questões essenciais no nosso tempo.



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

Distribuição gratuita. Venda proibida.